INFORME PUBLICITÁRIO
FOLHA DE S.PAULO
DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
QUARTA-FEIRA, 1º DE MARÇO DE 2023 R$ 6,00

FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 ★ Nº 34.300 QUARTA-FEIRA, 1º DE MARÇO DE 2023 R$ 6,00

Samara Joy, rara estrela jovem do jazz Divulgação

Para frear alta da gasolina, Lula usa Petrobras e taxa exportação

Combustível volta hoje a ser tributado em R$ 0,47 o litro, e etanol, em R$ 0,02, abaixo de valor prévio

O governo Lula tributará em R$ 0,47 o litro de gasolina e R$ 0,02 o de etanol, abaixo do praticado até a desoneração. A cobrança recomeça hoje, e, para mitigar seu efeito ao consumidor, a Petrobras cortará o preço da gasolina na refinaria em 3,9%.

De forma inesperada, foi anunciada ainda a taxação das exportações de petróleo em 9,2% por quatro meses, com a qual se prevê arrecadar R$ 6,6 bilhões e manter a expectativa de receita ligada a combustíveis após o corte e a reoneração parcial.

A medida da Petrobras foi negociada ontem entre o comando da estatal e o governo. O ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse haver um colchão de flutuação na política de preços da empresa, mas o mercado de combustível não vê margem.

As alíquotas menores valem até julho, e, se não houver mudança pelo Congresso, serão retomados os tributos de R$ 0,69 por litro de gasolina e R$ 0,24 pelo de etanol, vigentes até o então presidente Jair Bolsonaro zerá-los antes da eleição de 2022.

A desoneração criou embates entre a ala política, que queria prorrogá-la, e a econômica, que busca reduzir o déficit. **Mercado A15 e A16**

Bernardo Guimarães

No caso dos combustíveis, imposto pode ser bom **A26**

ilustrada C1 e C4

Cantora Samara Joy, que superou Anitta no Grammy, vem ao país em maio

esporte B7

Clubes de maior torcida fazem oferta por consenso e uma liga única no futebol

Comandante do Exército disse que vitória petista foi indesejada

Três dias antes de assumir Exército, Tomás Paiva afirmou a subordinados que a eleição de Lula foi "indesejada" pela maioria dos militares, mas ressaltou sua legitimidade. Ontem, Paiva disse que visava pacificar clima no quartel. **A8**

STF julgar militares é correto, afirma futuro presidente do STM

Política A4 e A6

Moraes manda soltar 173 acusados de incitar ataques

O ministro do STF Alexandre de Moraes determinou a soltura de 173 presos sob acusação de envolvimento nos ataques golpistas de 8 de janeiro. Eles poderão responder em liberdade porque as investigações não os apontaram como financiadores ou executores principais da invasão aos Poderes.

O ministro considerou que a maioria é réu primário e tem filhos menores de idade. Os beneficiados deverão usar tornozeleira e estão proibidos de acessar redes sociais. **Política A6**

Presas pelo 8/1 reclamam de qualidade da comida e de banho gelado A6

Bretas, juiz da Lava Jato no RJ, é afastado pelo CNJ

O Conselho Nacional de Justiça afastou Marcelo Bretas da 7ª Vara Federal Criminal por supostas irregularidades em processos. À frente da Lava Jato fluminense desde 2015, comandou ações contra Sérgio Cabral e mandou prender o ex-presidente Michel Temer em 2019. **Política A10**

Desemprego em 2022 cai a 9,3%, menor desde 2015

A taxa de desemprego caiu para 9,3% na média anual de 2022, apontou o IBGE. Trata-se do menor nível desde 2015 (8,6%). Para analistas do instituto, o mercado de trabalho sinalizou retomada após o fim das restrições da pandemia, mas a abertura de vagas perdeu fôlego no fim do ano passado. O número de empregados sem carteira subiu 14,9%. **Mercado A18**

Entidade associa programas sociais a trabalho escravo

A Câmara da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves (RS) disse que casos de trabalho análogo à escravidão na cadeia vinícola local estão ligados a falta de mão de obra, enquanto população em "condições produtivas" vive inativa em sistema assistencialista. **Mercado A21**

Jairo Marques

Aos 7, minha filha já cuida de mim

Eu sabia que, aos poucos, minha filha iria assumir pequenas demandas diante das minhas capacidades mais limitadas. Não imaginava que tão cedo. Duro de entender? Acho que sim, mas é natural. Para a pessoa com deficiência, subverter lógicas da existência faz parte. **Cotidiano B3**

Henrique Santana/Folhapress

MORTALIDADE MATERNA POR CAUSAS EVITÁVEIS VOLTA A CRESCER NO PAÍS APÓS PANDEMIA

Agentes de saúde visitam famílias venezuelanas em Pacaraima (RR); estado teve 281,7 óbitos de mães por 100 mil nascidos vivos em 2021, taxa semelhante à da África subsaariana e a mais alta do Brasil, que registrou média de 110 mortes por 100 mil e não deve cumprir meta de redução a 30 em oito anos **Cotidiano B1**

ISSN 1414-5723

9 771414 572049 34300

EDITORIAIS A2

O STF e os militares

Sobre processos relativos aos ataques de 8 de janeiro.

Trabalho a preservar

Acerca de números positivos do emprego em 2022.

População no litoral norte de SP dobrou em três décadas

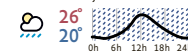
Cotidiano B2

ATMOSFERA

São Paulo hoje

26° 20°

0h 6h 12h 18h 24h

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Everton Fonseca *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Leandro Assis e Triscila Oliveira

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

O STF e os militares

Manter processos contra fardados no Supremo amplia possibilidade de condenar culpados

O ministro Alexandre de Moraes disse pouco mais que o óbvio ao fixar a competência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar crimes ocorridos nos ataques de 8 de janeiro a Brasília, independentemente de os investigados serem civis ou militares.

Não é de hoje, afinal, que o STF aponta a diferença entre crimes dos militares e crimes militares, reservando apenas a estes o foro especial da Justiça Militar.

Decorrência natural do artigo 124 da Constituição, a distinção, a um só tempo sutil e decisiva, faz todo o sentido: o integrante das Forças Armadas deve responder a tribunais castrenses somente quando praticar delito definido pela legislação militar; nas demais circunstâncias, seu lugar é a Justiça comum.

Em sua decisão de segunda-feira (27), Alexandre de Moraes apenas ligou os pontos entre esse entendimento e as condutas em tela no 8 de janeiro. Nada há ali que justifique a presença da Justiça Militar, dado que os crimes em apuração dizem respeito ao patrimônio público e à ordem democrática.

A despeito dessa argumentação bem assentada, o ministro-brigadeiro Joseli Parente Camelo, futuro presidente do Superior Tribunal Militar (STM), concedeu entrevista a esta **Folha** para asseverar o acerto do ministro do Supremo.

É que, em certos setores da caserna e entre apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), circulou uma versão segundo a qual o STF teria afrontado o STM.

O apelo à lógica maniqueísta não chega a surpreender. Ela atrai, em boa medida, pessoas que não aquilatam o valor da democracia nem compreendem o funcionamento das instituições republicanas, nas quais o mundo não se divide simploriamente entre bem e mal.

É o mesmo tipo de militante desvairado que vandalizou Brasília: uma turba que, movida por ideologia extremista, renega o Estado de Direito, mas que não deixa de recorrer a ele quando convém —por exemplo, para denunciar as condições de encarceramento.

Há uma ironia patente no reclamo, mas, para sorte dessa malta, o Estado de Direito precisa ser mais generoso do que seus inimigos, sob pena de confundir-se com eles.

Daí por que o ministro Moraes deveria acelerar a soltura daqueles presos provisórios que não representam mais perigo à sociedade nem às investigações, concentrando esforços em torno do núcleo formado por líderes, financiadores, reincidentes e violentos.

Se fardados estiverem nesse núcleo, não há como cogitar sua impunidade. Dado o histórico de corporativismo da alta corte militar quando se trata de julgar altas patentes, o fato de os processos contra militares ficarem sob vistas do STF não deixa de ser boa notícia.

Trabalho a preservar

Após melhora expressiva em 2022, retrocessos no emprego podem ter custo político alto para Lula

São dignos de celebração os números que mostram a expressiva queda do desemprego no país ao longo do ano passado, divulgados pelo IBGE nesta terça-feira (28).

Encerrou-se 2022 com taxa de desocupação de 7,9% no quarto trimestre, ante 11,1% medidos 12 meses antes e 14,2% ao final de 2020, quando se vivia o pior do impacto da pandemia. Trata-se da melhora mais longa e aguda desde o fim da recessão de 2014-16.

Isso não quer dizer, claro, que se viva um momento brilhante de pujança econômica e ascensão social. Há senões, a começar pelo rendimento médio do trabalho de R$ 2.808 mensais —que, embora tenha aumentado recentemente, ainda é o menor em cinco anos.

As médias, ademais, escondem desigualdades de todos os tipos. O desemprego entre as mulheres nordestinas ainda atinge alarmantes 13,2%, enquanto entre os homens do Sul não passa de 3,6%. Não parece absurdo, aliás, correlacionar tais percentuais aos perfis dos eleitores de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL).

Nada menos que 16,4% dos jovens de 18 a 24 anos em busca de ocupação não a conseguem. Entre os que se declaram pretos, a taxa de desocupação é de 9,9%, ante 9,2% dos pardos e 6,2% dos brancos.

Pode-se constatar, de qualquer modo, que o mercado de trabalho se tornou mais favorável em todos os recortes, graças a um crescimento surpreendente da economia, em torno dos 3% no ano passado.

Já os impactos da reforma trabalhista de 2017 ainda são difíceis de mensurar —mas ao menos se esvaziaram teses desonestas que associavam a flexibilização da CLT a números ruins, em períodos anteriores, provocados por estagnação econômica ou pela crise sanitária.

A informalidade, principal alvo da reforma, caiu de 40,7% para 38,8% da população ocupada, percentuais que somam assalariados sem carteira assinada, trabalhadores familiares, autônomos e empregadores sem CNPJ.

Trata-se ainda de uma exorbitância, o que antes confirma o acerto do objetivo de permitir contratos de trabalho mais realistas e adaptáveis a diferentes atividades. É evidente, porém, que não haverá avanço expressivo sem expansão continuada do Produto Interno Bruto.

O governo Lula não deveria abordar o tema apenas com o viés do sindicalismo —o das corporações organizadas. Retrocessos no emprego podem ter custo político particularmente alto para o petista.

Convite ao corporativismo

Hélio Schwartsman

Não sei se está tecnicamente correta, mas aplaudo a decisão do ministro Alexandre de Moraes de transferir da Justiça Militar para o STF as investigações e eventuais processos de praças e oficiais envolvidos no 8 de janeiro.

Segundo a colunista Malu Gaspar, do jornal O Globo, a determinação deixou o pessoal da Justiça Militar furibundo. Integrantes do Superior Tribunal Militar (STM) e do Ministério Público Militar interpretaram o desaforamento como uma demonstração de que o Supremo não confia na Justiça Militar. E é justamente por isso que eu aplaudo a decisão. A Justiça Militar, a meu ver, não é mesmo confiável, não porque seus membros tenham problemas de caráter, mas por uma questão de desenho institucional.

A principal diferença da Justiça Militar em relação à comum é que os casos castrenses são julgados, desde a primeira instância, por órgãos colegiados, compostos por um juiz togado (com formação em direito) e quatro oficiais, que não precisam ter conhecimentos jurídicos. Tal estrutura, que se reproduz com modificações nas instâncias superiores, é um convite ao corporativismo.

Esses conselhos e tribunais podem ser bastante rigorosos quando julgam praças, a base da tropa, que, pensam eles, deve ser mantida sob rígida disciplina, mas se tornam extraordinariamente compreensivos quando deliberam sobre seus pares. As histórias de vida de julgadores e julgados são muito parecidas, o que favorece a ativação dos circuitos da empatia. Os réus poderiam ser filhos ou melhores amigos dos magistrados. Diferentemente do que escreveu Tolstói, tudo compreender talvez não seja tudo perdoar, mas é um bom primeiro passo.

Levantamento da **Folha** de 2021 mostrou que, nos dez anos anteriores, o STM condenou um único general e arquivou 20 processos contra oficiais no topo da carreira. Alguém poderia achar que é porque oficiais generais são todos modelos de virtude. Não penso que seja o caso.

helio@uol.com.br

Uma relação indesejada

Bruno Boghossian

Dias antes da demissão do último comandante do Exército, um ministro de Lula examinava as inclinações políticas da Força. As tropas, segundo ele, tinham um grande contingente de bolsonaristas, uma ala diminuta de lulistas e um bloco de antipetistas que poderiam ser considerados legalistas. "É com esse terceiro grupo que vamos ter que trabalhar", disse o auxiliar do presidente.

Lula sabia que manobrava dentro de uma margem estreita quando decidiu trocar a chefia do Exército. O presidente demitiu um general que se recusava a mitigar a contaminação política das tropas e nomeou um substituto que, na visão do governo, atendia a requisitos mínimos para evitar uma crise com as Forças.

O novo chefe do Exército parece ter sido escolhido dentro daquele terceiro grupo. Numa reunião com subordinados às vésperas da mudança de comando, o general Tomás Paiva criticou ações golpistas e questionou a credibilidade de teorias sobre fraude nas urnas, mas também admitiu estar entre os militares que lamentavam a vitória de Lula.

"Não dá para falar com certeza que houve qualquer tipo de irregularidade. Infelizmente, foi o resultado que, para a maioria de nós, foi indesejado, mas aconteceu", disse Paiva, segundo uma gravação divulgada pelo podcast Roteirices.

O governo não tinha ilusões de um alinhamento completo quando escolheu Tomás Paiva. Depois da mudança, Lula disse publicamente que o general "pensa exatamente" como ele sobre os militares, mas restringiu sua avaliação a um ponto: "As Forças Armadas não servem a um político".

A aposta de Lula foi depositada no resgate de uma doutrina de respeito à lei e à autoridade do presidente, mesmo que o antipetismo permanecesse em setores influentes.

Na conversa gravada, Paiva reconheceu esse cenário. "Nós estamos na bolha fardada, militarista, de direita e conservadora", declarou. Ele afirmou ainda que os militares devem agir para barrar o que chamou de "enquadramento" dos militares pelo governo do PT.

O macho oprimido

Mariliz Pereira Jorge

O feminismo é um movimento social tão perigoso que foram criados cursos para que os homens não deixem de ser homens. Já tem mais coaching para macho oprimido "entender o mundo real" do que blogueira de moda. A esta altura você já deve ter ouvido falar em Thiago Schutz, que se vende como especialista em relacionamento e ameaçou a humorista Livia La Gatto pela sátira sobre suas noções de masculinidade.

O cara treme com uma piada, por que aguentaria uma mulher que ganha mais do que ele? Sim, a apostila do misógino sensível traz dicas para evitar a hecatombe que é a igualdade de gênero, o que, segundo suas teorias, é um sistema que "favorece as mulheres". Deixe a sua risada aqui.

Para ele, "uma mulher de valor se adapta ao estilo do homem"; "homem foda não namora uma mulher que vai para balada sozinha"; "um dos problemas da infelicidade feminina é que a mulher não quer servir"; "o propósito do homem é maior que o da mulher na vida".

Schutz é um desses profetas do machismo indignado como muitos outros por aí. Já vimos coach defender que mulher não deveria votar porque é mais influenciável. Em comum, todos pregam um comportamento "bela, recatada e do lar" dessa mulher que não pode ser a bem-sucedida do casal, mas tem de agregar valor e não pode exigir nada. Bingo.

Ao mesmo tempo em que prega a submissão feminina, Schutz propaga a ideia de que são todas interesseiras, só querem os ricos e, portanto, eles têm que se proteger. É curioso que o coaching de homem donzelo ataca o comportamento do tipo de mulher que serve de alicerce às estruturas que as mantêm dependentes emocional e financeiramente.

Apesar do discurso cheio de verniz, Schutz é só um incel que veste ternos cor-de-rosa, engrossa o coro da misoginia e não se dá conta de que o que ele vende ao macho oprimido pelo feminismo é uma das maiores conquistas do movimento, a mulher que pagas as próprias contas.

Felicidade e tolices

Deirdre McCloskey

Economista, é professora emérita de economia e história na Universidade de Illinois, em Chicago. Escreve às quartas

Alguns economistas, nas últimas décadas, juntaram-se a alguns psicólogos para medir a felicidade.

Isso dá aos chefes que gostam de mandar na vida dos outros —como as mães às vezes gostam de fazer e como de fato fazem os tiranos— uma desculpa, um método e uma medida. O rei do Butão dirige seu país assim.

Parece maravilhoso. Afinal, o propósito de uma mãe, ditador ou rei benevolente deveria ser fazer as pessoas felizes, certo? "Eu sou do Estado e estou aqui para fazê-lo feliz." Adorável.

O problema é que o método é maluco.

Uma escola não maluca de "psicólogos positivos", como meu amigo, já morto, Mihaly Csikszentmihalyi (nós o chamávamos apenas de Mike), estuda pessoas felizes e faz sugestões para imitá-las.

Mike falou de um "fluxo" como a sensação de envolvimento numa tarefa difícil na qual você é razoavelmente bom. Você esquece o tempo —como faço com frequência ao escrever ou ao discutir, como fiz nesta semana com economistas e cientistas políticos— as fronteiras da "humanômica". Mas Mihaly Csikszentmihalyi nunca tentou colocar um número nisso.

A loucura vem com o número. Podemos numerar o escopo humano com o Produto Interno Bruto (PIB). Mas a medida de "felicidade" vem de pedir que você a classifique numa escala de zero a três pontos. Você então responde: "As coisas estão indo bem. Portanto acho que a minha resposta é 2,5".

Então o economista faz a mesma pergunta ao seu vizinho, que é um pessimista, e o vizinho responde 1,5. Então o economista maluco declara que a felicidade média do seu bairro é 2,5 + 1,5, ou 4,0, dividida por duas pessoas. Portanto, 2,0.

Mas o problema é que a sua felicidade e a dele não estão na mesma escala.

Países otimistas, como o Brasil, pontuam mais alto do que os pessimistas, como a Bulgária. Falar em média de felicidade seria como medir a temperatura hoje em São Paulo em graus Celsius, como 25°C, e no Rio em graus Fahrenheit, como 77°F, e declarar que a média é 25 + 77 dividido por dois, ou 51. Cinquenta e um o quê?

Ah, não importa.

E podemos alcançar essa "felicidade" marcando 3,0 todas as vezes, ficando chapados com a droga soma de Aldous Huxley. Maluco.

É mais do que maluco. É antiético.

Como país, tentamos providenciar seriamente que nossos filhos alcancem a felicidade. No entanto, uma sociedade liberal não deve tratar os adultos como crianças.

Sem maluquice, então, sem reis do Butão.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A pobreza como caso de polícia

Retirar barracas das ruas, sem ouvir as pessoas, não é trabalho humanizado

Padre Júlio Lancellotti e Paulo Escobar
Vigário episcopal para a população de rua da Arquidiocese de São Paulo
Sociólogo, é coordenador do Observatório de Aporofobia Dom Pedro Casaldáliga

Escrevemos esta réplica ao artigo "Rua não é endereço, e barraca não é lar" (26/2), assinado nesta **Folha** pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB), como pessoas que há décadas e diariamente convivem com a população de rua na cidade de São Paulo.

O prefeito começa o texto dizendo que "o objetivo não é recolher barracas, mas reconstruir vidas de parte de uma população empurrada para as ruas". Nós vemos que, infelizmente, o objetivo tem sido, sim, recolher barracas de quem nada possui, pois, em uma metrópole que não dispõe de uma política habitacional que seja acessível aos mais pobres, qual é então a casa disponível para aqueles que perdem suas barracas?

Acreditamos que alternativas de moradia, ou a casa primeiro, são sinônimos de autonomia e dignidade, sem uma ONG tutelando (pois o prefeito afirma no artigo que há "trabalho sério, sem maquiagem, com foco na autonomia").

Reconstruir vidas a partir de que lugar? A reconstrução tem que levar em consideração o que essa população precisa, escutando as vozes nas ruas, a médio e longo prazo —e não somente quando as eleições se aproximam.

Conforme os números do prefeito, os dados gerados pela sua gestão dizem que há 20 mil vagas em albergues. Segundo a Comissão Extraordinária de Direitos Humanos da Câmara Municipal, em agosto de 2022 eram 17.107 leitos na capital. No fim de setembro de 2022, os albergues emergenciais de inverno fecharam.

O último censo da prefeitura, de janeiro de 2022, apontava que eram 31.884 pessoas morando nas ruas —sem entrar na série de problemas metodológicos do levantamento, pois a UFMG apontou em janeiro deste ano que, de acordo com o CadÚnico, são 48 mil nessa situação.

Se há 20 mil leitos e, no dia de hoje, todas as pessoas decidissem seguir para essas vagas (que o prefeito afirma dispor), onde ficariam as outras 11.884 que sobrariam?

O prefeito cita no artigo que "o direito de aceitar acolhimento ou não tem de ser respeitado, assim como o direito de ir e vir de todos que vivem ou transitam na nossa cidade". Mas há também o direito de recusar o acolhimento de uma rede de albergues, tutelada por ONGs e seus interesses, além da precariedade de muitos desses locais —geralmente, quem não aceita é reprimido.

Ao falar em "direito de ir e vir", o prefeito incentiva a aporofobia [aversão aos pobres] no restante da população. Fica a sensação de que as pessoas estão na rua porque querem, como se o problema central da capital paulista fossem as barracas. As mesas de bares nas calçadas, festas fechando as vias e grades em frente à prefeitura também não interrompem esse direito de ir e vir?

[...]

Ao falar em "direito de ir e vir", o prefeito incentiva a aporofobia [aversão aos pobres]. Fica a sensação de que as pessoas estão na rua porque querem, como se o problema central fossem as barracas. As mesas de bares nas calçadas, festas fechando as vias e grades em frente à prefeitura também não interrompem esse direito?

"(...) parte de uma população empurrada para as ruas", diz no artigo. Empurradas por quem ou pelo quê? Um cenário sistêmico de descarte, de pobreza contínua, de uma estrutura que empobrece milhões em detrimento da riqueza de uns poucos. Esses cidadãos não brotaram de um dia para o outro nas ruas de São Paulo; são histórias variadas e diversos tipos de violências sofridas.

Infelizmente, as alternativas citadas pelo prefeito são mais do mesmo. São de tutelas, únicas e não variadas, pois seguem uma mesma lógica, pensada sem levar em consideração a pluralidade que há nas ruas, a diversidade de pessoas que moram nas calçadas, sem a autonomia que todos desejamos para nossas vidas.

O prefeito fecha com "não podemos ser míopes nem tapar o sol com a peneira para os problemas. Por isso, de cara limpa e alma tranquila, sei que estamos caminhando na direção certa (...) junto com uma grande equipe". Se não conhecemos a realidade, aí sim corremos o risco de sermos míopes ou de tapar o sol com a peneira. Não é possível ter a alma tranquila quando milhares são destinados a morar em barracas ou reprimidos todos os dias pela atual gestão. Quase não vemos sua "grande equipe" nas ruas. A cabeça pensa onde pés pisam.

Mesmo pensando com a lógica da administração municipal, o número não fecha. Lógica vertical e cheia de contradições, numa cidade que não tem alternativas reais de habitação e autonomia. O que sobra para os que ficam do lado de fora? Não é o respeito que o prefeito aponta; os que ficam de fora sofrem repressão e violência.

A pobreza como caso de polícia —isso não é trabalhar de forma humanizada nem respeitosa.

STF precisa declarar ilegais provas obtidas em abordagens policiais racistas

Sobre parte dos brasileiros paira uma nuvem de desconfiança permanente

Ágatha de Miranda, Pedro Henrique Pedretti Lima e Priscila Pamela dos Santos
Coordenadora de incidência política e litígio estratégico no Instituto de Referência Negra Peregum e integrante da Coalizão Negra por Direitos
Defensor Público do estado de São Paulo
Advogada criminal e vice-residente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)

O plenário do Supremo Tribunal Federal deve julgar nesta quarta-feira (1º) se podem ser consideradas legais as provas obtidas em abordagens policiais sem justificativas objetivas e verificáveis. Declarar ilícitas tais evidências criminais consistiria em enorme avanço no enfrentamento ao racismo no Brasil. A conexão entre os dois temas está no fato de que as buscas pessoais, embora randômicas e massivas, costumam se restringir a um grupo populacional específico: as pessoas negras.

Estas têm quatro vezes mais chances de serem abordadas que as brancas. A conclusão é de uma pesquisa do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) e do data_labe, confirmando o que parte dos cidadãos brasileiros já sabe bem no dia a dia. A seletividade nas ruas conduz a sobrerrepresentação das pessoas negras no cárcere: 69% e subindo, enquanto os brancos são 30% e caindo.

A busca pessoal tem como objetivo primordial a obtenção de provas criminais. De acordo com o artigo 240, do Código de Processo Penal, ela pode ser realizada sem ordem judicial desde que haja fundada suspeita da prática de ilícitos. Da forma como vem sendo feito, o procedimento se tornou argumento de prevenção e combate ao crime pelo policiamento ostensivo e a conjectura denominada "fundada suspeita" se transformou em justificativa padrão da atividade policial nos centros e nas periferias das cidades.

Foram realizadas no estado de São Paulo 9,2 milhões de abordagens em 2022. Por outro lado, totalizam 104 mil as prisões em flagrante delito no período. A fundada suspeita que autoriza a atuação policial, de fato, esteve presente em apenas 1,1% das vezes. Para 99% dos cidadãos abordados, este ato foi uma violação a seus direitos fundamentais à igualdade, à liberdade e à vida privada. Em 99% das abordagens, os policiais erraram. As abordagens policiais, portanto, também se mostram ineficazes na perspectiva da segurança pública.

[...]

O Poder Judiciário tem papel fundamental na qualificação do trabalho policial, garantindo que a discriminação não seja bússola para a suspeição e definindo que a busca pessoal somente é autorizada com base em critérios objetivos. Está nas mãos do Supremo decidir sobre um tema candente de nossa democracia

No caso em pauta no STF, os policiais afirmam nos autos que passaram a suspeitar do acusado por causa de sua cor. É um dos raros casos em que a motivação racial se encontra expressa nos documentos policiais. O racismo, por sua vez, independe dessa declaração, uma vez que a legislação processual, como aplicada hoje, autoriza que os policiais sejam arbitrários ao abordar.

O Poder Judiciário, nesse sentido, tem papel fundamental na qualificação do trabalho policial, garantindo que a discriminação não seja bússola para a suspeição e definindo que a busca pessoal somente é autorizada com base em critérios objetivos. Está nas mãos do Supremo decidir sobre um tema candente de nossa democracia, já que sobre parte dos brasileiros paira uma nuvem de desconfiança permanente —enquanto há outro contingente, o de pele branca, que sequer sabe o que significa ter seus corpos vigiados e ameaçados cotidianamente pelo Estado. A pele não pode definir o status de cidadania de alguém. Em período de retomada democrática, é preciso dar um basta às abordagens policiais fundadas em critérios discriminatórios e racistas!

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Charge do leitor Carlos Iotti sobre o trabalho análogo à escravidão na colheita de uvas em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul Carlos Iotti

Presidente vacinado

Tá aí, ó! É tão simples e até mais fácil ser ético e responsável! ("Lula é vacinado por Alckmin e diz que se imunizar é gesto de responsabilidade", 27/2).
Osmário Mendonça (Anápolis, Goiás)

*

Fortemente simbólico e representativo. Viva a ciência, empatia e a cidadania! Saúde e dignidade são nossos direitos.
Carlos Navas (São Paulo, SP)

*

Eu não votei em Lula, votei contra Bolsonaro e a foto de capa de Lula sendo vacinado por Alckmin me fez sentir um alívio maior do que a vitória de Lula. Emociona ver que saímos daquele pesadelo antivacina e tantos outros num só desgoverno.
Eliana Toffoli Batista (Rancharia, SP)

Sigma

"Homens sigma, tendência no TikTok, espalham misoginia na rede" (Hashtag, 28/2). A matéria apresenta muito bem esse tal movimento "manosfera", "homens sigma", "red pills" e afins, que eu nunca tinha ouvido falar. Nesse sentido, a matéria é boa e instrutiva. É realmente triste saber que isso existe... Espero que nada disso prevaleça, pois seria a pior resposta às transformações positivas que a sociedade tem passado, liderada pelos movimentos de mulheres e que combatem as desigualdades.
Gustavo Oliveira (São Paulo, SP)

*

Sem dúvida o alfabeto grego tem uma grande importância na história da civilização ocidental (ou mesmo além dela). Imensa em diversos aspectos. Mas ser usado para nomear essas idiotices delirantes é um verdadeiro escárnio.
Miguel Gossn (São Paulo, SP)

Academia

"Corpo definido não é só questão de disciplina, mas genética, tempo e dinheiro" (Equilíbrio, 28/2). O texto chama atenção para questões muito relevantes e também deixa claro que os famosos vivem apenas de aparência. Todos nós precisamos entender que o que está fora da realidade não pode ser alcançado. O conceito de corpo definido e perfeito é algo que a sociedade impõe e que muitos lutam para alcançar esse objetivo, mas a vida não gira apenas em torno disso.
Isabela Luíza Lorkievicz da Costa (Curitiba, PR)

*

Eu concordo parcialmente, pois o método pode não funcionar para alguns casos, como uma doença alimentar ou um biotipo que desfavorece a definição.
Lorenzo Siqueira Arrivabene (Curitiba, PR)

*

Como impacto de tal impossibilidade, as vítimas que não treinam seis vezes por semana passam a se frustrar com a sua imagem e alimentação, acarretando em sequelas irreversíveis. Dessa forma, é essencial relembrar que a incrível fisiologia que aparece em nossas telas a todo o momento, nunca será a mesma refletida pelo espelho de nosso quarto, uma vez que temos um cotidiano e condições extremamente díspares.
Júlia Yatsu (Sinop, MT)

Colheita criminosa

"Colheita de uva no RS era feita em regime de trabalho análogo à escravidão", (Mercado, 24/2). É preciso não comprar produtos provenientes dessas vinícolas. Precisam sentir no bolso. Deveriam investigar a fundo, deve ter muito mais, isso é só uma amostra do que esses empresários são capazes.
Soraya Terezinha Colmenarez (Caxias do Sul, RS)

*

Infelizmente era consumidor dos sucos de uva das referidas empresas, talvez seja insignificante o meu boicote, mas o farei em favor da minha consciência e em solidariedade aos trabalhadores vítimas.
Marco Antonio Barros (Campinas, SP)

Vital

A decisão judicial comentada no artigo ("Dupla Punição", Hélio Schwartsman, 28/2) é, não ironicamente, vital. E digo vital porque coloca em primeiro plano a vida da mulher, bem como suas decisões acerca do próprio corpo. Também concordo com o posicionamento do autor de que há um longo caminho a ser trilhado nesse campo. Já é chegada a hora de o Brasil zelar pelos vivos, não por aqueles que ainda estão por nascer.
Sofia Matias Forli (Ribeirão Preto, SP)

*

Concordo também com o autor citando que, se tratarmos o nascituro como uma pessoa igual a nós, isso diminuiria os direitos que nós, mulheres, lutamos por tantos anos para conseguir e continuamos lutando, pois esses direitos são tópicos de "brincadeiras" cada vez mais e parece que as pessoas, principalmente os homens, não sabem o quão difícil é ser uma mulher.
Júlia Negri Gaio (Curitiba, PR)

Esperança

Admirável o texto da Jade Beatriz "A gente não quer só comida, mas sem comida não dá" (Tendências/Debates, 27/2). Digo admirável por ter sido escrito por uma jovem, ainda frequentando o ensino básico e, mesmo assim, revela grande sensibilidade e faz uma boa análise do assunto, dando-nos a esperança de que as próximas gerações, possivelmente, serão melhores que a nossa.
Antônio Dilson Pereira (Curitiba, PR)

Satisfação

Momentos inesquecíveis na **Folha** para um idoso jornalista. O centenário de Sérgio Porto, com quem trabalhei no jornal Última Hora. A irretocável crônica de Vera Iaconelli. A entrevista com Michelle Prazeres e a necessidade de desconectar, coisa que me angustia. A resenha do livro de Yasmina Reza feita por Tati Bernardi e a crônica de Cristina Serra denunciando o asqueroso vídeo de Fabio Wajngarten aos ricos de São Sebastião.
Ignácio de Loyola Brandão (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

POLÍTICA (28.FEV., PÁG. A8) Na legenda da segunda foto do texto "Ex-dirigente da Receita copiou dado sigiloso de desafetos de Bolsonaro", o empresário Paulo Marinho é identificado de forma errada como André Marinho.

política

PAINEL | *Fábio Zanini*
painel@grupofolha.com.br

Recalibragem

Petistas que pressionaram pela manutenção da desoneração dos combustíveis mudaram de rota após o anúncio das novas alíquotas. O líder do partido na Câmara, Zeca Dirceu (PR), disse que a decisão foi "bastante equilibrada". "Terá meu total apoio e também da nossa bancada", disse. Na semana passada, o tom era outro. "A prorrogação da desoneração deve seguir, na busca de não afetar o bolso da população", escreveu. A presidente do partido, Gleisi Hoffmann, também baixou o tom.

CULPA DELE Outra estratégia foi reforçar o discurso da herança maldita de Jair Bolsonaro (PL). "De fato, o país não podia continuar vendo a irresponsabilidade que foi a decisão de caráter eleitoreiro do Bolsonaro sobre os combustíveis, na véspera da eleição passada", disse o secretário-geral da legenda, Henrique Fontana.

SEM CORAÇÃO Na mesma linha foi o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), que chamou a política do governo anterior de "insensível e irresponsável".

POR PERTO Ex-secretário de Comunicação da Presidência no governo Bolsonaro, Fábio Wajngarten pretende atuar como consultor do ex-presidente na área, após a volta dele ao Brasil, prevista para março. A ideia é também cuidar da imagem da ex-primeira-dama, Michelle, que poderá ter projetos eleitorais em 2026.

RELÂMPAGO O deputado federal Zé Trovão (PL-SC) exonerou de seu gabinete Marcus Thiago de Oliveira Figueiredo, que em 2020 foi demitido de um cargo na Embratur após ter sido acusado de assediar uma funcionária de 21 anos da empresa responsável pela promoção do turismo no país. A nomeação foi revelada pelo Painel na segunda (20), e a demissão, pelo site Metrópoles. Figueiredo ficou menos de um mês no posto de secretário parlamentar.

RARIDADE Mesmo com as assinaturas suficientes para iniciar a tramitação da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) do 8 de Janeiro, sua instalação depende ainda da realização de uma sessão do Congresso, que não tem data para acontecer. Essas sessões são mais incomuns que a de cada Casa individualmente. Em 2022, ocorreram apenas oito.

LUGAR DE FALA Produtora de vídeos símbolo da ascensão da direita no Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro, a Brasil Paralelo está lançando um documentário que narra a ascensão e queda dessa vertente política e ideológica nos últimos dez anos. "Por que tantos rachas internos da direita vieram a público? Houve algum responsável por enfraquecer o movimento?", pergunta o trailer da produção.

LONGA MANUS O ex-deputado Campos Machado, que não conseguiu se reeleger para a Assembleia de SP após oito mandatos, tem feito reuniões com aliados para convencê-los a se filiar ao PSD, presidido pelo secretário de Governo estadual, Gilberto Kassab. Nesta terça (28), Machado anunciou publicamente as filiações dos prefeitos Maria Helena Rettondini, de Monte Alto, e Isnar Freschi, de Sarutaiá.

VITAMINA "Kassab é um grande amigo e irmão, e por isso conversei com dois dos prefeitos que estavam ao meu lado, em meu antigo partido, para que seguissem sua carreira política ao lado dele", disse Machado, que também está entrando no PSD. A expectativa é que o partido engorde, sobretudo em cima de prefeitos tucanos.

VIP A lista de presentes ao jantar promovido por Ricardo Nunes (MDB) nesta segunda (27), em SP, animou os aliados do prefeito, que destacaram o simbolismo da presença dos caciques dos partidos de centro, como Kassab, Ciro Nogueira (PP) e Valdemar Costa Neto (PL).

EGÍPCIA As diferenças de tom nas intervenções, por sua vez, ajudaram a criar um termômetro do apoio à reeleição. Ex-ministro de Bolsonaro, Nogueira surpreendeu pela empolgação, dizendo que não podem errar e perder outra eleição que têm tudo para vencer. O Republicanos não foi representado por Marcos Pereira, que está no comando da Câmara, mas por Roberto Carneiro, do diretório estadual, que pouco falou, o que chamou a atenção.

MARCO O município de SP encerrou definitivamente nesta terça (28) a disputa com a União sobre o Campo de Marte, que se arrastava desde 1958. Um acordo foi fechado no ano passado, mas faltava resgatar parcelas da dívida municipal com o governo federal que estavam depositadas em juízo. Com a volta de R$ 1,7 bilhão aos cofres municipais, a querela enfim terminou.

VISITA À FOLHA Fernanda Lavarello, diretora de Assuntos Corporativos da BHP Brasil, esteve no jornal nesta terça-feira (28). Acompanhavam-na Ricardo Gioia e Danielle de Paula, coordenadores de assuntos corporativos, Zé Schiavoni, presidente da Golin, e Elaine Rodrigues, diretora.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado R$ 29,90	Digital Premium R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
343.169 exemplares (janeiro de 2023)

Decisão de julgar militares no STF é correta, afirma futuro presidente do STM

Ex-piloto de Lula e Dilma, ministro-brigadeiro Joseli Camelo diz que brecha para busca e apreensão em áreas militares não é problema

ENTREVISTA
JOSELI PARENTE CAMELO

Cézar Feitoza

BRASÍLIA Futuro presidente do STM (Superior Tribunal Militar), o ministro-brigadeiro Joseli Parente Camelo não vê problema na decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), de levar para o Supremo o julgamento de militares envolvidos nos ataques golpistas do último dia 8 de janeiro.

Mesmo a brecha que se abre para possíveis operações de buscas e apreensões em organizações militares não preocupa o brigadeiro. "Decisão da Justiça precisa ser cumprida em qualquer situação, não é?", questiona de forma retórica.

Prestes a assumir a presidência do tribunal, Joseli evitava dar entrevistas antes de chegar ao cargo, para evitar que declarações públicas fossem entendidas como uma afronta ao atual presidente, ministro-general Lúcio Mário Góes.

De perfil conciliador, no entanto, o brigadeiro aceitou dar entrevista à **Folha** para evitar que a decisão de Moraes fosse interpretada como uma afronta à Justiça Militar.

Joseli Parente Camelo foi piloto oficial de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), designado pela Aeronáutica. Ele calcula ter pilotado cerca de 10 mil horas nos 12 anos trabalhando na Presidência.

A lista dos 92 países aos quais Joseli levou Dilma e Lula nesse período está pregada na parede que divide o gabinete do ministro e o corredor do 4º andar do STM.

*

O que o senhor achou da decisão do ministro Alexandre de Moraes? Todos nós estávamos nessa expectativa da decisão do ministro Alexandre de Moraes. Ontem [segunda-feira] eu levei a decisão para casa e li duas, três vezes, para entendê-la. Ele levou em conta dois pontos que são muito importantes.

Primeiro é a garantia do devido processo legal. Ele procurou ver de quem é a competência, porque as pessoas têm que entender onde elas serão julgadas. Se for crime militar, naturalmente o caminho seria a Justiça Militar. Mas, neste caso, nós julgamos os crimes militares definidos em lei.

A lei 13.491 ampliou a nossa competência. Nós julgamos os crimes militares definidos em lei e o previsto na legislação comum, desde que o militar esteja em atividade e o crime seja contra o patrimônio sob administração do militar ou a ordem administrativa militar. E, neste caso, o ministro Alexandre de Moraes identificou que não havia isso.

Então eu entendo que a decisão do ministro foi uma decisão, para mim, correta. Isso não quer dizer que, ao longo do processo, das investigações, venham a ser identificados que um ou outro são crimes militares. Neste caso, eu entendo que esses que forem entendidos como crimes militares seriam encaminhados para a Justiça Militar. Mas neste primeiro momento o entendimento é o de que não houve crime militar.

Por que a atuação do BGP [Batalhão da Guarda Presidencial], responsável pela segurança do palácio, não configura crime militar? Nós temos no Palácio do Planalto uma Secretaria de Segurança Presidencial [ligada ao Gabinete de Segurança Institucional], que faz a segurança do presidente e das instalações. Ela é feita, a princípio, com aqueles elementos com o apoio do BGP. O BGP é uma unidade militar, o Palácio do Planalto não é uma unidade militar.

Naturalmente, há margem a interpretações. Mas a interpretação dada pelo ministro Alexandre de Moraes —que ao meu entender está correta, ele é o juiz dessa matéria— é que não houve nada contra o patrimônio sob a administração militar.

Outra coisa: decisões do Supremo têm de ser respeitadas e cumpridas. Isso é ponto pacífico. Eu entendo que não há nada para que a gente fique preocupado. O importante do julgamento é que seja seguido todo o processo legal, quer seja julgado lá pelo Supremo, quer seja julgado pela Justiça Militar, se dê todas as condições da ampla defesa, do contraditório, e que ao final seja a um julgamento justo: havendo provas, condena; não havendo, absolve.

Esse entendimento abre brecha para que a Justiça comum determine busca e apreensão contra organizações militares, como o Comando Militar do Planalto neste caso. Como o senhor vê isso? Eu não vejo nenhum problema nisso. Decisão da Justiça precisa ser cumprida em qualquer situação, não é? Decisão da Justiça cumpre-se. Se for para esclarecer alguma coisa dentro de um inquérito, isso é perfeitamente normal. Não vejo problema.

No contexto dessa decisão, há uma crítica por uma suposta demora ou até leniência da Justiça Militar com militares, por possível corporativismo. Esses argumentos fazem sentido para o senhor? Eu acho que é justamente o contrário. Nós somos a Justiça mais célere que já tivemos em nosso país. Nós somos uma Justiça Militar que é referência no mundo.

Nós temos um órgão de acusação, o Ministério Público, concursado, o civil faz a prova. [Parte dos] nossos juízes são civis. Durante o julgamento, estamos em forma de escabinato, onde os juízes togados entram com seu conhecimento jurídicos e os juízes militares entram com sua percepção de como funciona a Justiça Militar.

Então tem momentos que nós somos mais severos. Por exemplo, com drogas. Nós temos a nossa legislação penal, nosso código penal, e seguimos à risca. Não vamos seguir a lógica da lei antidrogas, porque ela é muito lenta para nós.

Outra coisa: julgamento num plenário de 15 ministros, sendo 5 civis e 10 militares, isso traz uma justiça muito grande para o jurisdicionado.

A PGR já denunciou mais de 900 pessoas, e não há nenhuma denúncia na Justiça Militar. Não há demora? Isso não depende do Superior Tribunal Militar, da Justiça Militar, do Ministério Público, porque nós somos provocados. Alguém vai oferecer a denúncia e alguém vai receber. O Ministério Público vai tomar as providências para decidir se a denúncia procede ou não. Havendo justa causa, ele vai oferecer a denúncia.

> "A decisão do ministro [Moraes] foi uma decisão, para mim, correta. Isso não quer dizer que, ao longo do processo, das investigações, venham a ser identificados que um ou outro são crimes militares. Neste caso, eu entendo que esses que forem entendidos como crimes militares seriam encaminhados para a Justiça Militar

Joseli Parente Camelo ao lado de Alexandre de Moraes, no TSE Divulgação TSE

Francisco Joseli Parente Camelo, 69
É tenente-brigadeiro do ar, posto mais alto da Aeronáutica, com início da carreira militar como praça em 1969. De 2003 a 2015, foi piloto da Presidência da República, responsável por levar os presidentes petistas para viagens domésticas e internacionais na aeronave presidencial. Foi indicado pela FAB (Força Aérea Brasileira) para o STM, com nomeação formalizada pela ex-presidente Dilma Rousseff. Será presidente do tribunal militar a partir de 16 de março de 2023, com dois anos de mandato. É casado e tem quatro filhos.

Continua na pág. A6

política

Decisão de julgar militares no STF é correta, afirma futuro presidente do STM

Continuação da pág. A4

Mas isso tem que chegar ao Ministério Público e só depois então é que vai chegar na Justiça Militar, quer seja na primeira instância, se for oficial-general pode chegar diretamente ao STM. Mas isso nós somos provocados, não é porque não queremos julgar.

Não tem militar porque o Ministério Público está trabalhando em cima das denúncias que foram oferecidas. Isso é o que nós temos em mente. Não é culpa da Justiça Militar ou do Ministério Público Militar a gente não ter nenhuma decisão sobre os militares.

Mas oferecer denúncia é trabalho do Ministério Público. Eles precisam fazer todas as diligências para que se chegue a uma decisão se é o caso ou não [de apresentar a denúncia]. Muitas vezes eles estão lá, buscando os dados. Nós temos menos de dois meses [dos ataques], não adianta fazer as coisas precipitadas porque você acaba causando uma injustiça.

As coisas estão caminhando dentro do devido processo legal. Nós temos que ouvir as pessoas, ver as provas, temos prazos. Essa precipitação não funciona assim.

O Exército abriu três inquéritos para investigar, entre outras coisas, a atuação do próprio Exército, através do BGP, no dia 8 de janeiro. Quem conduz o inquérito é o chefe do comandante do BGP. Não há uma distorção nesse processo? Não, porque a palavra final vai ser do Ministério Público. Ele vai receber o inquérito, vai analisar e pode pedir novas diligências. Tudo isso é feito. Não há essa ideia de que agora vai haver um corporativismo. Não existe e é visão distorcida sobre o devido processo legal feito aqui pela Justiça Militar.

A avaliação do senhor é majoritária no STM? Não conversei com ninguém porque a minha preocupação foi imprimir e levar a decisão para ler em casa. E hoje [terça-feira] de manhã eu tive um compromisso no Ministério Público do Trabalho e, quando eu estava entrando aqui, você me pediu a entrevista. Seria leviano falar que ninguém achou de mais ou de menos porque eu não falei com ninguém.

O senhor assume a presidência do STM em março. Quais são os seus planos? Naturalmente a gente se prepara, mas eu só posso falar depois que assumir. Eu estou me preparando do muito para ver porque dois anos é pouco tempo.

Estou te dando uma opinião pessoal, não estou falando como presidente ou futuro presidente. Estou falando de acordo com os meus conhecimentos como ministro do Superior Tribunal Militar.

> “
> Nós temos menos de dois meses [dos ataques], não adianta fazer as coisas precipitadas porque você acaba causando uma injustiça. As coisas estão caminhando dentro do devido processo legal

Moraes solta 173 acusados de incitar ataques golpistas

Eles terão que pôr tornozeleira eletrônica e estão proibidos de usar redes sociais

José Marques

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou nesta segunda (27) e terça-feira (28) a soltura de 173 presos sob acusação de envolvimento nos atos golpistas do dia 8 de janeiro.

Todos eles foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República por incitação ao crime e associação criminosa. Os suspeitos devem apresentar defesa prévia ao Supremo nas próximas semanas.

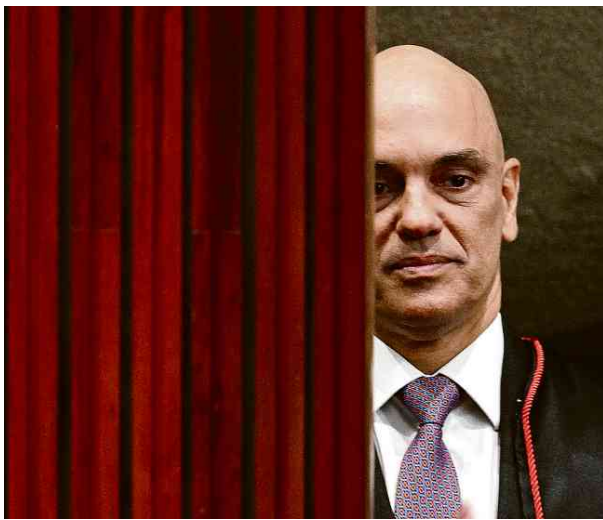
Eles foram presos em flagrante na manhã de 9 de janeiro em frente ao quartel-general do Exército em Brasília.

Como as investigações não apontaram os acusados como financiadores ou executores principais dos atos, Moraes considerou que eles poderão responder em liberdade. O ministro também levou em conta que a maioria deles tem a condição de réu primário e filhos menores de idade.

Apesar de terem sido soltos, os investigados deverão usar tornozeleira eletrônica e cumprir outras medidas ordenadas pelo ministro do Supremo, como a proibição do uso de redes sociais.

Com a decisão de Moraes, o número de pessoas ainda presas devido aos atos deve ser reduzido para aproximadamente 800, de acordo com o STF.

Os suspeitos que foram soltos não poderão se ausentar da comarca onde moram e deverão permanecer em casa no período noturno e nos finais de semana.

Todas as segundas-feiras, eles devem se apresentar à Justiça e não poderão se ausentar do país. Moraes também determinou a obrigação da entrega dos passaportes e a suspensão imediata de quaisquer documentos de porte de arma de fogo e de certificados de registros para realizar atividades de tiro desportivo e de caça.

É proibida, ainda, a comunicação com outros investigados por envolvimento nos atos golpistas.

As pessoas atingidas pela decisão são oriundas de ao menos 14 estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

No mesmo dia em que começou a determinar a soltura das 173 pessoas, Moraes fixou a competência do STF para processar e julgar crimes praticados nos ataques golpistas do dia 8 de janeiro, independentemente de os investigados serem civis ou militares.

Ele também autorizou a instauração de procedimento investigatório, pela Polícia Federal, de eventuais crimes cometidos por integrantes das Forças Armadas e das Polícias Militares relacionados "aos atentados contra a democracia que culminaram com os atos criminosos e terroristas do dia 8 de janeiro de 2023".

Havia dúvidas se, nesses casos, quem julgaria os militares seria o Supremo ou a Justiça Militar. Com a decisão, Moraes define que o STF é o responsável por analisar os casos.

"O Código Penal Militar não tutela a pessoa do militar, mas sim a dignidade da própria instituição das Forças Armadas das competência ad institutionem, conforme pacificamente decidido por esta Suprema Corte ao definir que a Justiça Militar não julga 'crimes de militares', mas sim 'crimes militares'", afirmou o ministro em sua decisão.

Moraes declarou que, na investigação sobre os atos golpistas do dia 8 de janeiro, não estão presentes "nenhuma das hipóteses" que definem o caso como de responsabilidade da Justiça Militar.

Já o MPDFT (Ministério Público do Distrito Federal e Territórios) instaurou procedimento para acompanhar e fiscalizar a prestação de assistência jurídica aos internos nos presídios do DF após as prisões decorrentes dos ataques golpistas de 8 de janeiro.

Grande parte dos detentos, segundo os promotores de Justiça, não tem advogado constituído ou recebeu atendimento apenas em alguma fase da apuração.

Por determinação de Moraes, ao menos 1.420 pessoas foram presas em flagrante nos dias 8 e 9 de janeiro ou durante as operações deflagradas pela Polícia Federal nas semanas seguintes.

Na segunda-feira (27), durante evento na Flórida (Estados Unidos), o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) defendeu as pessoas presas após a invasão e a depredação das sedes do Congresso Nacional, do STF e do Palácio do Planalto.

"Nós temos agora, vai completar dois meses, 900 pessoas presas, tratadas como terroristas. Que não foi encontrado, quando foram presos, um canivete sequer com elas. E estão presas. Chefes de família, senhoras, mães, avós", afirmou o ex-presidente.

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal Evaristo Sá - 12.dez.2022/AFP

Presas no 8 de janeiro reclamam de comida e banho gelado: 'É como se você estivesse morta'

Raquel Lopes e Constança Rezende

BRASÍLIA Mulheres que ficaram detidas no sistema penitenciário do Distrito Federal por participação nos atos golpistas de 8 de janeiro reclamam principalmente da qualidade da comida e de banho gelado quando relembram do período no presídio da Colmeia.

Segundo a Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, até o fim da tarde desta segunda-feira (27) 605 homens e 305 mulheres permaneciam presos pelos atos de 8 de janeiro. Nesta terça (28), o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou a soltura de 173.

A **Folha** conversou com mulheres liberadas após o uso de tornozeleira eletrônica, defensores públicos e advogados de presos e presas.

Duas mulheres, de 49 e 58 anos, que estavam presas e foram soltas mediante monitoramento com tornozeleira eletrônica, falam em arrependimento de estar em Brasília em 8 de janeiro; mas dizem que não participaram das depredações às sedes dos três Poderes.

Uma delas afirmou que estar na prisão é como se a pessoa estivesse morta —não se sabe o que acontece do lado de fora e a família não consegue fazer contato. Ela foi levada para a Colmeia dias depois das depredações. Ficou presa por cerca de dez dias, período que relembra chorando. Para ficar na cela, ganhou um kit de roupa branca contendo bermuda, camiseta, calcinha, escova de dente e um colchão.

Foi nesse colchão que passou a maioria do tempo, sentada e dividindo cela com mais 12 pessoas de diversos cantos do país. Elas compartilhavam uma pia e um vaso sanitário.

A mulher disse ter ficado os primeiros cinco dias sem trocar de roupa até a família comprar novos kits. Contou ainda que uma das presas estava menstruada e não tinha troca de roupa.

Ela afirma que o mais problemático na prisão era a comida. Segundo seu relato, as presas eram servidas duas vezes ao dia. No almoço recebiam uma marmita e um suco. Nos primeiros dias não havia talheres e tinham que comer com a tampa do recipiente.

Ao anoitecer, diz que recebiam outra marmita com mais dois pães, uma fruta e uma caixinha de achocolatado —esses últimos itens eram para o café da manhã. A mulher afirma que diversas vezes a comida inteira, que classificou como lavagem, foi descartada no lixo.

Outra mulher presa e posteriormente liberada após colocar uma tornozeleira eletrônica também relembra chorando do seu período na Colmeia. Segundo ela, muitas pessoas passaram mal dentro do presídio devido à qualidade da comida.

A mulher diz que o alimento vinha azedo em diversas ocasiões e que passou fome.

Conforme o defensor público Gustavo de Almeida Ribeiro, que esteve na Penitenciária Feminina do Distrito Federal nesta segunda, a principal reclamação das presas é em relação à comida, que consideram ruim. Elas também se queixam da falta de higiene.

O defensor, porém, afirmou não ter observado nenhuma questão que pudesse ser identificada como violação aos direitos humanos.

"A maior reclamação que ouvi foi que a comida, às vezes, parecia não estar limpa, com a presença de algum inseto; ou algum tipo de sujeira, como cabelo. Algumas presas estavam tranquilas, outras mais inconformadas", disse.

Uma das mulheres entrevistadas conta que agora precisa se apresentar semanalmente à Vara de Execuções Criminais do fórum da cidade em que vive e que não pode usar mais redes sociais por ordem judicial. Ela diz ter permanecido no acampamento em frente ao quartel-general do Exército, que as pessoas se arrependeram de ter ido e que só ao sair da prisão teve a dimensão dos danos causados pelos ataques.

Uma das entrevistadas, que é evangélica, afirma ter passado os dias na cela orando. Ao sair da prisão, ela diz ter parado de ir aos cultos por causa da tornozeleira eletrônica. Ela diz que se arrepende de ter participado dos atos e que na prisão há sensação de morte.

Uma das maiores preocupações da defensoria foi com a prisão de um homem de 28 anos com diagnóstico de esquizofrenia e retardo mental moderado. Ele era acompanhado pela Rede Municipal de Atenção em Saúde Mental de Feira de Santana, na Bahia.

Desde 30 de janeiro, a Defensoria Pública da União pedia a sua liberdade provisória, baseada em laudos médicos.

O subprocurador-geral da República, Carlos Frederico Santos, também solicitou que a sua prisão fosse substituída por medidas cautelares.

O pedido foi feito com outras 153 pessoas, que, segundo informações recolhidas por autoridades, estavam nos arredores do quartel-general do Exército e não entraram ou vandalizaram os órgãos públicos, e só foi atendido pelo ministro Alexandre de Moraes nesta segunda.

Rotina é a mesma para todos, diz Vara de Execuções do DF

OUTRO LADO

De acordo com a assessoria de imprensa da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, o grupo continua preso em blocos e alas separadas dos detentos comuns e a rotina é a mesma para todos: duas horas de banho de sol por dia, quatro refeições diárias, além de direito a atendimento médico, jurídico, odontológico e psicológico.

O órgão diz que "os presos seguem aguardando um posicionamento jurídico do ministro Alexandre de Moraes".

A secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal afirma, em nota, que não há distinção entre custodiados do sistema prisional.

Ainda segundo a secretaria, em unidades prisionais não há água quente para banho. Trata-se de protocolo de segurança, tendo em vista que a fiação elétrica pode ser mal utilizada pelas pessoas privadas de liberdade.

O órgão diz ainda que não houve ausência de absorvente na prisão e cada custodiada recebeu dois pacotes contendo oito absorventes cada um.

A respeito da alimentação, informou que os contratos são objeto de extrema diligência por parte dos gestores da pasta, tendo por objetivo o fornecimento de comida de boa qualidade.

Presos após atos golpistas

1.420
Prisões em flagrante, ao menos, após os atos de 8 de janeiro

767
Prisões em flagrante convertidas em preventivas e que as pessoas seguem detidas

639
Presos liberados mediante medidas cautelares, incluindo tornozeleira eletrônica

PRISÕES REALIZADAS PELA OPERAÇÃO LESA-PÁTRIA

24
Presos preventivamente

3
Presos temporariamente

PRESOS EM UNIDADES ESPECIAIS

26
incluindo o ex-ministro da Justiça Anderson Torres

689
Denunciados sob acusação de incitar as Forças Armadas contra os Poderes

225
Denunciados sob suspeita de participação direta nos atos de invasão e vandalismo

1
Servidor denunciado do Senado sob suspeita de omissão

* Números atualizados em 28 de fevereiro

Fontes: Supremo Tribunal Federal, Polícia Federal, Procuradoria-Geral da República e VEP/DF

Einstein tem a melhor avaliação em ASG na América Latina pela S&P

Organização está entre as três mais bem pontuadas do mundo na cadeia de saúde, segundo relatórios publicados pela S&P Global Ratings

Egberto Nogueira/ Divulgação

Criança é atendida em unidade do SUS sob gestão do Einstein em São Paulo; atuação social da organização foi destacada pela S&P

A adoção de melhores práticas ambientais, sociais e de governança é um caminho irreversível para empresas e organizações em todo o mundo. No sistema de saúde, que precisa lidar diretamente com o efeito das mudanças climáticas sobre as populações, a necessidade de fomentar iniciativas ligadas à redução de emissões e à promoção da equidade em saúde se mostra ainda mais urgente.

Mas como saber se os esforços de hoje serão, de fato, suficientes? Para isso, um olhar externo sobre os compromissos adotados é uma ferramenta importante. Foi o que a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein buscou ao decidir submeter as suas práticas de ASG (ambiental, social e governança) à avaliação da S&P Global Rating, em 2022. Esse tipo de avaliação é comum entre empresas de capital aberto, mas não entre instituições sem fins lucrativos. O movimento do Einstein pode estimular a melhoria das práticas ASG no setor de saúde.

"A decisão de contratar uma consultoria para avaliar o nosso desempenho se baseou no desejo de entender como estamos e onde podemos melhorar, para planejarmos os próximos passos", explica o presidente do Einstein, Sidney Klajner. "A estratégia de ASG do Einstein tem como objetivo genuíno transformar a saúde no Brasil."

A pontuação alcançada, de 76/100, mostra o Einstein entre as três melhores organizações do mundo na cadeia de saúde (entre hospitais, empresas de equipamentos e insumos e farmacêuticas), na comparação com outras análises públicas feitas pela S&P. Também é a instituição mais bem posicionada na América Latina quando comparada a empresas de todos os setores.

IMPACTO SOCIAL

Segundo o relatório, as atividades do Einstein são direcionadas pela missão de prover serviços por meio da alta qualidade, segurança e inovação em assistência, expandindo o acesso à saúde a populações e comunidades vulneráveis. Isso se traduz na promoção de maior equidade em saúde.

"Desenvolvemos ações e projetos voltados à melhoria da gestão, do diagnóstico e do tratamento na saúde pública e privada, temos um modelo de governança sólido, que é levado a todas as nossas unidades, e contribuímos significativamente para a melhoria dos resultados de saúde das comunidades em que atuamos", afirma Henrique Neves, diretor geral do Einstein. "Nosso compromisso é com a equidade em saúde e estamos fazendo isso por meio de diversas iniciativas, como avaliou o relatório."

A consultoria internacional destaca que a organização "redesenhou seu sistema de gestão de saúde para integrar os mesmos padrões em suas unidades públicas e privadas". O Einstein faz a gestão de três hospitais públicos no Brasil, além de outras 26 unidades de saúde públicas na capital paulista. Os números da atuação do Einstein no SUS superam hoje os do sistema privado em serviços como partos, consultas, pronto atendimentos e atendimentos domiciliares.

A promoção do acesso à saúde de qualidade também se dá no desenvolvimento de projetos voltados à melhoria da gestão, ao diagnóstico e ao tratamento em saúde pública por meio do PROADI-SUS (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS). Desde 2009, mais de cem projetos foram executados pelo Einstein, com dispêndio de cerca de R$ 3 bilhões.

Quando o tema é diversidade, o relatório menciona que o Einstein revela "métricas que não são amplamente divulgadas na indústria", como as raciais, de pessoas com deficiência e de desigualdades salariais entre homens e mulheres.

Na área de gestão de segurança, a S&P avalia que a atuação do Einstein é abrangente e "se espelha nas melhores práticas internacionais". A organização foi a primeira fora dos Estados Unidos a ser acreditada, em 1999, pela Joint Commission International, que atesta processos de qualidade e de segurança em saúde.

PADRÃO INTERNACIONAL

Em muitos aspectos, o que o Einstein faz hoje em ASG só encontra equivalência em padrões internacionais. O relatório evidencia que as metas de redução de gases de efeito estufa e o plano de mitigação estabelecidos pela organização são "mais avançados do que os de seus pares regionais". "Em 2021, o Einstein aderiu à campanha da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre mudanças climáticas 'Race to Zero', comprometendo-se a reduzir 50% de suas emissões totais de gases de efeito estufa até 2030 — o que é mais ambicioso do que os pares globais —, e a neutralizá-las totalmente até 2050", ressalta a S&P.

O relatório observa que, por serem relativamente recentes, os esforços para neutralizar as emissões, contudo, são um desafio na jornada ASG da organização. Segundo o diretor de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do Einstein, Guilherme Schettino, "há um esforço muito grande em expandir as boas práticas e um forte engajamento para atingir a meta de neutralização de emissões". "Entendemos que não há outro caminho", diz Schettino.

A consultoria classifica que o Einstein tem uma gestão de descarte de resíduos mais forte que os padrões do setor de saúde: "Os resíduos da organização destinados a aterros sanitários têm caído consistentemente nos últimos anos, representando 25% do total de resíduos em 2021, o que é significativamente menor do que o de seus pares regionais".

No pilar de governança, a S&P classifica o código de conduta e os valores de Einstein como fortes e coerentes em toda a sua cadeia de valor. "A entidade tem um longo histórico de implementação efetiva de seu extenso código de conduta, que é aplicado a todos os funcionários e fornecedores", pontua a agência.

COMPROMISSO EM ASG

Pontuação obtida pelo Einstein em avaliação da S&P está acima das médias regionais e mundial

América do Norte 65
Europa, Oriente Médio e África 70
Ásia, Oceania 60
América Latina 53
Média global 65
Einstein 76

PONTUAÇÃO POR PILARES:

	Einstein	Média global
Ambiental	77	63
Social	72	62
Governança	65	67

Aponte a câmera do seu celular para ver a íntegra do relatório da S&P, em inglês

Comandante disse que vitória de Lula na eleição foi indesejada no Exército

Dias antes de assumir, em janeiro, Tomás Paiva foi gravado em conversa com subordinados

Cézar Feitoza

BRASÍLIA O comandante do Exército, general Tomás Paiva, afirmou a subordinados que a vitória eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi "indesejada" pela maioria dos militares, mas "infelizmente" aconteceu.

"Não dá para falar com certeza que houve qualquer tipo de irregularidade [na eleição, em outubro]. Infelizmente, foi o resultado que, para a maioria de nós, foi indesejado, mas aconteceu", disse.

A declaração foi dada a oficiais do Comando Militar do Sudeste em 18 de janeiro —três dias antes de Tomás assumir a chefia do Exército, após a demissão do general Júlio César de Arruda.

O áudio foi gravado de forma escondida por um dos presentes e divulgado pelo podcast Roteirices. A **Folha** teve acesso à gravação, que circula em grupos de militares desde a última semana. Procurado, o Exército não se manifestou.

Durante a conversa, Tomás comentou que era preciso aceitar o resultado das eleições porque não havia nenhum sinal de irregularidade no processo eleitoral. Ele lembrou que as Forças Armadas fiscalizaram e não encontraram falhas no sistema.

"A diferença nunca foi tão pequena, mas o cara fala assim: 'General, teve fraude'. Nós participamos de todo o processo de fiscalização, fizemos relatório, fizemos tudo. Constatou-se fraude? Não. Eu estou falando para vocês, pode acreditar. A gente constatou fraude? Não."

"Este processo eleitoral que elegeu o atual presidente e que não elegeu o ex-presidente foi o mesmo processo eleitoral que elegeu majoritariamente um Congresso conservador. Elegeu majoritariamente governadores conservadores", completou.

Tomás conversava com os subordinados após o então comandante do Exército, general Arruda, reunir o Alto Comando do Exército pela primeira vez após o 8 de janeiro.

De acordo com relatos feitos à **Folha**, Arruda havia ordenado que os comandantes militares repassassem mensagens legalistas às tropas, para a manutenção da hierarquia e disciplina. Tomás aproveitou essa ordem para realizar conversas internas e incentivar o apoio ao governo Lula.

O presidente Lula cumprimenta o general Tomás Paiva Ricardo Stuckert - 21.jan.23/Divulgação Presidência/AFP

> Não dá para falar com certeza que houve qualquer tipo de irregularidade [na eleição, em outubro]. Infelizmente, foi o resultado que, para a maioria de nós, foi indesejado, mas aconteceu
>
> **General Tomás Paiva**
> comandante do Exército

Na conversa gravada, Tomás afirmou que "nós estamos na bolha fardado, militarista, de direita e conservadora" e que era importante reconhecer que "existe outra bolha, e ela não é pequena".

O comandante também dedicou parte do seu discurso para falar sobre os acampamentos golpistas que se formaram em frente a quartéis do Exército espalhados pelo país.

Segundo Tomás, houve inicialmente uma "orientação generalizada" de não impedir as manifestações golpistas, citando a nota divulgada em novembro pelos comandantes das três Forças que, com recados ao Judiciário, tentava justificar os pedidos de intervenção militar.

"Havia um entendimento do comandante em chefe das Forças Armadas, que era o presidente da República, que não era para mexer [nos acampamentos], que era legítimo. Não teve nenhuma intercorrência, ninguém se manifestou [pelo término dos atos], nem a Justiça, nem o Ministério Público, não teve nada", disse.

O comandante ainda afirmou que, na virada do governo, não houve ordem de Lula para a desmobilização dos acampamentos. "E de 1º a 8 [de janeiro], qual foi a ordem recebida para tirar? Nenhuma, não teve ordem. Porque a expectativa era que o movimento ia naturalmente se dissolver. Era de se esperar, e não ocorreu."

Apesar dos ataques às sedes dos três Poderes, destacados por Tomás como "deploráveis e lamentáveis", o comandante disse que não há como chamar os bolsonaristas de terroristas.

"É triste também porque a gente deu ferramenta para chamar o cara de terrorista. Que é isso? Não é terrorista. Estão até de sacanagem dizendo que o Mossad, está tudo mundo querendo vir aqui para aprender com a Polícia Federal como que prende 1.500 terroristas de uma vez só [...] Isso daqui é o seguinte: é vândalo, é maluco, cara que entrou numa espiral de fanatismo e extremismo que não se sustenta", completou.

Tomás também disse que era "impossível de fazer" uma "intervenção militar com Bolsonaro presidente", como pediam os bolsonaristas em frente aos quartéis. Segundo o comandante, os efeitos de um golpe militar seriam arrasadores.

"Imagina se a gente tivesse enveredado para uma aventura. A gente não sobreviveria como país. A moeda explodiria, a gente ia levar a um bloqueio econômico jamais visto. Aí sim iria virar um pária e o nosso povo viveria as consequências. Teria sangue na rua. Ou vocês acham que o povo ia ficar parado? Não ia acontecer, cara."

A apresentação de Tomás possuía uma série de slides com matérias jornalísticas e outras informações. O general leu o conteúdo em voz alta para os subordinados.

O comandante se mostrou irritado com charges e memes feitos sobre a atuação dos militares no processo eleitoral e, principalmente, com o desfile de blindados que a Marinha fez na Esplanada dos Ministérios no dia da votação da PEC (proposta de emenda à Constituição) do voto impresso na Câmara, em 2021.

"A gente fica puto quando vê um negócio desses, fica chateado, ninguém gosta", disse.

No fim da conversa, de cerca de 50 minutos, Tomás leu notícias sobre os planos do PT de promover uma reforma nas Forças Armadas. O comandante disse que é preciso conter as propostas petistas e preservar o Exército.

"Faz parte da cadeia de comando segurar para que isso não ocorra. Agora fica mais difícil, mas nós vamos segurar, porque o Brasil precisa das Forças Armadas. Da nossa postura, da nossa coesão, da nossa manutenção dos valores, da crença na hierarquia e disciplina, do nosso profissionalismo, depende a força política do comandante e dos comandantes de Força para obstar qualquer tipo de tentativa de querer nos jogar para o enquadramento", concluiu.

Tomás diz que fala buscava pacificar temas políticos

BRASÍLIA O comandante do Exército, general Tomás Paiva, disse a generais da ativa nesta terça (28) que o áudio em que disse que a vitória de Lula foi indesejada pela maioria da Força não deve ser analisado fora de contexto.

Segundo Tomás, o foco era a retomada das conversas com os subordinados no Comando Militar do Sudeste —uma conversa interna, com oficiais e sargentos, com o objetivo de pacificar assuntos políticos na caserna.

Ele ainda confirmou que o áudio é seu e, mesmo com o precedente, não pediu para que os generais deixassem os celulares do lado de fora do auditório do Quartel-General do Exército, em Brasília.

Segundo relatos, Tomás disse que a posição expressada no áudio não foi alterada. Ele reafirmou que mantém a convicção de que a política atrapalhou a vida do Exército no governo Jair Bolsonaro (PL) e que é preciso trabalhar fortemente na comunicação para despolitizar a Força.

A conversa do comandante com todos os oficiais-generais ocorre ao menos duas vezes por ano, no início e no fim do ano de instrução, mas geralmente é realizada por videoconferência.

Nesta terça, o encontro foi presencial e contou com os cerca de 150 oficiais-generais da Força —algo que não acontecia desde 2001. A **Folha** conversou com quatro dos presentes, de forma reservada.

Tomás também conversou com o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, por telefone para esclarecer o caso. Interlocutores do ministro afirmam que ele considerou a fala do comandante legalista, mas que sempre discursos internos vazados terão frases pinçadas que podem ter repercussões ruins.

Múcio recebeu críticas sobre a frase do comandante, mas respondeu aos interlocutores que a situação no Exército está controlada e destacou o trabalho de Tomás.

O vazamento do áudio, inicialmente publicado pelo podcast Roteirices e ao qual a **Folha** teve acesso, repercutiu negativamente no Exército.

"Zelaremos pela confiança que a sociedade brasileira em nós deposita, preparando-nos para responder com eficácia e eficiência aos desafios que se apresentam ao Brasil", completa. **CF**

Ministro recebeu diárias mesmo sem agenda durante viagens

Lucas Marchesini e Mateus Vargas

BRASÍLIA O ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil-MA), recebeu diárias do governo federal por dias sem agenda de trabalho em São Paulo, São Luís e até no exterior.

Até o momento, o total de diárias recebidas por Juscelino em duas viagens internacionais —a Portugal e Espanha— soma R$ 34,2 mil.

Procurado, ele não respondeu aos questionamentos feitos pela **Folha**.

Os valores de diárias recebidas constam no Portal da Transparência do governo federal. As diárias são pagas para qualquer servidor público que viaja a trabalho. Os valores variam tanto de acordo com o país de destino como a cidade. Em capitais, os valores costumam ser maiores do que os pagos para deslocamentos no interior.

De 10 a 14 de fevereiro, o ministro foi para Portugal e recebeu R$ 9.800 em diárias. Apesar de ter viajado no dia 10, uma sexta-feira, as únicas agendas dele no país foram no dia 13 (segunda), quando participou de um evento de radiodifusão e teve reuniões com empresários e autoridades.

No dia 11, de acordo com reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, o ministro acompanhou pela internet um leilão de cavalos. "Está lá direto de Portugal nos assistindo, é nosso ministro das Comunicações, Juscelino Filho, mandando um abraço", disse o locutor do evento, segundo o jornal.

A segunda viagem internacional de Juscelino foi iniciada na última sexta-feira (24) e deve se estender até 6 de março. Ele está em Barcelona para acompanhar o World Mobile Congress, evento do setor de telefonia celular.

Para toda a viagem, Juscelino deve receber um total de R$ 24,4 mil em diárias. Apesar de não ter tido agenda na própria sexta e no sábado (25), dias em que já estava na Espanha, Juscelino recebeu diárias por esses dias. O primeiro evento público foi somente às 13h do domingo (26), uma reunião com representantes da empresa Huawei. A primeira visita à feira aconteceu na segunda (27).

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil -MA) discursa na Câmara Pablo Valadares - 18.out.22/Divulgação Câmara

O ministro foi indicado para o cargo por seu partido, a União Brasil. O posto foi oferecido para a sigla na busca do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por uma base maior no Congresso Nacional.

Além dos dois casos, o ministro realizou viagens nacionais em que recebeu diárias mesmo com uma agenda pública enxuta e sem compromissos nos fins de semana.

Em 12 de janeiro, uma quinta-feira, ele foi para São Luís, capital do estado pelo qual foi eleito deputado federal.

Ficou na cidade até 16 de janeiro, uma segunda-feira. No período, teve eventos públicos somente na sexta (13) e na segunda. Para isso, recebeu R$ 2.786, referentes a quatro diárias e meia. No sábado e domingo, não teve agenda pública, embora tenha recebido diárias por esses dias.

Em outra viagem, dessa vez para São Paulo, foram R$ 3.000 em diárias para quatro dias na cidade, embora ele tivesse compromissos agendados apenas para dois deles: 26 e 27 de janeiro. Ainda segundo reportagem de O Estado de S. Paulo, ele viajou em avião da FAB (Força Aérea Brasileira) e participou de leilões de cavalos no fim de semana.

Além disso, de acordo com o jornal, o ministro omitiu R$ 2,2 milhões em cavalos de raça na sua declaração de bens à Justiça Eleitoral na última eleição.

O ministro é criador da raça Quarto de Milha, utilizada em vaquejadas e outras modalidades esportivas.

Segundo o jornal, ele possui pelo menos 12 cavalos Quarto de Milha, todos comprados em leilões. Os animais ficam no haras do próprio ministro, localizado em Vitorino Freire, cidade a 320 km de São Luís.

Juscelino também destinou emendas parlamentares que beneficiaram empreiteiras alvo da PF (Polícia Federal) e do TCU (Tribunal de Contas da União). Foram R$ 42 milhões para empresas que estão envolvidas em suspeitas de irregularidades ligadas a estatal federal Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba).

A Engefort foi a empreiteira que mais recebeu, com cerca de R$ 22,8 milhões em contratos. O TCU indica a companhia como a principal beneficiada de um suposto esquema de cartel.

Como revelou a **Folha**, a empresa dominou licitações da Codevasf em 2021 e em parte delas usou uma empresa de fechada.

Outra empresa beneficiada pelas emendas do na época deputado federal foi a Construservice. Ela teve R$ 19,3 milhões empenhados a partir de verbas direcionadas por Juscelino para empreendimentos em diversos municípios do Maranhão.

A empreiteira tem como sócio oculto um empresário conhecido como Eduardo DP. Ele chegou a ser preso em operação da PF em 2022 por uma suposta fraude em licitações e desvios de verbas federais na Codevasf.

Corregedor diz ter sido pressionado a absolver na Receita sob Bolsonaro

Secretário do Fisco aponta possível prevaricação, e Fazenda abre investigação; ex-secretário refuta acusação

Ranier Bragon

BRASÍLIA O corregedor da Receita Federal, João José Tafner, afirma ter sofrido no ano passado pressão do antigo comando do Fisco para arquivar processo disciplinar aberto contra o servidor que acessou de forma imotivada dados fiscais sigilosos de desafetos do clã Bolsonaro.

As afirmações, feitas internamente ao atual comando da Receita, resultaram na instauração de uma investigação pela Corregedoria do Ministério da Fazenda.

Como a **Folha** revelou nesta segunda-feira (27), o chefe da inteligência da Receita Federal no início da gestão Jair Bolsonaro, Ricardo Feitosa, acessou e copiou em julho de 2019 dados fiscais sigilosos de desafetos do então presidente.

São eles o coordenador das investigações sobre o suposto esquema das "rachadinhas" —o então procurador-geral de Justiça do Rio Eduardo Gussem— e dois políticos que haviam rompido com a família presidencial, o empresário Paulo Marinho e o ex-ministro Gustavo Bebianno.

Segundo documentos internos e depoimentos de pessoas ligadas ao caso, Tafner acusou o então secretário da Receita Federal Julio Cesar Vieira Gomes e o então subsecretário-geral, José de Assis Ferraz Neto, de pressioná-lo no ano passado a arquivar o caso e não punir Feitosa.

Vieira Gomes e Ferraz Neto deixaram os cargos em dezembro.

A **Folha** confirmou com diferentes fontes de informação que o atual secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, transcreveu as acusações de Tafner em ata e as enviou à corregedoria da Fazenda, que já abriu investigação.

Segundo esses relatos, Barreirinhas viu possível ato de prevaricação, pois Tafner não teria denunciado o caso ou tomado providências à época das supostas pressões.

O novo chefe do Fisco não é auditor fiscal e chegou ao cargo pelas mãos do ministro Fernando Haddad (Fazenda), de quem foi secretário na Prefeitura de São Paulo.

Essa ata conteria ainda outra acusação de Tafner contra o próprio Barreirinhas. O corregedor afirma também ter sofrido pressão do atual comando da Receita para renunciar ao seu mandato na corregedoria do Fisco, que termina só em janeiro de 2025.

Tafner participou de atos de campanha bolsonarista em 2018 e chegou a posar para fotos ao lado do então candidato a deputado Eduardo Bolsonaro usando camisa da seleção brasileira e adesivo de um outro candidato do PSL.

Ele chegou à função após uma longa campanha pública e de bastidores do clã Bolsonaro para emplacar na cadeira alguém alinhado, já que a família afirmava ser perseguida por meio de acessos ilegais de dados e vazamentos de informações sigilosas, em especial os de Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Desde 2020, os advogados do senador alegam que seu cliente teve os dados fiscais acessados ilegalmente pela Receita para fornecer informações ao relatório do Coaf, órgão de inteligência financeira que apontou as movimentações suspeitas de seu ex-assessor Fabrício Queiroz.

A corregedoria da Receita Federal não encontrou indícios de que o relatório do Coaf que trouxe à tona o escândalo das "rachadinhas" tenha envolvido ato ilegal de auditores fiscais do Rio de Janeiro.

Ainda de acordo com relatos de pessoas a par das investigações, o atual corregedor fez as afirmações sobre a suposta pressão que teria sofrido da gestão anterior em um contexto de sinalizar para o atual comando do Fisco que não é bolsonarista.

Tafner entregou a conclusão da investigação contra Feitosa com a recomendação de demissão do servidor. A decisão final cabe a Haddad.

Os documentos e informações obtidos pela **Folha** mostram que o então chefe da inteligência da Receita, que ficou no posto só quatro meses —de maio a setembro de 2019—, acessou e extraiu cópia de Imposto de Renda de desafetos de Bolsonaro, relativos a vários anos, além de promover uma devassa em outros três sistemas de consulta de dados da Receita.

Não havia nenhuma investigação formal na Receita contra essas pessoas que justificasse essas consultas.

Feitosa diz que não vazou dados sigilosos e que sempre atuou no estrito cumprimento do dever legal.

O corregedor da Receita João José Tafner (de camisa da seleção) em evento de apoio a Bolsonaro em Jaguariúna (SP), em setembro de 2018, com o deputado Eduardo Bolsonaro e o 4º colocado na disputa à Prefeitura de Jundiaí em 2020, Marcus Dantas (PSL) Reprodução

Ex-secretário nega pressão e afirma que órgão tem autonomia

OUTRO LADO

O ex-secretário da Receita Federal Julio Cesar Vieira Gomes negou ter exercido pressão sobre a corregedoria e disse que os pareceres do órgão sempre foram seguidos à risca em sua gestão.

"O gabinete da Receita na gestão anterior não sofreu nem exerceu qualquer pressão sobre a Corregedoria da Receita Federal no sentido de alterar os seus pareceres em processos disciplinares, todos integralmente acatados. A Corregedoria da Receita é um órgão técnico e exerce suas atribuições com autonomia", afirmou.

Julio Cesar comandou o Fisco de dezembro de 2021 a dezembro de 2022.

A **Folha** não conseguiu contato com Ferraz Neto.

A reportagem enviou perguntas específicas a Tafner por meio da assessoria de imprensa da Receita e também diretamente a ele, em mensagem de texto, mas não obteve resposta.

Também procurado por meio da assessoria do Fisco, Barreirinhas não se manifestou.

Em resposta a perguntas sobre o caso, a Corregedoria do Ministério da Fazenda afirmou, em nota, que "eventuais procedimentos investigativos e processos correcionais não conclusos, que estejam em trâmite no âmbito desta Corregedoria, são de acesso restrito, não sendo permitida a divulgação de informações ou documentos a eles relacionados".

Entidades de imprensa reagem a ataque de petista contra jornalista da Folha

José Matheus Santos

RECIFE A Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), o Sinjorba (Sindicato dos Jornalistas da Bahia), a Associação Bahiana de Imprensa e a Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) reagiram, nesta terça-feira (28), ao ataque do deputado estadual Rosemberg Pinto (PT) ao jornalista João Pedro Pitombo, da **Folha**.

O líder do governo de Jerônimo Rodrigues (PT) na Assembleia Legislativa da Bahia contestou reportagem revelando que a esposa do ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), omitiu no currículo que ocupa um cargo na Secretaria de Saúde do estado há pelo menos nove anos, incluindo os oito anos em que seu marido foi governador.

Aline Peixoto, que é enfermeira e concorre a uma vaga de conselheira no Tribunal de Contas dos Municípios, foi nomeada no dia 5 de maio de 2014 como assessora especial da Secretaria Estadual de Saúde da Bahia.

Em vídeo gravado e publicado na segunda (27) pelo portal Aratu On, Rosemberg Pinto acusa o jornalista de escrever "contra a Bahia" e chama Pitombo de "mentiroso".

"Ele que escreve contra a Bahia. Ele é mentiroso, o currículo dela diz que ela trabalhou, foi assessora especial", diz o deputado, ao ser interrompido pelo repórter.

O repórter diz que no currículo há menção ao trabalho de 2012 a 2014, mas não ao vínculo desde então, ao passo que o parlamentar petista responde: "Não sei, para a Assembleia não interessa, só interessa se ela tem capacidade de ser conselheira".

"A crítica tem sido feita por alguns jornalistas, a exemplo do que escreveu a matéria da **Folha de S.Paulo**, que não gosta dos baianos, só fala mal da Bahia, dos políticos, principalmente de esquerda. [Ele] faz uma crítica ácida a Aline. Na minha opinião, isso é um machismo por trás de quem está escrevendo", afirma Rosemberg.

Em nota conjunta, a Fenaj, o Sindicato dos Jornalistas da Bahia e a Associação Bahiana de Imprensa manifestaram solidariedade a Pitombo e frisaram que não há mentira na reportagem publicada.

"Não há qualquer inverdade na referida matéria, apurada segundo critérios técnicos, com informações confirmadas por fontes da Secretaria de Saúde do Estado e corroborada pelo ex-secretário da pasta, o médico Fábio Vilas-Boas, a quem Aline Peixoto, concorrente a uma vaga de conselheira no Tribunal de Contas dos Municípios, esteve subordinada."

As entidades ainda chamaram "atenção da imprensa e de outros segmentos sociais, para a necessidade de se discutir os critérios não técnicos que sempre foram utilizados na indicação aos postos dos tribunais de contas, inclusive na Bahia".

Para a Abraji, afirmações como a do deputado "servem apenas para incentivar a violência contra os jornalistas".

Segundo a associação, em mensagem por WhatsApp, o deputado disse que sua fala se tratou de uma resposta pessoal. "Tenho o direito de opinar pelo que entendo de verdades e mentiras."

"Nós, da Abraji, temos contabilizado mais de uma centenas de ataques de violência política nos últimos meses e acompanhamos de perto como manifestações deste tipo têm servido para desqualificar o jornalismo e seu papel fundamental de oferecer informações de interesse público", diz a entidade.

A reportagem procurou o deputado nesta terça, após a reação de entidades. A assessoria de imprensa do parlamentar disse que ele não se manifestaria sobre o assunto.

Rosemberg, porém, utilizou seu tempo de discurso na Assembleia nesta terça-feira dizendo não retirar as críticas contra o jornalista.

"Primeiro, tenho um respeito muito grande pela imprensa. Não fiz nenhuma agressão à imprensa. Segundo, quando o jornalista me questionou sobre um determinado tema, e ele leva a palavra do órgão de imprensa, eu fiz questão, para respeitar a imprensa, de separar a imprensa e fazer uma afirmação personalizada, que não retiro, personalizada", disse.

LULA PARTICIPA DE RELANÇAMENTO DE CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO PLANALTO

Público levanta pratos de papel durante solenidade nesta terça-feira (28), no Palácio do Planalto, em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) relançou o Consea (Conselho de Segurança Nutricional e Alimentar) Pedro Ladeira/Folhapress

Desembargadora manda site excluir delatores de reportagens

CURITIBA Delatores de uma operação que já levou sete prefeitos de Santa Catarina à prisão tiveram seus nomes retirados por ordem judicial de reportagens publicadas na TV e na internet pelo grupo de comunicação NSC.

A exclusão dos nomes foi determinada na sexta (24) pela desembargadora Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que atendeu a um pedido de delatores e também do Ministério Público, responsável pela operação, batizada de Mensageiro. Cabe recurso.

Ela defendeu a liberdade de imprensa, mas citou ameaças contra os delatores e trechos da lei que estabelece que a identidade de colaboradores da Justiça não será revelada, sem autorização prévia, por meios de comunicação.

"Já existem relatos de possíveis tentativas de intimidação em face de investigados de menor posição na suposta organização criminosa por meios nada convencionais e até mesmo violentos, que inclusive são objeto de apuração em meios próprios", escreveu.

À NSC, deu prazo para a retirada dos nomes dos delatores nas reportagens já veiculadas, com multa diária de R$ 100 mil em caso de descumprimento, e estendeu a proibição de revelar as identidades dos colaboradores premiados para todos os veículos de comunicação. A determinação já foi cumprida.

Procurada, a NSC enviou nota dizendo que "cumpriu imediatamente e ingressou com mandado de segurança, solicitando sua reforma."

A NSC é a maior empresa de comunicação de Santa Catarina, composta por TV afiliada à Globo, portal na internet, rádio e impresso.

Procurado, o Ministério Público enviou nota, na qual afirma que "manifestou-se apenas pelo deferimento do pedido de exclusão e proibição de que os nomes dos colaboradores da Operação Mensageiro sejam divulgados, com base na Lei 12.850/13".

Os delatores pediram à Justiça, além da exclusão dos nomes, instauração de inquérito policial contra um jornalista da NSC por prática, em tese, do crime previsto de "revelar a identidade, fotografar ou filmar o colaborador, sem sua prévia autorização por escrito", e que prevê pena de reclusão de um a três anos e multa.

Catarina Scortecci

O artigo 142 é inocente

Quem arma golpe militar são as vivandeiras

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada".

Ministros dignitários do governo querem mudar o texto do artigo 142 da Constituição para impedir novas aventuras golpistas. A intenção pode ser boa, o resultado será nulo e a iniciativa acabará no ridículo.

O tão falado 142 diz o seguinte:

Artigo 142: As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Seu autor intelectual foi o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército de março de 1985 a março de 1990. Criou-se a fantasia segundo a qual esse texto abre o caminho para golpes militares, a partir de uma malversação de mobilizações militares pelo instrumento da Garantia da Lei e da Ordem.

Durante o governo de Michel Temer, por pouco não se chegou a uma utilização homófoba da GLO, permitindo-se a expedição de mandados coletivos de busca e apreensão para os moradores de uma rua, comunidade ou bairro. Ficou no talvez.

Pode-se dar ao artigo 142 qualquer redação e ainda assim o regime democrático poderá ser ameaçado por golpes militares, mas jamais haverá golpe sem a participação e o estímulo das vivandeiras civis.

Se não houve golpe no ocaso do bolsonarismo, foi porque eram irrelevantes as vivandeiras e prevaleceu na cúpula militar o sentimento legalista. É bom lembrar que o ex-ministro Anderson Torres, em cuja casa havia um projeto maluco de golpe, é um paisano. O regime mostrou-se blindado pela firmeza das posições do Judiciário e do Congresso.

A discussão do texto do artigo 142 desloca o eixo da questão para o mundo da fantasia. Anderson Torres está preso, e presas estão centenas de pessoas que vandalizaram o Congresso, o Planalto e o Supremo Tribunal.

Os denunciados são 912. O ministro Alexandre de Moraes conduz a investigação do golpismo de 8 de janeiro. Nas mãos desse magistrado está a responsabilização dos culpados, civis e militares.

Nenhum dos 912 denunciados ou daqueles que se meteram com o 8 de janeiro queria garantir os Poderes constitucionais. Pelo contrário.

É de um militar, o marechal Castello Branco, a melhor qualificação das vivandeiras: "Eu os identifico a todos. E são muitos deles, os mesmos que, desde 1930, como vivandeiras alvoroçadas, vêm aos bivaques bolir com os granadeiros e provocar extravagâncias do Poder Militar."

No ano do centenário da morte de Rui Barbosa, um campeão de campanhas civilistas, fica a lembrança de que a ação de vivandeiras, anterior a 1930, não se resume aos trogloditas dos vandalismos do 8 de janeiro.

No dia 9 de novembro de 1889, Rui bolia com os granadeiros, insinuando que o governo queria diluir a força do Exército "que ir-se-á escoando, batalhão a batalhão, até desaparecer da capital do império o último soldado."

Na manhã do dia 15 deu-se a extravagância e à tarde ele foi nomeado ministro da Fazenda.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | **QUI. Conrado H. Mendes** | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli

CNJ afasta Marcelo Bretas, juiz da Lava Jato no Rio de Janeiro

Reclamações contra magistrado incluem negociações irregulares em processos

José Marques e Italo Nogueira

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) afastou do cargo nesta terça (28) o juiz Marcelo Bretas, responsável pela Operação Lava Jato no Rio de Janeiro, por supostas irregularidades na condução dos processos.

Em sessão sigilosa, o colegiado decidiu por unanimidade instaurar um processo administrativo disciplinar contra o magistrado. Por 12 votos a 3, os conselheiros determinaram o afastamento até a conclusão das investigações. Não foram analisados os casos que Bretas julgou, apenas a conduta dele como juiz criminal.

Os conselheiros analisaram em conjunto três reclamações feitas contra Bretas. Duas têm como origem delações premiadas de advogados que relataram supostas negociações irregulares do magistrado na condução dos processos.

A terceira se refere a uma queixa do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), de suposta atuação política na eleição de 2018 em favor do ex-juiz Wilson Witzel, vitorioso daquela disputa e afastado dois anos depois do governo.

O corregedor Luis Felipe Salomão, relator dos processos, votou pelo afastamento do magistrado até a conclusão do processo administrativo disciplinar a ser instaurado. Ele foi acompanhado por outros 11 conselheiros.

O conselheiro João Paulo Schoucair votou pela abertura do procedimento, mas sem o afastamento do magistrado. Ele foi acompanhado por outros dois conselheiros.

A decisão afasta Bretas da 7ª Vara Federal Criminal, onde ainda estão alguns dos processos da Lava Jato fluminense. Eles serão conduzidos pela juíza-substituta da vara, Caroline Vieira até a conclusão do processo, quando o CNJ analisará o destino do magistrado.

Bretas não se manifestou sobre a decisão do Conselho. Ele se tornou responsável pela Lava Jato fluminense na primeira instância em 2015, atuando em processos envolvendo corrupção na Eletrobras. Ele também assumiu os processos sobre o esquema de corrupção do ex-governador Sérgio Cabral, a quem mandou prender e condenou a mais de 400 anos de prisão em mais de 30 ações penais.

Os desdobramentos da investigação levaram à prisão de uma série de empresários, como Eike Batista, e uma rede de mais de 50 doleiros.

Dentro de investigação sobre a estatal Eletronuclear, o magistrado também expediu em 2019 ordem determinando a prisão do ex-presidente Michel Temer (MDB), revertida posteriormente no STJ (Superior Tribunal de Justiça).

O juiz vem desde 2021 tendo sua atuação questionada em tribunais superiores. Diversos processos foram retirados de suas mãos pelo STF (Supremo Tribunal Federal) com o entendimento de que a conexão entre eles não é suficiente para mantê-los obrigatoriamente sob responsabilidade do magistrado.

A superexposição ao lado de políticos também marcou a trajetória do magistrado. Imagens de Bretas junto ao então governador Witzel em jatinho, festas e no Maracanã se tornaram comuns. Ele chegou a ser punido pelo TRF-2 (Tribunal Regional Federal) por participar de uma inauguração de obra pública ao lado do ex-presidente Jair Bolsonaro e do então prefeito Marcelo Crivella (Republicanos).

Delações premiadas firmadas com a PGR (Procuradoria-Geral da República) também apontaram supostas irregularidades de Bretas na condução dos processos.

Uma das reclamações analisadas pelo CNJ se refere a uma representação feita pelo Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) com base em reportagem publicada pela Veja sobre a delação premiada do advogado Nythalmar Dias Ferreira Filho.

O advogado procurou a PGR após ser alvo de busca e apreensão numa investigação do Ministério Público Federal sob suspeita de tráfico de influência e venda de prestígio na captação de clientes.

Ele relatou supostos acordos feitos com o juiz antes do proferimento de sentenças com o envolvimento de procuradores. Um dos casos se refere à suposta negociação com Bretas e um procurador da força-tarefa fluminense sobre como a confissão do empresário Fernando Cavendish num interrogatório afetaria o acordo de delação ainda em debate.

Uma segunda representação analisada pelo CNJ aborda uma correição feita pela Corregedoria do órgão na 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, comandada por Bretas.

A fiscalização foi motivada pela delação do advogado José Antônio Fichtner, que afirma ter recebido ofertas de vantagens e pressão por parte de Nythalmar quando era alvo de investigação sob responsabilidade do magistrado.

A representação apresentada por Eduardo Paes questiona o fato de o magistrado ter marcado de forma seguida, durante a campanha eleitoral de 2018, interrogatórios de seu ex-secretário de Obras Alexandre Pinto, à época réu confesso da acusação de recebimento de propina.

A quarta e última audiência foi realizada três dias antes do primeiro turno. Após três interrogatórios sem envolver Paes nos atos de corrupção, Pinto afirmou pela primeira vez que soube de acerto de propina por parte do prefeito, que nega a acusação.

"O prejuízo que daí resultou à campanha eleitoral do ora requerente é intuitivo, culminando mais tarde na eleição do sr. Wilson Witzel", afirma a representação de Paes.

Após a eleição, Bretas exibiu relação próxima com Witzel o acompanhando de jatinho a posse de Jair Bolsonaro e frequentando o camarote do governo estadual no Maracanã.

Naquele ano, Paes também havia sido ouvido como testemunha no processo sobre o suposto pagamento de propina a membros do COI (Comitê Olímpico Internacional) para a escolha do Rio como sede das Olimpíadas de 2016.

Durante o ato, Bretas fez questionamentos sem relação com a ação, questionando o prefeito sobre suposto pagamento de propina ou caixa dois eleitoral a ele em obras do município para os Jogos.

"Estas evidências concretas adicionais tornam ainda mais consistente a demonstração de que o juiz lançou mão dos seus poderes jurisdicionais para perseguir e prejudicar Eduardo Paes e favorecer Wilson Witzel, agindo com parcialidade e em acintoso desprezo pela dignidade, honra e decoro das suas funções", diz a representação.

A punição a Bretas se soma à já aplicada ao ex-coordenador da força-tarefa da Lava Jato fluminense, o procurador Eduardo El Hage, pelo CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público).

O Conselho decidiu em dezembro suspender o procurador por 30 dias por supostamente ter divulgado dados sigilosos sobre uma investigação contra o ex-senador emedebista Romero Jucá, que era alvo de denúncia. Nesta terça, o CNMP iniciou o julgamento de um recurso de El Hage, interrompido por um pedido de vista.

A divulgação questionada pelo CNMP se deu por meio de uma nota oficial publicada no site do MPF e seguiu padrões adotados pela própria PGR. O resultado do julgamento colidiu com o relatório da Comissão Processante, que opinou pela improcedência da acusação.

Bretas oferece pipoca para Sergio Moro em sessão de cinema Theo Marques - 28.ago.17/Folhapress

Imagem publicada pelo juiz ao lado com o governador Cláudio Castro Reprodução Instagram Marcelo Bretas

Bretas segura a mão de Wilson Witzel durante carona em voo da FAB Reprodução Instagram Marcelo Bretas

Câmara mira big tech em PL das Fake News e quer imunidade parlamentar

Relator de projeto, que incorporará proposta do governo, apoia mudança no Marco Civil para punir plataformas

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO O relator do Projeto de Lei das Fake News, deputado federal Orlando Silva (PC do B-SP), apoia uma flexibilização do Marco Civil da Internet que determine punição das plataformas por conteúdos antidemocráticos, em linha com a proposta do governo Lula (PT) para a regulação do setor.

Mas Orlando defende que o texto em discussão com o Executivo inclua a blindagem parlamentar nas redes e um órgão regulador, pontos que enfrentam resistência por parte do governo e de representantes da sociedade civil.

Após a oposição do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), o Planalto recuou da intenção de elaborar uma medida provisória para impor às plataformas o "dever de cuidado", ou seja, a obrigação de impedir a disseminação de conteúdo que viole a Lei do Estado Democrático de Direito — como pedidos de abolição do Estado de Direito, estímulo à violência para deposição do governo ou incitação de animosidade entre as Forças Armadas e os Poderes.

Agora, o Executivo está discutindo com Orlando e Lira como incorporar as medidas de punição das plataformas ao PL (projeto de lei) 2.630, conhecido como PL das Fake News. Eles irão se reunir ainda nesta semana.

A responsabilização das plataformas, entretanto, não está prevista na redação atual do PL das Fake News e seria uma concessão ao governo.

O Marco Civil, de 2014, é a principal lei que regula a internet no Brasil e determina que as plataformas só podem ser responsabilizadas civilmente por conteúdos de terceiros se não cumprirem ordens judiciais de remoção.

A proposta do Ministério da Justiça brasileiro, que seria incorporada ao PL das Fake News, prevê a responsabilização e a remoção proativa de conteúdos pelas plataformas, antes de ordem judicial.

No entanto, o texto também estabelece que as empresas não seriam responsabilizadas por determinadas postagens que eventualmente violem a lei — elas só seriam multadas caso houvesse um descumprimento generalizado do "dever de cuidado".

Parte da sociedade civil, do Congresso e as plataformas criticam essa medida.

Para seus críticos, a responsabilização levaria as empresas a se autocensurarem e a removerem conteúdos legítimos para evitar possíveis sanções.

> "A legislação ganhou um sentido de urgência, já que nós temos agora um governo que apoia regulação. A legislação europeia [o DSA, que acaba de entrar em vigor] mostra que, ao contrário do que diziam as plataformas, é possível colocar as regras em prática, e o 8 de janeiro mostrou a gravidade do problema
>
> **Orlando Silva (PC do B-SP)**
> deputado federal relator do PL das Fake News na Câmara

De acordo com Orlando, "é inexorável" mexer no Marco Civil da Internet.

"A legislação ganhou um sentido de urgência, já que nós temos agora um governo que apoia regulação. A legislação europeia [o DSA, que acaba de entrar em vigor] mostra que, ao contrário do que diziam as plataformas, é possível colocar as regras em prática, e o 8 de janeiro mostrou a gravidade do problema", argumenta o deputado.

A diretiva de e-commerce da União Europeia, de 2000, estabelece que as redes só podem ser responsabilizadas por conteúdo de terceiros se souberem da existência dele e não remover, ou seja, só é necessário retirar a publicação, por exemplo, se receber uma denúncia de um usuário e não agir.

A lei de serviços digitais, vigente a partir deste mês na UE, mantém essa imunidade, mas estabelece uma série de obrigações que devem ser cumpridas pelas plataformas, como relatórios de transparência, e demonstração de conteúdos danosos removidos.

Para Orlando, deveria haver mudança no regime de responsabilidade no Brasil nos casos de violação da Lei do Estado Democrático de Direito, terrorismo e atentados contra a saúde pública. O deputado também quer incluir no texto a responsabilização das plataformas nos casos em que as empresas ganham com impulsionamento ou monetização do conteúdo que viola a lei.

Mas o relator enfatiza a necessidade de incorporar ao projeto de lei um órgão regulador para fiscalizar o cumprimento da nova legislação. Uma das opções seria um comitê gestor da internet turbinado, com mais poder. "Não dá para ficar tudo em cima do Poder Judiciário", diz.

Dentro do governo, não há consenso sobre a necessidade de criar um órgão regulatório que determinaria se as empresas cumpriram seu dever de cuidado e se, caso contrário, deveriam ser multadas. Alguns acreditam que o Judiciário poderia cumprir esse papel.

O relator quer manter no texto a previsão de estender a imunidade parlamentar para a atuação em plataformas online. O ponto é uma prioridade de Lira, mas enfrenta resistência em alas do governo e da sociedade civil, por ser visto como uma liberdade para políticos desinformarem impunemente.

"Nesta semana, vou me dedicar a discutir o projeto com o governo, líderes e consultar as bancadas", disse o deputado, acrescentando que o ministro Alexandre de Moraes, ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) e presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), também será ouvido.

Uma multidão de golpistas invade o Palácio do Planalto, sede do governo federal, na praça dos Três Poderes, em Brasília Ton Molina - 8.jan.23/AFP

Facebook diz que 8/1 é culpa de infratores, não de redes sociais

Paula Soprana

SÃO PAULO A Meta, proprietária das redes sociais Facebook e Instagram, afirmou nesta terça-feira (28), ao divulgar dados sobre o período da eleição até o ataque golpista em Brasília, que a "responsabilidade pelos acontecimentos ocorridos no Brasil em 8 de janeiro é de quem infringiu a lei ao invadir e destruir os prédios públicos".

"E a ideia de que não agimos para proteger as eleições no Brasil em 2022 simplesmente não é corroborada por fatos ou dados", acrescentou o relatório.

Esse relatório da Meta sobre suas medidas surge no contexto em que o governo federal vem acelerando iniciativas para regular as redes sociais.

Até esta terça-feira, a empresa havia publicado dados sobre remoção de conteúdo no primeiro turno. À tarde, dispôs informações sobre todo o período eleitoral até 8 de janeiro, quando bolsonaristas invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes.

Desde 16 de agosto passado, data do início da campanha eleitoral, até 8 de janeiro, a empresa derrubou 1 milhão de conteúdos no Facebook e mais de 960 mil no Instagram por violação à política de violência e incitação, que inclui pedidos de intervenção militar.

Poucos dias após o segundo turno, a Meta alterou uma política para o Brasil e começou a banir as publicações que tivessem qualquer incitação ao golpe militar.

Em relação ao discurso de ódio, a empresa afirmou ter retirado 570 mil posts no Facebook e 520 mil no Instagram nesse mesmo período.

As big techs divulgam relatórios sobre atuação eleitoral, tal como fez YouTube e TikTok. Dados sobre 8 de janeiro, no entanto, representam uma tentativa de prestar contas especialmente às autoridades, que deram tração à ideia de regulação das redes sociais após os atos golpistas.

O primeiro a encabeçar esse movimento foi o TikTok, que há poucos dias entregou ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) um documento afirmando que barrou 10,5 mil vídeos no escopo da tentativa de golpe, no período de 8 a 15 de janeiro.

Nesse documento, que foi entregue ao presidente da corte, o ministro Alexandre de Moraes, a empresa chinesa argumenta que, desse montante, apenas cinco URLs foram retiradas da rede a partir de alguma determinação da Justiça.

A Meta não divulga dados somente sobre 8 de janeiro e não distingue, em seu relatório, quantos conteúdos foram derrubados a partir de ordem judicial. Afirmou, entretanto, que cumpre as solicitações de autoridades e tribunais sobre a retirada de conteúdos "em tempo hábil".

A empresa também defende uma regulação "clara e consistente a ser seguida por todas as plataformas" e diz que não cabe às empresas privadas tomar "tantas decisões importantes sozinhas".

> "A ideia de que não agimos para proteger as eleições no Brasil em 2022 simplesmente não é corroborada por fatos ou dados
>
> **Meta, dona de Facebook e Instagram**
> em relatório sobre sua atuação na moderação de conteúdos durante a campanha eleitoral

O setor privado tenta aplicar uma espécie de vacina contra o discurso de que permaneceu inábil durante os atos violentos em Brasília. Membros do governo ficaram insatisfeitos com a atuação das plataformas durante o dia 8.

Uma das leituras entre profissionais de diferentes redes sociais é que os ataques golpistas foram gestados a céu aberto nos acampamentos em frente aos quartéis e que o ônus não poderia cair apenas sobre plataformas de redes sociais, que cumpriram ordens da Justiça.

O governo entregou ao deputado federal Orlando Silva (PC do B-SP), relator do chamado PL das Fake News, uma proposta regulatória que começou a ser desenhada na esteira dos atos antidemocráticos. A medida, inicialmente criada como medida provisória, deve ter trechos incorporados ao projeto de Orlando, que tramita há três anos e já foi aprovado no Senado.

Elaborada no Ministério da Justiça, a proposta dava às plataformas "dever de cuidado" para impedir a disseminação de conteúdos que atentassem contra o Estado democrático de Direito e responsabilização por conteúdos do tipo antes de haver ordem judicial. A medida alteraria artigo do Marco Civil da Internet, de 2014, que hoje isenta responsabiliza civilmente as plataformas por conteúdos de terceiros apenas se elas não cumprirem ordem judicial específica.

Conforme mostrou a **Folha** nesta terça, Orlando pode acatar uma possível mudança no Marco Civil e incluir no projeto de lei um órgão regulador para fiscalizar o cumprimento da nova legislação para que "não dá para ficar tudo em cima do Poder Judiciário".

Ataque falso, espaço aéreo fechado e drones levam gosto da guerra à Rússia

Hackers divulgam alerta em rádios e TVs, governo veta voos em São Petersburgo, e depósito é atacado

GUERRA DA UCRÂNIA

Igor Gielow

SÃO PAULO Enquanto as tropas de Vladimir Putin provocam o que o Exército ucraniano chamou de "situação extremamente tensa" no leste do país, alarmes falsos e uma série de ataques com drones levaram o gosto da guerra para o território da Rússia nesta terça-feira (28).

Em ação de escopo inédito, hackers invadiram servidores de rádios e TVs de cerca de uma dúzia de cidades e divulgaram uma mensagem de ataque com míssil iminente pela manhã, madrugada no Brasil.

"Atenção, atenção. Um alerta aéreo foi emitido. Todos devem ir a abrigos agora. Atenção, atenção. Ameaça de míssil", dizia uma voz feminina com sirenes ao fundo em vídeos captados nas redes sociais —em locais diversos, como a Crimeia e Ufa, nos Urais.

Na península anexada da Ucrânia em 2014, uma TV regional mostrou o símbolo de um homem correndo e a mensagem "todos para o abrigo agora". Não houve registro de pânico, contudo. Segundo a mídia estatal russa, os ucranianos são os culpados. O coletivo de hackers Anonymous reivindicou a autoria do ataque em nome do país invadido, mas há poucos detalhes sobre como foi atingido tal nível de sofisticação.

Já na vida real, houve uma interrupção do tráfego aéreo pela manhã em um raio de 200 km em torno do aeroporto de Pulkovo, em São Petersburgo. A agência de notícias RIA-Novosti, citando uma fonte anônima, afirmou que o motivo foi o avistamento de um objeto não identificado, talvez um drone, e que caças foram enviados para tentar elucidar o caso —sem sucesso.

Mais tarde, o Ministério da Defesa afirmou que tudo não passou de um exercício de defesa aérea coordenado com a agência civil de aviação do país. Mesmo que essa versão seja verdadeira, causou espanto tal medida drástica ser tomada sem aviso aos passageiros.

Segundo o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, Putin foi informado sobre a disrupção em São Petersburgo, cidade natal e berço político do presidente. A interrupção durou uma hora e acabou por volta das 12h (6h em Brasília), com vários voos tendo dado meia-volta, de acordo com sites de monitoramento aéreo.

O episódio, que ecoa a recente crise dos óvnis devido à interceptação de um balão chinês sobre os Estados Unidos, coloca em perspectiva a percepção russa da guerra. O Kremlin busca de todas as maneiras, na mídia estatal que controla, pintar um quadro controlado de uma "operação militar especial".

Nas ruas de Moscou, há pouquíssimos sinais do conflito a cerca de 500 km dali: um isolado "Z", símbolo da invasão que completou um ano na sexta-feira (24), na frente do parque Górki, ou alguns cartazes de rua homenageando os soldados mortos.

Houve, de todo modo, ataques em território russo desde o começo da guerra. Belgorodo é uma região que registra explosões ocasionais, e bases aéreas bastante distantes das fronteiras ucranianas foram atingidas por drones de longo alcance de origem soviética.

Foi novamente o caso nesta terça. Um depósito de combustível em Tuapse, a distantes 700 km da Ucrânia, foi atingido, de acordo com as autoridades locais, por drones. O incêndio continuou ao longo do dia. Não está clara a natureza do ataque, que não foi reivindicado por ninguém —nunca é possível descartar a ação de infiltrados dentro da Rússia ou de opositores do governo.

De acordo com a agência RIA-Novosti, houve também dois ataques frustrados com drones nas regiões de Krasnodar e Adiguésia, mas não está claro se estão relacionados ao incidente em Tuapse, que fica no primeiro território.

Além disso, um drone ucraniano UJ-22, aparelho pequeno com carga de 20 kg e autonomia de 800 km, caiu perto de Kolomna, meros 110 km a sudeste de Moscou. Segundo o governo regional, ele mirava uma estação de compressão de gás que serve a capital russa.

Também nesta terça, Putin pediu que o principal serviço de segurança interno da Rússia, o FSB, redobre seu trabalho contra sabotadores. "Serviços de inteligência ocidentais tradicionalmente atuam ativamente na Rússia, e agora eles colocaram pessoal adicional, recursos técnicos e outros contra nós. Temos de responder à altura", afirmou. O FSB é o principal sucessor da antiga KGB soviética, e foi dirigido por Putin antes de ele virar premiê em 1999.

Em campo, a pressão russa em torno de Bakhmut, onde foram avistados pela primeira vez tanques alemães Leopard-2, presumivelmente do lote de quatro já doados pela Polônia a Kiev, segue intensa, com relatos de queda iminente da cidade estratégica em Donetsk (leste). Tomar Bakhmut, palco de algumas das batalhas mais sangrentas da guerra, seria o primeiro grande prêmio da Rússia em mais de seis meses e abriria caminho para a tomada dos últimos centros urbanos remanescentes na região.

O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, descreveu Bakhmut como uma fortaleza que precisa ser defendida. Ele voltou a pedir celeridade para a admissão de seu país na União Europeia. Em visita a Helsinque, o secretário-geral da Otan (aliança militar ocidental), Jens Stoltenberg, disse que os países do grupo "concordam que a Ucrânia deve virar um membro, mas que isso é perspectiva de longo prazo".

IMAGENS DE SATÉLITE SUGEREM QUE AVIÃO-RADAR RUSSO ESTÁ INTACTO
Registro da empresa americana Maxar mostra o A-50 na Belarus; grupo guerrilheiro Bipol alegara que aeronave havia sido destruída em ataque Maxar/Reuters

Dinamarca abole feriado para ampliar orçamento de Defesa

Ivan Finotti

MADRI A Dinamarca aboliu nesta terça-feira (28) o "Store Bededag", feriado da igreja luterana que existia no país desde 1686. Ou melhor, o Grande Dia de Oração segue em vigor para quem quiser rezar, mas as pessoas precisarão fazer isso após o trabalho, pois a partir de 2024 ele será um dia útil como qualquer outro.

A proposta do governo havia sido apresentada pela primeira vez no final do ano passado e, no início de fevereiro, passou por sua primeira discussão no Parlamento. Nesta terça, após quatro horas de debate, a votação de 95 a 68 determinou o fim do feriado.

Ao colocar indústria, comércio e serviços para trabalhar no Grande Dia de Oração, o governo calculou que vai arrecadar cerca de € 400 milhões (R$ 2,2 bilhões) com uma folga a menos. A maior parte vem dos impostos, e a verba excedente já tem destino carimbado.

"Nós, na Dinamarca, precisamos gastar mais dinheiro em Defesa e em nossa segurança. Esta é a decisão que tomamos, e estou feliz com isso", disse a primeira-ministra, Mette Frederiksen, após a votação;

O fim do feriado religioso dinamarquês é mais uma das consequências da Guerra da Ucrânia. "Com o ataque de Putin à Ucrânia, há guerra na Europa. A ameaça se aproximou", dizia um comunicado do governo de Frederiksen, defendendo a proposta no final do ano passado. "Os dinamarqueses devem contribuir para nossa segurança comum", acrescentava a nota.

A intenção é que, em 2030, a Dinamarca esteja destinando 2% de seu PIB para a Defesa. Trata-se de um antigo acordo entre os países-membros da Otan, a aliança militar ocidental, que concordaram com essa porcentagem na Conferência de Riga, em 2006.

A meta, entretanto, nunca foi atingida pela maioria dos países. No caso dinamarquês, os gastos militares foram de 1% no ano passado. Mas, após a invasão da Ucrânia, o país estava correndo para chegar aos 2% em 2033. Com a abolição do feriado, esse número poderá ser atingido em 2030, acredita o governo.

O Dia da Grande Oração é uma data móvel, que cai sempre numa sexta-feira (a quarta após a Páscoa). O deste ano acontecerá em 5 de maio e será a última vez que os dinamarqueses curtirão esse feriado prolongado.

TODA MÍDIA | **Nelson de Sá**
nelson.sa@grupofolha.com.br

Apostas para Lula na China vão de mais fábricas a menos dólar

Daqui a um mês, Lula desembarca em Pequim, e o noticiário se concentra nas perspectivas econômicas.

O South China Morning Post produziu extensa reportagem, ouvindo analistas ligados a instituições chinesas, sobre as perspectivas de avanço num acordo com o Mercosul, que tanto Lula como Xi Jinping defenderam nesta virada de ano.

Em suma, o eventual "acordo de livre comércio da China na América do Sul terá 'impacto claro', mas pode irritar os Estados Unidos ao buscar oportunidades em seu 'quintal'" e acentuar a "competição" entre Pequim e Washington.

O jornal anota que, ano passado, "os EUA lançaram a Parceria das Américas, para laços comerciais, quando o Brasil levantou a ideia do acordo de livre comércio China-Mercosul". A Parceria foi formalizada dias antes da recente visita de Lula a Washington —com outros latino-americanos, não o Brasil.

Outro foco são eventuais negócios bilaterais em yuan, não mais dólar, com o anúncio pelo Banco Popular da China, o BC chinês, da assinatura de "um memorando de entendimento sobre estabelecer acordos de compensação" com o BC brasileiro, divulgado por agências.

"O estabelecimento de tais acertos para o renminbi ou yuan seria benéfico para as transações transfronteiriças e promoveria ainda mais o comércio bilateral e a facilitação do investimento", justificou o banco.

Paralelamente, Guancha e Huanqiu (Global Times) saúdam proposta de moeda de comércio Brasil-Argentina, também para contornar o dólar.

Por fim, segue a negociação para a montadora chinesa de carros elétricos BYD, maior concorrente da Tesla, assumir a fábrica da Ford na Bahia, abandonada pela montadora americana quando deixou o país há dois anos.

A mídia chinesa, como a brasileira, vem noticiando desde novembro o "memorando de entendimento" entre o governo baiano e a BYD, em portais como Caijing e Sina Finance.

Musk e o lítio de minas
Segundo a Bloomberg, o dono da Tesla, Elon Musk, está avaliando comprar a Sigma Lithium, mineradora de um fundo brasileiro que vem desenvolvendo "um grande depósito de lítio" em Minas Gerais.

No ano passado, após se encontrar com Musk, Jair Bolsonaro "flexibilizou as regras para exportação de lítio".

'VERDE'
Por vídeo, áudio, newsletter e texto em inglês e português, "a Ford F-150 elétrica foi lançada como forma de dirigir 'verde', mas a Bloomberg rastreou o alumínio da picape até uma refinaria na Amazônia acusada de adoecer milhares". A F-150 é símbolo dos subsídios de Joe Biden, que foi a Detroit dirigir uma antes do lançamento, como mostraram CNN e outros.

Governista lidera apuração na Nigéria; oposição contesta

Pleito presidencial é marcado por falhas técnicas e ameaças a órgão eleitoral

SÃO PAULO Os principais partidos de oposição da Nigéria se uniram nesta terça-feira (28) para denunciar supostas fraudes nas eleições presidenciais e exigir uma nova votação, ao mesmo tempo em que resultados preliminares do pleito indicam a liderança do candidato governista, Bola Tinubu.

Com a apuração concluída em 33 dos 36 estados, Tinubu, do Congresso dos Progressistas, contabilizava 35%, ou 8,2 milhões dos votos válidos, tornando-se o favorito para substituir Muhammadu Buhari.

Para vencer, ele precisa de maioria simples, desde que tenha conquistado ao menos 25% dos votos em 24 dos estados do país. Se nenhum candidato alcançar o feito, o segundo turno ocorre em três semanas.

Eleito duas vezes governador de Lagos, Tinubu ficou conhecido por ter aumentado as receitas do estado, onde está a cidade homônima, capital econômica da nação. Ele também conseguiu reduzir os crimes violentos, desafogar o trânsito infernal e melhorar a limpeza das ruas.

Apoiadores esperam que ele replique o êxito, agora em nível nacional, em meio a um contexto de violência generalizada e desemprego nas alturas, coroado por uma desordenada iniciativa para atualizar as cédulas da moeda local, processo que gerou escassez de papel-moeda.

Tinubu herdaria uma série de problemas da administração de Buhari —uma lista que inclui assaltos armados, homicídios e sequestros cada vez mais frequentes e escassez de combustível e de energia. Além disso, o candidato de 70 anos demonstrou pouca firmeza em diversos momentos durante a campanha, gaguejando e respondendo a perguntas de jornalistas com obviedades.

Já seus dois principais rivais, Atiku Abubakar, do Partido Democrático Popular (PDP), e Peter Obi, do Partido Trabalhista, tinham 29% e 25% dos votos válidos, respectivamente, segundo as contagens preliminares. Obi, um raro nome da terceira via, vinha chamando a atenção na disputa, destacando-se por ser o único cristão na linha de frente da corrida e devido à sua força entre eleitores mais jovens.

As legendas de ambos alegam que os resultados das eleições foram alvo de uma "manipulação em larga escala" e exigem a anulação do pleito, sob a justificativa de que o processo perdeu sua credibilidade. "A eleição está irremediavelmente comprometida, e perdemos totalmente a confiança em todo o processo", disseram lideranças do PDP e do Trabalhista em entrevista coletiva.

De fato, as eleições foram marcadas por uma série de dificuldades técnicas em razão da implementação do Bvas, um novo sistema de votação. Semelhante à tecnologia de biometria utilizada no Brasil, o dispositivo prometia não só inibir fraudes —uma questão histórica no país—, como permitir a divulgação dos resultados das eleições online, logo depois do fechamento das urnas.

Erros em vários locais de votação impediram, no entanto, que os apoios fossem contabilizados diretamente pelo sistema, o que levou à contagem manual em muitos locais, frustrando em certa medida o principal objetivo do Bvas —cortar as raízes da manipulação eleitoral.

Também foram relatados episódios de violência e de intimidação no fim de semana, ainda que em menor grau do que em pleitos anteriores. Integrantes do Inec, o órgão eleitoral nacional, foram alvos de ameaças de morte, caso de um dos responsáveis pela contagem de votos do estado de Rios, no sul do território.

O Inec, aliás, não acatou o pedido de novas eleições. "Há procedimentos a serem seguidos por partidos ou candidatos que se sintam lesados quando estão insatisfeitos com o resultado. Estes procedimentos não incluem pedir a renúncia do diretor do Inec ou a anulação de um pleito", disse o órgão em nota.

A apuração parcial aponta que não foi desta vez que os nigerianos compareceram às urnas em peso. O país de 221 milhões de habitantes tem 93,5 milhões de cidadãos aptos a votar, mas o voto não é obrigatório. Faltando três estados para o fim da contagem oficial, a soma de votos válidos era de apenas 19,5 milhões (menos de 21%).

Com AFP e Reuters

MALI
NÍGER
NIGÉRIA
Abuja
BENIN
Lagos
CAMARÕES
Oceano Atlântico
200 km

AURORA ILUMINA O CÉU DA NOVA ZELÂNDIA
Fenômeno foi observado sobre geleiras na ilha sul do país da Oceania Yang Liu/Xinhua

Ultradireita em Portugal promete ato contra Lula

Giuliana Miranda

LISBOA A ultradireita de Portugal promete receber o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que fará viagem oficial a Lisboa em abril, com a "maior manifestação de repúdio à visita de um chefe de Estado estrangeiro" que o país já viu.

A afirmação é do líder do partido Chega, terceira maior força do Parlamento português, que convocou entrevista coletiva na tarde desta terça (28) para anunciar a ação.

Embora tenha afirmado contar com o apoio de vários "dirigentes, membros de associações, empresários, advogados, clérigos e fiéis de vários distritos do país", André Ventura não apresentou concretamente o nome de nenhuma entidade ou personalidade brasileira que esteja endossando os protestos.

"Estamos a falar com membros dessas associações, mas não vamos pedir o apoio formal delas", disse o deputado, que afirmou buscar o suporte dos membros dessas entidades em caráter individual.

Ventura ressaltou, porém, que conta com a adesão de igrejas evangélicas, onde o partido tem forte representação.

O líder do Chega afirma que o partido irá "promover, divulgar, organizar, transportar e fazer tudo o que estiver ao alcance" para garantir que o protesto conta Lula seja de grandes proporções. Citando acusações de corrupção e a o período de prisão do presidente, Ventura afirmou que a presença de Lula não contribui para a democracia portuguesa.

Marcada para acontecer de 22 a 25 de abril, a viagem começou a reverberar na política interna lusitana após o anúncio de que o petista discursaria no Parlamento durante a cerimônia de aniversário da Revolução dos Cravos, que marca o fim da ditadura no país europeu.

A informação foi adiantada pelo ministro português dos Negócios Estrangeiros, João Gomes Cravinho, em visita a Brasília na semana passada. Líderes parlamentares disseram que não foram consultados sobre o convite e acusaram o governo do primeiro-ministro António Costa de interferência entre os Poderes.

Enquanto partidos de esquerda afirmaram apoiar a participação de Lula nas celebrações, uma das mais importantes do calendário político luso, as legendas de direita mostraram contrariedade. Líder da Iniciativa Liberal, o deputado Rui Rocha afirmou que seu partido pode abandonar a tribuna caso o discurso do petista de fato aconteça.

Ventura, por outro lado, diz que seu partido não vai deixar o plenário. "Nós não fugiremos nesse dia. Nós não sairemos para deixar Lula entrar." O ultradireitista sinalizou, no entanto, que os 12 deputados do Chega poderiam agir para constranger o petista caso o discurso aconteça durante a sessão solene das comemorações do 25 de abril. "Não seremos agradáveis nem corteses".

Se a intervenção de Lula for em outra data, as manifestações dentro do Parlamento serão menos enfáticas, mas as ações de repúdio serão mantidas, segundo Ventura.

> Esse ato deplorável não representa a comunidade brasileira, que defende em Portugal a luta pela democracia
>
> **Casa do Brasil em Lisboa**
> em comunicado contrário ao protesto anti-Lula organizado pela ultradireita portuguesa

Lula teve vitória expressiva em Portugal nos dois turnos das últimas eleições. O petista levou a melhor sobre Jair Bolsonaro em todos os três locais de votação no país: Lisboa, Porto e Faro.

Uma das mais antigas associações de apoio à comunidade brasileira em Portugal, a Casa do Brasil em Lisboa repudiou os protestos convocados pela ultradireita. "A Casa do Brasil reconhece que partidos de extrema direita elegem como inimigos principalmente as pessoas imigrantes", afirmou a instituição em comunicado. "Esse ato deplorável não representa a comunidade brasileira, que defende em Portugal a luta pela democracia. As associações e entidades representativas dos imigrantes não estarão nessa ação."

Oficialmente, a visita de Lula é um convite feito por seu homólogo português, Marcelo Rebelo Sousa, que divulgou a realização da viagem em janeiro, quando estava em Brasília para a posse do brasileiro. Em setembro, o líder luso discursou no Senado nas comemorações do bicentenário da Independência.

Além das comemorações da Revolução dos Cravos, a concorrida agenda do petista prevê a participação na Cimeira Luso-Brasileira, cúpula que não acontece desde 2016, e na cerimônia de entrega do prêmio Camões a Chico Buarque. Premiado em 2019, o artista sofreu uma espécie de boicote de Bolsonaro, que se recusou a assinar o diploma da láurea, concedida em conjunto pelos governos do Brasil e de Portugal.

Será também a segunda visita de Lula ao país em um período de seis meses. Ele esteve em Portugal em novembro, pouco após as eleições, em uma escala na volta da COP27, no Egito. Em sua passagem de 24 horas por Lisboa, o brasileiro foi recebido tanto pelo premiê quanto pelo Presidente da República. Na ocasião, grupos bolsonaristas chegaram a convocar manifestações, mas as ações tiveram pouca adesão.

Brasília e Lisboa falam em retomar relações, após um período de distanciamento durante o governo de Jair Bolsonaro, que não fez nenhuma visita oficial ao país europeu enquanto esteve na Presidência.

Petro troca ministros e agrava crise em reforma da Saúde

Presidente da Colômbia demite titulares das pastas de Educação, Esporte e Cultura após críticas a projeto

SÃO PAULO O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, demitiu nesta segunda (27) três ministros de seu gabinete, agravando a crise em torno da série de reformas nas áreas do trabalho, da Previdência e da Saúde que o primeiro líder de esquerda da história do país tenta aprovar no Congresso.

Saíram do governo o ex-reitor da Universidade dos Andes Alejandro Gaviria (Educação), a campeã olímpica María Isabel Urrutia (Esportes) e a dramaturga Patricia Ariza (Cultura). Foram escolhidos para os cargos, respectivamente, Aurora Vergara, Astrid Rodríguez e Ignacio Zorro —o último, nomeado de forma interina, é professor de piano das filhas de Petro, segundo a imprensa local.

Documento obtido pela mídia colombiana mostrou, em publicação do portal Cambio, no domingo (26), que as mudanças propostas pela ministra da Saúde, Carolina Corcho, foram criticadas pelos titulares da Fazenda, da Agricultura e da Educação. As discordâncias giram em torno da questão fiscal do projeto, o que, segundo Petro, foi corrigido, mas também há divergências quanto à concepção do serviço de saúde.

Se aprovada, a reforma vai custar US$ 1,86 bilhão (R$ 9,7 bilhões) em 2024, informou o Ministério da Fazenda, e vai aumentar progressivamente nos próximos 10 anos até chegar a US$ 2,64 bilhões (R$ 13,7 bilhões) em 2033.

O principal ponto de discussão é a administração das EPS, ou Entidades Promotoras de Saúde —responsáveis por organizar o Sistema Geral de Saúde do país e cobrar as contribuições que os cidadãos devem fazer para usar o serviço. Atualmente, a gestão dessas entidades é mista, ou seja, tem participação do Estado e da iniciativa privada.

A reforma do governo Petro quer diminuir o poder dessas entidades e aumentar o papel do órgão que administra publicamente os recursos. As mudanças, de acordo com o governo, pretendem corrigir discrepâncias territoriais no acesso à saúde.

Gaviria, que chefiou a pasta de Saúde e Proteção Social de 2012 a 2018, sustenta que as EPS devem ser mantidas onde funcionam bem. "O sistema atual é produto de 30 anos de inovação e trabalho coletivo. Destruí-lo seria suicídio", já havia dito ele em outro documento vazado à imprensa, no início de fevereiro.

Os apontamentos teriam sido feitos em uma reunião de ministros, de acordo com a mídia local. "A reforma proposta apresenta uma estratégia estranha: destruir o que funciona nas cidades para supostamente corrigir o que não funciona nas zonas rurais." Além disso, defendeu o ex-ministro, a experiência da Colômbia com serviços geridos unicamente com recursos públicos é "desastrosa".

Embora tenha demitido Gaviria após as divergências, Petro começou o anúncio desta segunda dizendo que a diversidade de opiniões é um valor do qual compartilha. O presidente justificou a sua decisão afirmando que as reformas precisam de debate na sociedade, mas também de consenso e determinação para que sejam aprovadas.

"Este governo da mudança não vai desistir de reformar para melhorar a saúde, a Previdência e as condições de trabalho para todos os colombianos e colombianas", afirmou. "Estamos em um momento decisivo para nossas reformas e precisamos de mais coesão e determinação."

O presidente afirmou ainda que a saúde é um direito, "não um negócio". "A atividade privada, que é bem-vinda, não pode impedir ou limitar esse direito", disse ele, em referência à briga em torno das EPS.

Os ministros da Fazenda, José Ocampo, e da Agricultura, Cecilia López, que também assinaram o texto vazado no domingo, estavam ao lado de Petro durante seu discurso. O presidente afirmou que levou em consideração as observações da carta e fez ajustes ao texto antes de apresentá-lo ao Congresso.

O agora demitido Gaviria descreveu a publicação veiculada pelo portal como "vazamento mal-intencionado".

No Twitter, o ex-titular da Educação agradeceu a Petro pelo convite para fazer parte do governo. "Minhas opiniões sempre tiveram propósito construtivo dentro de uma gestão pluralista", escreveu. Em publicação no Instagram vista com algum grau de ironia, porém, Gaviria disse ter saído "por questões de saúde".

Já Ariza, da Cultura, criticou a demissão em entrevistas à imprensa colombiana e disse não saber a justificativa para a exoneração. "Sei que o presidente está exercendo um direito, porque todos os ministros somos de livre nomeação e remoção, mas eu teria preferido que ele tivesse me dito olhando nos olhos."

A reclamação da ex-ministra dos Esportes, Urrutia, vai na mesma linha. "Nunca me disseram nada", disse à revista Semana. A medalhista olímpica afirmou ter sido demitida por ser honesta e, questionada se havia corrupção no ministério que liderava, a ex-levantadora de peso respondeu que sim, assim como em todas as pastas. "Não me deixaram fazer muita coisa em cinco meses. Essa é a frustração." Não ficou claro o porquê das demissões de Ariza e Urrutia, que não assinaram a carta crítica à reforma da Saúde.

> A reforma proposta apresenta uma estratégia estranha: destruir o que funciona nas cidades para supostamente corrigir o que não funciona nas zonas rurais
>
> **Alejandro Gaviria**
> ex-ministro da Educação, em reunião ministerial

A Chefe de Gabinete da Presidência, Laura Sarabia, rebateu as críticas pelo Twitter. "É importante esclarecer que as duas ministras e o ministro que estão saindo conheciam a decisão do presidente Gustavo Petro antes do comunicado presidencial. As versões de que foram notificados pelos meios de comunicação são, no mínimo, imprecisas", escreveu. "As ministras, como todo o gabinete, foram convocadas a uma reunião pela tarde, na qual seriam avisadas da decisão. Por razões que desconheço não compareceram e foram avisadas por telefone."

Aurora Vergara, que assumirá o Ministério de Educação, é uma socióloga nascida em Cali e até esta segunda-feira era a vice-ministra da pasta, indicada por Gaviria.

Astrid Rodríguez, licenciada em educação física pela Universidade Pedagógica Nacional e doutora em estudos sociais, é a ministra do Esporte.

Ignacio Zorro, ministro interino da Cultura, é educador musical. Professor da Universidade Nacional, era vice-ministro da Criatividade na pasta que agora lidera.

Com AFP e Reuters

Foto de Messi com Macri vira derrota política de presidente da Argentina em ano eleitoral

Alex Sabino

SÃO PAULO O presidente da Argentina, Alberto Fernández, acusou o golpe. "Alguns enriqueceram e foram dar lições de ética na Fifa", afirmou ele nesta terça-feira (28).

A declaração era uma resposta ao seu antecessor e adversário, Mauricio Macri, atual presidente-executivo da Fundação Fifa. Macri conseguiu uma foto que pode ter o poder de aumentar sua popularidade no país. Ele posou ao lado de Lionel Messi, capitão da seleção campeã do mundo, minutos após o atacante ser eleito pela sétima vez o melhor jogador do planeta.

Também estava na imagem, postada pelo político nas redes sociais, Emiliano "Dibu" Martínez, escolhido o principal goleiro de 2022. Os anúncios foram feitos em evento realizado em Paris nesta segunda. O técnico Lionel Scaloni, vencedor em sua categoria, também estava na França, mas não apareceu na foto.

Não há ninguém mais popular na Argentina do que Messi. Seu cartaz foi às alturas após liderar a seleção à conquista da Copa do Qatar. Um título que escapou da equipe pelos 36 anos anteriores. A vitória o colocou na mesma prateleira de Diego Maradona, morto em 2020 e ídolo máximo do esporte nacional.

Em outubro acontecem eleições presidenciais no país. A Frente de Todos, grupo político a qual Fernández faz parte, e o PRO (Proposta Republicana), de Macri, ainda não definiram seus candidatos.

A foto de Macri, que poderia ser considerada inofensiva, causou alvoroço porque foi a imagem que Messi e os demais campeões negaram a Fernández. Na chegada da delegação a Buenos Aires após o título, o presidente esperava os jogadores na Casa Rosada. A estimativa é que mais de 3 milhões de pessoas tenham ido às ruas da capital para recebê-los, e a recomendação policial foi o cancelamento da visita.

Houve a sugestão de que poderiam ir à sede do governo de helicóptero, mas a ideia acabou rechaçada. A decisão dos atletas foi criticada por comentaristas da TV Pública, canal mantido pelo governo federal. O jornalista Nicolás Fiorentino os chamou de "desclassificados" por terem ignorado o líder argentino.

Presidentes argentinos tradicionalmente fazem uso político das boas campanhas da seleção. A imagem é sempre a do governante ao lado dos atletas na sacada da Casa Rosada, acenando para a multidão na Praça de Maio. Com inflação e pobreza em alta, Fernández esperava capitalizar a vitória.

A imagem de Messi, que jamais deu opiniões políticas e é avesso a comentar qualquer assunto que não seja futebolístico —ele alega só ter lido um livro na vida, "Yo soy el Diego", autobiografia de Maradona—, já era valiosa no passado. Antes do Mundial do Brasil, em 2014, o prestígio do camisa 10 foi disputado pela então presidente Cristina Kirchner e também por Macri, então prefeito de Buenos Aires.

Era o período em que o governo federal argentino mantinha o Futebol para Todos, programa estatal que comprava os direitos de transmissão dos jogos da liga nacional e distribuía para as emissoras amigas da administração nacional. Eram cerca de R$ 400 milhões por ano pagos pelos cofres públicos. A TV Pública criou, à época, o programa "Mundo Leo" para falar exclusivamente de Messi.

Já Macri fechou acordo com o pai do jogador, Jorge, para o ídolo ser o principal garoto propaganda dos Jogos da Juventude, sediados em Buenos Aires em 2018. A prefeitura pagou cerca de R$ 3 milhões a Lionel, mas o dinheiro teria de ser aplicado em obras sociais mantidas pelo jogador em Rosário, sua cidade natal.

A foto de Macri com Messi machucou o governo porque Fernández tentava arrumar um jeito de colar sua imagem à do camisa 10. A Frente de Todos pretendia fazer uma homenagem ao capitão da seleção na Câmara dos Deputados como uma forma de ter um evento oficial para comemorar o título mundial.

O PRO celebrou porque lançou a pré-candidatura do atual prefeito de Buenos Aires, Horacio Rodríguez Larreta, à Presidência. Macri ainda não manifestou apoio porque ainda sonha em voltar ao poder.

A apatia de Messi no assunto se deve à possibilidade de que qualquer gesto, mesmo uma foto, seja vista como sinal de apoio. Fernández nunca teve de se preocupar com isso porque a maior referência no país, Diego Maradona, sempre se declarou kirchnerista e detestava Macri. Agora pode ter de se preocupar.

Ambos gostam de ser vistos como boleiros. Fernández é torcedor do Argentinos Juniors, time que revelou Maradona. Macri se lançou à vida pública como presidente do Boca Juniors, o mais popular da Argentina.

O ex-presidente Mauricio Macri, acompanhado dos jogadores de futebol Lionel Messi e Dibu Martínez e suas esposas, Antonella Roccuzzo e Mandinha Martínez @mauriciomacri no Twitter

COLISÃO DE TRENS NA GRÉCIA DEIXA AO MENOS 16 MORTOS E 85 FERIDOS

Acidente ocorreu na noite de terça (28) perto de Larissa, no centro do país europeu. Havia cerca de 350 pessoas a bordo dos dois veículos, um trem de carga e outro de passageiro. As causas do choque não estavam claras Kostas Mantziaris/Reuters

Senador dos EUA pede sanção ao Brasil por vinda de navios do Irã

WASHINGTON Os navios de guerra do Irã que atracaram no Rio de Janeiro no fim de semana são "uma ameaça direta à segurança dos americanos", e os EUA devem impor novas sanções e reavaliar as ações do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), defendeu nesta terça (28) o senador republicano Ted Cruz.

A Marinha do Brasil autorizou que os navios Iris Makran e Iris Dena, do Irã, atraquem no Porto do Rio de Janeiro de 26 de fevereiro a 4 de março. A autorização, na mesma semana em que o enviado especial para o clima e ex-secretário de Estado, John Kerry, está no país, irritou os americanos, que vinham pressionando para que o governo brasileiro não liberasse o atracamento. O regime iraniano é alvo de sanções de Washington.

Conforme a **Folha** mostrou, o Brasil, que já havia autorizado a chegada das embarcações em janeiro, cedeu à pressão no começo de fevereiro, quando Lula viajou aos EUA para se encontrar com o presidente americano, Joe Biden, e empurrou o atracamento para o fim do mês.

Cruz, membro dos comitês de Relações Exteriores e de Comércio, Ciência e Transporte do Senado criticou o presidente Lula, a quem chamou de "chavista alinhado contra os EUA". O Itamaraty não reconhece sanções unilaterais. **Thiago Amâncio**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante anúncio da retomada parcial da cobrança de tributos federais sobre gasolina e etanol Pedro Ladeira/Folhapress

Governo anuncia tributo de R$ 0,47 para gasolina e R$ 0,02 sobre etanol

Retomada parcial deve valer por quatro meses; mais cedo, Petrobras reduzira preço de combustíveis

Idiana Tomazelli, Nathalia Garcia e Danielle Brant

BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou nesta terça-feira (28) a retomada da cobrança de tributos federais sobre gasolina e etanol a partir de 1º de março, oito meses após as alíquotas terem sido zeradas por Jair Bolsonaro (PL) na tentativa de derrubar o preço nas bombas às vésperas da eleição.

A alíquota de PIS/Cofins vai subir a R$ 0,47 por litro da gasolina e R$ 0,02 por litro do etanol —ou seja, uma cobrança ainda parcial em relação aos patamares cobrados antes da desoneração. A Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) permanece zerada.

As novas alíquotas devem valer por quatro meses. Em julho, caso não haja mudanças no Congresso, serão retomadas as cobranças integrais de R$ 0,69 por litro da gasolina e R$ 0,24 sobre o etanol.

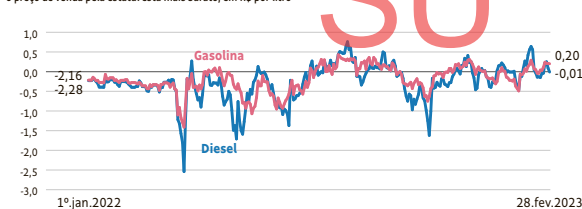
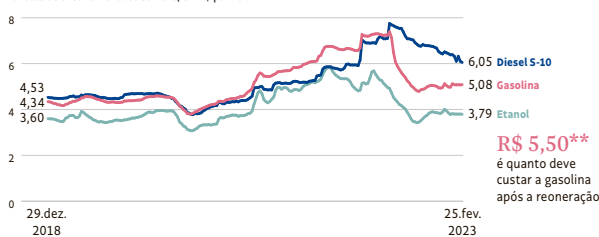
Os tributos sobre diesel, biodiesel e gás de cozinha permanecem zerados até o fim deste ano, como já havia sido previsto em medida provisória assinada por Lula em 1º de janeiro. Já o querosene de aviação e o GNV (gás natural veicular) terão a desoneração prorrogada por mais quatro meses.

O anúncio foi feito pelos ministros da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), após dias de indefinição sobre o tema.

A decisão sobre a reoneração foi alvo de embates entre a ala política, que queria prorrogar o benefício por mais tempo, e a econômica, que defendeu a retomada da cobrança para conseguir arrecadar mais e reduzir o déficit.

A composição final da medida mostra uma vitória parcial de Haddad, uma vez que o governo vai voltar a tributar os dois combustíveis, ainda que no início as alíquotas sejam inferiores às de antes.

A reoneração parcial dos combustíveis gera uma perda de R$ 6,6 bilhões para a Receita Federal em comparação ao cenário de retomada integral dos tributos —que geraria uma arrecadação adicional de R$ 28,9 bilhões.

Para manter a expectativa de receitas ligadas a combustíveis ao longo do ano, o governo vai taxar em 9,2% as exportações de petróleo por quatro meses. A previsão é arrecadar só com esse imposto R$ 6,66 bilhões —valor suficiente para compensar a perda com a reoneração parcial.

Na coletiva, Haddad fez questão de ressaltar que a medida é importante para ajudar a recompor o Orçamento.

“Desde antes da posse, estamos com um objetivo claro, que é basicamente recompor o Orçamento público, do ponto de vista da despesa e do ponto de vista das receitas. A PEC [proposta de emenda à Constituição] da Transição foi aprovada justamente para garantir os compromissos firmados no ano passado [do lado das despesas]”, disse.

“A partir de 1º de janeiro nós começamos a fazer gestão no sentido de recompor as receitas que foram prejudicadas com as decisões tomadas por ocasião do processo eleitoral, por um governo que visava reverter um quadro que lhe desfavorecia, e tentando reverter esse quadro com medidas demagógicas de última hora, que prejudicaram muito a sustentabilidade do país em 2023”, acrescentou o ministro.

Além disso, o governo tenta minimizar o impacto sobre o bolso dos consumidores. Horas antes do anúncio de Haddad, a Petrobras anunciou um corte de 3,9% no preço da gasolina em suas refinarias, o que reduz o preço do litro em R$ 0,13. Segundo a estatal, o combustível passará a custar R$ 3,18 por litro a partir desta quarta (1º).

“Com o desconto [da Petrobras sobre a gasolina], dá um saldo de R$ 0,34 [por litro da gasolina]”, disse Haddad. Segundo ele, o governo optou por anunciar a reoneração dos tributos nesta terça justamente para aguardar a decisão da companhia em relação ao preço dos combustíveis.

“A decisão foi tomada hoje [terça] porque nós queríamos tomar a decisão depois que a Petrobras dissesse qual é o preço para o próximo mês desses dois combustíveis”, disse. “Isso foi acatado pelo presidente, que aguardou a manifestação do comitê de preços da Petrobras, que seguiu rigorosamente as regras estabelecidas pela própria empresa.”

Na segunda (27), o ministro já havia indicado que o governo poderia usar um “colchão” dentro da política de preços da Petrobras para compor a solução para os combustíveis.

Segundo o ministro, porém, havia uma expectativa de que a queda nos preços pudesse ser maior do que o efetivado pela companhia. Ele anunciou a criação de um grupo de trabalho, formado por Fazenda, Minas e Energia, Casa Civil e Planejamento, para dar maior transparência às decisões da empresa sobre preços.

Haddad disse que “há inclusive estimativas” de que os preços do gás de cozinha estão muito acima do que seria o patamar do PPI (paridade de preços de importação). O mesmo vale para a gasolina. “Será que os R$ 0,13 é o espaço que existia, ou será que os especialistas que falavam de R$ 0,25 a R$ 0,28 estavam mais corretos?”, questionou o ministro.

A decisão de voltar a cobrar tributos federais sobre gasolina e etanol, com alíquotas diferenciadas para onerar mais os combustíveis fósseis —como mostrou a coluna Mônica Bergamo— já havia sido confirmada pelo Ministério da Fazenda na segunda (27).

Em 1º de janeiro, Lula assinou MP para prorrogar por 60 dias a desoneração completa de PIS e Cofins sobre gasolina e etanol. A medida original expirava em 31 de dezembro.

Na semana passada, a pressão política para manter o benefício cresceu, sobretudo com a defesa pública da desoneração feita pela presidente do PT, Gleisi Hoffmann. “Não somos contra taxar combustíveis, mas fazer isso agora é penalizar o consumidor, gerar mais inflação e descumprir compromisso de campanha.”

Leia mais na pág. A16 e nas colunas de Vinicius Torres Freire, na pág. A18, e Bernardo Guimarães, na A26

Defasagem média em relação à paridade de importação

Quando a linha está acima de 0, a empresa está vendendo mais caro do que a paridade de importação. Quando está abaixo, o preço de venda pela estatal está mais barato, em R$ por litro

Gasolina: -2,16 (1º.jan.2022) → 0,20 (28.fev.2023)
Diesel: -2,28 (1º.jan.2022) → -0,01 (28.fev.2023)

Fonte: Abicom

Evolução do preço dos combustíveis

Por data de encerramento da semana, em R$ por litro*

Diesel S-10: 4,53 (29.dez.2018) → 6,05 (25.fev.2023)
Gasolina: 4,34 (29.dez.2018) → 5,08 (25.fev.2023)
Etanol: 3,60 (29.dez.2018) → 3,79 (25.fev.2023)

R$ 5,50** é quanto deve custar a gasolina após a reoneração

*Corrigido pelo IPCA | **Projeção da Ativa Corretora | Fonte: ANP

Vaivém dos combustíveis

Desoneração Em março de 2022, Jair Bolsonaro zerou as alíquotas de tributos federais sobre diesel e gás de cozinha. Em junho, o Congresso aprovou a desoneração total de gasolina e etanol, até o fim do ano

Prorrogação MP de Lula prorrogou a desoneração. Para diesel, biodiesel e gás de cozinha, a medida valerá até o fim de 2023. Para gasolina e etanol, o benefício termina hoje

Como fica A tributação para gasolina e etanol será retomada de forma parcial a partir de hoje. As alíquotas de PIS/Cofins serão de R$ 0,47 por litro da gasolina e R$ 0,02 por litro do etanol, por 4 meses. A Cide continuará zerada

Exportação de petróleo será taxada; setor e mercado criticam medida

BRASÍLIA E SÃO PAULO O governo decidiu instituir uma taxa de 9,2% sobre as exportações de petróleo bruto. A medida terá duração de quatro meses.

A cobrança foi anunciada pelos ministros da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), como forma de compensar a perda de arrecadação do governo com a reoneração apenas parcial de tributos sobre gasolina e etanol.

O governo teria uma frustração de R$ 6,6 bilhões em suas receitas com a decisão sobre os combustíveis. Com a instituição do imposto sobre exportação de petróleo, a previsão é arrecadar R$ 6,66 bilhões.

O imposto sobre exportação é um tributo regulatório, isto é, usado pelo governo para estimular ou desestimular determinada atividade. Por essa característica, a alíquota do imposto pode ser alterada a qualquer momento, sem necessidade de antecedência de 90 dias ou um ano, como ocorre em outros casos.

O ministro da Fazenda disse que, embora a expectativa de arrecadação seja significativa para a União, o recolhimento do tributo representará uma parcela pequena do lucro de algumas companhias do setor.

“Nossa estimativa, feita aqui pela Fazenda, a ser confirmada pelos resultados, é que isso vai representar alguma coisa em torno de 1% do lucro da Petrobras”, afirmou Haddad.

O IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás), principal representante do setor no país, disse em nota ver “com grande preocupação” a instituição do imposto.

“As exportações de petróleo são o terceiro item mais importante da balança comercial brasileira, sendo responsável por um superávit de US$ 65 bilhões nos últimos quatro anos. Desse modo, a tributação das vendas externas, mesmo de forma temporária, pode impactar a competitividade do país a médio e longo prazos, além de afetar a credibilidade nacional no que tange a estabilidade das regras”, diz a entidade.

“A criação desse novo imposto também afeta as perspectivas de aumento da produção de petróleo, uma vez que o produto será onerado e sofrerá uma maior concorrência de países que não tributam a commodity”, acrescentou o IBP. Segundo eles, a medida pode levar a atrasos ou até mesmo ao cancelamento de investimentos em exploração e produção.

Em um documento para investidores, ao qual a **Folha** teve acesso, o Morgan Stanley apontou que, embora a taxa de quatro meses sobre as exportações não traga impacto significativo para a cadeia de petróleo, ela abre um precedente negativo.

“Governos anteriores usaram o setor de óleo e gás como uma ferramenta para conter o déficit fiscal e controlar a inflação, tendo impacto negativo sobre a Petrobras.”

A perspectiva após os anúncios feitos pelo governo é que o impacto será maior sobre a Petrobras, de uma queda equivalente de receita R$ 3,75 bilhões, o equivalente a 1,3% do Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) estimado para 2023. **IT, NG e DB e DG**

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Ressaca

O número de testes de farmácia com resultado positivo de Covid subiu 19% depois do Carnaval, na comparação com a semana anterior, segundo a Abrafarma (associação do varejo farmacêutico). Foram contabilizados quase 5.800 testes positivos entre 20 e 26 de fevereiro. Na comparação com o início do mês, as farmácias tiveram alta acumulada de 125% nos diagnósticos. Para o CEO da entidade, Sergio Mena Barreto, a escalada semanal gera preocupação.

ELEITORADO A discussão sobre o uso dos rendimentos do fundo partidário pelo partido Novo, tratada em convenção nesta terça (28), é um tema que não tem consenso na legenda. Nomes de peso da sigla se dividem sobre o assunto.

SEGUNDO TURNO O candidato da legenda à Presidência em 2022, Felipe D'Avila, disse ao Painel S.A. que considera positivo repensar o assunto. "Sou a favor de abrir a discussão sobre o uso de um recurso que o partido não pode devolver para os cofres públicos", afirma. No ano passado, D'Avila dizia que o Novo era o único partido que não usava o fundo, postura exaltada como diferencial da sigla na época.

VOTO O deputado federal Gilson Marques (SC), por outro lado, é contra a mudança. Outros nomes da legenda como Marcel van Hattem também defendiam que seria melhor abrir mão do recurso. Vinicius Poit, que se candidatou ao Governo de SP em 2022, também usou o tema na campanha. "Não acho justo usar dinheiro do cidadão para fazer santinho", dizia em rede social.

POSTO A solução do governo Lula para o impasse dos combustíveis pode ter demonstrado um acerto do ponto de vista ambiental porque volta a dar competitividade ao álcool, com alíquota inferior à da gasolina. Mas a taxação na exportação de petróleo para ajudar a fechar a conta das previsões de arrecadação foi a surpresa negativa, avalia o consultor Adriano Pires, especialista em energia da CBIE.

BOMBA "Não trouxeram o PIS Cofins da gasolina e do etanol como era antes, mas a diferença entre os combustíveis foi restituída. O etanol volta a ter competitividade, o que é bom para ajudar a trocar combustível sujo por limpo", diz ele.

CARRO Já o tributo da exportação cria insegurança jurídica aos produtores de petróleo, diz o especialista. "O ponto de vista da popularidade prevaleceu sobre a estabilidade regulatória. Para o investidor que vê de fora, é uma notícia ruim sobre o Brasil, pois fica a imagem de que, a qualquer momento, o país pode criar imposto para segurar a inflação."

DECOLAGEM A Anac divulga nesta quarta (1º) os números da movimentação nos aeroportos em janeiro com um novo avanço, porém, ainda abaixo do cenário anterior à pandemia. Nos voos domésticos, foram 8,3 milhões de passageiros, alta de 11% na comparação com o mesmo mês do ano passado. O número representa cerca de 93% da demanda doméstica registrada em janeiro de 2019, antes da Covid.

PASSAPORTE No mercado internacional, cuja recuperação tem demorado mais, o resultado atual ainda equivale a aproximadamente 76% da movimentação de janeiro de 2019. Chegou a 1,83 milhão o número de passageiros transportados, alta de 73% em relação a janeiro do ano passado.

TURBINA Na movimentação de cargas, a alta ficou em torno de 7,5% no mercado doméstico com 32,5 mil toneladas transportadas no mês, enquanto o internacional teve queda de cerca 6,5% para 71 mil toneladas na mesma base de comparação.

PRÓXIMA PARADA Enquanto não fica pronto o monotrilho da futura linha 17-ouro do metrô de SP para ligar o Morumbi ao aeroporto de Congonhas, a BYD Skyrail apresenta nesta semana, na capital paulista, um protótipo parecido com os trens que estão sendo construídos em sua fábrica na China. Pelo contrato, a BYD Skyrail vai fornecer 14 composições de trens.

VELOCIDADE REDUZIDA Anunciada há mais de uma década, a linha tinha previsão original de inauguração em 2014. Atravessou uma série de obstáculos nas obras com rescisão de contratos e atrasos por causa da pandemia, postergando a previsão para o fim deste ano.

CHAMADA Depois da primeira fase de doações de produtos básicos para as vítimas da chuva no litoral paulista, o Sesi-SP e o Senai-SP preparam uma ação de apoio para reequipar as escolas públicas atingidas. As instituições se comprometeram a doar mais de 3.600 itens entre cadeiras, carteiras, computadores, mesas e bancadas de laboratórios de informática para as escolas de São Sebastião.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros

Jan., em % ao mês

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,72	9,80

Fonte: Procon-SP

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Contribuição à Previdência

Competência janeiro

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.fev

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 17.fev. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7.fev. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Governo traça estratégia contra ataque bolsonarista a preço de combustíveis

Planalto aciona aliados para defender alta da gasolina e neutralizar no nascedouro uma ofensiva dos apoiadores do ex-presidente

Catia Seabra e Danielle Brant

BRASÍLIA O governo Lula acionou, nesta terça-feira (28), sua base aliada para um contra-ataque às críticas dos bolsonaristas à reoneração dos combustíveis no país.

Enquanto no Palácio do Planalto colaboradores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) traçavam estratégia de articulação no Congresso, os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, reuniam, ainda na noite de terça, aliados para justificar as medidas anunciadas menos de uma hora antes.

O movimento tem como objetivo debelar resistências e atrair defensores não só nos demais partidos da base governista mas também no próprio PT, de Lula.

Segundo petistas, a ideia é neutralizar no nascedouro uma ofensiva dos apoiadores de Jair Bolsonaro (PL). Primogênito do ex-presidente, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) foi às redes criticar a decisão do governo Lula. "Vai no posto de gasolina e aperta 13 para ver se tem desconto!"

Antes acuados, especialmente após as invasões e depredações das sedes dos Três Poderes, bolsonaristas teriam agora munição e a intenção do governo seria oferecer contra-argumentos aos parlamentares.

"Estamos consertando o desmonte que eles fizeram com a economia. O desmantelamento e irresponsabilidade que fizeram no país", afirmou o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), ao final do encontro com Haddad.

O parlamentar chamou o modelo anunciado por Haddad de "desmame progressivo até a redefinição de uma política de preços da Petrobras".

Originalmente, só os líderes de partidos aliados na Câmara seriam convidados para a reunião com Haddad. Mas, por sugestão do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), os senadores também foram chamados.

Durante o anúncio, Haddad fez questão de reforçar que os parlamentares seriam consultados sobre as conversas envolvendo a reoneração.

"Estamos ouvindo muitos parlamentares. Eu já recebi todos os líderes [partidários] aqui para conversar sobre as medidas de 12 de janeiro [pacote econômico]. Vou receber os líderes para conversar sobre as medidas de hoje."

O ministro disse que os parlamentares não foram alijados da decisão. "Até porque a última palavra é do Congresso. Quero lembrar também que estamos aqui reparando um grave problema que foi cometido no processo eleitoral."

"Isso tudo foi gerado ano passado. Passados dois meses, 70% do nosso tempo ainda é dedicado a corrigir as enormes infelicidades praticadas pelo governo anterior, eu quero chegar a um dia em que os problemas do governo anterior não existam mais, para a gente se dedicar ao futuro."

Ao longo do dia, interlocutores de Lula se esforçaram para afastar a ideia de divergências entre Haddad e a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR). Ao fim da noite, Gleisi —que tinha criticado publicamente a reoneração— elogiou a medida nas redes sociais.

A presidente do PT, que tinha sido informada pelo próprio presidente dos termos da proposta, publicou nas redes sociais um elogio à fórmula, que atribuiu a Lula.

"Presidente Lula teve sensibilidade para diminuir o impacto da reoneração de combustíveis no bolso do consumidor, com redução de alíquotas dos impostos e do preço na refinaria", afirmou Gleisi.

Sem citar diretamente Haddad, ela defendeu a construção de uma política de preços mais justa e revisão do que chamou de indecente distribuição de dividendos da Petrobras.

Além de uma resposta aos ataques bolsonaristas, a convocação de aliados traduz, segundo colaboradores do governo, a disposição de municiar a base contra reações de setores do mercado que venham a ter seus interesses contrariados, por exemplo, com a taxação da exportação de óleo cru.

> **"Vai no posto de gasolina e aperta 13 para ver se tem desconto!"**
> **Flávio Bolsonaro (PL-RJ)**
> senador, em redes sociais

> **"Estamos consertando o desmonte que eles fizeram com a economia"**
> **José Guimarães (PT-CE)**
> líder do governo na Câmara

Lista para conselho da Petrobras deve ser questionada

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Divulgada na noite de segunda (27), a lista de indicados pelo governo ao conselho de administração da Petrobras gerou insatisfação entre aliados e deve ser questionada nos comitês internos de avaliação de nomeações à administração da estatal.

Segundo fontes, o processo de elaboração da lista foi alvo de conflitos entre o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e aliados do governo Lula. A vontade do ministro teria prevalecido com ameaças de perda de apoio do PSD e do União Brasil.

A lista tem o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, e outros sete nomes. Quatro deles são apontados como indicações do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e um da ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

O colegiado é formado por 11 membros. Duas vagas são reservadas a representantes de minoritários e uma a representante dos trabalhadores. Nas últimas eleições, o governo acabou perdendo vagas para minoritários.

Entre os indicados de Silveira, está o atual secretário de Petróleo e Gás do MME, Pietro Mendes, que foi secretário do ministério no governo Jair Bolsonaro, quando a pasta era comandada pelo almirante Bento Albuquerque.

Mendes tem experiência no setor, mas sua indicação deve ser questionada por infração à Lei das Estatais, que veda a participação de pessoa que ocupe cargo "de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na administração pública".

Silveira indicou ainda o diretor da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento), Vitor Saback. A Lei das Estatais só veda, porém, a indicação de membro de agência reguladora que atua na mesma área da empresa.

Com volta de tributos, gasolina deve bater R$ 5,50, maior valor desde agosto de 2022

Nicola Pamplona e Douglas Gavras

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO A retomada da cobrança de tributos federais sobre a gasolina deve levar o combustível novamente à casa dos R$ 5,50, patamar observado pela última vez em agosto de 2022, segundo projeção da Ativa Corretora.

A projeção considera o preço do combustível nas bombas mais a adição de R$ 0,34 por litro, impacto esperado pelo governo com o retorno dos tributos, que custarão R$ 0,47 por litro, descontando o corte de R$ 0,13 anunciado pela Petrobras nesta terça-feira (28).

O impacto final, porém, depende de diversos fatores, como a política comercial de distribuidoras e postos e a variação do etanol anidro, que representa 27% da mistura vendida nos postos.

A conta foi feita com base no preço médio da gasolina brasileira há duas semanas, R$ 5,07 por litro, segundo pesquisa feita pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

Nesta terça, a ANP divulgou a pesquisa da semana passada, com preço médio da gasolina de R$ 5,08 por litro, praticamente estável em relação à semana anterior.

O mercado esperava alta de até R$ 0,69 por litro, valor das alíquotas antes da desoneração promovida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em maio de 2022. Para garantir alíquotas mais baixas sem perda de receita, o governo decidiu taxar as exportações de petróleo brasileiras.

A reoneração tem impacto também no preço do etanol hidratado, mas marginal, já que o governo definiu as alíquotas em R$ 0,02 por litro. Na semana passada, o combustível era vendido ao preço médio de R$ 3,79 por litro, de acordo com a ANP.

O preço do diesel deve manter tendência de queda, já que a estatal anunciou corte de 1,9% no valor de venda por suas refinarias. O combustível vem caindo há três semanas, com repasses de redução promovida pela estatal no início do mês.

Desde então, a queda acumulada é de 5,3%. Na semana passada, o combustível era vendido a R$ 6,05, menor valor desde março de 2022. Esse produto permanecerá sem impostos federais até o fim do ano.

A reoneração de impostos sobre a gasolina deve impactar a inflação, pelo IPCA, em 0,32 ponto percentual.

O cálculo é do economista e coordenador do IPC, André Braz, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas), e considera o aumento de cerca de 6,5% no preço do combustível.

> **0,32 ponto**
> é a estimativa de impacto no IPCA da reoneração de tributos federais dos combustíveis, segundo o coordenador do IPC, André Braz, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas)

mercado

Haddad leva tiros, mas vence

Com jeitinhos, ministro mantém receita do governo, mas imposto de exportação é besteira

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Fernando Haddad conseguiu manter o dinheiro que previa arrecadar com a volta da cobrança do imposto federal sobre gasolina e etanol. Parte desses recursos, porém, deve vir de um imposto provisório (hum) sobre exportação de petróleo, o que é besteira.

O ministro venceu, mas com jeitinhos, uns remendos para satisfazer a assim chamada "ala política" do governo. Na verdade, o presidente da República teme, com alguma razão, que sua popularidade seja lascada com reajustes de combustíveis. É um assunto crítico especialmente depois do caminhonaço de 2018.

A dita reoneração foi de R$ 0,47 para a gasolina, menos do que o R$ 0,69 que Jair Bolsonaro surrupiara, com o objetivo de ganhar votos na eleição. A fim de compensar o buraco da reoneração parcial, o governo Lula inventou um imposto de exportação sobre petróleo cru. Tanto a cobrança integral do tributo sobre a gasolina como esse imposto de exportação voltam a ser discutidos daqui a quatro meses.

Em resumo, o ministro da Fazenda venceu a batalha. Levou uns tiros e outras disputas virão. Ficou evidente como será difícil levar adiante a ideia de colocar ordem nas contas públicas e como muita gente no governo Lula 3, praticamente quase todo o mundo, quer meter a mão na Petrobras.

Petistas quase em geral, economistas "ligados" ao partido ou companheiros de viagem querem sabotar o plano de Haddad de pelo menos limitar o déficit do governo a 1% do PIB em 2023. A meta é insuficiente, mas ainda assim vai ser difícil de cumprir.

A economia desacelera, embora ainda não tão rápido quanto se imaginava. A arrecadação começa a cair. A despesa vai aumentar.

No trimestre de novembro de 2022 a janeiro de 2023, a receita federal foi 1,4% menor do que em novembro de 2021 a janeiro de 2022 (em termos reais: já descontada a inflação). A arrecadação de impostos por ora ficou estável, mas a receita de outras fontes caiu. É o caso dos dinheiros que vêm justamente de exploração de recursos naturais, dividendos de estatais etc., pois a alta do preço das commodities passou. Além do mais, a nova direção da Petrobras quer distribuir menos dividendos, o que também afeta a receita do governo, acionista maior da empresa.

Imposto de exportação em geral é besteira: vide os fracassos da Argentina. É intervenção ineficiente e desastrada: há meios melhores de cobrar imposto. Entre outros problemas, aparecer subitamente com um imposto ruim, por conveniência política, assusta quem pretende investir em produção de petróleo.

É provisório, apenas quatro meses, dizem. Mas algum estrago já foi feito e, no fim das contas, a ideia pode colar.

Gente do governo diz que o imposto sobre a exportação de petróleo cru vai incentivar o refino (produção de derivados, como diesel, gasolina). Para ser ameno: é improvável.

O prazo é curto (quatro meses). Além do mais, não se trata apenas de decidir entre vender mais petróleo e fazer mais combustível (para as empresas que têm essa opção, em suma, a Petrobras). Quando se decide produzir mais de um derivado, aumenta-se a produção de outro, por tabela, o que pode não ser econômico. Aliás, até vender relativamente mais combustível pode não ser econômico.

Suponha-se, porém, que se possa produzir mais combustíveis que se exporte menos petróleo cru, sem nenhum outro problema. Em tese, o diesel e a gasolina produzidos ainda seriam vendidos ao preço da cotação internacional. Ou não?

Pode ser que muita gente do governo queira mesmo tabelar os preços dos combustíveis, prejudicando a Petrobras, seus investimentos, seu crescimento e, por tabela, a arrecadação do governo e a eficiência econômica em geral.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Desemprego cai para 9,3% em 2022, menor taxa desde 2015

Abertura de vagas perde fôlego no 4º tri com desaceleração da economia

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO Impulsionado pelo fim das restrições da pandemia, o mercado de trabalho brasileiro sinalizou retomada em 2022, com redução do desemprego e recorde na população ocupada.

A abertura de vagas, contudo, perdeu fôlego na reta final do ano, em um cenário de desaceleração da atividade econômica. É o que apontam analistas a partir dos dados divulgados nesta terça-feira (28) pelo IBGE.

Conforme o órgão, a taxa de desemprego caiu para 9,3% na média anual de 2022. Trata-se do menor nível em sete anos, ou desde 2015 (8,6%). À época, a economia nacional mergulhava em recessão.

O desemprego estava em 13,2% em 2021, após marcar 13,8% em 2020, o maior patamar da série histórica iniciada em 2012.

Apesar da melhora no ano passado, a taxa ainda ficou 2,4 pontos percentuais acima da mínima histórica (6,9%), registrada em 2014. Os dados são da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua).

"O ano de 2021 foi de transição, saindo do pior momento da série histórica, sob impacto da pandemia e do distanciamento ocorrido em 2020. Já 2022 marca a consolidação do processo de recuperação", disse Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Na média de 2022, o número de desempregados foi estimado em 10 milhões. O patamar é o menor desde 2015 (8,7 milhões). Representa uma queda de 3,9 milhões ante 2021 (13,9 milhões).

A população desempregada, conforme as estatísticas oficiais, inclui pessoas de 14 anos ou mais que estão sem trabalho e que seguem à procura de vagas. Quem não está buscando oportunidades, mesmo sem ter um emprego, não entra nesse grupo.

A Pnad retrata tanto o mercado de trabalho formal quanto o informal. Ou seja, abrange desde os empregos com carteira assinada e CNPJ até os populares bicos.

O número de ocupados com algum tipo de trabalho chegou a 98 milhões na média de 2022. É o maior da série. Houve acréscimo de 6,7 milhões em relação a 2021 (91,3 milhões).

Segundo o IBGE, o número de empregados com carteira no setor privado subiu 9,2% na média de 2022, a 35,9 milhões. Apesar da alta, o contingente segue abaixo do recorde de 2014 (37,6 milhões).

O número de empregados sem carteira, por sua vez, aumentou 14,9%, para 12,9 milhões. É a máxima da série.

"Nos últimos dois anos, é possível visualizar um crescimento tanto do emprego com carteira quanto do emprego sem carteira. Porém, é nítido que o ritmo de crescimento é maior entre os sem carteira", disse Beringuy.

A renda do trabalho ainda não se recuperou da pressão inflacionária. Em termos reais, o rendimento foi estimado em R$ 2.715 na média anual, o que significa uma perda de 1% (ou menos R$ 28) ante 2021 (R$ 2.743). O valor mais recente supera apenas o de 2012 (R$ 2.679).

O IBGE também informou que a taxa de desemprego foi estimada em 7,9% no recorte do quarto trimestre de 2022. É o menor nível para esse período desde 2014 (6,6%).

O desemprego marcava 8,7% no terceiro trimestre de 2022, o intervalo anterior da série comparável da Pnad Contínua. No trimestre até novembro, que integra outra série da pesquisa, o indicador já estava em 8,1%.

A taxa até dezembro (7,9%) veio ligeiramente abaixo das estimativas do mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam 8%.

Adriana Beringuy, do IBGE, ponderou que o recuo no quarto trimestre foi influenciado pela queda na procura por trabalho, não por uma reação expressiva da ocupação, como em meses anteriores.

O número de desempregados foi estimado em 8,6 milhões, uma baixa de 888 mil ante o terceiro trimestre (cerca de 9,5 milhões).

Já a população ocupada com trabalho alcançou 99,37 milhões até dezembro. É o maior nível da série, mas ficou relativamente estável ante o trimestre anterior (99,27 milhões).

A variação foi de apenas 0,1%. O crescimento do número de ocupados havia sido de 1% no terceiro trimestre de 2022 e de 3,1% no segundo.

De acordo com Carlos Pedroso, economista-chefe do banco MUFG Brasil, o freio na ocupação pode ser associado à perda de ritmo da atividade econômica em meio ao contexto de juros altos.

"Parte da explicação vem da desaceleração ao longo do ano passado. O grosso do crescimento do PIB ocorreu no primeiro semestre, e no segundo houve essa desaceleração."

Historicamente, a reta final do ano é marcada por contratações temporárias no varejo. Essa movimentação está associada a eventos como o Natal.

O número de ocupados no comércio (19,2 milhões), porém, mostrou leve recuo de 0,2% no quarto trimestre de 2022. Foi a pior variação do setor para esse intervalo do ano na série histórica.

O economista Luca Mercadante, da Rio Bravo Investimentos, também relaciona a perda de ritmo da ocupação ao cenário de desaceleração da atividade e juros elevados. "Mesmo assim, ainda temos um mercado de trabalho forte."

Na avaliação de Mercadante, há espaço para retomada da renda média do trabalho. Com a recente trégua da inflação, o indicador até deu sinais de melhora, mas segue abaixo do pré-pandemia.

No quarto trimestre de 2022, a renda foi estimada pelo IBGE em R$ 2.808. Houve crescimento de 1,9% ante os três meses anteriores (R$ 2.757). O rendimento era de R$ 2.836 antes da crise sanitária, no quarto trimestre de 2019.

No início de 2023, diz Mercadante, o mercado de trabalho deve continuar em desaceleração, mas sem grande repique na taxa de desemprego. "A desaceleração deve continuar por boa parte do ano", afirma.

A Rio Bravo projeta taxa de desocupação de 8,9% no quarto trimestre de 2023 e de 8,5% na média anual.

"A gente vê um mercado de trabalho ainda em recuperação, mas em uma recuperação mais gradual por causa da desaceleração econômica", avalia Pedroso.

Mercado de trabalho no Brasil

Taxa de desemprego
Média anual, em %
Pré-pandemia
2012: 7,4 · 2019: 12 · 2020: 13,8 · 2022: 9,3

Trimestral, em %
1º tri. 2012: 8 · 4º tri. 2019: 11,1 · 4º tri. 2022: 7,9

Ocupados x desempregados
Em milhões
Número de ocupados com algum tipo de trabalho
Número de desempregados
Pré-pandemia
Ocupados: 1º tri. 2012: 88 · 4º tri. 2019: 95,5 · 3º tri. 2020: 83,4 · 4º tri. 2022: 99,4
Desempregados: 1º tri. 2012: 7,7 · 4º tri. 2019: 11,9 · 4º tri. 2022: 8,6

Renda média dos ocupados
Em R$
Pré-pandemia
1º tri. 2012: 2.667 · 4º tri. 2019: 2.836 · 3º tri. 2020: 3.027 · 4º tri. 2022: 2.808

Fonte: Pnad Contínua/IBGE

Lula diz que fará projeto para garantir paridade salarial de gênero

O presidente afirmou nesta terça (28) que vai apresentar em 8 de março, no Dia Internacional da Mulher, uma lei que garanta remuneração igual para homens e mulheres que exerçam a mesma função. O chefe do Executivo deve enviar um projeto para o Congresso. O Legislativo tem que aprovar o texto para que ele volte ao mandatário para ser sancionado e, então, tornar-se lei em vigência no país.

PIB deve mostrar alta de 3% no ano e queda no 4º trimestre

SÃO PAULO A economia brasileira fechou 2022 com crescimento próximo de 3%, mas com resultado que mostra forte desaceleração no quarto trimestre, segundo projeções de economistas do setor privado.

Os dados do PIB serão divulgados nesta quinta-feira (2) pelo IBGE. As estimativas coletadas pela agência Bloomberg mostram crescimento de 3% ano. Para o quarto trimestre, as expectativas vão de queda de 0,9% a crescimento de 0,4%, com mediana de -0,2%.

Mauricio Nakahodo, economista sênior do Banco MUFG Brasil, projeta crescimento de 3% para o ano, com queda de 0,5% no quarto trimestre.

O ano passado foi marcado por um crescimento robusto no primeiro semestre, com surpresas positivas no mercado de trabalho, reabertura de atividades e deflação em razão da queda nos preços de combustíveis e energia, afirma o economista.

Nakahodo afirma que a alta dos juros afetou o canal do crédito, principalmente a partir do segundo semestre, marcado também pelo aumento no endividamento das famílias, um mercado de trabalho com muitas vagas informais e inflação corroendo o poder de compra do consumidor.

Para 2023, ele espera crescimento de 0,8%, sendo que metade desse resultado se deve ao setor agropecuário.
Eduardo Cucolo

Projeções para o PIB

4º tri.2022
Em relação ao 3º tri.2022, em %

Mínimo	Mediana	Máximo
-0,9	-0,2	0,4

2022
Em %

Mínimo	Mediana	Máximo
2,7	3	3,1

Fonte: Bloomberg

comgás

investidores@comgas.com.br - www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto - CNPJ 61.856.571/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023, a Companhia de Gás de São Paulo - Comgás (B3: CGAS3 e CGAS5), divulga seus resultados referentes ao ano de 2022. As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas em IFRS e comparadas ao ano de 2021 ou conforme indicado.

Mensagem da Administração

Ultrapassamos a marca de 2,3 milhões de clientes em 2022, com incremento de 6,7% em relação ao ano anterior.

O volume em 2022 apresentou queda de 5,4%, explicado pela redução do consumo nos segmentos Industrial e Cogeração que foi parcialmente compensado pelo crescimento de volume dos segmentos Residencial, Comercial e Automotivo.

O volume do segmento industrial que representou mais de 77% do total distribuído em 2022, apresentou queda de 6,7%, em relação a 2021, impactado principalmente pela redução nas atividades de grandes clientes no período.

O resultado do segmento de Cogeração ficou 14,1% abaixo, devido a redução da competitividade em comparação aos custos de energia elétrica (PLD).

O segmento residencial em 2022 apresentou volume 3,0% superior ao de 2021, devido ao aumento da base de clientes, e queda da temperatura média em relação ao ano anterior.

O segmento comercial apresentou aumento de volume na ordem de 15,4% frente ao ano de 2021, principalmente devido à um cenário de menos restrições relacionadas a pandemia.

A receita líquida da Companhia atingiu R$ 17,4 bilhões em 2022, 48,7% maior que no ano de 2021, refletindo o repasse do aumento do preço da molécula do gás nas tarifas. Este impacto também afetou o custo do gás e transporte que cresceu em 74,2% no ano.

O EBITDA apresentou crescimento de 6,9% no ano totalizando R$ 3.222 milhões, reflexo de um consumo de mix mais rico entre segmentos associado ao reajuste das tarifas e margens.

Já os investimentos totalizaram R$ 1.249 ao longo do ano, incremento de 6,3%, em linha com o plano de investimentos da companhia.

Encerramos o exercício com alavancagem de 1,64x, reflexo da posição de endividamento, bem como da distribuição de dividendos e JCP realizados em 2022 no montante de R$ 1.873 milhões.

SUMÁRIO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

R$ Mil	2022	2021	2022 x 2021
Total de Clientes	2.380.847	2.232.288	6,7%
Volume (mil m³)	4.596.464	4.859.076	-5,4%
EBITDA	3.222.267	3.015.424	6,9%
Lucro Líquido	1.811.479	2.119.121	-14,5%
CAPEX	1.248.853	1.175.077	6,3%
Dívida Líquida	5.268.864	4.790.650	10,0%
Alavancagem	1,64	1,59	3,1%

Volume (mil m³)	2022	2021	2022 x 2021
Residencial	321.535	312.314	3,0%
Comercial	147.741	127.996	15,4%
Industrial	3.550.580	3.804.594	–6,7%
Cogeração	354.092	412.153	–14,1%
Automotivo	218.985	202.019	8,4%
Termogeração	3.531	–	n/a
Volume	**4.596.464**	**4.859.076**	**-5,4%**
mm³/dia	**12,6**	**13,3**	**-5,3%**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)*

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	1.241.256	891.650
Títulos e valores mobiliários	5.2	569.296	1.027.467
Contas a receber de clientes	5.3	1.595.449	1.375.260
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	344.760	–
Estoques		123.860	129.554
Recebíveis de partes relacionadas	5.4	1.315	1.817
Outros tributos a recuperar	6	724.750	176.865
Ativos setoriais	5.7	128.521	489.601
Outros ativos		81.724	56.521
Ativo circulante		**4.810.931**	**4.148.735**
Contas a receber de clientes	5.3	20.687	15.797
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	163.237	–
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	58.162	58.127
Outros tributos a recuperar	6	31.904	989.158
Depósitos judiciais	11	51.316	62.362
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	–	287.837
Outros ativos		13.510	8.069
Ativos setoriais	5.7	193.378	68.709
Direito de uso		52.107	57.118
Ativos de contrato	8	1.031.391	684.970
Intangível	7	6.237.488	5.890.616
Ativo não circulante		**7.853.180**	**8.122.763**
Total do ativo		**12.664.111**	**12.271.498**

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	1.554.840	2.288.960
Fornecedores	5.6	1.554.695	1.669.767
Ordenados e salários a pagar		108.547	87.517
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	79.362	11.941
Outros tributos a pagar		220.559	247.201
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	12	15.806	2.035
Pagáveis a partes relacionadas	5.4	11.735	7.435
Outros passivos financeiros	5.10c	72.579	91.933
Passivos setoriais	5.7	67.419	85.866
Arrendamentos		4.656	2.268
Outras contas a pagar		154.800	43.463
Passivo circulante		**3.844.998**	**4.538.386**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	5.425.800	4.661.376
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	399.866	–
Provisão para demandas judiciais	11	67.051	84.901
Benefícios pós-emprego	18	448.157	470.525
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	–	74.606
Outros tributos a pagar		4.766	5.070
Passivos setoriais	5.7	1.401.706	1.286.417
Arrendamentos		39.014	45.000
Passivo não circulante		**7.786.360**	**6.627.895**
Total do passivo		**11.631.358**	**11.166.281**
Patrimônio líquido	12		
Capital social		536.315	536.315
Reservas de capital		(34.230)	(20.972)
Reservas de reavaliação		5.761	5.761
Ajuste de avaliação patrimonial		(78.922)	(103.980)
Reservas de lucros		603.829	688.093
Total do patrimônio líquido		**1.032.753**	**1.105.217**
Total do passivo e patrimônio líquido		**12.664.111**	**12.271.498**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	14	17.414.153	11.709.713
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	15	(13.962.106)	(8.629.736)
Resultado bruto		**3.452.047**	**3.079.977**
Despesas de vendas	15	(142.527)	(125.413)
Despesas gerais e administrativas	15	(498.140)	(401.819)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	16	(87.600)	26.587
Despesas operacionais		**(728.267)**	**(500.645)**
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos		**2.723.780**	**2.579.332**
Despesas financeiras		(1.073.581)	(735.522)
Receitas financeiras		465.485	401.246
Variação cambial líquida		108.227	(60.888)
Derivativos		(110.213)	90.101
Resultado financeiro líquido	17	**(610.082)**	**(305.063)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**2.113.698**	**2.274.269**
Corrente		(552.971)	(151.792)
Diferido		250.752	(3.356)
Imposto de renda e contribuição social	10	**(302.219)**	**(155.148)**
Resultado líquido do exercício		**1.811.479**	**2.119.121**
Resultado por ação atribuído aos acionistas da Companhia, expresso em reais por ação			
Resultado básico por ação - em Reais:	13		
Ordinárias		13,38007	15,65240
Preferenciais		14,71808	17,21764
Resultado diluído por ação - em Reais:	13		
Ordinárias		13,36330	15,61574
Preferenciais		14,69963	17,17732

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)

		Reservas de capital			Reservas de lucros				
	Capital social	Incentivos fiscais	Ações outorgadas reconhecidas	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste da avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**536.315**	**1.201**	**(22.173)**	**5.761**	**107.263**	**580.830**	**–**	**(103.980)**	**1.105.217**
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	1.811.479	–	1.811.479
Outros resultados abrangentes:									
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos (Nota 18)	–	–	–	–	–	–	–	37.967	37.967
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	–	–	–	–	–	–	–	(12.909)	(12.909)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.811.479**	**25.058**	**1.836.537**
Dividendos (Nota 12)	–	–	–	–	–	(580.830)	(1.253.279)	–	(1.834.109)
Juros sobre capital próprio (Nota 12)	–	–	–	–	–	–	(61.634)	–	(61.634)
Ações outorgadas reconhecidas (Nota 19)	–	–	2.339	–	–	–	–	–	2.339
Transações com pagamentos baseados em ações (Nota 19)	–	–	(15.597)	–	–	–	–	–	(15.597)
Retenção de lucros (Nota 12)	–	–	–	–	–	496.566	(496.566)	–	–
Total de contribuições e distribuições para os acionistas	**–**	**–**	**(13.258)**	**–**	**–**	**(84.264)**	**(1.811.479)**	**–**	**(1.909.001)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**536.315**	**1.201**	**(35.431)**	**5.761**	**107.263**	**496.566**	**–**	**(78.922)**	**1.032.753**

		Reservas de capital			Reservas de lucros				
	Capital social	Incentivos fiscais	Ações outorgadas reconhecidas	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste da avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**536.315**	**1.201**	**4.529**	**5.761**	**107.263**	**111.709**	**–**	**(176.726)**	**590.052**
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	2.119.121	–	2.119.121
Outros resultados abrangentes:									
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos (Nota 18)	–	–	–	–	–	–	–	110.222	110.222
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	–	–	–	–	–	–	–	(37.476)	(37.476)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.119.121**	**72.746**	**2.191.867**
Dividendos	–	–	–	–	–	(111.709)	(1.508.844)	–	(1.620.553)
Juros sobre capital próprio (Nota 12)	–	–	–	–	–	–	(29.447)	–	(29.447)
Ações outorgadas reconhecidas	–	–	3.634	–	–	–	–	–	3.634
Transações com pagamentos baseados em ações	–	–	(30.336)	–	–	–	–	–	(30.336)
Retenção de lucros (Nota 12)	–	–	–	–	–	580.830	(580.830)	–	–
Total de contribuições e distribuições para os acionistas	**–**	**–**	**(26.702)**	**–**	**–**	**469.121**	**(2.119.121)**	**–**	**(1.676.702)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**536.315**	**1.201**	**(22.173)**	**5.761**	**107.263**	**580.830**	**–**	**(103.980)**	**1.105.217**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	**1.811.479**	**2.119.121**
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	37.967	110.222
Tributos s/ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	(12.909)	(37.476)
Outros componentes dos resultados abrangentes do exercício	**25.058**	**72.746**
Resultados abrangentes totais do exercício	**1.836.537**	**2.191.867**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.113.698	2.274.269
Ajustes para:			
Amortizações	15	498.487	436.093
Resultado nas alienações de ativo intangível	16	45.191	21.083
Transações com pagamento baseado em ações	19	2.339	3.634
Provisão para demandas judiciais	16	11.791	9.691
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		763.577	378.485
Provisão de bônus e participação no resultado		52.278	58.860
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	5.3	12.502	(1.792)
Ativos e passivos setoriais, líquidos	5.7	299.366	246.101
Créditos fiscais extemporâneos	6	–	(563.175)
Outros		8.798	(1.197)
		3.808.027	**2.862.052**
Variação em:			
Contas a receber de clientes		(197.775)	(376.125)
Estoques		(3.107)	(7.293)
Outros tributos, líquidos		(38.045)	(349.059)
Fornecedores e outros passivos financeiros		(175.839)	468.381
Ordenados e salários a pagar		(31.248)	(43.341)
Benefícios pós-emprego		(25.963)	(24.683)
Outros ativos e passivos, líquidos		103.437	(21.450)
		(368.540)	**(353.570)**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**3.439.487**	**2.508.482**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		532.479	(4.906)
Caixa recebido na venda de outros ativos permanentes		8.319	6.805
Adições ao intangível e ativos de contrato		(1.187.518)	(1.027.003)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(646.720)**	**(1.025.104)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	2.473.745	1.557.805
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(2.275.698)	(1.768.394)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(469.746)	(419.092)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		(294.300)	(6.116)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		19.882	116.025
Amortização de principal sobre arrendamento mercantil		(6.044)	(1.884)
Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil		(2.671)	(631)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	12	(1.872.732)	(1.649.653)
Pagamento de remuneração baseada em ações	19	(15.597)	(30.336)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(2.443.161)**	**(2.202.276)**
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		**349.606**	**(718.898)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		891.650	1.610.548
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**1.241.256**	**891.650**
Informação complementar			
Impostos de renda e contribuição social pagos		47.785	460.282

Transações que não envolvem caixa

i. Foram utilizados créditos tributários federais para o pagamento do ajuste anual de 2021 e 1º, 2º e 3º trimestres de 2022 de imposto de renda e contribuição social, bem como para pagamentos mensais de PIS/COFINS, no valor total de R$ 884.182 (R$ 470.943 de PIS/COFINS e R$ 413.239 de saldo credor de imposto de renda e contribuição social).

ii. Foram utilizados créditos tributários de ICMS cedidos pelos clientes, para abatimento de faturas de gás da Companhia no montante de R$ 123.518 (R$ 86.555 em 31 de dezembro de 2021).

iii. Reconhecimento de direito de uso no montante de R$ 7.705 (R$ 47.772 em 31 de dezembro de 2021), relativo a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento mercantil.

iv. Aquisições de ativos para construção da rede de distribuição com pagamento a prazo no montante de R$ 61.335 (R$ 148.073 em 31 de dezembro de 2021); notas 7 e 8.

Apresentação de juros

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e valores imobiliários são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas			
Receitas de vendas de gás		20.447.747	13.788.190
Receitas na prestação de serviços	14	389.731	268.554
Reversão (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	5.3	(12.502)	1.792
Receita de construção	14	1.135.355	1.020.176
Outras (despesas) receitas	16	(87.600)	26.586
		21.872.731	**15.105.298**
Custos e despesas			
Custo do gás e transportes		(15.488.470)	(9.498.355)
Custo dos serviços prestados		(37.596)	(36.599)
Custo de construção	15	(1.135.355)	(1.020.176)
Materiais, serviços e outras despesas		(286.529)	(233.574)
		(16.947.950)	**(10.788.704)**
Valor adicionado bruto		**4.924.781**	**4.316.594**
Retenções			
Amortizações	15	(498.487)	(436.093)
		(498.487)	**(436.093)**
Valor adicionado líquido gerado		**4.426.294**	**3.880.501**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	17	465.485	399.572
		465.485	**399.572**
Valor adicionado total a distribuir		**4.891.779**	**4.280.073**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos		**177.211**	**156.262**
Remuneração direta		108.622	90.293
Benefícios		52.019	50.055
FGTS/Outros		16.570	15.914
Impostos, taxas e contribuições		**1.818.121**	**1.281.290**
Federais		779.681	542.993
Estaduais		1.014.801	704.394
Municipais		23.639	33.903
Despesas financeiras e aluguéis		**1.084.968**	**723.400**
Juros		988.511	583.117
Aluguéis e arrendamentos		24.128	20.185
Outros		72.329	120.098
Remuneração de capitais próprios		**1.811.479**	**2.119.121**
Dividendos propostos	12	1.253.279	1.508.844
Juros sobre capital próprio	12	61.634	29.447
Lucros retidos		496.566	580.830
		4.891.779	**4.280.073**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores das categorias industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo, e está registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Companhia é controlada pela Compass Gás e Energia S.A. ("Compass") por meio da participação direta de 99,14% do capital social, sendo controlada indiretamente pela Cosan Dez Participações S.A. que, por sua vez, mantém 88,00% do capital social de Compass. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan. O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), e prorrogado até 31 de dezembro de 2049, mediante assinatura do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em 01 de outubro de 2021.

2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas (CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2023.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.3 Reclassificação na demonstração de resultados: A Companhia aplica o modelo de ativo intangível conforme ICPC 01/IFRIC 12 e CPC 04/IAS 38 para a contabilização dos contratos de concessão de distribuição de gás natural. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia aplicava a política contábil consistente com o entendimento da essência da operação à época, classificando a amortização do ativo de concessão como despesas gerais e administrativas. O avanço do mercado brasileiro no segmento de distribuição de gás e entrada de novos participantes no mercado permitiu que a Companhia reavaliasse tal política em 1 de janeiro de 2022, e mudasse voluntariamente a apresentação da classificação da amortização do contrato de concessão de despesas para custos de vendas, por entender que tal apresentação fornece informações mais relevantes aos usuários de suas demonstrações financeiras, pois está mais alinhada com as práticas adotadas pelo mercado. Esta reclassificação não impacta as margens regulatórias ou os principais indicadores utilizados pela Companhia. A aplicação da mudança na política contábil gerou a seguinte reclassificação na demonstração do resultado no exercício comparativo:

	31/12/2021 (Originalmente apresentado)	31/12/2021 (Reclassificação)	31/12/2021 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	11.709.713	–	11.709.713
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.196.452)	(433.284)	(8.629.736)
Resultado bruto	**3.513.261**	**(433.284)**	**3.079.977**
Despesas de vendas	(125.413)	–	(125.413)
Despesas gerais e administrativas	(835.103)	433.284	(401.819)
Outras receitas operacionais, líquidas	26.587	–	26.587
Despesas operacionais	**(933.929)**	**433.284**	**(500.645)**
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos	**2.579.332**	**–**	**2.579.332**

5. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

5.3 Contas a receber de clientes: Política contábil: As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Para mensurar as perdas de créditos esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofrida neste exercício. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis. **5.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures: Política contábil:** Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e subsequentemente ao custo amortizado, exceto para as quais a Companhia adota *fair value option*. A Companhia deixa de reconhecer quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros. Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Política contábil: a) Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão: A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível. Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão, necessários para a distribuição de gás, são amortizados pelo período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão. A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados. A Companhia não reconhece margem na construção da infraestrutura. Os ativos de contrato são mensurados ao custo, capitalizados e transferidos para os ativos intangíveis na medida em que estão disponíveis para uso da concessão. A Companhia reavalia a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro ajustado ao valor justo, pois representa um contas a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão. **b) Contratos com clientes:** Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato. **c) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **d) Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que a Administração entende que os respectivos ativos estão em condições ideais para serem utilizados. Conforme definido nas portarias CSPE nº 22 de 19 de novembro de 1999 e nº 50 de 08 de maio de 2000, devem compor o intangível de concessão as classes de ativos apresentados na tabela abaixo, e para cada classe de ativo existe uma amortização específica calculada de forma linear ao longo de sua vida útil estimada, e a Companhia utiliza essas mesmas vidas úteis deliberadas pelo órgão regulador para amortização, pois em avaliação concluiu que as vidas úteis estão consistentes com a vida útil real de cada classe de ativos.

8. ATIVOS DE CONTRATO

Política contábil: Ativos de contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis no

continua→★

comgás

investidores@comgas.com.br - www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto - CNPJ 61.856.571/0001-17

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)*

contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis (Nota 7).

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil: A alíquota de imposto de renda e contribuição social é de 34%. O imposto corrente e diferido são reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **i. Imposto corrente:** É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **ii. Imposto diferido:** É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. **iii. Exposição Fiscal:** Ao determinar o valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

11. PROVISÃO PARA DEMANDAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Política contábil: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil: a) Capital social: Ações ordinárias e preferenciais: As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **Dividendos:** Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social, 25%, são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em assembleia geral. Os juros sobre o capital próprio são tratados como dividendos e são apresentados como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração do resultado. Os dividendos são calculados e pagos de acordo com as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil. **Reserva legal:** Objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos. É constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. **Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

18. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Política contábil: O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço. **Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. **Planos de benefício definido:** A Companhia oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia. O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação ao plano de pós-emprego de benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes. A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos do plano de benefício pós- emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidos em resultado. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Contingências tributárias relacionadas a imposto de renda e contribuição social: A Companhia recebeu, em janeiro de 2023, despachos decisórios proferidos pela Receita Federal do Brasil ("RFB") não homologando compensações realizadas com saldos credores de IRPJ e CSLL. Em virtude das compensações não homologadas, a RFB lavrou autos de infração para cobrança da multa isolada de 50%, também recebidos em janeiro de 2023 pela Companhia. A chance de perda de tais cobranças está classificada como possível pelos assessores jurídicos externos e pela administração da Companhia e, portanto, sem constituição de provisão, conforme estabelece o CPC 25/IAS 37 (para maiores informações vide nota explicativa 11.a). **b) Julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre coisa julgada em matéria tributária:** O Supremo Tribunal Federal ("STF") finalizou o julgamento, em 08 de fevereiro de 2023, dos recursos extraordinários RE nº 955227 (Tema 885) e RE nº 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que deixaram de ser recolhidos com base em tais decisões. A Companhia revisou os temas tributários para os quais tem decisão definitiva (coisa julgada) nos últimos 5 (cinco) anos e não identificou nenhum impacto do julgamento do STF ao tratamento atualmente conferido aos seus recolhimentos tributários. **c) Devolução dos créditos de PIS/COFINS aos consumidores:** Em janeiro de 2023 a ARSESP realizou audiência pública, relacionada ao tema da devolução dos créditos de PIS/COFINS aos clientes da Companhia, provenientes da exclusão do ICMS das suas bases, cuja finalidade é permitir a participação da sociedade para além das contribuições escritas, visando promover o diálogo entre a administração pública e o cidadão. São mecanismos de participação social, de caráter preliminar e consultivo, realizado com prazo definido e aberto a qualquer interessado, com o objetivo de receber contribuições sobre determinado assunto que ainda será aprofundado e analisado no decorrer do processo decisório pela autoridade pública. A agência reguladora, na proposta preliminar, apresentou a concepção do tema a partir de uma possível devolução integral e difusa para todos os usuários. No âmbito da Consulta Pública, a Companhia e demais membros da sociedade apresentaram importantes contribuições a serem consideradas pela agência durante o referido período de análise. Dessa forma, até que se concluam as análises por parte da agência reguladora dessas contribuições, o tema segue sob estudo e sem concretização acerca de próximos passos, não havendo assim impacto nessas demonstrações financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rubens Ometto Silveira Mello - Presidente
Marcelo Eduardo Martins - Vice Presidente
Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães - Conselheiro
Nelson Roseira Gomes Neto - Conselheiro
Burkhard Otto Cordes - Conselheiro
Maria Rita de Carvalho Drummond - Conselheira
Claudio Luis Moreira - Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Vanessa Claro Lopes - Conselheira
Carla Alessandra Trematore - Conselheira
Felício Mascarenhas de Andrade - Suplente
Marcelo Curti - Conselheiro
Henrique Aché Pillar - Suplente
Mario Augusto da Silva - Conselheiro
Nadir Dancini Barsanulfo - Suplente
Alexandre Pedercini Issa - Conselheiro
Genival Francisco da Silva - Suplente

DIRETORIA EXECUTIVA

Antônio Simões Rodrigues Júnior - Diretor Presidente
Letícia Figueiredo Grossi de Mélo - Diretor de Pessoas e Cultura
Carla Araújo Sautchuk - Diretora de Operações e Serviços
Guilherme Lelis Bernardo Machado - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Marcelo Rebelo Besteiro - Diretor Comunicação, Institucional e Regulatório
Ricardo Nogueira Dias - Diretor Jurídico
Milena Chamas Bitelli Brito - Diretora de Vendas
Cristiano Donisete Barbieri - Diretor de Estratégia e Mercado
Tatiana Ferreira Lemos - Diretora de Novos negócios e Compra de Gás

CONTADORA

Renata Pavanelli Chaves - Contadora - CRC 1SP283861/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Gás de São Paulo - Comgás, no uso de suas atribuições legais, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações dos Valores Adicionados e Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido sem modificações, pela Ernst & Young Auditores Independentes, concluiu que as demonstrações financeiras acima referidas, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentadas e recomendam o encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023

Marcelo Curti
Presidente e membro Titular do Conselho Fiscal
Alexandre Pedercini Issa
Membro Titular do Conselho Fiscal
Carla Alessandra Trematore
Membro Titular do Conselho Fiscal
Mario Augusto Silva
Membro Titular do Conselho Fiscal
Vanessa Claro Lopes
Membro Titular do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas da
Companhia de Gás de São Paulo - Comgás
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás de São Paulo - Comgás ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3.3, que descreve os efeitos da mudança na prática contábil adotada pela Companhia em 2022, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de fornecimento de gás não faturada

Conforme mencionado nas notas explicativas 5.3 e 14 às demonstrações financeiras, a receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado pela Companhia com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o total da receita não faturada e o respectivo saldo de contas a receber é de R$877.895 mil.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos em relação ao saldo de contas a receber e a contrapartida no resultado, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores registrados, dado à utilização de informações por categorias de clientes com tarifas diferentes, e do grau de julgamento exercido pela diretoria, na alocação do volume de gás distribuído por categoria de cliente. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) o entendimento do processo implementado pela diretoria relativo à alocação da estimativa dos volumes de gás por categoria de cliente e as respectivas tarifas para cada categoria de cliente, de acordo com as tarifas reguladas; ii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados; iii) testamos documentalmente, por amostragem, as informações que alimentam o cálculo de alocação do volume de gás fornecido por categoria; iv) recálculo da receita de fornecimento de gás não faturada por categoria de cliente, incluindo a avaliação das premissas chave utilizadas; v) estimativa independente da alocação do volume de gás entre as categorias de clientes considerando o histórico de consumo ao final do período e a comparação com a estimativa de volume por categoria de cliente calculada pela Companhia; vi) comparação, por amostragem, das tarifas utilizadas para mensuração da receita por categoria de cliente com as tarifas determinadas pelo órgão regulador; vii) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real referente ao faturamento do ciclo subsequente ocorrido em janeiro de 2023; viii) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; e ix) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de gás não faturada com os registros contábeis. Analisamos, ainda, a exatidão dos cálculos aritméticos. Como resultado destes procedimentos foi identificado ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento de parte da receita não faturada, sendo esse ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações das notas explicativas 5.3 e 14 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os valores de receita de fornecimento de gás não faturada, na demonstração de resultado, e o respectivo saldo de contas a receber, no ativo, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 5.3 e 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras, tomadas em seu conjunto.

Infraestrutura da concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás

Conforme divulgado nas notas explicativas 7 e 8 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado ativo intangível da concessão pública e ativo de contrato referente ao serviço de distribuição de gás, nos montantes de R$5.948.636 mil e R$1.031.391 mil, respectivamente, que representam, substancialmente, a infraestrutura dessa concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura e a definição da vida útil são passíveis de julgamento por parte da diretoria.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e **à** avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, dentre outros, i) entendimento do processo implementado pela diretoria sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás, incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização; ii) avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada; iii) testes por amostragem dos materiais e serviços aplicados às obras bem como alocação de horas de força de trabalho; iv) avaliação das classificações contábeis entre o ativo de contrato e intangível de direito dessa concessão, observando os períodos das obras; v) as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; vi) a capitalização de juros, quando aplicável; vii) utilização de procedimentos analíticos substantivos, sobre as adições e amortização; e, viii) teste de amortização do intangível de direito dessa concessão.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização dos ativos de infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás preparados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 7 e 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Stela de Aguiar Cerqueira
Contadora - CRC SP-258643/O

As demonstrações financeiras em sua íntegra acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes estão sendo publicadas nesta data no jornal Folha de São Paulo no seguinte endereço eletrônico: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br

Começa nova rodada de consulta no BC a dinheiro esquecido

SÃO PAULO Desde esta terça-feira (28), os brasileiros podem consultar se têm dinheiro esquecido em instituições financeiras para resgate na nova rodada de saque aberta pelo Banco Central, por meio do SVR (Sistema de Valores a Receber), no endereço https://valoresareceber.bcb.gov.br.

Até o dia 6 será permitido apenas fazer a consulta sobre os valores esquecidos, mas ainda não será possível acessar o sistema para resgatar o dinheiro. Por enquanto, o sistema não mostra quanto o cidadão tem a receber, apenas informa se há valores a receber ou não.

No dia 7, às 10h, já estará liberada a solicitação de devolução do dinheiro. Cerca de R$ 6 bilhões estarão disponíveis para 38 milhões de pessoas físicas e 2 milhões de pessoas jurídicas.

O SVR permite consultar se o cidadão ou empresas têm dinheiro esquecido em um banco, consórcio ou outra instituição financeira. Os valores ficam guardados até que o cidadão os solicite.

Agora, é possível consultar valores esquecidos por pessoas que já morreram, desde que o interessado seja herdeiro, testamentário, inventariante ou representante legal.

No ano passado, apesar da expectativa gerada pelo resgate de valores esquecidos, muitos brasileiros descobriram ter apenas centavos para recuperar. **Dougas Gavras**

F **VEJA COMO CONSULTAR** folha.com/ih3yrvp8

Entidade no RS associa trabalho escravo ao Bolsa Família

Câmara da Indústria no RS também diz que programas de assistência tiram pessoas produtivas do mercado

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Em nota que pretendia "resguardar a idoneidade do setor vinícola", a Câmara da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves (RS) disse que os casos de trabalho escravo no setor estão relacionados à falta de mão de obra. Na mesma nota, a entidade afirma que programas de assistência social, como o Bolsa Família, tiram pessoas produtivas do mercado de trabalho.

Na semana passada, dezenas de trabalhadores foram resgatados em uma pousada que servia de alojamento em Bento Gonçalves. Eles vivam em situação análoga à de trabalho escravo. A maioria veio da Bahia, contratada por empresas que prestavam serviços às vinícolas Aurora, Cooperativa Garibaldi e Salton, as quais disseram que não tinham conhecimento da situação.

"Há uma larga parcela da população com plenas condições produtivas e que, mesmo assim, encontra-se inativa, sobrevivendo através de um sistema assistencialista que nada tem de salutar para a sociedade", afirma a Câmara da Indústria.

Publicada pela entidade no sábado (25), a nota viralizou no Twitter nesta terça-feira (28), levando o nome da cidade aos trending topics, a lista de assuntos mais comentados, no Brasil.

A entidade foi procurada nesta terça por telefone e por email, mas não respondeu até a publicação deste texto.

A Câmara da Indústria de Bento Gonçalves diz na publicação que acompanha com atenção o andamento das investigações "acerca de denúncias de práticas análogas à escravidão no município" e que cabe às autoridades competentes cumprir seu papel "fiscalizador e punitivo".

A entidade destaca, no posicionamento, que as vinícolas envolvidas no caso não sabiam da situação e que jamais seriam coniventes com as práticas.

Segundo a Inspeção do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, os trabalhadores resgatados trabalhavam nos parreirais por até 15 horas diárias. No alojamento em que viviam, recebiam choques e ameaças e ficavam sob vigilância armada.

Na segunda-feira (27), a Câmara da Indústria de Bento Gonçalves divulgou novo posicionamento sobre o assunto, em nota assinada com outras entidades do setor vitivinicultor, como a Uvibra (União Brasileira de Vitivinicultura) e a Fecovinho (Federação das Cooperativas Vinícolas do Rio Grande do Sul), e também Comissão Interestadual da Uva e Conselho Municipal de Turismo.

Na "manifestação coletiva sobre medidas em defesa do trabalho digno e dos nossos valores", o grupo diz que o caso é um "episódio pontual" e que "jamais silenciaríamos nem deixaríamos de adotar medidas concretas para enfrentar o fato ocorrido em nossa região".

Em nove tópicos, as entidades dizem que o "fato ocorrido merece total repúdio de todos que prezam pela dignidade humana" e que a "ocorrência não representa as práticas do setor, as vinícolas, as mais de 20 mil famílias de produtores, o segmento produtivo da cidade e, tampouco, a história da nossa comunidade".

A manifestação coletiva não cita "trabalho escravo" ou "trabalho em condições análogas à escravidão". As entidades dizem ter definido parâmetros para intensificar a fiscalização de fornecedores e prestadores de serviços e que iniciará, em algumas semanas, um programa de comunicação, conscientização e qualificação de toda a cadeia vitivinícola.

"Precisamos, todos, seguir vigilantes e ainda mais ativos no enfrentamento de um problema que, infelizmente, ainda é realidade Brasil afora." A Prefeitura de Bento Gonçalves também assinou o manifesto.

Vinícola não deveria trazer 'aquela gente lá de cima', diz vereador

CURITIBA Ao discursar na tribuna da Câmara de Caxias do Sul (RS), o vereador Sandro Santinel (Patriotas) afirmou que empresas e produtores rurais deveriam contratar funcionários "limpos" para a colheita da uva, como os argentinos, e não deveriam buscar "aquela gente lá de cima", em referência a trabalhadores da Bahia resgatados no dia 22 em situação análoga à escravidão.

A fala ocorreu na sessão de segunda (28) e gerou reação imediata de vereadores.

"Estou estupefato. É inacreditável que, no Parlamento da segunda maior cidade do estado do Rio Grande do Sul, que se consolidou num povoamento de imigrantes, um vereador use palavras de cunho xenofóbico, preconceituoso e discriminatório", disse o vereador Lucas Caregnato (PT), também na tribuna da Casa.

Em entrevista na noite desta terça-feira (28) à **Folha**, o vereador disse que "falou demais" e que voltará à tribuna nesta quarta (1º) para "pedir desculpas".

+ ApexBrasil suspende participação de empresas em eventos internacionais

A ApexBrasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) decidiu suspender a participação das vinícolas Aurora, Salton e Cooperativa Garibaldi em feiras, missões comerciais e eventos promocionais até que as investigações que apuram trabalho escravo em Bento Gonçalves sejam concluídas. Trabalhadores contratados por empresas que prestavam serviços a essas vinícolas foram resgatados em situação análoga à escravidão. As vinícolas dizem que repudiam violações de direitos humanos e que não tinham conhecimento da situação.

Programa social terá cálculo de benefício com base no número de integrantes da família

Thiago Resende

BRASÍLIA O desenho do novo Bolsa Família, a ser anunciado pelo governo nesta quinta (2), prevê que o benefício será calculado com base no número de integrantes da família.

Esse valor per capita será o principal componente da renda a ser recebida pela família e não poderá ser menor que R$ 600 —como prometeu Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O governo ainda faz as contas para que esse valor por membro da família seja fixado. A tendência é que esse patamar fique próximo de R$ 220 ou R$ 250 por pessoa, pois, em média, as famílias do programa são compostas por menos de três integrantes.

Mas o número do benefício básico ainda será decidido até esta quinta. Haverá um complemento para que famílias de uma ou duas pessoas continuem recebendo R$ 600.

No caso das famílias mais numerosas, a previsão é que ultrapassem esse benefício mínimo, e não haverá um limite na transferência de renda.

Além desse cálculo por pessoa, o programa deverá ter um adicional para crianças de até seis anos, para gestantes e para jovens entre 7 e 18 anos.

O valor extra de R$ 150 por criança de até seis anos é outra promessa de campanha.

Para não haver forte queda na renda da família, o governo prevê um adicional para crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos. Como mostrou a **Folha**, esse valor deve ser próximo de R$ 50 por mês e por integrante dessa faixa etária.

As famílias com gestantes e mulheres que estejam amamentando também deverão ter benefício extra —no mesmo valor, próximo de R$ 50.

Segundo técnicos do governo, o modelo de cálculo do benefício com base no número de membros da família tem o objetivo de erradicar a extrema pobreza, pois não haverá como o valor ficar abaixo de R$ 105 per capita —linha da extrema pobreza.

Atualmente, o Cadastro Único considera em extrema pobreza pessoas com renda mensal de até R$ 105 por membro da família.

Rendimentos entre R$ 105,01 e R$ 210 são classificados como situação de pobreza —e também têm direito a entrar no programa de transferência de renda.

No antigo Bolsa Família, o valor transferido dependia do número de filhos e da faixa de renda de cada pessoa.

Uma das principais críticas de especialistas ao Auxílio Brasil, programa criado pelo governo de Jair Bolsonaro (PL), é a forma de cálculo do benefício às famílias pobres.

O argumento é que, entre os 21,8 milhões de famílias que estão no programa, há quem precise de mais dinheiro do que outras.

Por isso, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social quer ampliar o valor do benefício para famílias com mais membros.

Outro aspecto do novo Bolsa Família é a volta das chamadas condicionalidades, exigências que o governo faz às famílias para que elas continuem recebendo a renda.

De acordo com técnicos que participam das discussões do programa, as famílias serão cobradas pela frequência escolar e cartão de vacinação em dia —como forma de continuar recebendo a transferência de renda.

As mudanças no cálculo dos benefícios deverão ampliar os gastos do novo Bolsa Família.

Integrantes do governo dizem que isso será compensado com a retirada de cadastros irregulares do programa.

DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 1.385, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2023

Dispõe sobre a atualização das Tabelas Tarifárias e a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) a serem aplicadas no mercado livre e pela concessionária de distribuição de gás canalizado Gás Natural São Paulo Sul S.A. - Naturgy e revoga a Deliberação ARSESP nº 1.348, de 25 de novembro de 2022 e a Deliberação ARSESP nº 1.373, de 03 de janeiro de 2023.

A Diretoria da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP, na forma da Lei Complementar nº 1.025, de 7 de dezembro de 2007, e do Decreto Estadual nº 52.455, de 07 de dezembro de 2007:

Considerando o disposto nos artigos 8º, 14 e 36, da Lei Complementar nº 1.025, de 07 de dezembro de 2007;

Considerando as disposições das Cláusulas Décima Primeira e Décima Terceira do contrato de concessão nº CSPE/03/00, de 31 de maio de 2000, firmado entre o Estado de São Paulo e a Gás Natural São Paulo Sul S.A. para exploração de serviços públicos de distribuição de gás canalizado;

Considerando a Deliberação ARSESP nº 1.010, de 10 de junho de 2020, que estabelece mecanismo de recuperação do saldo da conta gráfica, em razão de variações do preço do gás e do transporte;

Considerando a Deliberação ARSESP nº 1.348, de 25 de novembro de 2022, que apresenta as margens de distribuição e o custo médio ponderado do gás e do transporte;

Considerando a Deliberação ARSESP nº 1.373, de 03 de janeiro de 2023, que apresenta as tabelas tarifárias anteriormente aplicadas pela concessionária;

Considerando a Medida Provisória Nº 1.157, de 1º de janeiro de 2023, em seu art. 4º, inciso II, que reduziu a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, incidentes sobre operações realizadas com gás natural veicular classificado nos códigos 2711.11.00 ou 2711.21.00 da NCM até 28 de fevereiro de 2023;

Considerando o Ofício DIREG SP 043/2023 enviado pela concessionária, com propostas de atualização do custo do gás, transporte e recuperação da conta gráfica;

Considerando a Nota Técnica NT.F-0005-2023, que apresenta o cálculo das tarifas a serem aplicadas para todos usuários,

DELIBERA:

Art. 1º. Definir o preço do gás e do transporte contido nas tarifas-teto vigentes, conforme segue:

I - Manter o custo médio ponderado do gás e do transporte fixado nas tarifas dos usuários residenciais e comerciais, quando aplicável, correspondente, respectivamente, a R$ 2,316450/m³ e R$ 0,395700/m³;

II - Atualizar o custo médio ponderado do gás e do transporte fixado nas tarifas dos demais usuários, quando aplicável, para os valores de R$ 2,021000/m³ e de R$ 0,395700/m³, respectivamente;

III - Manter o valor da parcela de recuperação do saldo da conta gráfica para os segmentos residencial e comercial em R$ 0,688224/m³; e atualizar o valor para os demais segmentos para R$ -0,093590/m³;

IV - Os demais componentes da Deliberação ARSESP nº 1.293, de 27 de maio de 2022 permanecem inalterados.

§1º. Os valores acima não incluem os tributos de PIS/PASEP e da COFINS.

§2º. O custo total do gás e do transporte, contido nas tarifas-teto vigentes para os usuários residenciais e comerciais, adicionado dos tributos de PIS/PASEP e da COFINS, é de R$ 3,762165/m³.

§3º. O custo total do gás e do transporte, contido nas tarifas-teto vigentes para os usuários não residenciais e não comerciais, adicionado dos tributos de PIS/PASEP e da COFINS, é de R$ 2,578358/m³.

Art. 2º. Publicar as tabelas tarifárias com os valores:

I - Das tarifas-teto dos segmentos Residencial; Residencial - Medição Coletiva; Comercial; Industrial; Gás Natural Veicular - Postos; Gás Natural - Transporte Público e Gás Natural - Grandes Frotas; constantes no Anexo 1 desta Deliberação;

II - Das margens máximas e preços do gás dos segmentos Cogeração e Termoelétrico (Cogeração/Geração de Energia Elétrica Destinada ao Consumo Próprio ou à Venda a Consumidor Final) e das margens máximas dos segmentos Refrigeração e Gás Natural Liquefeito - GNL e Matéria Prima, constantes no Anexo 2 desta Deliberação;

III - Das margens máximas e preço do gás dos segmentos Cogeração e Termoelétrica (Cogeração/Geração de Energia Elétrica Destinada à Revenda a Distribuidor), constantes no Anexo 3 desta Deliberação;

IV - Das margens máximas do Segmento Interruptível, constantes no Anexo 4 desta Deliberação;

V - Das tarifas-teto do Segmento Gás Natural para fins de Gás Natural Comprimido - GNC, constante no Anexo 5 desta Deliberação; e

VI - Da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para usuários livres, constante no Anexo 6 desta Deliberação.

Art. 3º. O valor a título de PIS/PASEP e COFINS contido nas tarifas corresponde a 9,00% (nove por cento), exceto para os consumidores livres, nos termos do artigo 3º da Portaria CSPE nº 399/2006.

Parágrafo único. O ICMS não consta da base de cálculo de PIS/PASEP e COFINS.

Art. 4º. Os valores do preço do gás, considerados para fins de fixação das tarifas nesta Deliberação, poderão ser revistos pela ARSESP a qualquer tempo para promover a sua adequação em face de novas condições que vierem a ser observadas na sua aquisição, conforme previsto nas Subcláusulas 9ª e 16ª, da Cláusula Décima Primeira do Contrato de Concessão.

Art. 5º. Revogam-se as Deliberações ARSESP nº 1.348, de 25 de novembro de 2022 e a nº 1.373, de 03 de janeiro de 2023.

Art. 6º. Esta Deliberação entrará em vigor em 01 de março de 2023.

Marcus Vinicius Vaz Bonini
Diretor Presidente

Publicado no D.O. de 28/02/2023.
Este texto não substitui o publicado no DOE de 28/02/2023.

ANEXO 1 - TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY - SEGMENTO RESIDENCIAL

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 1,00 m³	16,75	0,000000
2	1,01 a 7,00 m³	13,10	6,862424
3	7,01 a 16,00 m³	14,12	6,706982
4	16,01 a 41,00 m³	15,73	6,601509
5	> 41,00 m³	16,24	6,587011

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.

SEGMENTO RESIDENCIAL - MEDIÇÃO COLETIVA

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	Faixa Única	0,00	6,867988

Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)

ANEXO 1 - TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY - SEGMENTO COMERCIAL

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 50,00 m³	41,87	7,038361
2	50,01 a 500,00 m³	65,42	6,489043
3	500,01 a 5.000,00 m³	250,83	6,116296
4	> 5.000,00 m³	5.452,59	5,066091

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.
Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)

ANEXO 1 - TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY - SEGMENTO INDUSTRIAL

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 5.000,00 m³	447,35	5,905824
2	5.000,01 a 50.000,00 m³	8.946,54	4,262078
3	50.000,01 a 300.000,00 m³	41.462,95	3,559221
4	300.000,01 a 500.000,00 m³	107.803,66	3,323403
5	500.000,01 a 1.000.000,00 m³	119.167,84	3,204935
6	1.000.000,01 a 3.000.000,00 m³	128.292,49	3,133874
7	> 3.000.000,00 m³	164.302,24	3,101799

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.
Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)

ANEXO 1 - TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY - GÁS NATURAL VEICULAR

Classe	Segmento	Termo Variável (R$/m³)
Postos	Gás Natural Veicular - Postos	3,106083

Classe	Segmento	Termo Variável (R$/m³)
Transporte Público	Gás Natural Veicular - Transporte Público	2,955982

Classe	Segmento	Termo Variável (R$/m³)
Frotas	Gás Natural Veicular - Frotas	2,955982

Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)

ANEXO 2 - TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY - SEGMENTO COGERAÇÃO E TERMOELÉTRICAS
Cogeração/Geração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou à venda a consumidor final

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 200,00 m³	442,24	0,631366
2	200,01 a 5.000,00 m³	4.252,15	0,631366
3	5.000,01 a 40.000,00 m³	8.946,54	0,631366
4	40.000,01 a 100.000,00 m³	11.505,20	0,631366
5	100.000,01 a 500.000,00 m³	34.515,64	0,391309
6	500.000,01 a 2.000.000,00 m³	46.020,84	0,312420
7	2.000.000,01 a 4.000.000,00 m³	57.526,06	0,306312
8	4.000.000,01 a 7.000.000,00 m³	92.041,65	0,284994
9	7.000.000,01 a 10.000.000,00 m³	115.052,09	0,264442
10	10.000.000,01 a 20.000.000,00 m³	126.557,29	0,245790
11	> 20.000.000,00 m³	161.072,93	0,176517

Climatização - As tarifas para este segmento têm os mesmos encargos variáveis do segmento de Cogeração - Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou a venda a consumidor final. O custo do gás canalizado e do transporte destinados a este segmento, já considerados os valores dos tributos PIS/COFINS incidentes no fornecimento pela concessionária, deve ser adicionado ao encargo variável.

Geração de Energia - As tarifas para este segmento têm os mesmos encargos variáveis do segmento de Cogeração - Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou a venda a consumidor final. O custo do gás canalizado e do transporte destinados a este segmento, já considerados os valores dos tributos PIS/COFINS incidentes no fornecimento pela concessionária, deve ser adicionado ao encargo variável.

Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Ao valor das margens desta tabela, que já incluem os tributos PIS/COFINS, deverá ser acrescido o valor do preço do gás (commodity + transporte) referido nas condições abaixo e destinados a esses segmentos.
3) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)
4) O custo do gás canalizado e do transporte destinado ao segmento de cogeração, já considerados os valores dos tributos PIS/COFINS incidentes no fornecimento pela concessionária, vigentes nesta data, é de R$ 2,578358/m³.
5) Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.

ANEXO 3 - TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY - SEGMENTO COGERAÇÃO E TERMOELÉTRICAS
Cogeração/Geração de energia elétrica destinada à revenda a distribuidor

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 200,00 m³	442,24	0,631366
2	200,01 a 5.000,00 m³	4.252,15	0,631366
3	5.000,01 a 40.000,00 m³	8.946,54	0,631366
4	40.000,01 a 100.000,00 m³	11.505,20	0,631366
5	100.000,01 a 500.000,00 m³	34.515,64	0,391309
6	500.000,01 a 2.000.000,00 m³	46.020,84	0,312420
7	2.000.000,01 a 4.000.000,00 m³	57.526,06	0,306312
8	4.000.000,01 a 7.000.000,00 m³	92.041,65	0,284994
9	7.000.000,01 a 10.000.000,00 m³	115.052,09	0,264442
10	10.000.000,01 a 20.000.000,00 m³	126.557,29	0,245790
11	> 20.000.000,00 m³	161.072,93	0,176517

Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Ao valor das margens desta tabela, que já incluem os tributos PIS/COFINS, deverá ser acrescido o valor do preço do gás (commodity + transporte) referido nas condições abaixo e destinados a esses segmentos.
3) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)
4) O custo do gás canalizado e do transporte destinado ao segmento de cogeração, já considerados os valores dos tributos PIS/COFINS incidentes no fornecimento pela concessionária, vigentes nesta data, é de R$ 2,578358/m³.
5) Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.

ANEXO 4 - TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY - SEGMENTO INTERRUPTÍVEL
DE ACORDO COM A PORTARIA CSPE Nº 211/2002

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 5.000,00 m³	447,35	3,327466
2	5.000,01 a 50.000,00 m³	8.946,54	1,683720
3	50.000,01 a 300.000,00 m³	41.462,95	0,980863
4	300.000,01 a 500.000,00 m³	107.803,66	0,745045
5	500.000,01 a 1.000.000,00 m³	119.167,84	0,626577
6	1.000.000,01 a 3.000.000,00 m³	128.292,49	0,555516
7	> 3.000.000,00 m³	164.302,24	0,523441

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.
Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)
3) O custo do gás canalizado e do transporte destinado a este segmento, já considerados os valores dos tributos PIS/COFINS incidentes no fornecimento pela concessionária, deve ser adicionado ao encargo variável.

ANEXO 5 - TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO GÁS NATURAL PARA FINS DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC e GÁS NATURAL LIQUEFEITO - GNL

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 5.000,00 m³	5,490825
2	5.000,01 a 50.000,00 m³	4,123454
3	50.000,01 a 100.000,00 m³	3,390116
4	100.000,01 a 300.000,00 m³	3,367736
5	300.000,01 a 1.000.000,00 m³	3,181251
6	> 1.000.000,00 m³	3,151413

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.
Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)

ANEXO 6 - TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO INDUSTRIAL E INTERRUPTÍVEL - TUSD PARA USUÁRIOS LIVRES

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 5.000,00 m³	395,13	2,939050
2	5.000,01 a 50.000,00 m³	7.902,21	1,487179
3	50.000,01 a 300.000,00 m³	36.622,96	0,866366
4	300.000,01 a 500.000,00 m³	95.219,69	0,658075
5	500.000,01 a 1.000.000,00 m³	105.257,32	0,553436
6	1.000.000,01 a 3.000.000,00 m³	113.316,85	0,490670
7	> 3.000.000,00 m³	145.123,17	0,462339

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.
Notas: Os valores não incluem ICMS e PIS/COFINS.

ANEXO 6 - TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
GÁS NATURAL VEICULAR - TUSD PARA USUÁRIOS LIVRES

Classe	Segmento	Termo Variável (R$/m³)
Postos	Gás Natural Veicular - Postos	0,466123

Classe	Segmento	Termo Variável (R$/m³)
Transporte Público	Gás Natural Veicular - Transporte Público	0,333544

Classe	Segmento	Termo Variável (R$/m³)
Frotas	Gás Natural Veicular - Frotas	0,333544

Notas: Os valores não incluem ICMS e PIS/COFINS.

ANEXO 6 - TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO COGERAÇÃO E TERMOELÉTRICAS - TUSD PARA USUÁRIOS LIVRES
Cogeração/Geração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou à venda a consumidor final e cogeração/geração de energia elétrica destinada à revenda ao distribuidor

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 200,00 m³	390,61	0,557667
2	200,01 a 5.000,00 m³	3.755,80	0,557667
3	5.000,01 a 40.000,00 m³	7.902,21	0,557667
4	40.000,01 a 100.000,00 m³	10.162,19	0,557667
5	100.000,01 a 500.000,00 m³	30.486,62	0,345631
6	500.000,01 a 2.000.000,00 m³	40.648,81	0,275951
7	2.000.000,01 a 4.000.000,00 m³	50.811,02	0,270556
8	4.000.000,01 a 7.000.000,00 m³	81.297,59	0,251726
9	7.000.000,01 a 10.000.000,00 m³	101.622,01	0,233573
10	10.000.000,01 a 20.000.000,00 m³	111.784,20	0,217099
11	> 20.000.000,00 m³	142.270,82	0,155912

Climatização - As tarifas para este segmento têm os mesmos encargos variáveis do segmento de Cogeração - Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou a venda a consumidor final.
Geração de Energia - As tarifas para este segmento têm os mesmos encargos variáveis do segmento de Cogeração - Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou a venda a consumidor final.
Nota: Os valores não incluem ICMS e PIS/COFINS.

ANEXO 6 - TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO GÁS NATURAL PARA FINS DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC E GÁS NATURAL LIQUEFEITO - GNL - TUSD PARA USUÁRIOS LIVRES

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 5.000,00 m³	2,572494
2	5.000,01 a 50.000,00 m³	1,364736
3	50.000,01 a 100.000,00 m³	0,717001
4	100.000,01 a 300.000,00 m³	0,697234
5	300.000,01 a 1.000.000,00 m³	0,532517
6	> 1.000.000,00 m³	0,506162

Nota: Os valores não incluem ICMS e PIS/COFINS.

Americanas obtém aval da Justiça para pagar funcionários

Varejista também poderá acertar contas com pequenos fornecedores; bancos credores são contra antecipação

Daniele Madureira e Fernanda Brigatti

SÃO PAULO O juiz Paulo Assed Estefan, titular da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, concedeu liminar à Americanas para que a empresa pague os débitos trabalhistas (chamados de "classe 1" no processo de recuperação judicial) e com micro e pequenos fornecedores ("classe 4") que constam da lista de credores, cuja soma chega a R$ 192,4 milhões.

A varejista, que está em recuperação judicial desde 19 de janeiro, com dívidas declaradas de R$ 43 bilhões, fizera em 16 de fevereiro o pedido à Justiça para pagamento das classes 1 e 4 de credores.

Segundo a Americanas, a classe 1 concentra dívidas com verbas trabalhistas e equivalentes, como as de profissionais liberais, e reúne um total de R$ 119,6 milhões, enquanto na classe 4 estão 650 credores que somam um total de R$ 72,8 milhões.

"Defiro a proposta de manutenção das condições originais de pagamento dos credores alocados nas classes 1 e 4 da presente recuperação judicial, autorizando o seu imediato pagamento", informou Paulo Assed, na decisão.

Segundo o juiz, "tal medida permitirá diminuir o impacto degenerativo em seus pequenos fornecedores, que continuam contribuindo para a atividade econômica, fornecendo produtos que compõem a sua linha de produção, bem como atenderá as necessidades dos trabalhadores".

Nas últimas semanas, Bradesco e Safra —que estão entre os principais credores da empresa, com dívidas de R$ 5,1 bilhões e R$ 2,5 bilhões, respectivamente— entraram com ações na Justiça contra a Americanas, pedindo que seja rejeitado o pagamento de qualquer credor sujeito à recuperação judicial antes da aprovação do plano.

A varejista tem até o dia 22 para apresentar seu plano de recuperação judicial.

Disputa do comércio eletrônico no Brasil

Qual a loja online mais lembrada na hora das compras? Respostas em %

20
16
12
8
4
0
1º tri.20
1º tri.23
Amazon
Mercado Livre
Americanas
Magazine Luiza
Shopee
Casas Bahia

Fonte: NielsenIQ|Ebit

Varejista é superada por rivais online em lembrança de marca

A Americanas.com começou a sentir o peso da concorrência antes mesmo da crise desencadeada pela recuperação judicial da companhia.

É o que mostra pesquisa da NielsenIQ|Ebit, divulgada com exclusividade para a **Folha**. De acordo com o levantamento, até o terceiro trimestre de 2020, a Americanas.com era o primeiro site lembrado na hora de fazer compras. Desde então, a Amazon vem despontando com força na preferência dos internautas, enquanto a disputa pelo segundo lugar com o Mercado Livre se acirrou.

Na pesquisa mais recente, feita online em dezembro com 2.412 consumidores em todo o país, a Americanas saiu da segunda posição como a loja mais lembrada na hora das compras online para o terceiro lugar, atrás de Amazon e Mercado Livre. O levantamento, com índice de confiança de 95%, identificou a intenção de compras para o primeiro trimestre deste ano.

Questionada a respeito dos motivos que a fizeram perder a liderança, a Americanas respondeu, via assessoria, que em 2022 conquistou prêmios relevantes que "comprovam a força da sua marca", como a presença no TOP 5 do ranking internacional do Ipsos, "The Most Influential Brands".

A empresa também afirmou estar entre as marcas mais votadas pelo grande público no prêmio NielsenIQ Ebit, "Melhores do E-commerce".

Tarcísio autoriza estudos para privatizar Sabesp e Emae

SALVADOR O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), anunciou nesta terça (28) que autorizou o início de estudos para a privatização da Sabesp e da Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia).

As avaliações da Sabesp terão início em março e visam definir a viabilidade da desestatização das companhias paulistas.

No início do ano, o governador disse que pretende concluir a privatização da Sabesp até 2024. Além disso, afirmou que considera bom o modelo feito com a Eletrobras, privatizada no ano passado pelo governo federal por meio de uma oferta de ações que diluiu o controle da companhia em Bolsa.

O governador admite, porém, que poderá desistir da privatização caso a tarifa fique mais cara. "Se vir que a tarifa vai explodir, sem a segurança de que não vai baixar e a eficiência que imaginamos, poderemos dar um passo atrás", disse o governador.

Tarcísio citou o plano durante anúncio de pacote com mais de dez projetos de concessões e parceiras com a iniciativa privada, a maioria na área de transportes.

O governo detém 50,3% do capital social da Sabesp, e o restante das ações é negociado nas Bolsas de São Paulo e Nova York.

A Emae atua no setor de geração hidrelétrica.

Viva Air suspende suas operações, inclusive no Brasil

SÃO PAULO A Viva Air, companhia aérea colombiana de baixo custo, suspendeu todas as operações na noite de segunda-feira (27) devido a problemas financeiros, segundo comunicado da empresa. Não há previsão de retorno.

Com isso, seus voos foram cancelados, incluindo rotas da Colômbia para Buenos Aires e São Paulo. A Viva opera 35 rotas, com frota de 20 aviões, e tem uma subsidiária no Peru.

Nesta terça (28), a Aeronáutica Civil (órgão equivalente à Anac na Colômbia) disse que Latam, Avianca e Satena atenderão aos passageiros que tinham voos marcados até quarta (1º) com a Viva, sem custos extras. **Rafael Balago**

Aprovada MP que reduz IR sobre gastos no exterior

BRASÍLIA O Senado aprovou nesta terça (28) a medida provisória que reduz a alíquota do Imposto de Renda retido na fonte para pagamentos relacionados a viagens de brasileiros ao exterior. A medida, que vai para promulgação, vale para pagamentos feitos por brasileiros a pessoas físicas ou empresas instaladas no exterior para cobertura de gastos pessoais durante viagens de turismo e de trabalho, até o limite de R$ 20 mil ao mês.

Desde janeiro, a MP reduziu a alíquota do IR nas remessas ao exterior de 25% para 6%. O percentual será mantido em 2024, mas será elevado gradualmente em um ponto percentual por ano a partir de 2025, até 9% em 2027. **Thaísa Oliveira**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL POR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2023

Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Monções licitação na modalidade **Pregão Presencial Por Ata de Registro de Preço, para Aquisição de Material para Construção**, na forma do Edital. Fica determinado a entrega e abertura dos envelopes no dia **16 de Março de 2023**, até às **08h00min**, para recebimento dos envelopes proposta e documentação, na forma do Edital. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Licitação, sito à Rua Paraná, nº 805 – Centro – Monções (SP), Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (17) 3484 1217.

Monções (SP), 28 de Fevereiro de 2023. **VALTOLINO VALDIR MARIA ALVES – Prefeito Municipal**

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL
TOMADA DE PREÇO Nº 02/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10253/2022

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia destinado ao restauro de uma casa, a rua José Revel, 670, na Vila Operária Brasital, Centro – Salto/SP, que abrigará a nova sede administrativa da Junta Militar, com o fornecimento de mão de obra, material e equipamentos necessários para a execução, de acordo com o Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma físico-financeiro e projeto anexos ao edital, a cargo da Secretaria de Defesa Social. Entrega dos envelopes: **Habilitação e Proposta Comercial** – até as **09horas do dia 17 de março de 2023**, no setor de licitação – Secretaria de Administração, 4º andar, da Prefeitura, sendo que a sessão de abertura ocorrerá **a partir das 09h15min**, no mesmo dia, na sala de licitação 3, térreo, em sessão pública. O Edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão no site da Prefeitura: www.salto.sp.gov.br - Licitação. Para retirada no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, 4º andar, situada na Prefeitura Municipal de Salto, na Avenida Tranquilo Giannini, nº 861, Distrito Industrial Santos Dumont, nos dias úteis, das 08hs às 16h30min, devendo a interessada comparecer munida de CD regravável, pen-drive ou outra mídia para gravação do arquivo do Edital e anexos. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br

Estância Turística de Salto, 28 de fevereiro de 2023.
Antônio Ruy Neto - Secretário de Defesa Social

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO nº 1/2023
PROCESSO SEI Nº 20.22.0001.0034835.2022-83
DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO: 14/03/2023, às 13h
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de vigilância armada e desarmada, com habilitação para operar equipamento de sistema de câmeras, detectores de metais manuais e pórticos, alarmes de segurança, scanner de objetos e demais materiais de segurança, durante o período de 24 (vinte e quatro) meses.
LOCAL DA LICITAÇÃO: Exclusivamente por meio do sistema eletrônico do Comprasnet - SIASG, na página **www.gov.br/compras**.
OBSERVAÇÃO: As interessadas em participar da presente licitação deverão obter o Edital e seus Anexos no período compreendido entre os dias 02/03/2023 e 13/03/2023, no endereço eletrônico **www.gov.br/compras** ou no Portal da Transparência do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, **http://transparencia.mprj.mp.br/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes**.

Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.

CNPJ/ME nº 36.553.075/0001-47 - NIRE: 35.300.550.013
Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2023

I. Data, Hora e Local: Em 24 de fevereiro de 2023, às 10h00min, na sede social da Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. ("Companhia"), situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, São Paulo, Estado de São Paulo, Av. Luiz Carlos Berrini, nº 105, 7º andar, parte, Itaim Bibi, CEP: 04571-010. **II. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença de acionista representando 100% (cem por cento) capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. **III. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (a) deliberar sobre a redução de capital social da Companhia, com a consequente alteração do Artigo 5º do seu Estatuto Social; e (b) consolidação do Estatuto Social da Companhia. **IV. Mesa:** Presidente: **Wilson Bassani**; e Secretário: **Arthur Tabachi Carrera Chaves. V. Deliberação:** Foram aprovadas as seguintes matérias, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **(a)** Por julgá-lo excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A., foi aprovada, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, a redução do capital social da Companhia dos **atuais** R$1.011.400.380,62 (um bilhão, onze milhões, quatrocentos mil, trezentos e oitenta reais e sessenta e dois centavos) **para** R$951.400.380,62 (novecentos e cinquenta e um milhões, quatrocentos mil, trezentos e oitenta reais e sessenta e dois centavos), representando uma redução, portanto, de R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), mediante o cancelamento de 60.000.000 (sessenta milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia. Em decorrência da redução do capital ora aprovada e, com expressa anuência de todos os acionistas da Companhia, será restituído exclusivamente ao acionista GIP Helios II S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 45.948.310/0001-70, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antonio, nº 300, andar 10, conjunto 104, parte, Bairro Bela Vista, CEP 01318-903, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o valor de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) em moeda corrente nacional, sendo certo que as ações a serem canceladas em decorrência da presente redução serão apenas aquelas de titularidade do acionista GIP Helios II S.A.. Dessa forma, o caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R$951.400.380,62 (novecentos e cinquenta e um milhões, quatrocentos mil, trezentos e oitenta reais e sessenta e dois centavos), dividido em 1.301.900.006 (um bilhão, trezentos e um milhões, novecentos mil e seis) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal" **(b)** A consolidação do estatuto social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma constante do **Anexo A** da presente ata. **V. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. A presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 24 de fevereiro de 2023. **Mesa: Wilson Bassani** - Presidente; **Arthur Tabachi Carrera Chaves** - Secretário. **Acionistas: GIP Helios II S.A.** - Por: **Wilson Bassani** - Cargo: Diretor.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA - SEMOBI
DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E DE RODOVIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO DER-ES
AVISO ESPECÍFICO DE AQUISIÇÃO - SOLICITAÇÃO DE OFERTAS (SO) – BRASIL
PROGRAMA EFICIÊNCIA LOGÍSTICA DO ESPÍRITO SANTO
OBRAS DE RESTAURAÇÃO DO PAVIMENTO E CONSERVAÇÃO REMUNERADA POR DESEMPENHO E DEMANDA – EXTENSÃO 104,754 km
Empréstimo Nº 4933/OC-BR – Licitação Nº SO 01/2023 – Processo DER-ES Nº 2022-DS650

Este edital de licitação segue a notificação de aquisição geral para este projeto publicada no Development Business Nº IDB-P951272-03/22 de 31 de março de 2022. O Estado do Espírito Santo recebeu um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para cobrir o custo do Programa Eficiência Logística do Espírito Santo, e pretende aplicar parte dos recursos desse empréstimo a pagamentos de acordo com o contrato Nº4933-OC/BR. O Departamento de Edificações e Rodovias do Espírito Santo – DER-ES convidará a apresentação de Ofertas seladas de licitantes elegíveis para Obras de Restauração do Pavimento e Conservação Remunerada por Desempenho e Demanda (Lote 01) com extensão de 104,754 km. O período de entrega/construção é de 60 (sessenta) meses, contados da emissão da ordem de serviço. Os trechos que compõem o Lote 1 são: ✓ Rodovia ES-080 - Entr. ES-446 (Colatina) – Entr. ES-261 (Santa Teresa); ✓ Rodovia ES-261 – Entr. ES-164 (Itarana) - Entr. ES-080 (Santa Teresa); ✓ Rodovia ES-164 – Entr. ES-260 (Itaguaçu) - Entr. ES-164 (Itarana); ✓ Rodovia ES-355 – Entr. ES-261 (Caldeirão) – Santa Maria de Jetibá

O orçamento referencial do DER-ES está estimado em R$ 247.397.900,37 (duzentos e quarenta e sete milhões, trezentos e noventa e sete mil, novecentos reais e trinta e sete centavos). Os requisitos de qualificação incluem: comprovação de faturamento anual com obras civis, de experiência em desenho e construção, declaração de disponibilidade de equipamentos, indicação de pessoal técnico qualificado para os desenhos e as obras, comprovação de possuir capital de giro líquido, de solidez de situação financeira, e de não incorrência em descumprimento de contratos. Não se aplicará margem de preferência a Empreiteiros ou a parcerias, consórcios ou associações (PCA) nacionais. A licitação será realizada mediante os procedimentos de licitação internacional competitiva especificados nas *Políticas para Aquisição de Obras e Bens Financiados pelo BID GN-2349-15*, de janeiro de 2020, e está aberta a licitantes de todos os países conforme definido nas diretrizes. Os licitantes elegíveis interessados podem obter informação adicional e inspecionar os documentos de licitação no DER-ES na CEL-BID ou na UGP – Unidade Gerenciadora do Programa, contato abaixo (1) a partir das 13:30 h às 17:30 h, nos dias úteis. Um conjunto completo dos documentos de licitação poderá ser adquirido no site https://der.es.gov.br/licitacoes-internacionais ou por meio de solicitação por escrito no e-mail: licitacoesbid@der.es.gov.br. As Ofertas devem ser entregues no endereço abaixo[2] **até 19 de abril de 2023 às 14:00 horas**. Todas as Ofertas devem ser acompanhadas de uma garantia de Oferta de R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) ou um valor equivalente em uma moeda livremente conversível. As Ofertas atrasadas serão rejeitadas. As Ofertas serão abertas na presença de representantes dos licitantes e de qualquer pessoa que decidir comparecer ao endereço abaixo no dia **19 de abril de 2023 às 14:00 horas**.

Departamento de Edificações e Rodovias do Espírito Santo – Comissão Permanente de Licitação (CPL-BID) - Vitor Santos Martins – Presidente da CPL
(1)Endereço: Av. Marechal Mascarenhas de Moraes nº 1501 - Ilha de Santa Maria - Cidade: Vitória - CEP: 29.051-015 - Estado: Espírito Santo - Tel: (55) (0**27) 3636-4448 e (55) (0**27) 3222-0082 - E-mail: licitacoesbid@der.es.gov.br
(2) Endereço: Av. Marechal Mascarenhas de Moraes nº 1501 - Ilha de Santa Maria - Cidade: Vitória - Estado: Espírito Santo - País: Brasil – CEP 29.051-015
Abertura das propostas será no Auditório localizado no andar térreo da sede do DER-ES, no mesmo endereço acima

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

1º Termo de Aditamento do Contrato Nº 030/2022 - Tomada de Preços nº 007/2022 Contratante - Município de Holambra - Contratada MELPER OBRAS E SERVIÇOS EIRELI - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE GALPÃO DO CORPO DE BOMBEIROS E FECHAMENTO DO TERRENO EM ALAMBRADO NA AVENIDA ROTARY DOS IMIGRANTES. Fica aditado o presente contrato, conforme justificativa deste termo, nos termos do § 1º, do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 c.c. art. 1º do Decreto Federal nº 9.412/2018, e ficam mantidas as demais cláusulas e condições estabelecidas no termo original nº 030/2022, ficam aditado o valor de R$ 49.601,31 (quarenta e nove mil seiscentos e um reais e trinta e um centavos). Assinatura – 13/01/2023- Modalidade – Tomada de Preços. Holambra, 27 de fevereiro de 2023. Fernando Henrique Capato - Prefeito Municipal.

Aviso de Ata de Sessão Habilitação - Extrato - Tomada de Preços nº 004/2023
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RESTAURO E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DOS PIONEIROS - CONVÊNIO DADETUR Nº 000252/2021. Realizada da sessão do processo licitatório em 28/02/2023, abertura envelope 1 "Habilitação as empresas participantes: PROJECON PROJETOS & CONSTRUÇÕES LTDA EPP, e CAIO VINICIUS CECCONI DE AVILA EPP. Após retorno da documentação técnica realizada pelo Departamento de Obras e pelo Departamento Financeiro, conforme parecer anexo ao processo, ficam HABILITADAS as empresas PROJECON PROJETOS & CONSTRUÇÕES LTDA EPP, e CAIO VINICIUS CECCONI DE AVILA EPP.Desta forma abre-se prazo recursal de 05 (cinco) dias nos termos do §6º do Art. 109, Lei Federal 8.666/93. Transcorrido o prazo e não havendo manifestação de recurso a licitação fica estipulado o dia 10/03/2023 às 14:00 horas para abertura e análise do conteúdo dos envelopes nº 02 "Propostas" da empresa habilitada. Holambra, 28 de fevereiro de 2023. Comissão de Licitação.

Aviso de Ata de Sessão - Habilitação Extrato - Tomada de Preços nº 001/2023
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DO ENTORNO DO MOINHO POVOS UNIDOS, E DA ADEQUAÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES - COVÊNIO ESTADUAL Nº 000329/2022. A comissão de licitações emitiu a Ata 02 da Habilitação emitido em 08/02/2023, mas após a análise do parecer do departamento de Obras, foi constatado que conforme o parecer emitido deve na documentação apresentada pela empresa M.S.V CONSTRUTORA LTDA EPP. Desta maneira o seguindo orientação Jurídica a Comissão de licitações solicitou novo parecer do departamento de Obras para detalhar o motivo pela DESABILITAÇÃO da empresa. Após o recebimento do parecer do departamento de Obras, em 27/02/2023, cujo o mesmo informa que a empresa M.S.V CONSTRUTORA LTDA EPP, não apresentou em seu atestado de capacidade técnica o serviço de pavimentação asfáltica, e os serviços como forro em gesso e assentamento de revestimento vinílico apresentado pela empresa, apresenta menos de 10% (dez porcento) no acervo (conforme anexo), por este parecer técnico a Comissão reavaliou seu parecer e INABILITOU a empresa M.S.V CONSTRUTORA LTDA EPP, por não atender todas as documentações exigidas em edital. Desta forma abre-se prazo recursal de 05 (cinco) dias nos termos do §6º do Art. 109, Lei Federal 8.666/93. Transcorrido o prazo e não havendo manifestação de recurso a licitação será fracassada e novo processo licitatório será aberto. Holambra, 27 de fevereiro de 2023. Comissão de Licitações.

Aviso de Ata de Sessão - Proposta - Extrato - Tomada de Preços nº 024/2022
Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA LED EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA - PROGRAMA CIDADES INTELIGENTES - CONVÊNIO Nº 100983/2022. Após análise do departamento jurídico após recurso administrativo interposto pela empresa MAZZA FREGOLENTE & CIA ELETRICIDADE E CONSTRUÇÕES LTDA fica determinada a seguinte classificação: 1ª Classificada: BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA - Valor Global R$ 987.019,59 2ª Classificada: MAZZA FREGOLENTE & CIA ELETRICIDADE E CONSTRUÇÕES LTDA -Valor Global R$ 1.175.325,03 3ª Classificada: TECNOLUZ ELETRICIDADE LTDA - Valor Global R$ 1.185.025,22 4ª Classificada: RT ENERGIA E SERVIÇOS LTDA - Valor Global R$ 1.454.023,82. Desta maneira, estipulamos que a empresa primeira classificada manifeste-se quanto ao interesse de execução da obra, atentando-se a questão de apresentar a garantia adicional prevista no §1º do art. 65 da Lei 8.666/93, no valor de R$ 284.560,43, além da garantia do valor do contrato. Fica estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias para manifestação da mesma. A NÃO manifestação da empresa 1ª Colocada BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA, no prazo acima estipulado, será desclassificada e a segunda colocada será convocada. Holambra, 02 de fevereiro de 2023. Comissão de Licitações.

Residencial MS Ruben SPE Ltda
CNPJ 43.244.246/0001-11, NIRE 3523767128-9
Comunicado

Estabelecida na Rua Correia Ribeiro, 146, Anexo 138, Jd. Soares, CEP: 08460-260, São Paulo/SP, declara a quem possa interessar que reduzirá o capital social da empresa de R$ 1.100.000,00 para R$ 110.000,00, por ser considerado excessivo ao presente objeto da sociedade, sendo que o valor de R$ 990.000,00 estará dispensado a restituição aos sócios por não ter sido integralizado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMILIANÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO –. O Município de Emilianópolis, faz saber que se encontra aberta a Tomada de Preços n° 04/2023. A presente licitação é do tipo MENOR PREÇO GLOBAL e tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E MAQUINÁRIOS PARA EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS EM TUBOS DE CONCRETO, "POR EMPREITADA GLOBAL"** Conforme Planilha Orçamentária, Cronograma, Memorial Descritivo e Projeto em Anexo - Ref. Recurso Próprio. Será regida pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e Lei Complementar 123/06 e alterações. Edital completo e seus anexos estão disponíveis aos interessados, por e-mail: juridico@emilianopolis.sp.gov.br ou pelo Telefone para contato: (0xx18) 3994 1190 ou no site: www.emilianopolis.sp.gov.br. A sessão de abertura será no dia 17 de março de 2023, com início às 09:00 horas. Emilianópolis, 28 de fevereiro de 2023. João Batista Amaral - Prefeito

SINTEC-SP - SINDICATO DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DE NÍVEL MÉDIO DO ESTADO DE SÃO PAULO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

SINTEC-SP - Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado de São Paulo, com sede na Rua 24 de Maio, 104, 12º andar cj. A e B - Centro - CEP 01041-000 - São Paulo - SP, por seu Presidente Wilson Wanderlei Vieira, no uso das suas atribuições Estatutárias, convoca todos os colaboradores em suas diversas modalidades, que atuam na região do ABCD (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, filiados e não filiados, que trabalham na empresa **ENGEMON ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.**, CNPJ: 05.293.491/0001-20, para participarem virtualmente, pelo aplicativo Zoom (link a ser divulgado no site do **SINTEC-SP**) da **Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 06/03/2023, às 14h30 (horário de Brasília) em 1ª convocação, às 15h30 (horário de Brasília) em 2ª e última convocação,** com qualquer número de presentes/conectados, transmitida ao vivo através do aplicativo zoom ou outro similar que será amplamente divulgado para os interessados e estará disponibilizado através de um link na página oficial do **SINTEC-SP www.sintecsp.org.br,** assim, todos poderão participar online, para tratar da seguinte **ORDEM DO DIA: a)** Discussão e aprovação da Pauta de Reivindicações da categoria para o ACT - Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2025 (cláusulas sociais e econômicas), visando o início das negociações data-base 01 de março de 2023; **b)** Autorização para a diretoria do **SINTEC-SP** firmar Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, incluindo ACT específico e geral/PLR - Participação nos Lucros e Resultados; **c)** Aprovação do plano de lutas; **d)** Fixação dos valores e **autorização** para descontos da Contribuição Sindical 2023/2025, Contribuição Associativa e Contribuição Assistencial e/ou Confederativa e/ou Profissional e/ou Negocial; **e)** Delegar poderes para a direção do **SINTEC-SP,** para iniciar as negociações coletivas, assinar Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, requerer protesto judicial e/ou instaurar Dissídio Coletivo; **f)** Assuntos gerais de interesse dos trabalhadores. Fica convocada a assembleia em caráter permanente e itinerante para que a categoria profissional possa apresentar suas reivindicações que serão discutidas e inseridas na Pauta de Reivindicação, acompanhada de lista de presença.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023
WILSON WANDERLEI VIEIRA - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023 – TIPO MENOR PREÇO GLOBAL: Objeto – Contratação de Empresa Especializada para Construção de Ponto de Apoio para Atendimento – Ampliação com Fornecimento de Toda a Mão de Obra, Materiais, Equipamentos, Maquinários e Ferramentas Necessárias para a Execução, Conforme Especificações e Quantitativos Contidos no Anexo I Termo de Referência, elaborado com base na Proposta nº 13985.27600/121004 Cadastrada no SISMOB/Ministério da Saúde. Valor Estimado da Obra: R$ 463.174,87. Data para recebimento dos envelopes da documentação e proposta: até as 09h:00min do dia 16/03/2023. Essa licitação será regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e o Edital poderá ser solicitado pelo e-mail licitações@campinadomontealegre.sp.gov.br, retirado no site www.campinadomontealegre.sp.gov.br ou na Prefeitura Municipal mediante o recolhimento de taxa. Maiores informações: (15)3256-1330. Campina do Monte Alegre, 28/02/2023. Tiago Ricardo Ferreira - Prefeito Municipal.

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2023 – TIPO MENOR PREÇO GLOBAL: Objeto – Contratação de Empresa Especializada para Pavimentação Asfáltica de Ruas no Núcleo Capaúva com Fornecimento de Toda a Mão de Obra, Materiais, Equipamentos, Maquinários e Ferramentas Necessárias para a Execução, Conforme Especificações e Quantitativos Contidos no Anexo I Termo de Referência, elaborado com base no Termo de Convênio nº 103408/2022 formalizado com o Governo do Estado de São Paulo/Secretaria de Desenvolvimento Regional. Valor Estimado da Obra: R$ 1.128.402,63. Data para recebimento dos envelopes da documentação e proposta: até as 14h:00min do dia 16/03/2023. Essa licitação será regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e o Edital poderá ser solicitado pelo e-mail licitações@campinadomontealegre.sp.gov.br, retirado no site www.campinadomontealegre.sp.gov.br ou na Prefeitura Municipal mediante o recolhimento de taxa. Maiores informações: (15)3256-1330. Campina do Monte Alegre, 28/02/2023. Tiago Ricardo Ferreira - Prefeito Municipal.

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2023 – TIPO MENOR PREÇO GLOBAL: Objeto – Contratação de Empresa Especializada para Recapeamento de Pavimentação Asfáltica na Rua General Diogo Branco Ribeiro com Fornecimento de Toda a Mão de Obra, Materiais, Equipamentos, Maquinários e Ferramentas Necessárias para a Execução, Conforme Especificações e Quantitativos Contidos no Anexo I Termo de Referência, elaborado com base no Termo de Convênio nº 103765/2022 formalizado com o Governo do Estado de São Paulo/Secretaria de Desenvolvimento Regional. Valor Estimado da Obra: R$ 181.156,43. Data para recebimento dos envelopes da documentação e proposta: até as 16h:00min do dia 16/03/2023. Essa licitação será regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e o Edital poderá ser solicitado pelo e-mail licitações@campinadomontealegre.sp.gov.br, retirado no site www.campinadomontealegre.sp.gov.br ou na Prefeitura Municipal mediante o recolhimento de taxa. Maiores informações: (15)3256-1330. Campina do Monte Alegre, 28/02/2023. Tiago Ricardo Ferreira - Prefeito Municipal.

SU

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº 1003579-66.2014.8.26.0577. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública, do Foro de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Dr(a). Laís Helena de Carvalho Scamilla Jardim, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que o(a) Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP move uma Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública/DL 3.365/1941 de Desapropriação contra Maria Madalena de Moraes, e José Alves de Morais; e Valtair Correia Pinto e Fátima Aparecida Costa Correia, com o objetivo de: Em razão do Decreto Municipal nº 14.335/2010, de 05 de novembro de 2.010 (documento 05), a autora está autorizada instituir servidão de passagem administrativa em uma faixa de 389,67 m² (trezentos e oitenta e nove metros e sessenta e sete decímetros quadrados), cuja descrição perimétrica e demais características estão discriminadas no cadastro 0302/494, e respectiva planta cadastral nº 059/09 - REV (documentos 06 e 07), constando pertencer aos expropriados conforme Matrícula de nº 74.085 (Av. 05) do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Campos - SP (documento 08), por ser necessária a implantação de um coletor tronco - CT Freitas Ø 200 mm parte integrante do Sistema de Esgoto Sanitário, na zona rural do município de São José dos Campos/SP, declarados de utilidade pública conforme Decreto Estadual nº 51.796, datado de 09.05.07. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital, conforme r. Decisão que segue: Vistos. Expeça-se edital para conhecimento de terceiros, após, intime-se a expropriante para que proceda à devida publicação em jornal de circulação local. Int. São José dos Campos, 24 de novembro de 2022, com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São José dos Campos, aos 17 de fevereiro de 2023.

sabesp — GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GENERALI
Seguro Auto

CNPJ Nº 33.072.307/0001-57

GENERALI BRASIL SEGUROS S.A., inscrita no CNPJ/ME 33.072.307/0001-57, após envio de Notificação Extrajudicial, sem êxito de contato, convoca os responsáveis pelos veículos elencados abaixo a entrarem em contato com a representante da SEGURADORA pelo telefone (21) 99838-4463 ou pelo e-mail genilzabonamadv@gmail.com, no prazo de 5 (cinco) dias a contar desta publicação, para que providenciem a retirada do veículo do pátio ou autorizem a devolução do veículo, tendo em vista a caracterização de abandono com o encerramento do aviso de sinistro. Ressalta-se que a permanência do veículo no pátio gera custos pela estadia diária do bem. Diante da ausência de contato ou resposta à presente publicação, a SEGURADORA se sentirá desimpedida para tomar as medidas que entender cabíveis, quais sejam, a cobrança dos valores de estadia pelo abandono do veículo e a prensa do veículo abandonado, ressaltando que os débitos relacionados ao veículo, tais como multas, IPVAs e baixa junto ao Órgão de Trânsito, permanecem a cargo dos responsáveis pelos veículos.

Aviso Auto	Placa	Chassi	Proprietário
323596	FRN6790	9BFZF55A6E8092590	Paulo Isidoro Chaves
224043	ITB8696	95VJJ2F8BCM000691	Ailton Donizete Pereira
220495	OGV9914	9C2KC1670CR494848	Sergio Antonio Oliveira da Silva
210594	DYR7213	9CDNF41LJ8M227539	Cristiane Menezes Fernandez
164523	KEA8800	9C2HA0700YR038078	Wellington Vilela de Moraes
122467	NXU9405	9C2ND050TTR005094	Antonio Jose de Melo Silva
262070	ECR7410	95VCS1F588M002117	Joelma Domingues
242580	DVJ8474	93HFA65308Z200079	Roniclei Silva Bento
150440	JGK7761	8AGSN19908R167972	Chralie Rangel
328373	DSG1812	9BFZF10A978264209	Rosana Francisco Dos Santos
141826	NLR1514	9BWAA05U19T252824	Erika Morbin Machado
112540	KCG0258	9BGJG69KNNB050372	Francisco Miguel de Souza
204498	CEQ8189	9BWZZZ377TT045088	Alfredo Duarte da Silva Filho
267851	KDZ8775	ZFA185000W0262897	Valdecy de Jesus
27303	CTD8165	9BWZZZ374YT042360	Botucatu Textil S.A.
405008	OBP9464	LVVDB12BXDD039943	M2 Equipamentos e Sistemas Ltda
34969	CHZ3321	5E11JBC105384	Alex Ubirajara
202811	NGL6399	9BWCA05W18T015548	Gustavo Ribeiro Beda
249310	KBE2958	9BWZZZ30ZJT127715	Altair Francisco Jorge
139661	FHZ0011	93YLSR1TH9J091745	Irma Helena Cardoso Alves de Oliveira
192226	BIK1920	9BFZZZ54ZPB367426	Ronaldo Leme de Oliveira
383562	ETZ3275	9BD15802AC6575416	CNC Solutions Tecnologia da Informacao Eireli
450719	Azj1922	9BHBG51CAFP410431	Teresa Vieira da Silva
336954	JHN0734	9BWKB05Z984153917	Ivandro Ferreira Do Nascimento
113541	JHY6341	9BD195152B0130920	Marcos Antonio Lima de Souza
436904	AMY9805	9BWHB09N05P040692	Leonardo Puccinelli Tancredi
145319	OPE7778	9BWDA05U3DT160166	Wantuil da Silva Badaro
173075	BKF7503	BA990891	Ronaldo Carlos
181047	EIW5781	9BFZK53A29B120067	Everaldo Ribeiro de Souza
196900	JHB4876	9BD17203G73238594	Nelza Werna da Silva
125049	HKS5858	KNABX514BCT110370	Rg Logistica Armazenagem e Servicos Ltda
171262	KAC1707	9BWCA05Y01P045768	Roberto Bernado da Silva
230398	OVM4829	9BWDB45U5ET041850	Edvaldo Pereira de Araujo
128705	CKA2507	9BFZZZFHAVB119877	Jose Luiz Eburneo
206532	LWN9500	9BGJG19H01B174344	Raimundo Amorim Guedes
121788	DFL5960	9BGSC68Z02B104648	Glorinda Lopes da Silva Pinheiro
193511	KAH5827	9BRBB48E795018711	Luciano Miranda da Silva
263061	KGC2541	ZFA159000S7653977	Nilson Barbosa de Brito
335253	DMZ7113	9BGTU75W05C190573	Robson Anselmo de Carvalho
258324	OLY1188	9BWDB05U9DT094350	Marcos Antonio de Araujo
294718	ONF7961	9BD15822AD6900767	Jose Lourenco Gomes
191341	EXY3593	9BWAA05W6DP032260	Brasil Vig Vigilancia Patrimonial Ltda
24680	KFD6420	9BD146000R5322229	Renato Pereira da Silva
363806	BPK0609	9BGSC08WSRC616162	Raquel Caetano Barreto
388311	FFX5795	9BFZF55A8D8413446	Roner Ricardo de Souza
251736	JJG2472	9BWDB45U4CT188397	Antonio Camelo da Costa
171247	GPF5223	BH717024	Danizete Jose Pereira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023
PROCESSO Nº 2889/2022

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de Pneus, conforme Termo de Referencia – Anexo I. Fica alterada a Sessão Pública para as 10:00 horas do dia 15 de Março de 2023 no endereço: www.bbmnetlicitacoes.com.br.

Pirapora do Bom Jesus, 28 de Fevereiro de 2023.
Marcelo Pontes Leite – Pregoeiro.

MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO
Chamamento – Súmula – Pregão Presencial nº 05/2023

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS PARA O MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO**
ABERTURA/SESSÃO: 13/03/2023 às 08h30min.
O Edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Barão do Rio Branco, 220, centro, no endereço eletrônico; http://186.233.125.85:8079/comprasedital/ ou solicitar pelo e-mail: licitacaosantoanastacio@gmail.com. Informações pelo tel.(18) 3263-9425.

Santo Anastácio, 28 de fevereiro de 2023.
JOSÉ BONILHA SANCHES – Prefeito Municipal

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS DE LIMPEZA DO ESTADO DE SÃO PAULO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente Edital de Convocação, ficam convocados todos os Trabalhadores nas Indústrias de Produtos de Limpeza no Estado de São Paulo, associados ou não, para Assembleia Geral a realizar-se no dia 13 de março de 2023, às 11 horas e às 15 horas, na Sede do SITIPLESP, sito à Rua Candido Portinari, nº 160 - Rudge Ramos - São Bernardo do Campo/SP; no dia 13 de março de 2023, às 15 horas através da plataforma ZOOM (virtual), cujo link de acesso será disponibilizado mediante solicitação através do e-mail assembleia@sitiplesp.org.br; no dia 13 de março de 2023, 14 horas, na Subsede Valinhos, sito à Rua Fioravante Menegaldo, nº 114 - Bairro Vera Cruz - Valinhos/SP; no dia 14 de março de 2023, 14 horas, na Subsede Amparo, sito à Rua Claudino de Araújo, 99 - Bairro Ribeirão - Amparo/SP; no dia 15 de março de 2023, às 10 horas, na Subsede Rio Preto, sito à Rua Belmiro Pacífico D´Orácio, nº 28 - Jardim das Oliveiras - São José do Rio Preto/SP; para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Leitura e aprovação da ata da assembleia anterior; 2) Discussão e Aprovação da pauta de reivindicações que serão formuladas aos senhores empregadores, quando do pedido de Renovação do Acordo Coletivo; 3) Discussão e Aprovação da cláusula do desconto confederativo para configurar entre os componentes das reivindicações; 4) Outorga de poderes à Diretoria do Sindicato para o encaminhamento das reivindicações aos senhores empregadores e assinatura de Convenção Coletiva e no caso de Malogro das Negociações para suscitar Dissídio Coletivo perante o Egrégio Tribunal do Trabalho. As Assembleias serão realizadas nos respectivos horários e o não quorum em segunda convocação, trinta minutos após nos mesmos locais e data com qualquer número de presentes. Considerando a Portaria PGR/MPU nº 60, de 12.5.2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), informamos que será disponibilizado álcool gel no local, que todas as portas e janelas permanecerão abertas para uma ventilação adequada e que será permitida apenas a entrada de pessoas utilizando máscaras de proteção e que não esteja apresentando sintomas gripais. Não será permitido contato pessoal entre os participantes e deve ser respeitado o maior distanciamento possível entre os presentes.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023
JOSÉ CARLOS PEREIRA DA SILVA
Presidente

DEFESA CIVIL — ESTADO DO RJ

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL - RJ

AVISOS

PROCESSO SEI-270121/000039/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/23
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EMBARCAÇÕES MÓVEIS (BOTE INFLÁVEL + REBOQUE)
DATA DE ABERTURA: 14/03/2023, às 09h
DATA ETAPA DE LANCES: 14/03/2023, às 09h15min

PROCESSO SEI-270064/000111/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/23
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIDADES ODONTOLÓGICAS MÓVEIS
NOVA DATA DE ABERTURA: 15/03/2023, às 08h30min
NOVA DATA ETAPA DE LANCES: 15/03/2023, às 09h

Os Editais encontram-se à disposição dos interessados nos sites: **www.compras.rj.gov.br** ou **www.cbmerj.rj.gov.br/licitacoes**, podendo ser retirados, de forma impressa, na Coordenação de Licitações e Contratos/DGAF/SEDEC, sito à Praça da República, 45 – Centro – RJ, de 2ª a 5ª feira, das 08:00 às 17:00 horas, e 6ª feira, das 08:00 às 12:00 horas. Informações pelos Tels. (21) 2333-3085 ou pelo e-mails: **pregaoeletronico@cbmerj.rj.gov.br** ou **licita.sedec@gmail.com**.

FEDERAÇÃO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - A FEDERAÇÃO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE SÃO PAULO (FITIASP), entidade sindical de segundo grau, portadora do CNPJ/MF nº 45.218.311/0001-60, com sede a Avenida Celso Garcia, 1.588 - Belém, São Paulo/SP, por suas entidades filiadas, o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS E ALIMENTAÇÃO DE SÃO PAULO - STILASP, portador do CNPJ/MF n° 62.806.575/0001-53, com sede a Avenida Celso Garcia n° 1588 – Belém – São Paulo/SP; o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE GUARULHOS - SINDALIG, portador do CNPJ/MF n° 49.088.800/0001-03 com sede a Rua Arminda de Lima n° 304 – Centro - Guarulhos/SP; o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE BOITUVA/PORTO FELIZ E REGIÃO - SITIA, portador do CNPJ/MF n° 55.146.096/0001-92, com sede a na Avenida do Trabalhador, n° 2841 – Centro Empresarial Portal Castelo Branco - Boituva/SP; o SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS DE MOCOCA – SITIAMOC, portador do CNPJ/MF n° 00.373.674/0001-31, com sede a Rua José Ribeiro 85 Jardim São José, Mococa/SP; o SINDICATO DOS TRABALHADORES ATIVOS E APOSENTADOS NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS DE CAMPOS DO JORDÃO/SP – STIACAMPOS, portador do CNPJ/MF n° 43.441.664/0001-07, com sede a Avenida Frei Orestes Girardi nº 371, Vila Arbenessia, Campos do Jordão/SP; o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS DO VALE DO RIBEIRA E SANTOS - STIABVALE, portador do CNPJ/MF n° 58.255.811/0001-13, com sede a Rua do Comércio, nº 25 – salas 12/14, Centro, Santos/SP, o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS DE SOROCABA E REGIÃO - STI, portador do CNPJ/MF n° 71.869.549/0001-65, com sede a Rua Piauí n° 105 - Centro – Sorocaba/SP; o SINDICATO DOS TRABS NAS IND DE ALIM E AFINS DE CRUZEIRO, portador do CNPJ/MF nº 47.438.338/0001-93, com sede a Avenida Nesralla Rubez, 1348, Cruzeiro/SP e o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE GUARATINGUETA E REGIÃO, portador do CNPJ/MF n° 48.554.075/0001-40, com sede a Avenida Rui Barbosa nº 122, Santa Rita, Guaratinguetá/SP, no uso de suas prerrogativas previstas no Estatuto Social, **CONVOCA** *por seus filiados,* todos os trabalhadores associados e não associados, que exercem suas funções **nas indústrias de refinação de sal, nas indústrias de arroz, nas industrias de carnes e derivados, nas indústrias de processamento da cana-de-açúcar, açúcar refinado e cristal, nas indústrias de bebidas, nas indústrias de doces e conservas alimentícias, nas indústrias do frio, nas indústrias de rações balanceadas e nas indústrias do suco,** na base territorial dos Sindicatos Filiados, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE CAMPANHA SALARIAL, a ser realizada no dia **08 DE MARÇO DE 2023**, ás 15h00, de forma virtual, através da plataforma de videoconferência Microsoft Teams em link de endereço: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NWY2YmY5NjktMTZmZC00MjQ4LThlZGItM2VjNjE5NTgwODcy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22cf09de18-417e-43ee-89af-b09148d7992f%22%2c%22Oid%22%3a%22dd574229-f3dd-4ff3-a976-1b9cf5e909f1%22%7d, e presencialmente, na sede das Entidades Filiadas, bem como nas unidades empregadoras a partir do início de turnos de trabalho (05h00), para deliberação da seguinte ordem do dia: a) Discussão e elaboração das Pautas de Reivindicações referente às negociações Coletivas de Trabalho do primeiro semestre do exercício de 2023; b) Discussão e Autorização para celebração das Convenções Coletivas de Trabalho das categorias profissionais 2023/2024 e na impossibilidade desta, ingressar com Dissídio Coletivo; c) Discussão, deliberação e aprovação do desconto da Contribuição Assistencial no percentual equivalente a 1% (um por cento), do salário, inclusive do 13º salário. A decisão da assembleia servirá como autorização prévia e expressa para aplicação das normas coletivas de trabalho. São Paulo/SP, 27 de fevereiro de 2023. **PAULO VIANA - Presidente**

VÔLEI BRASIL

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente em Exercício da Confederação Brasileira de Voleibol ("CBV"), Sr. Radamés Lattari Filho, no uso das atribuições estatutárias que foram conferidas pelo artigo 47, d, convoca os Senhores Presidentes das Entidades Estaduais de Administração do Voleibol, os Representantes dos Atletas e os Representantes das Entidades de Prática Desportiva, de acordo com o artigo 30 do Estatuto da Entidade, para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), que será realizada de forma presencial, no dia 04 de abril de 2023, às 09:30h, em 1ª convocação, com a presença da maioria absoluta de seus membros e, não havendo quórum para a sua instalação, às 10:30h em 2ª e última convocação, com qualquer número de presentes, na filial da CBV localizada no Bloco 2 do Condomínio Íon Intelligent Center, na Avenida das Américas nº 1.650, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ - CEP 22.640-101, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Dar conhecimento do Relatório do Presidente relativo às atividades da entidade no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; b) Apreciação, discussão e votação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como do respectivo Parecer do Conselho Fiscal e da Auditoria; c) Eleição do Conselho Fiscal para o mandato até o primeiro quadrimestre 2027; d) Apreciação, discussão e votação do Código de Conduta Ética; e) Apreciação, discussão e votação das alterações do Estatuto; f) Apreciação, discussão e votação das alterações do Regimento Interno das Assembleias Gerais; g) Apreciação, discussão e votação dos pedidos de concessão de Títulos Honoríficos propostos pelo Conselho Diretor; h) Apreciação, discussão e votação da proposta de nomeação do imóvel adquirido para instalação da filial da CBV para "Walter Pitombo Laranjeiras - Toroca". Todas as orientações e informações relacionadas aos itens em deliberação da ordem do dia da AGO serão enviados aos membros por e-mail com antecedência e na forma do estatuto. As chapas para candidatura à eleição do Conselho Fiscal, contendo os nomes dos candidatos, juntamente com toda a documentação, devem ser encaminhadas pelos interessados **até o dia 15 de março de 2023**, conforme regulamento publicado no site da CBV (https://cbv.com.br). Propostas de emenda ou sugestões ao Estatuto e Regimento Interno das Assembleias Gerais devem ser encaminhadas pelos interessados com antecedência, **até o dia 24 de março de 2023**. Propostas de emenda ou sugestões ao Código de Conduta Ética devem ser encaminhadas pelos interessados com antecedência, **até o dia 27 de março de 2023**. Levando em conta a relevância dos assuntos a serem tratados, esperamos e contamos com a presença de todos os membros da Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2023
Radamés Lattari Filho
Presidente em Exercício

Federações, Representantes dos Atletas e Representantes das Entidades de Prática Desportiva, nos termos do artigo 6º do Estatuto em vigor:

Federação Acreana de Voleibol
Federação Alagoana de Voleibol
Federação Amapaense de Voleibol
Federação Amazonense de Voleibol
Federação de Vôlei do Distrito Federal
Federação Baiana de Voleibol
Federação Catarinense de Voleibol
Federação de Voleibol do Estado do Ceará
Federação Espírito-Santense de Voleibol
Federação Gaúcha de Voleibol
Entidade de Administração Goiana de Voleibol
Federação Mineira de Voleibol
Federação Paulista de Volleyball
Federação Maranhense de Voleibol
Federação Matogrossense de Voleibol
Federação de Voleibol de Mato Grosso do Sul
Federação Norte-Riograndense de Voleibol
Federação Paraense de Voleibol
Federação Paranaense de Volley-Ball
Federação Paraibana de Voleibol
Federação de Voleibol do Estado de Pernambuco
Federação Piauiense de Voleibol
Federação de Volley-Ball do Estado do Rio de Janeiro
Federação Rondoniense de Voleibol
Federação Roraimense de Volibol
Federação Sergipana de Volley-Ball
Federação Tocantinense de Voleibol
Representantes dos Atletas
Representantes das Entidades de Prática Desportiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

AVISO DO PRAZO CONTRARRAZÕES DA TOMADA DE PREÇOS 05/2023

A Comissão Permanente de Licitações, no uso de suas atribuições legais, torna pública em especial às empresas participantes da licitação em epígrafe, cujo objeto : a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA PAULO VI-ETAPA I, COM ÁREA A REVITALIZAR DE 640m², BEM COMO O EMPREGO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, CONFORME PROJETOS, ORÇAMENTOS E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS PROJETOS ELABORADOS PELO SETOR DE ENGENHARIA DESTA PREFEITURA, que as empresas FERNANDO LEITE ENGENHARIA LTDA; CONSTRUTORA AMÉRICA PROJETOS E EMPREENDIMENTOS LTDA; SAN CONRADO CONTRUÇÕES LTDA, apresentaram recurso administrativo contra decisão desta Comissão. Notificamos que, a partir da publicação deste comunicado inicia o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação das contrarrazões na forma do edital aos recursos interpostos. MAIORES INFORMAÇÕES: setor de licitações da prefeitura municipal de óleo, à rua Ângelo Vidotto, 95, vila Martins, Óleo/SP, fone (14) 3357-1211 ou pelo e-mail – administracao@pmoleo.sp.gov.br.

28 de fevereiro de 2023

LUCIANA CRISTINA GOMES - Chefe de Licitações e Convênios

Sindicato do Comércio Atacadista de Sucata Ferrosa e Não Ferrosa do Estado de São Paulo - SINDINESFA

CNPJ/MF.38.891.073/0001-93

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Pelo presente edital, ficam convocados todos os associados, quites e em pleno gozo de seus direitos sindicais, para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 21 de março de 2023, às 18h15min, em primeira convocação, sito à sede social, na Rua Rui Barbosa, 95 - 5º Andar - Sala 52 - Bela Vista - São Paulo - SP, a fim de deliberar e aprovar a seguinte ordem do dia: Relatório de Atividades e Balanço Patrimonial do ano de 2022, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal. Não havendo número legal para instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia será realizada após 30 (trinta) minutos em segunda convocação, no mesmo dia e local, com qualquer número de participantes.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

Rafael Risso de Barros - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

CONCORRÊNCIA Nº 004/2.023 - EDITAL Nº 004/2.023

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS/SP, FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se acha aberta CONCORRÊNCIA PÚBLICA pelo critério de MELHOR TÉCNICA, para a alienação de bens imóveis de propriedade do Município de Fernandópolis por meio de doação com encargos e com cláusula de reversão. ABERTURA às 09:00 horas do dia 03 (três) de maio de 2023. O EDITAL COMPLETO e maiores informações serão fornecidos no Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua Porto Alegre, nº 350, Jardim Santa Rita, em horários de expediente: das 08h00 às 17h00; pelo telefone 17-3465-0150, site: www.fernandopolis.sp.gov.br. ou pelo e-mail: compras@fernandopolis.sp.gov.br.

Fernandópolis-SP., 28 de fevereiro de 2023.

ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

COMUNICADO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA 003/2023

A COMUL FAZ SABER A TODOS INTERESSADOS QUE A SESSÃO PÚBLICA PARA SORTEIO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA CUMPRIMENTO DO ARTIGO 10 DA LEI 12.232/2010, E PROSSEGUIMENTO DA CONCORRÊNCIA PÚBICA 003/2023 SERÁ REALIZADA NA AVENIDA PROFESSOR CARVALHO PINTO, N;º 207, 1º ANDAR, CENTRO, CAIEIRAS, SP – PAÇO MUNICIPAL DE CAIEIRAS, NO DIA 10/03/2023 ÀS 16H00MIN.

CAIEIRAS, 28 DE FEVEREIRO DE 2.023

MONICA CORRADINI NUNES

PRESIDENTE DA COMUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE AVAÍ

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2023 – EDITAL Nº 010/2023

PROCESSO Nº 010/2023 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE OBRA DE MODERNIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA "PRAÇA MAJOR GASPARINO DE QUADROS" COM TECNOLOGIA LED, e especificações técnicas contidas no projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos. DATA DA REALIZAÇÃO: 17/03/2023. HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 10h30min. **LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala da Comissão de Licitações** – Praça Major Gasparino de Quadros nº 460 – Centro – CEP 16.680-000 – Telefone (14) 3287-1134. A sessão será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento dos interessados. **ESCLARECIMENTOS:Seção de Licitações**, localizada na Praça Major Gasparino de Quadros nº 460 – Centro – CEP 16.680-000 – Telefone (14) 3287-1134, e-mail: licitacao@avai.sp.gov.br. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na página da Internet: www.avai.sp.gov.br.

AVAÍ, segunda-feira, 27 de fevereiro de 2023.

HELLEN FERNANDES RODRIGUES COELHO- PREFEITA MUNICIPAL DE AVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP

Extrato de Edital de Pregão Presencial nº 013/2023 - Objeto: A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento as Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, torna público, que realizará Pregão Presencial no dia **20 de março de 2023, às 08h30min**, na sala de Licitações, situada à Avenida Junqueira, nº 1396, Centro, visando a **contratação de empresa para locação de rolo compactador cilíndrico, escavadeira hidráulica, mini escavadeira hidráulica, mini pá carregadeira e caminhão munck para serem utilizados pela Diretoria de Planejamento, Obras, Serviços e Manutenção**. O Edital em sua íntegra poderá ser retirado na sede da Prefeitura ou no site www.junqueiropolis.sp.gov.br. Quaisquer esclarecimentos serão prestados pelo Setor de Licitações, nos dias de expediente, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h30, através do telefone (18) 3841-9090. Junqueirópolis/SP, 28 de fevereiro de 2023. **ÉDER JUNIO DE SOUZA - Diretor de Planejamento, Obras, Serviços e Manutenção**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Setor Farmacêutico - Pelo presente edital, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Botucatu e Região, por seu representante legal, convoca os trabalhadores associados ou não, da categoria dos **trabalhadores nas indústrias de produtos farmacêuticos, enquadrados no 10º Grupo, do quadro anexo ao artigo 577 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT**, para se reunirem em assembleia geral extraordinária que se realizará nos dias, horários e locais abaixo enumerados, Trabalhadores do município de Botucatu, assembleia dia 05 de Março, às 18:00 horas, na sede do Sindicato dos Químicos de Botucatu e Região, cito Rua Rangel Pestana nº 1114, Vl. Sto. Antônio - Botucatu/SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Discussão e deliberação sobre a pauta de reivindicações a ser apresentada ao Sindicato representativo da respectiva categoria econômica. b Outorga de poderes à entidade, por seus representantes legais, para negociação coletiva, celebrar acordos, requerer realização de mesa redonda junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, constituir comissão de negociação e, ainda, em caso de malogro das negociações, suscitar dissídio coletivo junto ao Tribunal competente, assistido pela Federação da categoria. c) Discussão e deliberação sobre a cláusula que trata das Contribuições; d) Posicionamento da categoria sobre a eventual realização de movimento paredista em caso de malogro das negociações. Não havendo número suficiente de acordo com as normas aplicáveis, em primeira convocação, nos horários supra - mencionados, as mesmas se realizarão, no mesmo dia e local, com qualquer número de presentes, para os efeitos de direito. **(cumpre observar que na ata deverá constar que se observou o quorum da CLT, em segunda convocação, de 1/3 dos associados).** Botucatu, 28 de fevereiro de 2023. **Sergio Aparecido Goes -** Presidente

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 1623-3/2023

DISPENSO, a licitação nos termos do Inciso XIII do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, com os valores definidos pela referida Lei e posteriores alterações, em favor do **INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E CAPACITAÇÃO – INDEC**, visando a contratação de Instituição para organização, execução e realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo para a Prefeitura Municipal de Jaboticabal e demais entidades pertencentes à Administração Pública Indireta de Jaboticabal, como: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaboticabal – SAAEJ, Fundação de Amparo ao Esporte do Município de Jaboticabal – FAE, Empresa Municipal de Urbanização de Jaboticabal – EMURJA e Sistema de Seguridade Social dos Funcionários Públicos Municipais de Jaboticabal – SEPREM., sendo que o Instituto será remunerado, exclusivamente, pelo valor arrecadado com os valores de inscrições.

Por outro lado, autorizo a execução dos serviços.

Jaboticabal, 28 de fevereiro de 2023

Emerson Rodrigo Camargo

Prefeito

UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 22.588.715/0001-40

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Por este Edital, o Presidente da UGT-SP, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca Assembleia Geral da União Geral dos Trabalhadores do Estado de São Paulo - UGT-SP, na forma do disposto na alínea "a", do Inciso I, e na alínea "d" do Inciso II, do Artigo 14 dos Estatutos Sociais, dentro do prazo legal do Art. 15 do mesmo diploma estatutário, a ser realizada no dia 16 de março de 2023 (16/03/2023), quinta-feira, no Centro de Convenções dos Comerciários, na Rodovia João Mellão, Km 273,5 (Represa Jurumirim), CEP 19704-201, na cidade de Avaré, estado de São Paulo, às 09:30 horas (nove horas e trinta minutos), em primeira convocação, com a presença da maioria dos delegados representantes dos filiados que estiverem em pleno gozo de seus direitos, para tratar da seguinte Ordem do Dia: A-) apreciar, discutir e votar as contas do exercício de 2022 (Balanço), com o respectivo Parecer do Conselho Fiscal; B-) Outros assuntos. Caso não seja obtido o "quórum" estatutário, a Assembleia Geral será realizada no mesmo dia e local, em segunda convocação, trinta minutos após, às 10:00 (dez horas), com qualquer número de delegados representantes dos filiados presentes. De acordo com o Art. 17, dos Estatutos, podem participar da Assembleia Geral, com direito a voz todos os delegados enviados pelas entidades filiadas e, com direito a voto, o presidente da entidade ou, na sua ausência, o delegado indicado.

Tupã (SP), 23 de fevereiro de 2023

AMAURI SÉRGIO MORTÁGUA

PRESIDENTE

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

O Governo do Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Gestão e Governo Digital, torna pública a realização de **Audiência Pública**, nos termos do artigo 39 da Lei Federal nº 8.666/93, como fase inicial de licitação, conforme processo SFP-PRC-2023/04735, na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando a prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão eletrônico, com chip de segurança a serem carregados mensalmente, para aquisição de gêneros alimentícios "in natura" ou preparados para consumo imediato em estabelecimentos comerciais de rede credenciada, que serão distribuídos mensalmente a 284.848 (duzentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e oito) funcionários/servidores estaduais, beneficiados pelo Programa de Auxílio-alimentação, instituído pela Lei estadual nº 7.524, de 28 de outubro de 1991.

Data da realização da Audiência Pública: **16 de março de 2023**, das 09 às 12 horas.
Formato: On-line via software Microsoft Teams.

Inscrição e participação de interessados: Audiência é aberta à todos, os interessados em participar da Audiência Pública, deverão solicitar convite enviando e-mail para: **auxilioalimentacao@recursoshumanos.sp.gov.br**, contendo as seguintes informações: Nome completo e Nome da Pessoa Jurídica à qual representa.

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - Pelo presente edital, **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CONFECÇÃO E DE VESTUÁRIO DE GUARULHOS, CONVOCA** seus associados para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada no dia 11/03/22, às 08:00 horas na sede do sindicato na Av. Dr. Renato de Andrade Maia nº 190, Cidade Maia, Guarulhos/SP, com a finalidade de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: A)** Discussão e deliberação sobre proposta de reforma estatutária. Não havendo o quorum em primeira convocação, a assembleia será realizada, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, no mesmo local, com a presença de 1/3 (um terço) dos interessados. Guarulhos, 28 de fevereiro de 2023. **Marcia Regina Alves -** Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial Nº 09/2023

O Pregoeiro do Município de Anhumas, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela lei, através do Setor de Compras e Licitações, faz saber que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, registrado sob nº. 09/2023, buscando o **Contratação de empresa especializada em serviços de transporte escolar para atendimento das necessidades do Departamento de Educação Municipal**, conforme condições fixadas no edital de convocação. O Edital do Pregão Presencial **nº. 09/2023** deste Edital, encerrar-se-á no dia **16 de março de 2023**, às **08:30 horas**, onde serão recebidos o credenciamento e os envelopes propostas e documentos, regido pelas Leis 10.520/2002, 8.666/93, 8.883/94 sem prejuízo das demais regras aplicáveis ao caso. Maiores informações pelo telefone (18) 3286-1261 ou na Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Anhumas. Anhumas, 27 de fevereiro de 2023. Rogerio Nagima Imada – Pregoeiro – Adailton César Menossi – Prefeito Municipal -.

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA, ESGOTOS E MEIO AMBIENTE DE VOTUPORANGA

AVISO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2023 – PROCESSO Nº 19/2023 – OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais para a execução da substituição da rede de distribuição de água e execução da adutora de interligação localizada na Rua Itacolomi, entre as Ruas Ivaí e Rui Barbosa, Votuporanga/SP, com latitude: -20.425118º e Longitude: -49.967817º, conforme projetos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e memorial de cálculo em anexo. **ENTREGA DOS ENVELOPES (PROTOCOLO):** Documentos de Habilitação e Propostas **no dia 03 de abril de 2023 às 14h00. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO:** O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados na Divisão Administrativa, Eng. Ambrósio Riva Neto da Superintendência de Água, Esgotos e Meio Ambiente de Votuporanga – SAEV AMBIENTAL, localizada na Rua Pernambuco, nº 4.313, Centro, neste Município de Votuporanga, Estado de São Paulo, de **01 de março de 2023 a 03 de abril de 2023**, das 8h às 16h, nos dias úteis, ou ainda pelo site www.saev.com.br. Maiores informações e/ou esclarecimentos no endereço acima ou pelo telefone (17) 3405-9195. Votuporanga, 28 de fevereiro de 2023. Luiz Gustavo Gallo Vilela - Superintendente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO Nº 2223/2023 - Objeto: Locação de Imóvel para instalação da EMEB Primeiros Passos, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação. Afigurando-me que o processo epigrafado encontra-se regularmente desenvolvido e, estando ainda presente o interesse na contratação que deu ensejo na instauração do processo, RATIFICO o procedimento de que se cogita, com base no inciso X do art. 24 da Lei nº 8.666/93 e alterações, em favor do proprietário José dos Santos Rosa - R$ 192.000,00.

Marta Cesário Vieira - Secretária de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

AVISO DO PRAZO CONTRARRAZÕES DA TOMADA DE PREÇOS 06/2023

A Comissão Permanente de Licitações, no uso de suas atribuições legais, torna pública em especial às empresas participantes da licitação em epígrafe, cujo objeto : a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA PAULO VI-ETAPA II-, COM ÁREA A REVITALIZAR DE 6.829,42m², BEM COMO O EMPREGO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, CONFORME PROJETOS, ORÇAMENTOS E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS PROJETOS ELABORADOS PELO SETOR DE ENGENHARIA DESTA PREFEITURA, que as empresas FERNANDO LEITE ENGENHARIA LTDA; CONSTRUTORA AMÉRICA PROJETOS E EMPREENDIMENTOS LTDA; SAN CONRADO CONTRUÇÕES LTDA, apresentaram recurso administrativo contra decisão desta Comissão. Notificamos que, a partir da publicação deste comunicado inicia o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação das contrarrazões na forma do edital aos recursos interpostos. MAIORES INFORMAÇÕES: setor de licitações da prefeitura municipal de óleo, à rua Ângelo Vidotto, 95, vila Martins, Óleo/SP, fone (14) 3357-1211 ou pelo e-mail – administracao@pmoleo.sp.gov.br.

28 de fevereiro de 2023

LUCIANA CRISTINA GOMES - Chefe de Licitações e Convênios

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS

AVISO DE LICITAÇÃO – Tomada de Preços nº. 03/2023

A Presidente da Comissão de Licitações do Município de Anhumas, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela lei, através do Setor de Compras e Licitações, faz saber que se encontra aberta a licitação na modalidade **Tomada de Preços**, registrada sob nº **03/2023**, permitindo **a escolha de proposta global mais vantajosa** para a **Contratação de empresa especializada para a execução de serviços complementares no Centro de Eventos "José Eugenio Nipotti" do município de Anhumas por força do convenio celebrado entre o município de Anhumas com a Secretaria de Desenvolvimento Regional – Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades Não Governamentais do Governo do Estado de São Paulo – Gabinete do Secretário – Convenio registrado sob o nº 102298/2022**. O Edital da **Tomada de Preços nº. 03/2023** deste Edital encerrar-se-á no dia **20 de março de 2023, às 08h30min**, onde serão recebidos o credenciamento e os envelopes documentos e propostas, regido pelas Leis 8.666/93 e 8.883/94 sem prejuízo das demais regras aplicáveis ao caso. Maiores informações pelo telefone (18) 3286-1140 ou na Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Anhumas. Anhumas, 28 de fevereiro de 2023. Roseli Aparecida Evangelista da Silva – Presidente CPL.

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 018/2022

P.A. Nº 9343-2/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra para execução das obras de reforma das edificações escolares municipais para adequação ao Decreto Estadual 63.911 de 2018, que tem por finalidade a proteção e combate a incêndios nas edificações.

HOMOLOGO, o parecer da Comissão Permanente de Licitações, bem como os demais atos exarados, em favor da empresa: **BUSCARIOLLO BARRETOS ENGENHARIA LTDA.**, no valor global de **R2.969.593,62 (dois milhões e novecentos e sessenta e nove mil e quinhentos e noventa e três reais e sessenta e dois centavos)**, nos termos da proposta apresentada e parte integrante do presente processo licitatório.

Jaboticabal, 28 de fevereiro de 2023

EMERSON RODRIGO CAMARGO

SU

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BARRETOS

BARRETOS

ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 15/2023 - PROCESSO: 488/2023

Objeto: Aquisição de 02 (duas) pick-up, 03 (três) veículos passeio tipo hatch – 1.0 ano/modelo 2023/2023 e 01 (um) caminhão toco , ano/modelo 2022/2023 ou superior,de acordo com as especificações descritas no anexo I – Termo de referência

Data da sessão pública do Pregão:	**15/03/2023**
Recebimento das Propostas:	**De 01/03/2023 das 08h00 até 15/03/2023 às 08h00**
Abertura das Propostas:	**15/03/2023 às 08h00**
Início da sessão de disputa de lances:	**15/03/2023 às 08:30min**
Local:	**https://bllcompras.com/Home/Login**

O edital está disponível no site www.saaeb.com.br.

Ordem dos Músicos do Brasil Conselho Regional do Estado de São Paulo

CNPJ nº 43.450.832/0001-12

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados todos os músicos inscritos no Conselho Regional do Estado de São Paulo da Ordem dos Músicos do Brasil, quites e em pleno gozo de seus direitos, a participarem da Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 14 de março de 2023, às 10h00m, em primeira convocação, na sede social do Conselho na Avenida Ipiranga, 318, Bloco A, 6º andar, nesta Capital, em conformidade com o Artigo 21, incisos: I, II, III, IV e V, da Lei Federal nº 3.857/1960, a fim de discutir e votar o Relatório e Contas da Diretoria do período de 01/01/2022 a 31/12/2022, bem como os demais assuntos elencados nos referidos incisos. Não havendo, na hora indicada, número legal de inscritos para instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia será realizada uma hora após, no mesmo dia e local, em segunda convocação com qualquer número de inscritos. São Paulo, 28 de fevereiro de 2023. **Marcio Teixeira da Silva -** Presidente da OMB-CRESP.

Salus Cooperativa de Trabalho de Profissionais da Área da Saúde

CNPJ 27.101.874/0001-91

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Presidente nomeada Adriana Marostica, da Salus Cooperativa de Trabalho de Profissionais da Área da Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os associados ativos, que nesta data são em número de **200**, para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária,** a realizar-se de forma hibrida através de vídeo conferencia e presencialmente na Avenida Jabaquara 2940 – Mirandópolis – São Paulo, no dia 23/03/2023**, às 10:00 horas** com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; **às 10:15 horas** com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; **ou às 10:30 horas**, com a presença de 25 (vinte) sócios ou no mínimo 20% (vinte por cento) dos sócios, prevalecendo o menor número, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos: ORDEM DO DIA: 1) Apresentação da Prestação de Contas de 2022, Balanço Geral e Demonstrativo das Sobras Apuradas e/ou das Perdas e do Parecer do Conselho Fiscal; 2) Plano de Atividades para a Cooperativa para o exercício de 2023. São Paulo 01 de Março de 2023. Adriana Marostica – Presidente.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ – SAAE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2023 – NOVA DATA.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS DE VAZAMENTO EM REDES E RAMAIS DE ESGOTO, TROCA DE RAMAIS DE ESGOTO, REPAROS E RECONSTRUÇÃO DE PV'S DE ESGOTO E REATERRO DE VALAS EM DIVERSOS LOCAIS DA CIDADE.

Valor estimado: R$ 2.555.443,49.

Recebimento dos Lances: às 09h00min do dia 17/03/2023

Informações: Unidade de Licitações e Compras – R. Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí – SP – fone 12-3954-0200 – Ramais 1620/ 1630/ 1655 e 1670.

Edital: www.gov.br/compras/pt-br (UASG 926641), www.saaejacarei.sp.gov.br (LINK "LICITAÇÕES") ou mediante comparecimento ao balcão da Unidade de Licitações e Compras – R. Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí - SP - das 08:30 às 16:30, sem custo com apresentação de CD-r ou pendrive.

Jacareí, 28 de fevereiro de 2023

NELSON GONÇALVES PRIANTI JUNIOR – Presidente do SAAE-Jacareí

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

RATIFICAÇÃO DO ATO

PROCESSO Nº 1623-3/2023

RATIFICO a dispensa da licitação promovida pela PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL, com suporte nos termos do Inciso XIII do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, em favor do **INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E CAPACITAÇÃO – INDEC**, visando a contratação de Instituição para organização, execução e realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo para a Prefeitura Municipal de Jaboticabal e demais entidades pertencentes à Administração Pública Indireta de Jaboticabal, como: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaboticabal – SAAEJ, Fundação de Amparo ao Esporte do Município de Jaboticabal – FAE, Empresa Municipal de Urbanização de Jaboticabal – EMURJA e Sistema de Seguridade Social dos Funcionários Públicos Municipais de Jaboticabal – SEPREM., sendo que o Instituto será remunerado, exclusivamente, pelo valor arrecadado com os valores de inscrições, face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Jaboticabal, 28 de fevereiro de 2023

Emerson Rodrigo Camargo

FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA - FUNBEPE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023

Encontra-se aberto na Fundação Beneficente de Pedreira - FUNBEPE o Pregão Eletrônico 06/2023, que trata do registro de preços para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios, destinados ao departamento de nutrição desta fundação. O processamento do pregão se dará através do sistema BEC – Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo, disponível no endereço www.bec.sp.gov.br. O edital poderá ser obtido no portal BEC ou no site desta Fundação: www.funbepe.org.br. Nº da Oferta de Compra: 851901801002023OC00008. Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 02/03/2023. Data e hora da abertura da sessão pública: 14/03/2023 – às 09:00.

Sandra Aparecida Chiarini de Ugo - **Superintendente da FUNBEPE**

Sergio Aparecido de Santi - **Presidente da FUNBEPE**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA

EDITAL DE REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023. PROCESSO Nº 009/2023. OBJETO: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO MEDICINAL COM CESSÃO DE CILINDROS EM COMODATO, COM ABASTECIMENTO SEMANAL DE CILINDRO DOMICILIAR E DAS AMBULÂNCIAS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS). Menor Preço do LOTE. Encerramento: 14 de Março de 2023, às 09:00 Horas. LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Angatuba – térreo, Rua João Lopes Filho, nº 120. Maiores informações através do telefone: (15) 3255-9500. O Edital completo está disponível no site: www.angatuba.sp.gov.br. Angatuba, 28 de fevereiro de 2023. NICOLAS BASILE ROCHEL. PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2023. PROCESSO Nº 006/2023. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E NOTEBOOKS DESTINADOS ÀS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, CONFORME TERMO DE REFERENCIA – ANEXO I. Menor Preço do Lote. Encerramento: 13 de março de 2023, às 09:00 horas. LOCAL: Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Angatuba – térreo, Rua João Lopes Filho, nº 120. Maiores informações através do telefone: (15) 3255-9500. O Edital completo está disponível no site: www.angatuba.sp.gov.br. Angatuba, 23 de fevereiro de 2023. NICOLAS BASILE ROCHEL. PREFEITO MUNICIPAL.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA - ABIARB - Avenida Paulista, 2001 - 11º andar - conjunto 1.101/1.110 - SP - **Eleições Sindicais - Aviso -** Em cumprimento ao disposto no artigo 14º, parágrafo 1º dos Estatutos da **Associação Brasileira da Indústria de Artefatos de Borracha - ABIARB,** comunico que foi registrada a seguinte chapa, como concorrente à eleição a que se refere o aviso resumido do Edital de Convocação, publicado no dia 03.02.2022, no Jornal Folha de São Paulo, e divulgado por meio do Informativo eletrônico 033/2023. **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Marcelo Zaidan,** Presidente; **Marcos Antonio Carpeggiani,** Vice-Presidente; **Fernando Genova,** Dir. Vice-Presidente (1º Secretário); **Fátima Andrijic Marinera,** Dir. Vice-Presidente (1ª Tesoureira); **Edgar Solano Marreiros -** Dir. Vice-Presidente; **Antonio Joaquim Teixeira,** Dir. Vice-Presidente; **Suzane de Azevedo,** Dir. Vice-Presidente; **Saulo Pucci Bueno,** Dir. Vice-Presidente. São Paulo, 01 de março de 2023. **Marcos Antonio Carpeggiani -** Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATO N. 026/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Óleo. CONTRATADA: **AUTO POSTO TRÊS IRMÃOS DE ÓLEO LTDA**, com sede à rua João Fausto Giraldes, n. 544, Centro, cidade de ÓLEO-SP, CNPJ N. 72.026.065/0001-17. OBJETO: Aditamento de contrato, cujo objeto refere-se à aquisição de combustíveis, com fornecimento contínuo e fracionado, conforme demanda, para suprir as necessidades da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Óleo, do tipo maior percentual de desconto, com base no Sistema de Levantamento de Preços da ANP, Semanal - Resumo I, Estado de São Paulo, pelo período de 12 meses, de acordo com as especificações do Termo de Referência. **FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO, Nº 4/2022 – Proc. 18/2022 – Lei federal n. 8.666/93**

ITEM

Gasolina aditivada: R$ 5,55; Etanol: R$ 3,90; Diesel: 6,85; Diesel S10: 6,90

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 DE MAIO DE 2022.

28 de fevereiro de 2023

JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 018/2022

Objeto: Execução de obras de construção e instalação, incluindo mão de obra, materiais e equipamentos da ampliação da Câmara de Contato com as interligações (by-pass e saída de efluente até o corpo receptor) da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Camanducaia, no Município de Jaguariúna/SP. No vigésimo oitavo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três às 09:30 horas, no Auditório da Educação, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações para realização de sessão pública para análise dos documentos de habilitação e proposta de preços, julgamento de habilitação e classificação da Concorrência acima mencionada. Após as análises de praxe restou habilitada e classificada em 1º e único lugar e vencedora a empresa VENUS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA – CNPJ 10.359.258/0001-32 com o valor global de R$ 1.119.747,80. Fica aberto o prazo recursal nos termos do art. 109, I, alíneas "a" e "b" da lei 8666/93, de 05 dias úteis, com relação a este julgamento, começando ele a correr a partir do primeiro dia útil subsequente à data da última publicação.

Ariana Aparecida de Almeida - Presidente Comissão Permanente de Licitação

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

A Prefeitura Municipal de Jaboticabal/SP, torna público o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023** - COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO OBJETO PARA A CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - que tratará do **REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS com a finalidade de otimizar o valor nutricional dos cardápios escolares que abrangem todos os ensinos e planejar as refeições de acordo com Legislação Federal FNDE 6/2021**. O encerramento dar-se-á no dia **14 de março de 2023 às 08h30**. O edital estará à disposição dos interessados, gratuitamente, no Portal da Transparência de Jaboticabal, o qual poderá ser acessado através do endereço eletrônico: **transparencia.jaboticabal.sp.gov.br**.

Jaboticabal, 28 de fevereiro de 2023.

EMERSON RODRIGO CAMARGO

Prefeito

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BARRETOS

BARRETOS

ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 14/2023 - PROCESSO: 580/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição 450 toneladas de sulfato férrico líquido para tratamento de água, conforme especificações constantes do procedimento licitatório em epígrafe (Anexo II - Termo de Referência)

Data da sessão pública do Pregão:	**14/03/2023**
Recebimento das Propostas:	**De 28/02/2023 das 08h00 até 14/03/2023 às 08:00min**
Abertura das Propostas:	**14/03/2023 às 08:00min**
Início da sessão de disputa de lances:	**14/03/2023 às 08:30min**
Local:	**https://bllcompras.com/Home/Login**

O edital está disponível no site www.saaeb.com.br.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10804/2022

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de empresa especializada para construção de um quiosque e uma quadra de areia no espaço de lazer do Residencial Vila Martins, situada à Rua Alcides Victorino de Almeida, s/nº, no Município de Salto/SP, incluindo todo o material, mão de obras e equipamentos necessários, conforme anexos I – A, B, C, D e E do edital, a cargo da Secretaria de Obras e Serviços Públicos. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 14 de março de 2023. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 02/03/2023 até as 08h30min do dia 14/03/2023. Abertura de Propostas Iniciais: 14/03/2023 às 08h35min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 14/03/2023 às 09hs.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br

Estância Turística de Salto, 28 de fevereiro de 2023.

Sandro Roberto Stivanelli - Secretário de Obras e Serviços Públicos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2023

OBJETO: Registro de Preços objetivando a futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de combustíveis Gasolina Comum, Óleo Diesel comum (S500), Óleo Diesel S10 e Etanol, com entrega parcelada, durante 12 (doze) meses, conforme especificações mínimas contidas no Termo de Referência (Anexo I), sendo que o objeto licitado é destinado ao abastecimento da frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira. TIPO: Menor Preço por Item. DATA DA REALIZAÇÃO: 13/03/2023, com início às 09h00 (horário de Brasília). Informações e Edital na íntegra à disposição dos interessados no site: **www.ilhasolteira.sp.gov.br**. Outras informações e/ou esclarecimentos no endereço Divisão de Compras, Sala 01 da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, situada na Praça dos Paiaguás, nº 86, Centro, na cidade de Ilha Solteira/SP, mediante identificação, endereço, número de telefone e/ou e-mail e CNPJ ou CPF, ou pelo fone (18) 3743-6020 e e-mail: compras@ilhasolteira.sp.gov.br. Ilha Solteira, 28/02/2023. Otávio Augusto Giantomassi Gomes - Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 06/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO, Estado de São Paulo, faz saber que se acha aberta a licitação na modalidade Pregão Eletrônico – preferencialmente para participação de ME/EPP; tipo menor preço global.

Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos especializados de: Médico Pediatra, Médico Ginecologista/Obstetra, Médico Ultrassonografista; Médico Psiquiatra; Médico Cardiologista e Médico Ortopedista nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Óleo/SP, pelo período de 12 (doze) meses prorrogável em conformidade com o art. 57, da Lei 8.666 e alterações posteriores.

ONDE SE LÊ:

Recebimento das propostas – 07.03.2023 às 08h50min (Oito Horas e Cinquenta Minutos).
Início da sessão de Disputa de lances 07.03.2023 às 09h00min (Nove horas).

LEIA-SE:

Recebimento das propostas – 10.03.2023 às 08h50min (Oito Horas e Cinquenta Minutos).
Início da sessão de Disputa de lances 10.03.2023 às 09h00min (Nove horas).

Edital completo e outras informações: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Óleo, à Rua Ângelo Vidoto, 95, Vl Martins, Óleo/SP, fone (14) 3357-1211 ou pelo e-mail – administracao@pmoleo.sp.gov.br e ou pelo site www.bll.org.br – Acesso BLL compras.

Óleo/SP, 28 de fevereiro de 2023.

Jordão Antônio Vidotto - Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL ARCANJO

TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2023 - PROCESSO N.º 38/2023

A Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, através do Setor de Compras, faz saber a quantos possa interessar que, se acha aberta licitação na Modalidade Tomada de Preços n.º 04/2023, do tipo menor preço Global, destinada a seleção de proposta mais vantajosa para Contratação de Empresa para execução de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO BAIRRO CAPELA SÃO ROQUE, Estrada Municipal SMA 110-P, bairro Capela São Roque, São Miguel Arcanjo/SP, Coordenadas geográficas 23°52'30.0"S 47°53'47.8"W e seus valores estão compreendidos nos Convênios Federais em modalidade "Transferência Especial" nº 09032022-014766 e 09032022-021978 / 2022 / MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, nestes inclusos a infraestrutura necessária, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários, conforme especificações e quantitativos contidos no ANEXO I. Edital através de correspondência eletrônica (e-mail), encaminhados para compras1@saomiguelarcanjo.sp.gov.br, compras3@saomiguelarcanjo.sp.gov.br ou Através do site www.saomiguelarcanjo.sp.gov.br, sem ônus aos interessados solicitantes. Encerramento: às 09:15 horas do dia 17 de março de 2023.Informações: das 9:00 às 17:00 horas, Endereço: Praça Antonio Ferreira Leme, n.º 53, centro, SMA, Telefax: (15) 3279-8000. São Miguel Arcanjo, 28 de fevereiro de 2023. Paulo Ricardo da Silva – Prefeito Municipal em Exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

CONCORRÊNCIA Nº 013/2.022 – PROCESSO Nº 383/2.022.
"TERMO DE ADJUDICAÇÃO"

Pelo presente termo, à vista do julgamento proferido pelo Agente de Contratação e equipe de apoio, nomeada pela Portaria nº 20.530 e Portaria nº 20.533 de 01 de fevereiro de 2.023, relativo à Concorrência nº 013/2022, com o objeto: " Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica , guias e sarjetas em vários bairros e vias públicas do município de Fernandópolis/SP., com fornecimento de material e mão e obra; Conforme Memorial Descritivo, Orçamento, Memória de Cálculo, Cronograma Físico - Financeiro, Projetos e Demais Anexos. Convênio com o Ministério do Desenvolvimento Regional", ADJUDICO o objeto da Concorrência nº 013/2022, em favor da empresa: Conpav Santa Fé Construções e Pavimentação Ltda - R$ 1.544.865,59 – Lote 01 - R$ 693.787,35 – Lote 02 - R$ 412.236,51 – Lote 03.

Fernandópolis-SP, 28 de fevereiro de 2023.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 08/2023. Objeto: Preparação, produção e fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, ao Presídio de São Lourenço, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas a presos e servidores públicos a serviço na unidade prisional em epígrafe. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. Abertura da sessão dia 13 de março de 2023, às 10:00 horas, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2023.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230039

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230039, de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Serviço de locação de veículos de passageiros, sem motorista, sem combustível, para atender a frota da contratante, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1812023, até o dia 16/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Fevereiro de 2023. VALDA FARIAS MAGALHÃES - PREGOEIRA

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230048

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230048 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 482023, até o dia 15/03/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Fevereiro de 2023. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230224

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230224 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2242023, até o dia 15/03/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Fevereiro de 2023. JOSÉ CÉLIO BASTOS DE LIMA - PREGOEIRO

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230117

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230117, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1172023, até o dia 16/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Fevereiro de 2023. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

PECINI LEILÕES — perplan

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE
DATAS: 1º Público Leilão – 07/03/2023, às 11h30.
2º Público Leilão – 09/03/2023, às 11h30.

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial – mat. Jucesp Nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **BARUC PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.** - CNPJ nº 15.822.731/0001-90, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, na forma dos arts. 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 06 DA QUADRA Nº 07, DO LOTEAMENTO "PARQUE DOS MANACÁS I"**, Mococa/SP. **ÁREA TOTAL DE 220,00m²**. Medidas e confrontações: com frente para a Avenida B, lado ímpar, do loteamento, medindo 10,00m; nos fundos mede 10,00m e confronta com os lotes nº 16 e 17; pelo lado direito, de quem da rua olha para o lote, mede 22,00m da frente ao fundo e confronta com o lote nº 05; pelo lado esquerdo, no mesmo sentido do observador, mede 22,00m e confronta com o lote nº 07. Matrícula nº 26.718 do CRI de Mococa/SP. Contribuinte nº 01.01.440.0060-001. Consolidação da Propriedade em 06/02/2023. **1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 177.051,29. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 42.759,34. Ônus do Arrematante: i)** pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** despesas e impostos para lavratura e registro da escritura; **iii)** os débitos de IPTU correrão por conta do arrematante; **iv)** demais despesas, a partir das datas dos leilões; **v)** observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; **vi)** custas/despesas para regularização de eventual benfeitoria/construção; **vii)** custas e despesas com eventual desocupação; **viii)** Venda *ad corpus*. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Fica o Fiduciante **ANTÔNIO APARECIDO DOS REIS** - CPF nº 772.805.988-20, comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras Para Participação, disponíveis no portal: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230001 - IG No 1209507000

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230001 de interesse do Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará – ISSEC, cujo OBJETO é: Serviço de: regulação; auditoria médica, enfermagem e odontológica; apoio à execução operacional e consultoria e assessoria: econômico, financeira, atuarial, organizacional e jurídica à gestão do programa de saúde administrado pelo Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará – ISSEC, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1962023, até o dia 15/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 28 de Fevereiro de 2023. JANES VALTER NOBRE RABELO - PREGOEIRO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO

A Prefeitura do Município de Cotia torna público p/ conhecimento dos interessados que na sala de Licitações do Depto de Compras e Licitações, sito à Estrada Boa Vista, 575 Condomínio Boa Vista – Galpão 11 e 12 - Jd. Atalaia – Cotia/SP, Rod. Raposo Tavares nº 36.720, que será realizada em ato público a licitação descrita abaixo:

1) PA nº 37.750/2022. PP nº 89/2022. às 09:30 horas do dia 15/03/2023. OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, com reposição de Peças e/ou Acessórios em Câmaras Frias de Conservação Imunobiológicos e Medicamentos Termolábeis.

a) Dr. Magno Sauter – Secretário Municipal de Saúde.

O edital já está disponível para a retirada dos interessados, através do sitio da Prefeitura Municipal de Cotia, www.cotia.sp.gov.br/editais-cotia/ ou pessoalmente no prédio da Secretaria Municipal de Licitações e Logística, no mesmo endereço acima.

SINTHORESP - Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Apart Hotéis, Motéis, Flat's, Pensões, Hospedarias, Pousadas, Restaurantes, Churrascarias, Cantinas, Pizzarias, Bares, Lanchonetes, Sorveterias, Confeitarias, Docerias, Buffets, Fast-Foods e estabelecimentos pertinentes aos serviços de hospedagem e do comercio de alimentação preparada e bebidas a varejo de São Paulo e região - Rua Taguá , 282 – Liberdade - CNPJ: 62.657.168/0001-21 - **EDITAL - CÓDIGO SINDICAL: 020.818.86238-0 - AVISO ÀS EMPRESAS: HOTÉIS, APART HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, HOTÉIS-FAZENDA, PENSÕES, POUSADAS, CASAS DE HOSPEDAGEM E ASSEMELHADOS; RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, PIZZARIAS, CANTINAS, FAST FOODS (exceto na Capital), SELF SERVICE, ROTISSERIAS, SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PREPARADA E BEBIDAS A VAREJO E AFINS; BARES, CONFEITARIAS, DOCERIAS, LANCHONETES, SORVETERIAS, PASTELARIAS, BUFFETS, CASAS DE BEBIDA A VAREJO E SIMILARES** (Estabelecimentos de hospedagem em geral, inclusive pensões, alimentação preparada, bebidas a varejo, buffets e assemelhados). As empresas da categoria econômica em referência, localizadas nos municípios de: São Paulo, Osasco, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Atibaia, Barueri, Biritiba Mirim, Bom Jesus dos Perdões, Arujá, Caieiras, Cabreúva, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Nazaré Paulista, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Salesópolis, Santana do Parnaíba, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista, deverão descontar dos salários de seus empregados relativos ao mês de março, a favor deste sindicato, na forma do artigo 578 e seguintes da CLT, a CONTRIBUIÇÃO SINDICAL equivalente a um dia do salário, acrescido das gorjetas (art. 457 §3º). As empresas que exerçam dupla atividade, como é o caso das PANIFICADORAS, ETC, deverão proceder o desconto a favor do Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares, da contribuição dos empregados da parte comercial do estabelecimento, na forma do art. 581 §, da CLT. São Paulo, 01 de março de 2023. **Francisco Calasans Lacerda -** Presidente.

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220206

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20220206, de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de motocompressor para atender as demandas das Unidades de Negócio do Interior. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 23472022, até o dia 15/03/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Fevereiro de 2023. DORISLEIDE CANDIDO DE SOUSA - PREGOEIRA

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20222278

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20222278, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 22782022, até o dia 15/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Fevereiro de 2023. CIRÍACO BARBOSA DAMASCENO NETO - PREGOEIRO

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230106

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230106 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1062023, até o dia 15/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Fevereiro de 2023. JOSÉ CÉLIO BASTOS DE LIMA - PREGOEIRO

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230195

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230195 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Insumos de Laboratório, com fornecimento de equipamento em comodato, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1952023, até o dia 16/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Fevereiro de 2023. CARLOS ALBERTO COELHO LEITÃO - PREGOEIRO

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023.

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 003/2023. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia e arquitetura, devidamente inscrita no CREA/CAU, dotada de responsável técnico habilitado na mesma condição, para fornecimento de mão de obra e material, visando a construção do CRAS – Portal das Laranjeiras, situado na Avenida Emancipador Ivo Manoel esquina com a Travessa Agostinho Schiavo, s/n.º, conforme projeto básico, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro. **MODALIDADE:** Tomada de Preços. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** às 08h30min do dia 17/03/2023. **DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES HABILITAÇÃO:** dia 17/03/2023 as 08h35min. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br (Portal de Transparência). Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 28 de Fevereiro de 2023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230047

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230047 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, para atender as necessidades da(s) área(s) para Execução de Serviços Sistemáticos e Continuados, de Apoio Administrativo nas Áreas de Atuação da Unidade de Negócio Bacia do Alto Jaguaribe – UNBAJ, CAGECE, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2012023, até o dia 16/03/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Fevereiro de 2023. VALDA FARIAS MAGALHÃES -PREGOEIRA

UNIODONTO DO BRASIL – CENTRAL NACIONAL DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS
CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - 1ª, 2ª e 3ª CONVOCAÇÕES

A UNIODONTO DO BRASIL – CENTRAL NACIONAL DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS convoca os delegados de suas associadas para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária que se realizará na sede social, situada na Rua Correia Dias n° 185, Paraíso, São Paulo, SP, às 8:00 horas do dia 31 de março de 2023 em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) de suas associadas, representadas por seus delegados. Caso esse número não seja atingido se reunirão, na mesma data e local, em segunda convocação às 9:00 horas com metade mais uma de suas associadas, representadas por seus delegados, ou em terceira convocação, às 10:00 horas, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associadas representadas por seus delegados, para tratar da seguinte ORDEM DO DIA: I - prestação de contas da Diretoria acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço levantado em 31 de dezembro do ano anterior; c) demonstrativo das sobras ou perdas; d) parecer da auditoria independente; II - destinação das sobras ou rateio das perdas; III - eleição da Diretoria e dos membros representantes das cooperativas singulares no Conselho Técnico-Operacional, do Conselho de Disciplina Cooperativista e do Conselho Fiscal; IV – fixação do valor da remuneração dos membros da Diretoria, do Conselho de Disciplina Cooperativista e do Conselho Fiscal; V – fixação de contribuição a cargo das associadas para manutenção das atividades institucionais da UNIODONTO DO BRASIL. Para efeito de quórum de instalação, o número de associadas existentes com direito a voto é de 122 (Cento e Vinte e Dois). Observações: (1) O prazo para candidatura de chapa para a Diretoria encerra-se no dia 16 de março de 2023 às 17:00 horas. (2) A candidatura para os membros representantes das cooperativas singulares no Conselho Técnico-Operacional, do Conselho de Disciplina Cooperativista e do Conselho Fiscal ocorrerá entre às 8:00 horas do dia 16 março de 2023 e às 8:00 horas do dia 28 de março de 2023. K-01/03

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

CONCORRÊNCIA Nº 010/2.022 – PROCESSO Nº 297/2.022.
"TERMO DE ADJUDICAÇÃO"

Pelo presente termo, à vista do julgamento proferido pelo Agente de Contratação e equipe de apoio, nomeada pela Portaria nº 20.530 e Portaria nº 20.533 de 01 de fevereiro de 2.023, relativo à Concorrência nº 010/2022, com o objeto: " Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização para abertura da nova alça de acesso da SP-320 – Rodovia Euclides da Cunha, localizado na Avenida Marginal Luiz Brambatti com a SP-320 (km 551 + 52,68 m), com fornecimento de material e mão de obra; conforme Memorial Descritivo, Memorial de Cálculo, Orçamento, Cronograma Físico – Financeiro e Projetos", ADJUDICO o objeto da Concorrência nº 010/2022, em favor da empresa: Conpav Santa Fé Construções e Pavimentação Ltda - R$ 900.695,92.

Fernandópolis-SP, 28 de fevereiro de 2023.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e Alimentação de São Paulo - STILASP - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - O **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e Alimentação de São Paulo - STILASP**, portador do CNPJ/MF nº 62.806.575/0001-53, com sede a Avenida Celso Garcia nº 1588 - Belém - São Paulo/SP, por seu presidente, no uso de suas prerrogativas previstas no Estatuto Social, **CONVOCA** a categoria profissional dos trabalhadores associados e não associados que exercem suas funções **nas indústrias de azeite e óleos alimentícios (data base 01 de maio), nas indústrias de derivados do cacau e elaboração de chocolates, balas e gomas de mascar (data base 01 de junho), nas indústrias de congelados, supercongelados, sorvetes concentrados e liofilizados (data base 01 de agosto), nas indústrias de massas alimentícias e biscoitos (data base 01 de setembro), nas industrias de carnes e derivados (data base 01 de novembro),** na base territorial da Entidade Sindical, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária de Campanha Salarial**, a ser realizada no dia **08 de Março de 2023**, ás 15h00, de forma virtual, através da plataforma de videoconferência Microsoft Teams em link de endereço: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NWY2YmY5NjktMTZmZC00MjQ4LThlZGItM2VjNjE5NTgwODcy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22cf09de18-417e-43ee-89af-b09148d7992f%22%2c%22Oid%22%3a%22dd574229-f3dd-4ff3-a976-1b9cf5e909f1%22%7d, e presencialmente, na sede da Entidade, bem como nas unidades empregadoras a partir do início do turno de trabalho (05h00), para deliberação da seguinte ordem do dia: a) Discussão e elaboração das Pautas de Reivindicações referente às negociações Coletivas de Trabalho; b) Discussão e Autorização para celebração das Convenções Coletivas de Trabalho das categorias profissionais 2023/2024 e na impossibilidade desta, ingressar com Dissídio Coletivo; e c) Discussão, deliberação e aprovação do desconto da Contribuição Assistencial no percentual equivalente a 1% (um por cento), do salário, inclusive do 13º salário. A decisão da assembleia servirá como autorização prévia e expressa para aplicação das normas coletivas de trabalho. São Paulo/SP, 27 de fevereiro de 2023. **Carlos Vicente de Oliveira - Presidente**

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230230

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230230 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, com equipamento em comodato, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2302023, até o dia 15/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Fevereiro de 2023. CARLOS ALBERTO COELHO LEITÃO - PREGOEIRO

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230233

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230233 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2332023, até o dia 15/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Fevereiro de 2023. DORISLEIDE CANDIDO DE SOUSA - PREGOEIRA

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230212

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230212 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2122023, até o dia 15/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Fevereiro de 2023. MURILO LOBO DE QUEIROZ - PREGOEIRO

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS No No 20230013 - IG No 1207750000

A Secretaria da Casa Civil torna público o Regime Diferenciado de Contratações No 20230013 de interesse da Secretaria da Educação do Estado do Ceará-SEDUC, cujo objeto é LICITAÇÃO DO TIPO MAIOR DESCONTO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM SOBRAL (PROJETO PADRÃO EEM TIPO II) – BAIRRO NOVA CAIÇARA, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. ENDEREÇO E DATA DA SESSÃO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Av. Dr. José Martins Rodrigues, No 150, Bairro: Edson Queiroz, CEP: 60811-520– Fortaleza-CE, no dia 27 de março de 2023 às 9:30h. FORNECIMENTO DO EDITAL: no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Fevereiro de 2023. ANTÔNIO ANÉSIO DE AGUIAR MOURA - PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO 06

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS No No 20230015 - IG No 1207799000

A Secretaria da Casa Civil torna público o Regime Diferenciado de Contratações No 20230015 de interesse da Secretaria da Educação do Estado do Ceará-SEDUC, cujo objeto é LICITAÇÃO DO TIPO MAIOR DESCONTO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA EEM TIPO I – 12 SALAS – EM CAUCAIA – CE (EEMT FRANCISCA ESTRELA TORQUATO FIRMEZA), conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. ENDEREÇO E DATA DA SESSÃO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Av. Dr. José Martins Rodrigues, No 150, Bairro: Edson Queiroz, CEP: 60811-520– Fortaleza-CE, no dia 29 de março de 2023 às 15:00h. FORNECIMENTO DO EDITAL: no site www.seplag.ce.gov.br.. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Fevereiro de 2023. ANTÔNIO ANÉSIO DE AGUIAR MOURA - PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO 06

Por que onerar combustíveis?

Imposto sobre combustíveis é bom pelos motivos que fazem impostos em geral serem ruins

Bernardo Guimarães

Doutor em economia por Yale, foi professor da London School of Economics (2004-2010) e é professor titular da FGV EESP

Em março, haverá escassez de morango. Precisaremos comprar muito menos do que compramos em setembro.

Faremos isso, sem problemas, como sempre. É assim todo ano, por causa das variações climáticas.

Curiosamente, nunca nos deparamos com campanhas para nos conscientizar sobre a escassez do morango em março.

O problema se resolve porque o morango é muito mais caro em março.

Do ponto de vista do consumidor, compramos menos morango agora porque o morango está mais caro. Mas o morango está mais caro porque há menos morango.

O preço não é o culpado pelo nosso baixo consumo. O preço é o mensageiro.

As flutuações nos custos de produzir (ou importar) cada bem se refletem nos preços. É mais custoso vender morangos frescos em março? Temos menos à venda, a preços maiores. Variações na demanda também afetam preços, pelo menos até a oferta se ajustar.

Sem alarde, o sistema de preços faz com que consideremos os custos de produzir nas nossas decisões de consumo; e faz com que produtores considerem nossas demandas nas decisões de produção.

Só que o sistema de preços não capta tudo.

A Terra tem uma capacidade escassa para assimilar poluição sem que isso prejudique a nossa vida no planeta. Crianças aprendem sobre isso na escola. Há inúmeras campanhas de conscientização.

Entretanto, esse problema de escassez persiste. Tudo pode mudar, mas, para a mudança acontecer, não parece que basta conscientizar e educar.

A diferença crucial entre o caso da poluição e o dos morangos é que os custos de produzir (ou importar) morangos para o consumo em março caem na conta de quem produz e vende, mas a poluição resultante da queima de combustíveis recai sobre todos. Assim, parte importante dos custos de queimar combustível não é arcada por quem consome ou produz.

O custo da poluição não é captado pelo sistema de preços.

A solução foi formalizada por Arthur Pigou há uns cem anos. Devemos incluir custos que não incidem diretamente sobre o produtor ou consumidor nos preços. Isso se chama imposto.

Impostos desestimulam as atividades sobre as quais eles incidem. Impostos sobre cosméticos tornam mais cara e, portanto, menos atrativa a compra de perfumes. Impostos sobre a renda do trabalho estimulam a informalidade. Em geral, isso é um problema.

Contudo, no caso dos combustíveis fósseis, nós de fato queremos desestimular o uso.

A lógica que faz deste um bom imposto é a mesma que faz economistas liberais não gostarem de impostos em geral. Impostos, tipicamente, aumentam a discrepância entre o preço e o custo de produzir. Esse imposto faz o contrário, pois inclui no preço um custo social, e assim torna mais correta a mensagem dos preços.

Sim, esse imposto encarece os produtos que mais usam combustíveis. Mas é justamente isso que queremos. Se o sistema de preços refletir esses custos ambientais, empresas e pessoas vão aos poucos migrar para alternativas menos poluentes. A engenhosidade humana vai ser estimulada a desenvolver essas alternativas.

Sim, os mais ricos, de modo geral, continuarão saindo com o carro —mas pagarão mais impostos.

Acabar com a desoneração seria uma ótima medida mesmo se não estivéssemos tão preocupados com o déficit público —nesse caso, poderíamos reduzir outros impostos. Gradualmente, devemos taxar mais os combustíveis fósseis.

Se o custo ambiental de poluir fosse completamente incorporado nos preços pela tributação, quem pagasse esses impostos estaria compensando a sociedade por esse custo. Não dependeríamos mais de campanhas de conscientização. Adeus culpa. Bem-vinda a arrecadação.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | **QUI. Cida Bento,** Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Em foto de longa exposição, a servidora da Receita Federal Tânia Scaffa e Adura, 48, moradora da zona sul de SP que trabalha em home office Karime Xavier/Folhapress

Tecnologia muda forma de trabalho do servidor público

Inovações como ciência de dados e inteligência artificial exigem capacitação

VIDA PÚBLICA

Emerson Vicente

SÃO PAULO O serviço público entrou de vez na transformação digital na última década. O processo foi ainda mais agilizado com a pandemia, criando uma virtualização obrigatória. E, dentro desse processo, a capacitação do profissional público passou a ser tão essencial quanto as novas tecnologias voltadas para as políticas públicas.

"Quando se fala em tecnologia, em uma agenda de transformação digital, muitas vezes caímos na falácia e no erro de pensar só em equipamentos, em tecnologia. Mas essa agenda de inovação e transformação digital começa por pessoas", afirma Tadeu Barros, diretor-presidente do CLP (Centro de Liderança Pública).

"Essa agenda é como se fosse uma cebola, com camadas, e o núcleo da cebola são pessoas. Precisamos de gente bem preparada, que entenda do negócio, para que, num segundo momento, essas pessoas, conhecendo as necessidades do setor público, as demandas sociais, desenhem processos. A partir disso, vem a última camada, que é a tecnologia", afirma.

Para Virgílio Almeida, professor do departamento de ciência da computação da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), é cada vez mais necessário que o setor público conte com servidores que conheçam e saibam trabalhar com a ciência de dados e também com a inteligência artificial, que cresce em ritmo acelerado.

"O governo precisa treinar, capacitar os servidores públicos, não só os que trabalham com o dia a dia mas também os que estão em posições estratégicas, em altos cargos. Precisa trazer esse mindset de dados, de inteligência artificial, para tornar o serviço público melhor, mais efetivo."

Hoje, o governo federal, por meio da Enap (Escola Nacional de Administração Pública), tem desenvolvido cursos em busca do aperfeiçoamento de competências e habilidades do servidor. Essa necessidade cresceu com a pandemia.

"Quando você pensa no dia a dia do servidor, a pandemia teve o papel de trazer o novo mundo. A gente tinha o mundo semi-informatizado na repartição, foi jogado para o mundo virtual e todo mundo teve que aprender", afirma Roberto Pojo, secretário de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

Outros órgãos também procuram capacitar servidores para a adequação com as novas tecnologias, como na saúde, principalmente com a implantação da telemedicina.

A Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) tem programas voltados a profissionais da rede pública e também aqueles da rede privada, que muitas vezes atendem pelo SUS.

"Hoje em dia a gente não consegue mais falar em saúde fora do digital. Sempre vai ter um prontuário eletrônico, um exame que está dentro de um banco de dados, a carteira de vacinação digital, o ConectSUS [aplicativo que registra toda a trajetória do usuário no SUS], já existe toda essa cultura", diz Claudia Galindo Novoa, coordenadora do Núcleo Estadual Telessaúde São Paulo da Unifesp.

"Estamos ajudando esse profissional que entra a continuar sendo treinado, e aquele que já está no serviço público, que, talvez, não tenha entrado de uma forma já digital, que não fique para trás."

Além da capacitação, também há modelos de programas voltados à gestão do funcionário dentro do serviço público. O Estado promove um modelo de acompanhamento em que o servidor possa apresentar melhores resultados, por meio do programa de gestão de pessoal. Ele foi criado em 2015 e tem passado por aprimoramento, segundo Pojo.

"O programa tem por objetivo modificar o processo de gestão na administração, sobretudo substituindo o controle de frequência por monitoramento de resultados. Ele surge muito voltado para a época da adoção do teletrabalho, mas a partir de 2019 passamos a fazer uma discussão de ele ser ampliado para ter uma administração melhor."

"Em vez de eu ficar controlando quantas horas fica sentado na cadeira dele, eu passo a gerenciar o resultado de entregas. É uma maneira muito mais efetiva", afirma.

A carioca Tânia Scaffa e Adura, 48, moradora da zona sul de São Paulo, é servidora da Receita Federal desde 2004. Tem trabalhado em home office desde o início da pandemia e diz estar adaptada com o programa de gestão.

"Tem algumas regras que precisam ser seguidas. Além de trabalhar as 40 horas semanais, a gente também tem uma meta. Fiz um programa de gestão para o ano inteiro. Todo final de mês há um fechamento desse programa para ver se completaram as horas que tem que trabalhar e os processos que tem que fazer", diz a servidora.

Ela poderia voltar ao prédio da Receita com o fim do distanciamento, mas teve a opção de continuar o trabalho em casa, onde entende ter melhor desempenho.

"Conversando com os meus colegas, percebo que a gente está rendendo mais, entregando mais trabalhando em casa. Fomos muito bem treinados, não preciso de ninguém para fazer meu trabalho. Às vezes, claro, aparece uma dúvida ou outra, aí chama um colega, a chefia, discute, faz reunião. Temos um suporte bom."

Outro ponto discutido dentro do avanço das novas tecnologias é o quanto a automação vai afetar no preenchimento de vagas dentro do serviço público.

"A adoção da tecnologia sempre vai ter um impacto na força de trabalho, não tem como fugir disso. Vale tanto para o setor privado quanto para o público. A obsolescência é cada vez mais rápida. Ainda tem na administração pessoas que foram contratadas para serem datilógrafas, ascensoristas. Demorou 20 anos para entrar em obsolescência. Hoje o ciclo é menor", diz Pojo.

"Parte da força de trabalho se adapta com as novas tecnologias, e parte continua em serviços que não foram automatizados até que vá se aposentar", relata.

Segundo o professor Virgílio Almeida, muitos servidores que ingressam hoje no serviço público já têm a questão digital como parte das suas capacidades de cognição, de execução do trabalho. Mas há uma geração de servidores mais antigos, que poderiam ser chamados de 'não digitais'.

"A transformação digital tem inúmeras vantagens, mas pode ter efeitos indesejados, como a exclusão, o desemprego, mas tudo isso tem que ser trabalhado por meio de políticas públicas. O governo deve buscar a automação, mas uma automação que tenha um impacto positivo, seja na inclusão, seja no emprego."

> "A transformação digital pode ter efeitos indesejados, como a exclusão, o desemprego, mas tudo isso tem que ser trabalhado por meio de políticas públicas
>
> **Virgílio Almeida,** professor do departamento de ciência da computação da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)

Esta reportagem faz parte da série Profissional Público do Futuro, iniciativa do núcleo Vida Pública em parceria com a República.org, entidade dedicada à melhoria da gestão de pessoas no serviço público.

Agentes comunitários de saúde sobem morro para visitar gestantes venezuelanas no município de Pacaraima, em Roraima Henrique Santana/Folhapress

Mortes de gestantes voltam a ocorrer por causas evitáveis

Relatório da Saúde aponta que há 95% de chance de o país não cumprir acordo de redução feito com a ONU

Cláudia Collucci
A série de reportagens sobre mortalidade materna é uma parceria com o Pulitzer Center

BOA VISTA (RR) Três anos após o início da pandemia de Covid-19, período em que as taxas de mortalidade materna no Brasil dobraram, retrocedendo a níveis registrados há 25 anos, gestantes e puérperas estão mais protegidas contra o Sars-CoV-2. No entanto, voltaram a morrer por causas como hipertensão, hemorragias e infecções, consideradas evitáveis em 90% das situações.

O país já tinha muitas fragilidades na atenção obstétrica, mas, com a crise sanitária, elas se intensificaram. Um dos indicadores mais importantes é a razão de mortalidade materna (RMM), que computa óbitos relacionados a complicações na gravidez e até 42 dias após o parto (puerpério).

Em 2021, a RMM apontou que, a cada 100 mil nascidos vivos, houve 110 mortes de mulheres, mesma taxa registrada em 1998.

Os dados preliminares do Ministério da Saúde, compilados pelo OOBr (Observatório Obstétrico Brasileiro), mostram que o número é quase o dobro do registrado em 2019, período anterior à pandemia, quando a razão foi de 57,9 mortes. Em 2020, a taxa oficial foi de 71,9 óbitos por 100 mil nascidos vivos.

Em números absolutos, foram 1.964 mortes em 2020 e 2.941 mortes em 2021. Os dados de 2022 ainda não estão consolidados.

Só para efeito de comparação, nos Estados Unidos, foram 861 óbitos maternos em 2020 e 1.178 em 2021, segundo o CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças). Somados, eles representam menos da metade das mortes brasileiras nesse período.

O Brasil é signatário de um acordo firmado com a ONU (Organização das Nações Unidas) em 2015 para reduzir, até 2030, a razão de mortalidade materna para, no máximo, 30 por 100 mil nascidos vivos, ou seja, quase um quarto do número registrado em 2021.

Relatório do Ministério da Saúde de 2019, obtido pela **Folha**, mostra que há 95% de chance de o país não atingir a meta. A RMM projetada por técnicos do ministério para 2030 é de 55,6 mortes por 100 mil nascidos vivos.

A reportagem percorreu cidades do Norte do país, região com taxa de mortalidade de 140,8 mortes por 100 mil, a maior do país, ouviu profissionais de saúde, gestores e, principalmente, famílias que perderam gestantes e constatou uma série de problemas na rede de atenção materno-infantil que serão retratados em reportagens ao longo deste mês.

Roraima liderou o ranking da mortalidade materna em 2021, com 281,7 óbitos por 100 mil nascidos vivos, patamar semelhante ao de países da África subsariana, como Moçambique. Em países desenvolvidos, a taxa fica em torno de 10 por 100 mil.

As mortes de Thais Kauana Rodrigues Diniz, 21, e do seu bebê, em Boa Vista (RR), exemplificam alguns dos gargalos. A jovem vivia numa região de garimpo, estava na 19ª semana de gestação, mas não tinha feito nenhuma consulta de pré-natal. Chegou à maternidade Nossa Senhora de Nazareth, no último dia 12 de janeiro, com dor abdominal e perda de líquido amniótico.

A maternidade funciona de forma improvisada em tendas de um hospital de campanha. O prédio original está em reforma desde junho de 2021. Havia uma promessa do governador Antonio Denarium (PP) de entregar as obras em janeiro, o que não ocorreu.

No décimo dia de internação de Thaís, foi constatado que o feto havia morrido no útero, segundo a tia, Alessandra Araújo. A morte do bebê se soma a outras 27 registradas na maternidade do início deste ano até 7 de fevereiro. Em 2022, foram 20 óbitos.

"Ela passou dois dias sofrendo após receber medicamento para induzir o parto. Não quis mais comer, a barriga começou a inchar, ela só gemia de dor. Eu pedia socorro, era nítido que ela estava piorando, mas eles diziam que o inchaço era acúmulo de gases. A situação ali dentro é caótica", afirma Alessandra.

Em estado grave, Thaís foi levada ao Hospital Geral de Roraima, o único do SUS com UTI na capital. Os exames revelaram ruptura uterina e infecção generalizada (septicemia). Ela passou por cirurgia, foi intubada e morreu dois dias depois, em 27 de janeiro.

A maternidade nega que tenha havido negligência no atendimento. Sobre as mortes dos bebês, o governo estadual diz que as causas são diversas, "com parte delas estando relacionadas à falta de pré-natal adequado". Sobre a maternidade, diz que os serviços de reforma do prédio estão na fase final.

Ao mesmo tempo que as causas de morte materna clássicas, como a infecção puerperal que matou Thaís, seguem sem trégua, o país ainda investiga os óbitos por Covid de 2021, ano em que só a doença foi responsável por 52% das mortes de gestantes e puérperas (1.524 de um total de 2.941).

Recente revisão de estudos publicada na revista BMJ Global Health mostra que grávidas com Covid têm oito vezes mais risco de morte em comparação às gestantes não infectadas. Recém-nascidos também apresentam maior chance de complicações nos casos em que a mãe contraiu o Sars-CoV-2.

Uma análise publicada no The Lancet Regional Health Americas, em 2022, identificou ao menos três barreiras que as gestantes e puérperas brasileiras enfrentaram durante pandemia.

A primeira foi a dificuldade de acesso aos testes diagnósticos. A segunda foi encontrar vagas em hospitais. Houve demora média de sete dias entre o início dos sintomas e a internação.

O terceiro entrave foi o acesso a cuidados intensivos adequados após a hospitalização. Entre 2020 e 2021, 1 em cada 5 grávidas mortas não conseguiu acesso à UTI, e 1 em cada 3 que estava na UTI não chegou a ser intubada, segundo dados do OOBr.

A mortalidade materna nos estados

Roraima lidera taxa de óbitos no país

	Razão de Mortalidade Materna (2021)*	Óbitos maternos oficiais	Nascidos vivos (Em milhares)
RR	281,6	39	13,8
TO	181,3	43	23,7
RO	165,1	42	25,4
RJ	159,9	303	189,5
RN	154,4	67	43,4
AM	153,7	120	78,1
GO	141,9	129	90,9
MA	138,2	150	108,5
PB	128,4	72	56,1
MS	128,3	54	42,1
MT	128,3	74	57,6
PR	127,1	180	141,6
PI	122,7	56	45,6
PA	117,6	161	136,9
BA	108,8	201	184,7
AP	107,1	16	14,9
CE	101,5	122	120,2
DF	100	38	38
AL	98,4	48	48,8
SC	91,3	88	96,3
RS	90,8	113	124,4
SP	90,8	477	524,9
ES	89,6	47	52,4
AC	84,5	13	15,4
SE	80,1	25	31,2
MG	76,9	186	241,6
PE	61	77	126,1

Razão de Mortalidade Materna no país
RMM corrigida
120 / 90 / 60 / 30 / 0
110,2 · 103,2 · 110,1*
1996 1998 2021

Mortes maternas declaradas no país
De 10 a 49 anos, em milhares
3 mil / 2,25 / 1,5 / 0,75 / 0
2,9 · 1,5
1996 2021

Nascidos vivos no país
Em milhões
3,5 / 2,6 / 1,8 / 0,9 / 0
3,3 · 2,9 · 2,7
1996 1999 2021

* RMM ainda não corrigida; deve crescer ainda mais
Fonte: Observatório Obstétrico Brasileiro

"Se um intensivista trata uma gestante da mesma forma que as outras pessoas, os resultados não serão bons

Rossana Pulcineli Francisco
obstetra

Para a obstetra Rossana Pulcineli Francisco, professora da USP e coordenadora do Observatório Obstétrico Brasileiro, esse fator, associado à falta de profissionais capacitados, foi o que mais contribuiu para alta taxa de mortalidade.

"Se um intensivista trata uma gestante da mesma forma que as outras pessoas, os resultados não serão bons. Para todos os parâmetros [de oxigenação, por exemplo], é preciso pensar na mãe e no bebê, intensivistas e obstetras precisam trabalhar juntos."

O Ministério da Saúde publicou cartilha sobre o assunto, mas, sem uma rede que pudesse acompanhar de perto essas mulheres na atenção primária e encaminhá-las a hospitais com leitos de UTI e profissionais capacitados, o documento teve pouca serventia.

Regiões historicamente vulneráveis sofreram mais. "A gente já previa uma tragédia porque não via uma rede materno-infantil, um sistema de saúde adequado para atender essas mulheres no pré-natal e no parto. Sem uma política que garantisse o acesso, elas ficaram peregrinando por maternidades, por hospitais", afirma a enfermeira Brena Gama, pesquisadora do Instituto Evandro Chagas, em Belém (PA).

Para a médica Fátima Marinho, pesquisadora sênior da Vital Strategies, o alto número de óbitos maternos é o reflexo da negação da pandemia e dos direitos reprodutivos na gestão de Jair Bolsonaro.

A médica Rafaela Pacheco, diretora de comunicação da SBMFC (Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade), também cita barreiras de acesso ao aborto legal e à vacina contra a Covid às gestantes e puérperas.

Segundo análise do OOBr, gestantes e puérperas hospitalizadas com Covid-19 que já previamente vacinadas tiveram menos risco de precisar de UTI (23,5% contra 37,4%), de intubação (4,8% contra 18,8%) e de morrer (3% contra 14,1%) quando comparadas àquelas não imunizadas.

Nésio Fernandes, atual secretário de Atenção Primária do Ministério da Saúde, diz que a abordagem negacionista dada à pandemia pelo governo Bolsonaro fez com que a comunicação de risco na gestação e no puerpério fosse subestimada.

Segundo ele, a pasta vai reativar os comitês de mortalidade materno-infantil nos estados e criar uma rede de vigilância dos cuidados a gestantes e puérperas. O primeiro passo é retomar a Rede Cegonha, projeto criado em 2011 para apoiar ações de atendimento a gestantes e bebês, que havia sido extinto pelo governo Bolsonaro em 2022 e substituído por outro muito criticado por ter deixado de lado toda uma rede multidisciplinar já consolidada.

Ex-secretário da Atenção Primária do governo Bolsonaro, Raphael Câmara disse que sua gestão "foi a que mais fez na história no cuidado de gestantes e bebês".

"Dobramos o financiamento, passando de R$ 900 milhões para R$ 1,8 bilhão ao criar a Rede de Atenção Materno Infantil no lugar da péssima Rede Cegonha, que foi a única culpada pela mortalidade materna excessiva na pandemia." Segundo ele, a Rede Cegonha "trata o parto como algo sem risco que não precisa de UTI nem obstetra e, quando surgiu uma doença grave, a mortalidade explodiu". Câmara disse que sua gestão "financiava maternidades", criou um "livro para tratar a Covid em grávidas feito pelos melhores especialistas do Brasil que lamentavelmente a mídia não divulgou" e lançou "portarias de mais de R$ 1 bilhão para cuidar de gestantes".

"A única coisa que o atual Ministério da Saúde faz é revogar nossas políticas sem colocar nada no lugar e inventar mentiras sobre nossa gestão para justificarem seus erros."

cotidiano

População dobra desde os anos 1990 no litoral norte de SP

Avanço de assentamentos ocorreu em direção a áreas em encostas, como a Vila Sahy, devastada pelas chuvas

DELTAFOLHA

Cristiano Martins, Cleiton Otavio e Letícia Padua

SÃO PAULO Nas últimas três décadas, a população do litoral norte de São Paulo mais que dobrou, enquanto a extensão de áreas urbanizadas na região quadruplicou: um ritmo bem acima do registrado no estado e no país no mesmo período.

A ocupação de encostas no local é um dos reflexos visíveis dessa expansão acelerada e desordenada, com a presença de moradores em áreas de risco sendo fator determinante para a magnitude da tragédia que deixou ao menos 65 pessoas mortas após temporal recorde no último dia 18.

De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o número de habitantes na soma dos municípios de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba passou de 148 mil, em 1991, para atuais 346 mil.

Considerando ainda as vizinhas Bertioga e Guarujá, cidades da Baixada Santista também afetadas pelas chuvas, a região ganhou 379 mil novos residentes em apenas três décadas e contabiliza hoje um total de 737 mil moradores.

Isso representa um aumento de 106%, bem acima do crescimento registrado no estado de São Paulo (48%) e no Brasil (45%) no mesmo período.

O primeiro salto habitacional na região aconteceu entre 1950 e 1970, especialmente em Guarujá. O momento coincide com a construção da rodovia Rio-Santos, apelidada na época de "Estrada do Turismo".

A construção das casas de veraneio e condomínios de alto padrão entre a faixa litorânea e a estrada atraiu mão de obra para as edificações e para o turismo, acelerando a ocupação de zonas próximas às encostas nos municípios mais ao norte, em direção ao Rio de Janeiro.

Uma consequência perigosa dessa explosão habitacional foi o aumento das construções em áreas com elevado risco de deslizamento, junto à Serra do Mar.

Em São Sebastião, por exemplo, existem cerca de 9.000 pessoas vivendo em ao todo 86 áreas de risco, segundo a Defesa Civil.

O impacto urbanístico não se limita à construção de residências, mas também de toda a infraestrutura necessária para os novos moradores, como vias públicas, comércio e serviços.

São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba somavam há três décadas 1.916 hectares de áreas urbanizadas. No ano passado, as construções e coberturas asfálticas já ocupavam 7.531 hectares: um aumento de 293%. Os dados são da rede MapBiomas, especializada na análise da cobertura territorial brasileira.

Quando incluídos os municípios de Bertioga e Guarujá, a ocupação urbana na região triplicou, de 4.506 para 13.366 hectares. O crescimento de 197% também supera as médias paulista (134%) e brasileira (139%) no mesmo intervalo.

Boa parte da região é geograficamente inadequada para essa expansão, exatamente por causa da Serra do Mar, que limita a faixa plana entre o litoral e o interior.

Em geral, o avanço dos assentamentos —muitos deles em condições precárias— aconteceu em direção às montanhas. É o caso da Vila Sahy local mais afetado pela tragédia provocada pela chuva.

Metade do bairro faz parte de um aglomerado subnormal. Esse é o termo usado pelo IBGE para definir grupos de habitações em terrenos com padrão urbanístico irregular e carência de serviços essenciais (como água, esgoto, energia e coleta de lixo), além de ausência da posse formal e localização em áreas restritas à ocupação ordenada, como morros e encostas.

Áreas íngremes ao pé das serras são especialmente propícias às chuvas orográficas, também conhecidas como chuvas de relevo —quando as nuvens chegam do mar e encontram obstáculos montanhosos. Cientistas afirmam que a ocorrência e a intensidade dos temporais têm aumentado devido à crise climática mundial.

A **Folha** mostrou que, nos últimos dez anos, o município recebeu pelo menos quatro alertas de diferentes instituições sobre o risco iminente de deslizamentos. Segundo os especialistas consultados, a especulação imobiliária na orla e a falta de investimento em habitações populares empurraram a população mais vulnerável para os terrenos íngremes.

"Essas cidades têm domicílios vazios e áreas ociosas, mas esses espaços não estão ao alcance dos mais pobres, que acabam vivendo em áreas de risco, onde não existe interesse do mercado imobiliário", afirma na reportagem o geógrafo Eduardo Marandola Júnior, professor da Unicamp.

Além disso, o avanço urbano em direção às encostas tende a elevar o risco de deslizamentos devido ao desmatamento, pois as raízes da vegetação são um dos fatores que ajudam a estabilizar o solo.

A região do Sahy teve parte de suas mortes como consequência do desabamento de casas construídas em áreas irregulares, de proteção ambiental e com alto risco de desabamento.

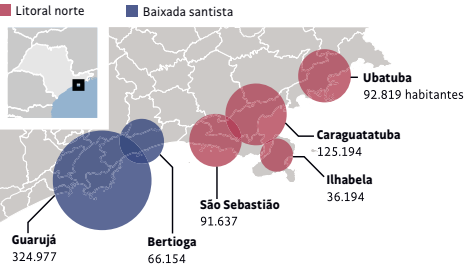
A chuva recorde chegou a 648 milímetros na Barra do Una e a 694 milímetros em Juquehy 2, entre sábado (18) e domingo (19), de acordo com o Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais).

O temporal causou inundações, alagamentos e deslizamentos. Do total de mortos, 64 foram encontrados na região da Barra do Sahy, e um em Ubatuba.

Urbanização na região cresceu em ritmo muito acima das médias estadual e nacional

Região já tem 737 mil moradores

Litoral norte | Baixada santista

Ubatuba 92.819 habitantes
Caraguatatuba 125.194
Ilhabela 36.194
São Sebastião 91.637
Guarujá 324.977
Bertioga 66.154

População dobrou na região desde o Censo de 1991

Em **Guarujá**, aumento já era acelerado desde as décadas de 1950 e 1960

Em **Caraguatatuba**, população aumentou mais de oito vezes (**730%**) desde 1970

Aumento desde 1991 (%)

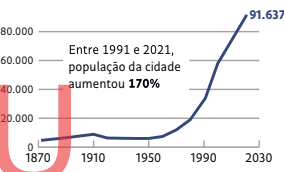
324.977 Guarujá (**55**)
125.194 Caraguatatuba (**137**)
92.819 Ubatuba (**96**)
91.637 São Sebastião (**170**)
66.154 Bertioga (**120***)
36.194 Ilhabela (**167**)

106% foi o aumento nos 6 municípios desde 1991
48% foi o crescimento no estado de SP
45% de expansão registrou o Brasil no período

***Bertioga** era distrito de Santos. Foi emancipada em 1991 e só participou do Censo no ano 2000

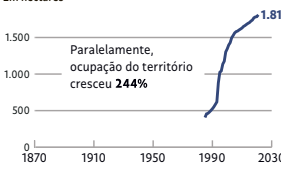
População em São Sebastião

Entre 1991 e 2021, população da cidade aumentou **170%**

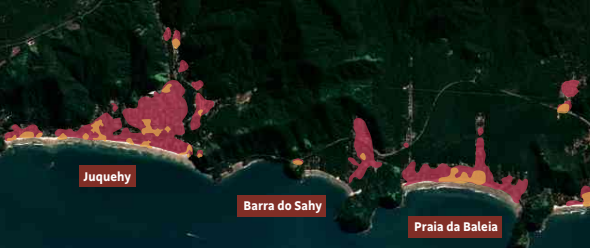
91.637

Área urbanizada em São Sebastião

Em hectares

Paralelamente, ocupação do território cresceu **244%**

1.810

Avanço da ocupação na região mais afetada pela chuva, em São Sebastião

Áreas urbanizadas em 1990
Áreas urbanizadas em 2021

Juquehy | Barra do Sahy | Praia da Baleia

Fonte: IBGE, Projeto MapBiomas - Coleção 07, acessado em 27.fev através do link: mapbiomas.org

Após anúncio de prefeito, São Sebastião volta a pedir doações

SÃO PAULO Após anunciar que não necessitava mais de doações de alimentos, produtos de higiene e roupas para as vítimas dos alagamentos e deslizamentos que afetaram a região nos dias 18 e 19 de fevereiro, a prefeitura de São Sebastião (SP) mudou de posicionamento. Agora, o município pede cestas básicas.

O anúncio foi feito no último domingo (26) pelo prefeito Felipe Augusto (PSDB). Em vídeo gravado no ginásio em que estão sendo organizadas as doações e divulgado em sua página no Facebook, Augusto explica que a cidade recebeu cerca de 300 toneladas de produtos e não necessita de novos itens.

"Neste momento, a gente pede para que as próximas doações sejam encaminhadas para outros municípios que ainda precisam da ajuda e da solidariedade do povo brasileiro", afirmou Augusto.

"Nós precisamos agora é fazer chegar tudo isso às comunidades mais carentes", acrescenta o prefeito, solicitando a ajuda de voluntários para auxiliar na distribuição dos itens aos que mais precisam.

Nesta terça-feira (28), porém, a assessoria de imprensa da prefeitura informou que a situação é outra e que Augusto deve fazer um novo anúncio, pedindo a manutenção das doações de cestas básicas.

De acordo com a Prefeitura de São Sebastião, todos os dias o comitê de crise se reúne às 7h e às 18h para avaliar as ações e necessidades do município e, no encontro desta manhã, os alimentos voltaram a surgir como uma necessidade.

Além de ao menos 65 mortos, sendo 64 em São Sebastião e um em Ubatuba, os deslizamentos deixaram mais de 2.200 pessoas desalojadas ou desabrigadas na região.

Bairros inteiros ficaram embaixo d'água e, além da atuação das gestões municipal, estadual e federal, a reconstrução está sendo possível graças às doações e aos trabalhos de voluntários nas buscas, no acolhimento às vítimas, na distribuição de marmitas e no cuidado de animais perdidos.

Locais como a Vila Sahy, mais próximos dos morros, foram destruídos pela torrente de lama que invadiu casas e obstruiu vielas. Mais perto da orla, praias famosas pelos condomínios de alto padrão, como a da Baleia, acumulam lama e destroços.

MORTES | coluna.obituario@grupofolha.com.br

Encantador de plateias, foi cotado para ser vice de Collor

JOSÉ PAPA JÚNIOR (1940 - 2023)

Francisco Lima Neto

SÃO PAULO Dono de uma oratória fora do comum, José Papa Júnior era capaz de cativar diversas plateias com seus discursos. Descendente de italianos, nascido na capital paulista, se destacou no ramo dos negócios.

Conhecido como Zizinho Papa, nasceu no bairro do Ipiranga e estudou no tradicional Colégio São Bento. Junto dos irmãos, fundou o banco Lavra, uma fábrica de aço e ainda uma revenda de veículos.

Fazia sucesso entre o empresariado e ganhou relevância no meio político. Seu nome foi cotado para ser candidato a vice-presidente da República na chapa que elegeu Fernando Collor, em 1989, mas acabou se candidatando ao Senado.

Zizinho foi presidente da Fecomercio (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo) de 1969 a 1984, fundou o Sesc Pompeia e foi um dos responsáveis por consolidar o sistema Sesc (Serviço Social do Comércio) e Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

"Ele ajudou muita gente, era muito reconhecido na sociedade, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no país todo, diz Fauzi Hamuche, presidente da Confraria Caves, da qual Zizinho Papa era membro.

Zizinho fazia parte da confraria desde 1996. A entidade tem mais de 200 membros como médicos, advogados, empresários e diversos políticos, que se reúnem regularmente para debater temas da atualidade, estreitar os vínculos e, claro, beber vinho.

"Ele era um homem muito generoso, um homem atencioso, um homem que nunca deixou um amigo com qualquer assunto pendente. Se precisasse dele, ele era extraordinário", completa Hamuche.

Um exemplo dessa disposição em ajudar foi quando hospedou o vizinho e amigo Edemar Cid Ferreira, na ocasião que o ex-banqueiro foi despejado de sua casa no Morumbi, que foi levada a leilão devido às dívidas do Banco Santos, que faliu.

Zizinho morreu aos 82 anos, em decorrência de complicações pulmonares, em 13 de fevereiro. Era divorciado e deixou dois filhos e netos.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Aos 7, minha filha já cuida de mim

Na vida da pessoa com deficiência, subverter lógicas da existência faz parte

Jairo Marques
Jornalista, é especialista em jornalismo social pela PUC-SP. Cadeirante desde a infância

"Pai, tá tudo bem? Você está demorando, estou um pouco preocupada", dizia biscoita —minha filha Elis, de sete anos— em um áudio de zap, com a voz meio tensa. Ela tinha certa razão.

Demorei mais do que o previsto no "Achados e Perdidos" do Aeroporto de Viracopos, em Campinas, onde fui em busca de uma famigerada bolsinha, com a chave da charanga, que havia esquecido na inspeção de segurança, cinco dias antes. Deu tudo certo, mas o meu achado estava meio perdido no local, daí, o meu atraso.

Enquanto fui, ela ficou sozinha no saguão, rodeada de mochilas, ouvindo músicas de TikTok com fones de ouvido da Dora Aventureira. Não era o ideal deixá-la assim, mas era o possível para nós dois.

Aos poucos, tenho notado que minha neném assume cada vez mais cuidados comigo, o paizão cadeirante que ela auxilia fazendo graça, sempre com um sorriso maroto na cara, muito com um sentido de companheira e nada como obrigação ou peso, por enquanto. Ela ajudou muito ficando no saguão.

Minha menina já consegue me ajudar a tirar a cadeira de rodas do carro e a montá-la. Não titubeia a perguntar quando estamos caminhando por aí: "Quer carona, pai?", forma como aprendeu a perguntar se preciso que me empurre em algum terrenos mais complicado ou quando nota que já estou cansado de levar a vida sobre rodas.

Eu sabia que, aos poucos, ela iria assumir pequenas demandas diante as minhas capacidades mais limitadas. Que seria tão cedo? Não imaginava. Parece meio duro de ler e de entender? Acho que sim, mas é natural, quase como o movimento dos filhotes atrás da mamãe pata que atravessa a rodovia movimentada cuidadosamente.

Letícia, uma amiga também cadeirante, comoveu as "internets" com um vídeo mostrando a filha, Clarice, dando uma mãozinha para ela botar um vestido. Na legenda, ela escreveu, em tom de total brincadeira: "O retorno do investimento".

Na vida da pessoa com deficiência, subverter lógicas da existência faz parte. A gente morre um pouquinho com essa mistura de papéis, mas, ao mesmo tempo, parece que ficamos mais atados a nossas crias.

Para ajudar na minha piração, não paro de pensar em Aftersun, filme com indicação ao Oscar deste ano. Quando amadurecemos, quando o sol vai embora, podemos mudar o olhar para nossos pais. O que era invisível aparece, o que era prazer pode virar tormenta, o que não incomodava passa a nos perturbar.

Será assim com minha biscoita, com minha pitchuca que hoje se alegra quando peço ajuda parar carregar o balde de pipoca no cinema? Será que Clarice, no futuro, terá um "coração selvagem" diante das necessidades mais prementes da mãe?

Mas, por causa dessas contradições bem humanas, numa noite dessas qualquer, enquanto eu fazia um lanchinho, lia algumas notícias no celular e, ao mesmo tempo, pensava sobre este texto, Elis olha pra mim, esparramada no sofá, com uma preguiça daquelas bem gostosas de sentir, e me pede:

"Pai, você pode parar de comer e pegar um copo com água bem geladinha pra mim, por favor? Não consigo levantar agora". Então, é isso. Ela é apenas uma criança espevitada, filha de um cara que pensa demais.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | **QUI. Sérgio Rodrigues** | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Governo Lula descarta revogar reforma do novo ensino médio

Setores da esquerda e especialistas pressionam governo a rever mudança

Paulo Saldaña

BRASÍLIA O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) descarta revogar o novo ensino médio, uma reforma que buscou flexibilizar o currículo para a etapa e que tem sido alvo de críticas. Setores da esquerda e parte dos especialistas têm pressionado o governo a rever essas mudanças.

As redes sociais do ministro da Educação, Camilo Santana (PT), e do próprio MEC (Ministério da Educação) têm acumulado cobranças para que o governo revogue a medida. Apesar de descartar a opção, a atual equipe da pasta vê falhas na implementação e pretende organizar uma revisão.

A reforma foi aprovada em 2017, no governo Michel Temer (MDB), com o objetivo de tornar a etapa mais atrativa para os alunos. O ensino médio é considerado um dos gargalos da educação básica, com altos índices de abandono.

Com a medida, os alunos da etapa passaram a ter o currículo dividido em duas partes. Uma é comum a todos, enquanto é outra é formada por optativas, com cada aluno escolhendo uma área. Isso ocorre a partir dos chamados itinerários formativos, entre cinco opções gerais: Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e ensino técnico profissionalizante.

As redes de ensino iniciaram a implementação em 2022 e vários problemas vieram à tona, sempre com relação à parte diversificada: dificuldade de ofertar as opções de itinerários em todas as escolas, o que aumenta a desigualdade; alguns conteúdos com pouca coerência curricular, enquanto disciplinas como filosofia e sociologia perderam espaço; inadequação de infraestrutura, além de falta de professores e inadequação de formação aos conteúdos lecionados.

Lula e Camilo Santana, ministro da Educação, em Brasília Pedro Ladeira - 16.fev.23/Folhapress

O MEC sob o governo Jair Bolsonaro (PL) foi ausente do processo de implementação, sem ações de coordenação ou apoio técnico e financeiro. Como cada estado ficou responsável por criar os itinerários, há pelo país uma diversidade de modelos e estratégias. Agora, a pasta está organizando um processo de escuta para entender o processo, incluindo alunos que já estudam no modelo, e colher experiências para definir o caminho a seguir.

Em 2018, quando Fernando Haddad (PT) foi candidato à presidência, havia em seu programa o objetivo de revogar a reforma. Isso não apareceu na campanha vitoriosa de Lula no ano passado.

Uma carta pela revogação da reforma teve apoio de mais de 280 organizações, como sindicatos, grupos de pesquisa, associações científicas e movimentos sociais.

A auxiliar administrativa Eliene Pires dos Santos da Silva, 41, tem achado a grade de ensino da filha Iasmin, no 2º ano, muito vaga. A filha estuda em uma escola da rede do Distrito Federal em Fercal, região administrativa da periferia da capital federal. "Às segundas, quartas e sextas ela tem as aulas mais comuns, como português, matemática, física. Nos outros dias, são do modelo novo, um tal de projeto de vida que parece não ter nada, é muito vago", diz ela.

"Parece que eles estão sendo cobaias, e não só os alunos, os professores também. Esses jovens do ensino médio estão muito despreparados, depois de dois anos sem aulas por causa da pandemia, e agora vem uma mudança."

A Secretaria de Educação do DF disse, em nota, que fará neste ano uma escuta sobre a implementação e que todos os componentes curriculares tradicionais estão mantidos na nova organização. "A novidade está numa parte da organização curricular em que os estudantes podem fazer escolhas pessoais orientadas para o projeto de vida deles", diz o texto.

O governo federal planeja adequar o Enem a partir de 2024, quando a primeira turma sob o novo ensino médio se forma.O professor Fernando Cássio, da UFABC (Universidade Federal do ABC), defende a revogação porque considera a proposta inviável em larga escala. Além disso, afirma que a reforma amplia a desigualdade ao não oferecer o leque de itinerários para todos, e não enfrenta os problemas estruturais da educação.

"Revogar não significa parar tudo e cancelar, significa que estamos em um momento do país propício para a sociedade possa sentar junta e criar um modelo de ensino médio em diálogo com as escolas, o que não foi feito", diz.

"Se tivéssemos escolas com infraestrutura, professores bem formados, bem remunerados e condições de o docente ficar em uma escola, não precisaríamos de itinerários", diz. "A reforma é sinônimo de economia de dinheiro. E a liberdade de escolha [dos alunos entre os itinerários] aumenta o custo, não tem saída fácil".

Dados colhidos pela Rede Escola Pública e Universidade, da qual Cássio faz parte, mostram que, na rede estadual de São Paulo, 36% das escolas de ensino médio oferta apenas dois itinerários formativos, que é o mínimo exigido.

Em nota, a rede estadual de São Paulo afirmou que mais de 2.800 escolas oferecem três ou mais itinerários formativos. A equipe do secretário Renato Feder estuda a redução das possibilidades de disciplinas dentro dos itinerários, a partir da avaliação que a gestão pedagógica e avaliação ficam comprometidas, segundo relatos feitos à **Folha**.

O currículo do novo ensino médio em São Paulo foi anunciado em 2020, quando Rossieli Soares era o secretário de Educação. Atual gestor da área no Pará, Soares foi secretário de Educação Básica do MEC e ministro da Educação quando a reforma foi aprovada.

"As escolas podem ter dois itinerários com duas áreas de conhecimento cada uma, portanto garantindo todas as áreas de conhecimento. Mas precisamos nos atentar para como estamos fazendo a escuta entre os jovens", diz Rossieli Sores. "Toda implementação requer revisão e melhoria constante dentro do processo, mas o maior desafio é não ficarmos presos dentro de uma questão política".

O Consed, órgão que agrega secretários de educação dos estados, divulgou uma nota em defesa da reforma. O órgão diz que o programa tem sido um trabalho coletivo, com envolvimento de equipes técnicas e professores.

"Mas lógico que há avanços necessários, e que dependem do MEC. É importante ter mapeamento do Brasil de como são as ofertas, que o MEC pense no PAR [Plano de Ações Articuladas] para ajudar as secretarias com limitações para ampliar os itinerários", afirma Vitor de Angelo, presidente do Consed e secretário de Educação do Espírito Santo.

Tarcísio anuncia plano de concessão com trem para o interior e mudança para o centro de SP

Tulio Kruse e Carlos Petrocilo

SÃO PAULO O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), anunciou nesta terça-feira (28) um pacote com mais de dez projetos de concessões e parcerias com a iniciativa privada, a maioria na área de transportes.

O plano inclui a transferência da sede administrativa do governo, atualmente no Morumbi (zona sul de São Paulo), para os Campos Elíseos, no centro da capital. Foram citadas ainda a privatização da da Emae (Empresa Metropolitana de Água e Energia) e da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico).

O pacote também inclui obras prometidas há décadas, como a conclusão do trecho norte do Rodoanel e o trem intercidades para ligar a capital a cidades como Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Santos.

Além disso, estão previstas a criação de novas linhas de trem e metrô e um túnel para facilitar a travessia entre Santos e Guarujá.

Outra possibilidade é a de construir uma estrada de ferro da capital até Campos do Jordão para promover o turismo na região.

Para área de educação, o governador disse que pretende recorrer à iniciativa privada para melhorar a infraestrutura das 5.100 escolas da rede estadual. A primeira fase do projeto prevê a inclusão de 500 unidades, com estimativa de investimento de R$ 5 bilhões.

No esporte, Tarcísio falou sobre a desestatização do complexo Constâncio Vaz Guimarães, onde está o ginásio do Ibirapuera.

"Vamos preservar a função esportiva, mas haverá um aproveitamento da área útil para outras atividades e geração de receitas", disse ele.

> "Você não faz privatização por fetiche, por dogma. Só faz se tiver absoluta certeza que vai melhorar o serviço
>
> **Tarcísio de Freitas**
> governador de SP

Antes do anúncio, Tarcísio se reuniu com secretários estaduais —especialmente das áreas de transportes metropolitanos, meio ambiente, infraestrutura e logística— para apresentar os planos feitos pela pasta de Parcerias e Investimentos .

O governo designou um conselho, presidido pelo vice-governador Felicio Ramuth (PSD), para formatar os projetos de privatização. A gestão estima que os investimentos deverão se aproximar de R$ 180 bilhões.

"Você não faz privatização por fetiche, por dogma. Só faz se tiver absoluta certeza que vai melhorar o serviço. O caminho torna a empresa mais eficiente e mais barata, o prefeito ganha e o usuário vai ganhar também", afirmou.

Quase todos os projetos ainda estão na fase de estudos —apenas uma minoria já terá lançamento de editais e chamamento para audiências públicas nas próximas semanas.

No caso da Sabesp, o estudo terá início neste mês, e o governador admite que poderá desistir da privatização caso a tarifa fique mais cara. "Se ver que a tarifa vai explodir, sem a segurança que não vai baixar e a eficiência que imaginamos, podemos dar um passo atrás", falou o governador.

O trem entre Campinas e São Paulo, um dos mais adiantados, deverá ter o seu leilão no segundo semestre, disse Tarcísio. Já a transferência da sede do governo para o centro da capital pode demorar até três anos.

ambiente planeta em transse

Incêndio após desmatamento em área protegida perto do rio Manicoré, no estado do Amazonas, em agosto do ano passado Christian Braga - 18.ago.22/Greenpeace

ENTENDA A SÉRIE
Planeta em Transe é uma série de reportagens e entrevistas com novos atores e especialistas sobre mudanças climáticas no Brasil e no mundo. Essa cobertura especial acompanhou também respostas à crise do clima nas eleições e na COP27. O projeto tem apoio da Open Society Foundations. Veja versão mais longa da conversa com Anna Cavazzini em vídeo em folha.com/planetaemtranse

Anna Cavazzini

Acordo União Europeia-Mercosul depende de compromissos ambientais

Para eurodeputada, vice-presidente de delegação voltada ao Brasil, Lula cria cenário favorável, mas 'rede de segurança' é essencial

ENTREVISTA

Cristiane Fontes

OXFORD Em janeiro, durante visita do premiê alemão Olaf Scholz a Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse esperar concluir o acordo comercial entre União Europeia (UE) e Mercosul até a metade de 2023.

O tratado, que se arrasta há mais de 20 anos, foi assinado em junho de 2019, no governo Bolsonaro, mas nunca foi ratificado, por uma série de entraves, em especial os retrocessos do Brasil na agenda socioambiental.

Para a eurodeputada alemã Anna Cavazzini, vice-presidente da delegação voltada ao Brasil e presidente da Comissão de Mercado Interno, antes de passar a valer, o texto precisará de uma revisão que garanta compromissos mais rígidos com o meio ambiente.

Na visão dela, os termos, escritos há duas décadas, ficaram ultrapassados e, por serem não vinculativos, não garantem ações alinhadas com a redução do desmatamento.

"Precisamos ajustar isso e colocar a sustentabilidade e o combate ao desmatamento no centro do acordo, e só assim poderemos avançar", diz ela, que deve visitar o Brasil com outros colegas do Parlamento Europeu em maio.

A delegação é presidida pelo eurodeputado português José Manuel Fernandes, do Partido Social Democrata.

Cavazzini demonstra, porém, otimismo em relação a outras medidas discutidas recentemente no Parlamento, como o texto que proíbe a entrada de commodities ligadas ao desmatamento. Com potencial de afetar as exportações do Brasil, ele rejeita uma série de produtos —carne, soja, madeira, borracha, cacau, café e óleo de palma— provenientes de áreas que tenham sido desmatadas, ainda que com permissão legal, depois de 31 de dezembro de 2020.

"Esse é um grande passo na luta global contra o desmatamento", afirma.

Embora a regulamentação ofereça proteção à Amazônia, à mata atlântica e ao chaco, biomas tipicamente florestais da América do Sul, ela foi criticada por ambientalistas por excluir o cerrado do acordo.

Nessa e em outras discussões fundamentais às políticas contra as mudanças climáticas, diz Cavazzini, o desafio dos deputados verdes é mostrar que "o futuro só pode ser defendido como um todo", sem dicotomia entre economia e sustentabilidade.

"Se não protegermos o clima também destruiremos nossa economia e o futuro de nosso planeta", avalia.

Divulgação

Anna Cavazzini, 40
É deputada do Partido Verde no Parlamento Europeu, pela Alemanha, desde 2019. Na Casa, é vice-presidente da delegação de eurodeputados voltada ao Brasil e presidente da Comissão de Mercado Interno. Fez mestrado em relações internacionais na Universidade Livre de Berlim/Universidade Humboldt. Antes, entre outras funções, atuou como assessora para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável junto à presidência da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

*

Como vice-presidente da delegação de relações com o Brasil, quais são as suas prioridades para este ano? A delegação finalmente visitará o Brasil. Foi muito difícil nos últimos anos por causa da crise da Covid e depois também por circunstâncias políticas, mas agora planejamos fazer nossa primeira viagem em missão ao Brasil em maio.

Acho isso muito bom porque o mais importante é nos comunicarmos com nossos colegas parlamentares e ver quais são os debates no Brasil, quais são os debates na Europa, como podemos trocar.

Nos últimos dois anos, me concentrei muito na luta contra o desmatamento e no apoio a todos no Brasil que lutam pelos direitos humanos, pelo estado de direito, pela democracia, pelo meio ambiente, é claro. Agora, o contexto provavelmente muda um pouco com o novo governo, e acho que há muito mais caminhos e áreas para cooperação.

Nesse sentido, a ministra Marina Silva está empenhada em levar adiante o acordo comercial Mercosul-UE. O que a senhora acha que é necessário para que isso aconteça? Antes de tudo, o governo brasileiro precisa restabelecer toda a legislação e as instituições ambientais que foram desmanteladas por Bolsonaro.

Acho que sem isso não poderemos ter nenhum acordo comercial que estimule ainda mais o desmatamento nas exportações de produtos agrícolas, enquanto não tivermos uma rede de segurança para que não ocorra mais desmatamento. Essa é a precondição para que eu tenha qualquer conversa sobre qualquer acordo comercial e, então, acho que partes do acordo comercial precisam ser ajustadas.

É um texto muito antigo, de 20 anos atrás. Tem padrões de sustentabilidade realmente não vinculativos, suspensos, que no final não terão grande efeito. Então precisamos ajustar isso e colocar a sustentabilidade e o combate ao desmatamento no centro do acordo, e só assim poderemos avançar.

A senhora poderia, por favor, descrever em que estágio está a implementação do Green Deal [Acordo Verde] da União Europeia? O Green Deal é o objetivo abrangente de criar uma economia neutra em relação ao clima na União Europeia, no máximo até 2050, mas provavelmente ainda mais depressa.

E todo o Green Deal é composto por vários documentos legislativos que garantem que atingiremos esse objetivo. Por exemplo, no que diz respeito a expandir as energias renováveis, maior eficiência energética, e também para mantermos nossa competitividade, ou mesmo aumentá-la, porque acreditamos que esse é o futuro. O futuro só pode ser defendido como um todo.

Como a senhora vê a implementação do acordo até agora? Nós, verdes, infelizmente, não somos a maioria no Parlamento Europeu, e muitas das legislações que estamos votando não vão longe o suficiente. Por isso, há sempre grandes brigas políticas e ideológicas no Parlamento Europeu, e também nos Estados-membros, sobre até onde podemos ir.

Digamos que o lado direito do Parlamento diga "ok, se formos longe demais, destruiremos nossa economia". Nós dizemos que se não protegermos o clima também destruiremos nossa economia e o futuro de nosso planeta. Dizemos que estamos no caminho certo, que vamos na direção certa, mas precisamos ir mais rápido.

Qual a sua opinião sobre a versão atual do regulamento da UE para cadeias de abastecimento livres de desmatamento? Eu negociei esse caso na Comissão do Mercado Interno e o acompanhei muito de perto. Acho que esse novo regulamento é realmente uma espécie de revolução, se você pensar bem, porque pela primeira vez temos regras na União Europeia que avaliam as cadeias de suprimentos e, no final, vão proibir a importação de mercadorias de áreas desmatadas.

Esse é um grande passo na luta global contra o desmatamento. No fim, não conseguimos tudo o que queríamos nas negociações com os Estados-membros. No entanto, acho que é realmente uma regulamentação muito boa e espero que também tenha impactos no Brasil e ajude a combater o desmatamento.

O que virá a seguir em relação a esse processo? A legislação ainda precisa ser votada oficialmente no Parlamento, porque tivemos o chamado resultado do trílogo em dezembro. É como uma negociação informal entre o Parlamento e o Conselho, então há um período de transposição de 15 ou 16 meses, e depois entra em vigor.

Como o Brasil poderia se engajar melhor nesse processo de agora em diante? Acho importante que as partes interessadas no Brasil que exportam mercadorias reguladas por essa nova lei —por exemplo, óleo de soja ou palma, ou gado— realmente se adaptem e certifiquem-se de que não estão desmatando muito, mas se concentrem em áreas que já estão desmatadas ou que já são campos. É importante entender que, quanto mais o Brasil não desmatar, mais fácil será a exportação.

E como expandir a adoção dessas regulamentações para além da Europa, chegando a mercados como a China, menos engajados em sua agenda socioambiental? É muito importante cooperar com outros países, porque, claro, existe o medo de que as empresas depois exportem seus produtos limpos para o mercado europeu, e os outros produtos de áreas que foram desmatadas recentemente, para a China. E é por isso que é realmente importante ter países como a China a bordo.

Já existe muita comunicação. Há negociações com a China ou a Rússia no momento. Acho que também precisamos de um entendimento global sobre isso.

O acordo da COP de dezembro na Conferência de Biodiversidade da ONU [realizada no Canadá] realmente está ajudando, porque temos um acordo global de que todos os países querem manter as florestas, e também a China comprometida com isso. Portanto, acho que esse acordo internacional claramente ajuda.

O que deve ser priorizado para reduzir a dependência da Europa do gás e petróleo russos o mais rápido possível e promover uma transição energética verde e justa, considerando o aumento das importações de gás natural liquefeito russo? A terrível Guerra da Ucrânia infelizmente mostrou o que nós, como verdes, já vínhamos dizendo há alguns anos: que é perigoso, que estamos realmente nos tornando muito dependentes de regimes autoritários com nossas importações de combustíveis fósseis.

Os combustíveis fósseis em geral o tornam dependente, enquanto as energias renováveis são como energias de liberdade. Você pode produzir em casa, pode usar sua eólica, sua solar, e assim por diante.

Portanto, pensamos que a aceleração das energias renováveis, mas também qualquer legislação que nos ajude a reduzir o consumo de energia e o uso de recursos como a economia circular, nos ajudará a nos livrar do combustível fóssil russo. Temos o Acordo Verde da UE e dizemos que o Acordo Verde é realmente a resposta à agressão russa na Ucrânia, que nos tornará mais independentes de regimes autoritários no futuro.

Mas qual é a proposta dos verdes em termos de combinar as prioridades de curto e longo prazos? É muito importante que, se no momento estamos substituindo o gás russo por um que não nos bloqueie, que não tenhamos contratos que duram mais 20 anos, mas que tenhamos estruturas de curto prazo.

Por exemplo, nós também construímos terminais de GNL [gás natural liquefeito] muito rapidamente na Alemanha, porque não tínhamos um, mas também é muito importante garantir que eles possam ser transformados o mais rápido possível em terminais de importação de hidrogênio.

equilíbrio

Matheus D' Amélio Pedroso, fisioterapeuta, começou a tomar whey protein para ganhar massa muscular Gabriel Cabral/Folhapress

Consumo de whey protein deve ter acompanhamento

SU

Suplemento é indicado para quem não atinge a dose de proteínas recomendada diariamente na alimentação

Danielle Castro

RIBEIRÃO PRETO Nas redes sociais, o pote de whey protein é sempre parte do cenário das fotos e vídeos de blogueiros fitness, além de ser o suplemento indispensável no cardápio de muitos. Nas academias, usuários carregam suas coqueteleiras com doses do pó para tomar ora antes, ora depois dos treinos.

O suplemento segue como queridinho dos amantes da musculação e deve ser usado apenas com o acompanhamento de nutricionistas, para que recomendem a dosagem e o tipo adequado. Feito a partir de uma proteína extraída do soro do leite, consiste em conjunto de proteínas e aminoácidos recomendados para aqueles que não conseguem atingir a dose diária do nutriente apenas com a alimentação —algo que os especialistas salientam que não é uma tarefa fácil.

Por outro lado, caso exista indicação, até crianças, idosos e pessoas sedentárias podem consumir a substância.

Segundo Ellen Cristini de Freitas, docente de nutrição esportiva na Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto da USP (Universidade de São Paulo), a recomendação varia também de acordo com a faixa etária.

"Por exemplo, uma criança em desenvolvimento consome por volta de uma 1g a 1,2 g de proteína por quilo de peso. Um adulto precisa consumir em média de 1 g por quilo de peso e o indivíduo em fase de idade avançada 1,2 g por quilo de peso", afirma.

Freitas, que é nutricionista e pesquisa sobre obesidade e atividade física, diz que ao se exercitar, a necessidade proteica sobe em cerca de 50%.

O fisioterapeuta Matheus D' Amélio Pedroso, 23, começou a tomar whey protein em 2017 para auxiliar no ganho de massa muscular, e mantém a suplementação até hoje. Além de ajudar a bater a meta diária de proteínas, ele conta que as doses também deixam sua dieta mais gostosa "porque normalmente são sabores doces".

"Se usado da maneira correta, só vejo vantagens. Em praticidade, onde você consegue levar o whey protein fácil dentro de uma bolsa e tomar. Por ser líquido, pode ser consumido rápido, no meio do trabalho, na faculdade", diz Pedroso.

O suplemento foi descoberto na década de 1940, mas só ganhou popularidade a partir dos anos de 1980, quando foi saborizado.

"É um conjunto de proteínas que podemos encontrar no soro de leite de alta qualidade, o que significa que contém todos os aminoácidos essenciais. Também é uma proteína bem absorvida, tornando sua entrega mais rápida, o que torna esta uma das melhores para consumir após o exercício", afirma o nutricionista Ney Felipe Fernandes, doutorando em saúde pública pela UCES (Universidade de Ciências Empresariais e Sociais), na Argentina.

> "É um conjunto de proteínas que podemos encontrar no soro de leite de alta qualidade, o que significa que contém todos os aminoácidos essenciais. Também é uma proteína bem absorvida, tornando sua entrega mais rápida, o que torna esta uma das melhores para consumir após o exercício
>
> **Ney Felipe Fernandes**
> nutricionista

Freitas, que já acompanhou em laboratório estudos sobre o papel do suplemento no ganho de massa muscular, diz que a substância não é responsável pelo crescimento muscular, como muitos pensam.

"Consigo ter um crescimento muscular sem o whey, mas quando faço uso, terei uma adição alimentar de proteína que pode ser importante porque quando treino, a minha necessidade proteica sobe substancialmente e, se não é fácil atingir a quantidade necessária de proteína no indivíduo que não treina, imagina em quem treina?", afirma Freitas.

Um estudo da Faculdade de Cinesiologia e Educação Física da Universidade de Toronto, publicado em julho de 2017, concluiu que a suplementação aumenta o anabolismo do corpo, responsável por reconstruir e recuperar o tecido muscular, além de melhorar a recuperação aguda após uma sessão extenuante de exercício de resistência.

No trabalho, os pesquisadores mediram as mudanças do metabolismo proteico em dois grupos de homens que já treinavam. O primeiro consumiu, após um treino noturno e outro matinal, 25 g do suplemento, enquanto o outro recebeu apenas um placebo de energia combinada.

"Nossos dados sugerem que indivíduos que fazem treinos de resistência podem se beneficiar da suplementação de proteína após uma sessão noturna de exercícios do tipo, bem como na manhã seguinte, assim podem atenuar as perdas de proteína em jejum durante a noite e melhorar a recuperação", concluiu o levantamento.

Existem três tipos de whey protein: o concentrado, o isolado e o hidrolisado. O que os diferencia é a composição e o custo de cada um.

O whey concentrado é feito de lipídio e carboidratos. Freitas indica que ele possui uma concentração maior de macronutrientes, porém uma quantidade menor de proteínas. Seu preço se inicia em cerca de R$ 50 o quilo.

"É indicado que tenha por volta de 80/85% de proteína conforme a marca que você comprar. A digestão também é bastante lenta. Não é indicado para criança e idoso", afirma.

Já o tipo isolado sofre um processo de ultrafiltração para alcançar um maior nível de pureza, o que significa remoção total de lipídio e carboidrato. A quantidade de proteína neste whey protein fica por volta de 90% a 95%. Seu preço começa em cerca de R$ 70 o quilo.

Já o hidrolisado é o mais purificado. É parcialmente hidrolisado, ou seja, parte já é digerida, afirma a docente da USP. O valor de mercado se inicia em torno de R$ 130 o quilo. "[Por isso] tem uma digestão bastante rápida. Pode ser utilizado por indivíduos acamados, doentes, idosos, crianças", destaca.

A profissional aponta que o uso do suplemento pode auxiliar os idosos a atingir a quantidade adequada de proteínas por dia, uma vez que problemas de dentição e mastigação podem inviabilizar o consumo recomendado. A utilização também ajuda a evitar a perda de massa muscular, pois na idade avançada ocorre uma redução significativa da biodisponibilidade ou absorção de proteínas alimentares, afirma.

Em indivíduos idosos, o whey protein pode auxiliar no controle de problemas de dentição, mastigação, perda de massa muscular ou questões que diminuam a biodisponibilidade ou absorção de proteína.

O recomendado para aqueles que possuem intolerância à lactose é consumir o suplemento sem lactose, enquanto para os que possuem alergia à proteína do leite a indicação é não tomar nenhum tipo de whey protein.

Freitas, que também treina e utiliza o suplemento para atingir o consumo proteico diário recomendado, afirma que a única desvantagem da proteína de soro do leite é o preço.

"Ele tem um alto custo, especialmente o whey hidrolisado, que é o mais puro e pode ser usado em qualquer faixa etária. Tem boa digestibilidade, mas o preço muitas vezes inviabiliza o uso", pontua a nutricionista.

A compra desse tipo de suplemento não requer prescrição médica, mas o melhor é tomar com o acompanhamento de um nutricionista. Antes de adquirir, vale consultar se há registro do produto no site da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), onde também é possível ver se a matéria prima é de qualidade.

Ney Felipe indica tomar a dose recomendada ao término da sessão de treinamento. "A oferta proteica da dieta pode ser [ingerida o] mais próximo do termino do treino quanto possível."

O nutricionista também pontua que o whey protein deve ser apenas um complemento da alimentação. "As pesquisas mais recentes falam sobre a ingestão ideal de proteínas de boa biodisponibilidade. Se será do whey ou do ovo ou do queijo, cabe avaliar cada paciente. Às vezes, para um paciente de 100 kg que é atleta fica difícil consumir toda a proteína de forma sólida. Para outros pacientes, a correria do dia a dia não permite consumir proteínas de maneira adequada, então o shake entraria como uma fonte proteica em determinado lanche", afirma.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1006726-77.2014.8.26.0132. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários. Requerente: HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo. Requerido: Mary Isabel Bertholini - ME. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006726-77.2014.8.26.0132. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Catanduva, Estado de São Paulo, Dr(a). MARIA CLARA SCHMIDT DE FREITAS, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MARY ISABEL BERTHOLINI - ME, CNPJ 17.710.895/0001-50, com endereço à Rua José Albano Oliani, 405, Residencial Cerejeiras, CEP 15840-000, Itajobi - SP, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo, objetivando receber a quantia de R$ 79.487,81, atualizada em novembro de 2014, decorrente do Contrato de Abertura de Crédito Rotativo - Cheque Especial Empresarial implementado na conta corrente de titularidade da empresa requerida, sob número 1007-01095-13. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de quinze (15) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Catanduva, aos 31 de janeiro de 2023.

"A SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO", por intermédio da Coordenadoria de Serviços de Saúde, através do Hospital Geral de São Mateus Dr. Manoel Bifulco, torna público o presente Edital de Chamamento Público 001/2023, para seleção de entidade privada, sem fins lucrativos, interessada na celebração de Convênio visando o GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA ADULTO (PSA) E PEDIÁTRICO (PSI) DO HOSPITAL GERAL DE SÃO MATEUS, conforme dispõe a Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 e seguintes; da Constituição Estadual, em especiais seus artigos 218 e seguintes; as leis nº 8080/90 e 8142/90, a Lei Federal nº 8.666/93, artigo116 §§ 1º ao 6º e alterações posteriores, demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie nos termos e condiçõesestabelecidos no presenteinstrumento, oportuno mencionar que a sessão pública de abertura dos envelopes dar-se-ão dia **15/03/2023**, na sala de reunião, localizado no andar Térreo, portaria principal, localizado a Rua Ângelo de Candia, nº 540, São Mateus – São Paulo/SP,CEP: 03958-000 – as 10:00 horas. O Edital estará disponível para download no sitio: http://saude.sp.gov.br/ses/perfil/cidadao/homepage/outrosdestaques/editais-de-Chamamento-publico, e www.e-negociospublicos.com.br. Visita Técnica ocorrerá durante o período de publicidade do Edital, 01 a 14/03/2023 no horário compreendido entre 09:00 e 16:00 horas de segunda a sexta feira, com Agendamento prévio através do telefone (11) 2014-5148, email: hgsm-dirtec@saude.sp.gov.br, acompanhado por servidor da unidade que atestarasa sua realização.

Mitsubishi Corporation do Brasil S/A

CNPJ nº 61.090.619/0001-29 - NIRE nº 35300019032

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 2023

(1). TIPO, DATA, HORA E LOCAL: A Assembleia foi realizada por meio digital e é considerada realizada em 16 de fevereiro de 2023, às 13h30min, na sede da companhia na Avenida Paulista, 1294, 22º e 23º andares, na cidade de São Paulo/SP. **(2). PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **(3). COMPOSIÇÃO DA MESA:** Sr. Tadashi Omatoi, como Presidente da Mesa e Sr. Mamoru Takeda, como Secretário. **(4). PUBLICAÇÃO:** Dispensada a publicação do edital nos termos do parágrafo 4º do artigo 124, da Lei nº. 6.404/76. **(5). AGENDA:** Exoneração do Sr. Kenichi Yokomi da posição de Diretor Gerente da companhia. **(6). DELIBERAÇÃO:** Os acionistas votaram enviando seus Boletins de Voto à companhia e decidiram por unanimidade aprovar a exoneração do Sr. **KENICHI YOKOMI**, japonês, empresário, portador da cédula de identidade RNE nº G436374-E e inscrito no CPF/ME sob o nº 241.014.248-61, com endereço na Avenida Paulista, 1294, 22º e 23º andares, São Paulo/SP, CEP 01.310-000, da posição de Diretor Gerente da companhia. **(7). ENCERRAMENTO:** Nada mais. Jucesp nº 87.500/23-1 em 27/02/2023.

Prefeitura de Guararema

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO: 01/2023, PROCESSO: 99/2023, OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE CALHAS, RUFOS, E CONDUTORES, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS.

- Recebimento das Propostas: até às 08:00 horas do dia 14/03/2023
- Abertura das Propostas: às 09:00 horas do dia 14/03/2023
- Início da sessão de disputa: 09:30 horas do dia 14/03/2023
- LOCAL: site www.bll.org.br.
- Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação, ou através do site www.guararema.sp.gov.br., ou ainda, no site www.bll.org.br. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8000 Ramal 8086. JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE, Prefeito Municipal.

ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Encontra-se aberta na ESCOLA POLITÉCNICA DA USP a licitação:
PREGÃO ELETRÔNICO BEC Nº 4/2023 - EP
PROCESSO Nº 23.1.00008.03.0 / OFERTA DE COMPRA Nº 102103100582023OC00005

A Escola Politécnica torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO BEC, sob Nº 4/2023 - EP, do tipo menor preço, cujo objeto é MICROCOMPUTADOR, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 01/03/2023 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 15/03/2023 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" através do sítio www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 01/03/2023, além da página da BEC, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.imprensaoficial.com.br.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Físico nº: 0939109-16.2012.8.26.0506. Classe: Assunto: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária. Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Requerido: Edipo da Silva Sa. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0939109-16.2012.8.26.0506. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Dr(a). Thomaz Carvalhaes Ferreira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) EDIPO DA SILVA SA, RG 42187206-8, CPF 357.696.728-11, que Banco Bradesco Financiamentos S/A, lhe ajuizou ação de Busca e Apreensão objetivando o veículo, marca Fiat, modelo Uno Mille Fire Flex, chassi 9BD15802786106289, ano de fabricação 2008, ano modelo 2009, cor branca, placa EDJ-2499, Renavam 960240470, alienado fiduciariamente. Aprendido o bem e estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para em 05 dias, a fluir dos 20 dias supra, pagar o débito de R$ 29.856,50 (junho 2012), sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena do bem no patrimônio da requerente(art. 3º, § 1º do Dec. Lei 911/69, alterado pela Lei 10.931/04) podendo, ainda, no prazo de 15 dias, a fluir após o prazo supra, oferecer resposta, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Ribeirão Preto, aos 13 de fevereiro de 2023.

Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

CNPJ no 02.102.498/0001-29

Errata das Demonstrações Financeiras de 31/12/2022

Retificar o quadro das Demonstrações dos Resultados publicada no Jornal Folha de São Paulo em 28/02/2023, **onde se lê:** "-"em Variação de outras provisões técnicas, "-" em Resultado financeiro e "-" Contribuição social, **leia-se:** (1.832), 119.145 e (7.879) respectivamente. Retificar a NE 09 b) **onde se lê:** Provisão de sinistros a liquidar 1.542, Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) 11.122 e Provisão de prêmios não ganhos - resseguro cedido 7.318. **leia-se:** 11.122, 7.318 e 1.542 respectivamente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 023/2023 – Proc. Adm. nº. 037/2023

Objeto: Registro de Preços para **Locação de Geradores de Energia Elétrica** para apoio de infraestrutura de eventos geridos por todas as secretarias deste município, em atendimento à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, pelo período de 12 (doze) meses. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 01/03/2023, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx, na aba serviços para sua empresa, licitações. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 13/03/2023, às 10h00min.**

Santana de Parnaíba, 28 de fevereiro de 2023.
ORDENADOR DE PREGÃO

ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Encontra-se aberta na ESCOLA POLITÉCNICA DA USP a licitação:
PREGÃO ELETRÔNICO BEC Nº 46/2022 - EP
PROCESSO Nº 22.1.02850.03.0 / OFERTA DE COMPRA Nº 102103100582023OC00002

A Escola Politécnica torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO BEC, sob Nº 46/2022 - EP, do tipo menor preço, cujo objeto é NOTEBOOK, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 01/03/2023 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 13/03/2023 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" através do sítio www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 01/03/2023, além da página da BEC, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.imprensaoficial.com.br.

CAIXA — MINISTÉRIO DA FAZENDA — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO À INSTALAÇÃO DA AGÊNCIA AV REPÚBLICA DO LÍBANO / SÃO PAULO / SP

A Caixa Econômica Federal torna pública sua pesquisa de mercado para compor estudos quanto à viabilidade na locação de imóvel pronto, em obra ou a construir em São Paulo / SP. As propostas e os respectivos documentos deverão ser inseridos no Portal de Licitações no endereço: https://licitacoes.caixa/sicve-web/. A pesquisa de mercado está disponível no portal sob nº 0162/2023 desde o dia 24/02/2023 e ficará aberta ao recebimento de ofertas de imóveis até as 23:59 do dia 27/03/2023, podendo ser prorrogado.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 042/2023
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO"
Processo Administrativo: 19.372/2022
Data e Hora do Pregão: 15/03/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
Número da Oferta de Compra: 855800801002023OC00071
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Educação e Secretaria de Serviços Urbanos, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR VALOR POR LOTE.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 28 de fevereiro de 2023.
SORAIA M. MILAN - Secretária Municipal de Serviços Urbanos

Triângulo do Sol Auto Estradas S.A.

CNPJ/ME nº 02.509.186/0001-34 - NIRE 35.300.155.203

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2022

1. Data, Hora e Local: No dia 27 de dezembro de 2022, às 11:00h, na sede social da **Triângulo do Sol Auto Estradas S.A.** ("Companhia"), sociedade por ações com sede na Rua Marlene David dos Santos, 325, bairro Jardim Paraíso 111, na cidade de Matão/SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em face da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: José Renato Ricciardi; Secretário: Alexandre Tujisoki. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) declaração e distribuição de dividendos da Companhia; e (ii) a autorização à Diretoria e ao contador da Companhia para implementar tal distribuição. **5. Deliberações:** Por voto do acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, que determinou a lavratura da presente ata na forma de sumário nos termos do art. 130, §1º da Lei das Sociedades por Ações, foram tomadas as seguintes deliberações, sem ressalvas, conforme atribuições previstas nos termos do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações, depois da leitura e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, decidiu-se: 5.1 Em relação ao item (i) da ordem do dia, aprovar a declaração e distribuição de dividendos da Companhia no valor de até R$196.694.054,49 (cento e noventa e seis milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, cinquenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), oriundos da sua conta de reserva de lucros, apurados até 30/09/2022, os quais deverão ser pagos à acionista da Companhia por compensação ou transferência bancária até o dia 30/04/2023; e 5.2. Em relação ao item (ii) da ordem do dia, autorizar a Diretoria a realizar todos os atos necessários para implementar dos itens acima deliberados. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pelos membros da Mesa e pelos acionistas presentes à Assembleia. **7. Assinaturas:** Mesa: Presidente: José Renato Ricciardi; Secretário: Alexandre Tujisoki). Acionista: AB Concessões S.A. (representada por José Renato Ricciardi e Alexandre Tujisoki). Esta é cópia da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 27 de dezembro de 2022. **JUCESP** nº 73.754/23-7 em 14/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

Pregão Eletrônico nº 034/2023

Processo Administrativo n. º 14.310/2022
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA COMBATE A MOSCA DE CEMITÉRIO – PHORIDEO E TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO"
Critério de Julgamento: MENOR VALOR POR LOTE
Tipo de Licitação: LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Número da Oferta de Compra: 855800801002023OC00051 COMUNICADO DE ADIAMENTO DA SESSÃO PÚBLICA
Considerando a necessidade de analisar a impugnação Impugnação ao Edital interposta pelo senhor WAGNER DE SOUZA RODRIGUES, comunicamos a todos os interessados que esta Prefeitura está SUSPENDENDO a Sessão Pública do Pregão Eletrônico supramencionado, designada para o dia 02/03/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF), ficando adiada "sine die".
Informamos ainda que após análise, será agendada nova data. O Edital alterado poderá ser retirado GRATUITAMENTE por quem já o adquiriu presencialmente e também estará disponível para consulta e download gratuito nos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br.
Este comunicado estará disponível nos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 28 de fevereiro de 2023.
SORAIA M. MILAN - Secretária Municipal de Serviços Urbanos

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

EXTRATO DO EDITAL REPUBLICADO

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023
OBJETO: "REFORMA DA COZINHA, DESPENSA E CANTINA DA ESCOLA PAULO SHIGUEO YAMAUTI"
Tipo: Menor Preço
Regime de Execução: EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS
Processo Administrativo: 26.669/2019
Data e horário da licitação: 22/03/2023 às 10:00 Hs.
Lei Federal N.º 8.666/93, suas alterações e Normas Complementares, Lei Federal 12.844/2013 alterada pela Lei Federal nº 13.161/2015 e lei Federal nº 13.670/2018, Lei Federal Nº 4.320/64, Lei Complementar Federal Nº 101/00, Lei Federal Nº 10.028/00, Lei Federal Nº 11.079/04, Lei federal 12.305/2010, Lei Complementar 1.660/2013, Decreto Municipal nº 5.919/2015, Lei Complementar Federal Nº 123 De 14/12/06, Lei Complementar nº 147/14, Decreto Federal 7.983/2013, Acórdão 2.622/2013 TCU-Plenário, Lei Complementar Municipal Nº 667/13, Lei Complementar Municipal nº 913/22, Decreto Municipal 3.855/05 e Demais Legislações Pertinentes a matéria.
Condições de participação: a) Somente poderão participar as empresas cadastradas na Prefeitura do Município da Estância Balneária de Praia Grande, com seu prazo de validade em vigor e com as certidões devidamente atualizadas junto ao setor de cadastro de fornecedores da Secretaria de Administração na data da apresentação dos documentos e propostas, específicas do ramo de atividades, compatível com o objeto da licitação nos termos do edital, não sendo aceitos registros cadastrais de outros órgão, b) As empresas que não possuírem os registros cadastrais referidos no **ítem** a), deverão cumprir o disposto no parágrafo 2º combinado com o parágrafo 9º do artigo 22 da lei federal 8.666/93, com todas as alterações e modificações nela introduzidas e demais normas que regem a matéria.
Os interessados poderão obter o Caderno Integral do Edital através do site www.praiagrande.sp.gov.br a partir do dia 02/03/2023 ou consultar o presente Edital na Secretaria Municipal de Obras Públicas - SEOP, situada na Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Mirim, Praia Grande - SP no horário das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 hs. O interessado poderá de forma facultativa remeter por e-mail o Recibo de Retirada de Edital pela Internet (Anexo G) deste edital informando a Razão Social/Nome, CNPJ/CPF, Número do telefone e e-mail em que poderá receber eventuais informações, esclarecimentos ou elementos complementares, na forma do disposto do supracitado Anexo "G".

Praia Grande, 27 de fevereiro de 2023.
PROF ª MARIA APARECIDA CUBILIA - Secretária Municipal de Educação

CAIXA — MINISTÉRIO DA FAZENDA — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO À MUDANÇA DE ENDEREÇO DA AG VILLA LOBOS, SP

A Caixa Econômica Federal torna pública sua pesquisa de mercado para compor estudos quanto à viabilidade na locação de imóvel pronto, em obra ou a construir localizado no Município de SÃO PAULO/SP, preferencialmente da Praça Panamericana até Av Professor Fonseca Rodrigues - Alto de Pinheiros - São Paulo/SP O imóvel deve possuir documentação regularizada junto aos órgãos públicos, ter idade aparente de até 10 anos, possuir área de aproximadamente 520m², imóvel preferencialmente em um único pavimento, OU aproximadamente 650m² para imóvel com mais de 1 pavimento, preferencialmente com vão interno livre de colunas, pé direito piso fundo de laje preferencialmente acima de 2,70 metros de altura, possuir testada aproximada de 20m. Deverá possuir sanitários e área de estacionamento, conforme exigências da Prefeitura local e documentação do imóvel regular. No caso de imóvel a construir, a construção deverá obedecer a todas as normas e legislação aplicáveis. Os interessados devem encaminhar carta de manifestação de interesse na possível locação e indicação do imóvel, contendo: 1) Proposta comercial assinada, contendo endereço completo do imóvel, área construída em m² e dados para contato do imóvel, preço da locação por m² da área construída e preço mensal da locação e demais informações que julgar necessária; 2) Registro Geral de Imóveis (RGI) em nome do proponente; 3) Fotos do imóvel; 4) Planta baixa com área. As propostas e os respectivos documentos deverão ser incluídos no Portal de Licitações Caixa, no endereço: www.licitacoes.caixa.gov.br. A pesquisa de mercado está disponível no portal sob nº 0159/2023 desde o dia 23/02/2023 e ficará aberta ao recebimento de ofertas de imóveis até as 23:59 do dia 23/03/2023, podendo ser prorrogado.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

R76994.2023 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO, POR UM PERÍODO DE 15 MESES

Obs: A pesquisa de mercado observará a lei complementar 123 e 147 para possível licitação destinada a ME/EPP.
Recebimento das propostas até **07.03.2023 - 17h, e-mails msumi@ipt.br e fabianac@ipt.br.**
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através dos telefones: (11) 3767-4487/4321 - CAD/DACE.

ipt INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS

BANCO J. SAFRA S.A.

CNPJ 03.017.677/0001-20 - NIRE 35.300.170.733

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29.04.2022

Data, Hora, Local: 29.04.2022, às 17h45, na sede social, Avenida Paulista, 2.150, São Paulo/SP. **Mesa**: Hiromiti Mizusaki **-** Presidente. Marcos Lima Monteiro - Secretário. **Presença**: Representantes do Banco Safra S.A. e da Elong Administração e Representações Ltda., únicos acionistas da Sociedade. **Deliberação Aprovadas**: **1)** a incorporação de parcela cindida da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, CNPJ 62.063.177/0001-94; **2)** o "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil com Versão de Parcela de seu Patrimônio para o Banco J. Safra S.A.", tanto na forma como no teor em que redigido, especialmente quanto aos números nele contidos, cuja cópia, autenticada, fará parte integrante deste Instrumento, como Anexo I. **3)** ratificaram a nomeação da empresa SPECS Assessoria Contábil Ltda., com endereço na Rua Pereira Stéfano, 114 - conj. 1304, Vila da Saúde, São Paulo, SP, CNPJ 26.553.708/0001-63 ("SPECS"), CRC/SP nº 2SP036315/O-9, como responsável pela avaliação do patrimônio Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e da parcela cindida, na data-base de 31.03.2022, pelo seu valor contábil, para elaboração do Laudo de Avaliação; **4)** o Laudo de Avaliação da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e da parcela cindida, elaborado pela SPECS, o qual, autenticado, fará parte integrante deste Instrumento como Anexo II; **5)** em decorrência da cisão parcial da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, o aumento do capital social no valor de R$1.000.400,00, passando de R$491.913.796,02 para R$492.914.196,02, sem emissão de novas ações. Em consequência da deliberação ora tomada, após a homologação do Banco Central do Brasil, o "caput" do Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: ***Artigo 5º.*** *O capital social é de R$492.914.196,02, dividido em 1.938.265.401 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal;* e **6)** consolidação do Estatuto Social, o qual integra a presente Ata como Anexo III. **Encerramento**: Nada mais. **Acionistas**: **Banco Safra S.A.**, por seus Diretores Executivos Hiromiti Mizusaki e Marcos Lima Monteiro. **Elong Administração e Representações Ltda.**, por seus Diretores Hiromiti Mizusaki e Marcos Lima Monteiro. Hiromiti Mizusaki - Presidente, Marcos Lima Monteiro - Secretário. JUCESP nº 46.114/23-3 em 01.02.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Anexo III - Estatuto Social - Capítulo I: Da Denominação, Sede, Duração e Objeto Social: Artigo 1º. O BANCO J. SAFRA S.A**.** é uma sociedade anônima, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Sociedade tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria: (i) alterar o endereço da sede, desde que dentro do mesmo município; e (ii) instalar, alterar o endereço ou extinguir dependências em qualquer localidade do território nacional ou no exterior, observadas as normas legais pertinentes. **Artigo 3º.** O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado. **Artigo 4º.** A Sociedade tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas, e acessórias, inerente às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil) inclusive de câmbio, na forma das disposições legais e regulamentares em vigor, bem como a administração de carteira de valores mobiliários e administração de fundos de investimento regulados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações: Artigo 5º.** O capital social é de R$492.914.196,02, dividido em 1.938.265.401 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **§ 1º.** O capital social poderá ser aumentado mediante a subscrição pública ou particular de ações, por deliberação da Assembleia Geral, à qual competirá fixar as condições da aludida subscrição, observadas as prescrições legais e regulamentares aplicáveis. **§ 2º.** A cada ação, que é indivisível perante a Sociedade, corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Capítulo III - Da Administração Social: Artigo 6º.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 02 e, no máximo, 30 membros, Diretores esses sem designação específica, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral. **§ 1º.** O prazo de mandato dos Diretores é de 02 anos, sendo admitida a reeleição. Vencido tal prazo, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse dos novos Diretores. **§ 2º.** Sempre que a Assembleia Geral eleger diretor para cargo vago, o eleito exercerá o mandato pelo tempo correspondente ao restante dos demais, de modo a haver coincidência no vencimento dos prazos. **§ 3º.** Para preenchimento de cargo vago tal eleição pela Assembleia Geral só será obrigatória para se perfazer o número mínimo de 02 membros da Diretoria, sendo facultativa nos demais casos. **Artigo 7º.** A investidura dos Diretores far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas das Reuniões da Diretoria, após sido aprovada pelo Banco Central do Brasil, as respectivas eleições. **§ Único.** Vencido o prazo de mandato, os membros dos órgãos estatutários da Sociedade, à exceção dos membros do Conselho Fiscal, continuarão no exercício de seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos, caso não tenham sido eles próprios reeleitos. **Artigo 8º.** Em caso de vaga na Diretoria por renúncia, afastamento, morte ou outra hipótese qualquer, proceder-se-á a eleição de Diretor interino, em Reunião da Diretoria, até a primeira Assembleia Geral, que deliberará sobre o provimento definitivo do cargo. O substituto então eleito servirá pelo tempo que restava ao substituído para completar o seu mandato. **§ Único.** Em havendo e permanecendo somente 01 dos membros da Diretoria, proceder-se-á eleição de novo Diretor pela Assembleia Geral, que imediatamente será convocada. **Artigo 9º.** O limite da remuneração global da Diretoria será fixado, anualmente, pela Assembleia Geral. **Artigo 10.** A Diretoria se reunirá sempre que o exigirem os interesses da Sociedade, deliberando validamente com a presença da maioria de seus membros. **Artigo 11.** A Diretoria, sempre que representada por, no mínimo, 02 de seus membros, tem os poderes necessários para assegurar o regular funcionamento da Sociedade e também os de onerar e ou alienar bens sociais, móveis ou imóveis, transigir e renunciar direitos, confessar dívidas, prestação de garantia real ou fidejussória, conceder avais e fianças, assunção de obrigações e assinaturas de contratos, ressalvados os impedimentos legais ou regulamentares. **§ 1º.** Os atos e documentos em geral, que importarem em responsabilidade para a sociedade ou exonerarem terceiros de responsabilidade para com ela, inclusive a assinatura de contratos, documentos e papéis de qualquer natureza, deverão ser praticados ou firmados por (a) 02 Diretores, em conjunto, ou (b) 01 Diretor, em conjunto, com e 01 procurador, nomeados na forma do presente Estatuto; ou (c) 02 procuradores, em conjunto, nomeados na forma do presente Estatuto. **§ 2º**. A Sociedade poderá, ainda, ser representada, isoladamente, por 01 Diretor ou por 01 procurador investido de poderes especiais, nomeado com observância deste Estatuto, exclusivamente: a) em assuntos de rotina, que não envolvam assunção de obrigações ou renúncia de direitos; b) no exercício de poderes da cláusula "ad judicia"; c) na representação da Sociedade perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique na assunção de responsabilidade e/ou obrigações em nome da Sociedade; d) na assinatura de procurações eletrônicas perante administração pública ou perante empresas de economia mista que não permitam a representação conjunta; e e) em outras situações que venham a ser aprovadas pela Diretoria. **§ 3º.** Na outorga de procurações a Sociedade será representada, obrigatoriamente, por 2 Diretores, podendo nomear e constituir, em nome da Sociedade, um ou mais procuradores especificando nos respectivos instrumentos de mandato os atos e operações que poderão praticar. **§ 4º.** Exceto para instrumentos de mandato com poderes da cláusula "ad judicia" e "ad judicia et extra", todos os instrumentos de mandato deverão conter: a) prazo de validade que não poderá exceder a um ano; b) vedação do substabelecimento; e c) no caso de instrumentos de mandato que incluam poderes para alienação ou oneração de bens móveis ou imóveis, concessão de crédito, assunção de obrigações, prestação de garantias reais ou fidejussórias, transação ou renúncia de direitos, emissão de títulos ou celebração de contratos, deverão constar no instrumento de mandato os montantes máximos de obrigações que podem ser assumidas por tais procuradores agindo em nome da Sociedade. **Artigo 12.** Compete à Diretoria: a) orientar os negócios da Sociedade; b) exercer a representação legal da Sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; c) elaborar os relatórios e as contas da administração, submetendo-os à apreciação da Assembleia Geral, juntamente com as demonstrações financeiras exigidas por Lei; d) deliberar sobre a alteração do endereço da sede, desde que dentro do mesmo município e a criação, instalação, alteração de endereço e fechamento de dependências e escritórios; e) fixar através de resolução, as atribuições de cada membro da Diretoria, não expressamente estabelecidas neste Estatuto; f) elaborar e aprovar o regimento interno da Sociedade, nele fixando as atribuições de todos os demais órgãos administrativos; g) nomear os gerentes da Matriz e agências; h) conceder eventuais gratificações aos funcionários; i) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes nos balanços semestrais; j) escolher e destituir auditores independentes; e k) convocar a Assembleia Geral. **Capítulo IV - Da Assembleia Geral: Artigo 13.** A Assembleia Geral compor-se-á dos acionistas que, regularmente convocados, tenham comparecido e assinado o "Livro de Presença". **§ Único.** Poderão os acionistas ser representados na Assembleia Geral por procuradores constituídos há menos de 01 ano, que sejam também acionistas, administradores da sociedade ou advogados, devendo os respectivos instrumentos especificar os poderes conferidos aos mandatários nomeados. **Artigo 14.** A Assembleia Geral será ordinária quando tiver por objeto as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e extraordinária nos demais casos. **§ Único.** A Assembleia Geral Ordinária será realizada anualmente nos 04 primeiros meses seguintes ao término do exercício social e a Assembleia Geral Extraordinária a qualquer tempo, desde que convocada para deliberar sobre assuntos de interesse social submetidos ao seu conhecimento. **Artigo 15.** Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por uma mesa composta de um Presidente e de um Secretário, sendo aquele indicado ou eleito pelo plenário e este nomeado pelo Presidente, ao qual competirá instalar as sessões e manter a ordem dos trabalhos, objetivando seu bom desenvolvimento. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal: Artigo 16.** O Conselho Fiscal da Sociedade não funcionará em caráter permanente, mas apenas nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas, observado o disposto no Artigo 161 e respectivos §s da Lei 6.404, de 15.12.1976. **Artigo 17.** O Conselho Fiscal compor-se-á no mínimo 03 a no máximo 05 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que tiver deliberado sobre a instalação e o funcionamento do órgão, cabendo à mesma Assembleia fixar as remunerações a que fizerem jus os membros em exercício, observadas as disposições legais pertinentes. **§ Único.** Os membros do Conselho Fiscal exercerão seus mandatos até a realização da primeira AGO que se seguir à respectiva eleição, podendo ser reeleitos, competindo-lhes desempenhar as atribuições que lhes são conferidas por Lei. **Capítulo VI - Do Exercício Social e da Distribuição de Lucros: Artigo 18.** O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, sendo que deverão ser levantados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro, os balanços gerais da Sociedade e as demonstrações contábeis prescritas em lei, sendo facultado o levantamento de outros balanços em menores períodos, se assim for de interesse da Sociedade. Os lucros líquidos do exercício, por proposta da Diretoria, mediante aprovação da Assembleia Geral, terão a seguinte destinação, sempre observado o disposto em lei: a) 5% serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% do capital social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76 exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal; b) uma parcela pode ser destinada à formação de reserva para contingências ou ter parcela revertida de tal reserva formada em exercícios anteriores; c) pagamento dos dividendos que, somados aos dividendos intermediários de que trata o § 2º deste Artigo e aos juros sobre capital próprio, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, o dividendo mínimo obrigatório de 1%; d) o saldo ou uma parte do lucro líquido verificado após as distribuições acima poderá ser transferido para a conta Reserva Especial, até o limite, naquela conta, de 95% do capital social, sendo que o saldo dessa Reserva Especial, somado ao da reserva legal, não poderá ultrapassar o capital social; e e) o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído aos acionistas. **§ 1º.** A Reserva Especial de que trata o item (d) acima será constituída objetivando possibilitar a formação de recursos com quaisquer das seguintes finalidades: a) futuras incorporações desses recursos ao capital social; b) pagamento de dividendos intermediários; c) manutenção de margem operacional compatível com desenvolvimento das operações da sociedade; e/ou d) expansão das atividades da sociedade. **§ 2º.** A Diretoria poderá deliberar pelo pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucro apurado em balanço intermediário. Os dividendos ou juros sobre capital próprio previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 19.** Prescreve em 03 anos a ação para haver dividendos contando o prazo da data em que eles tenham sido colocados à disposição do acionista. **Capítulo VII - Da Liquidação: Artigo 20.** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, observadas as normas legais pertinentes. **§ Único.** A Assembleia Geral compete estabelecer o modo de liquidação, bem como nomear o liquidante e ainda o Conselho Fiscal que funcionará durante o período de liquidação. **Capítulo VIII - Disposição Geral: Artigo 21.** Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações e pela legislação aplicável às Instituições Financeiras.

ESPORTE AO VIVO

16h45 Manchester United x West Ham
Copa da Inglaterra, STAR+

21h30 Atlético-MG x Carabobo
Libertadores, GLOBO (MG), GE, GLOBOPLAY E ESPN

21h30 Boston Celtics x Cleveland Cavaliers
NBA, ESPN2 E STAR+

Nova proposta para liga de clubes busca união

Grupo que reúne maiores times do país debateu mudanças na terça (28); decisão altera divisão do lucro gerado em torneios

Alex Sabino

SÃO PAULO A Libra se aproximou das demandas da LFF (Liga Forte Futebol) na tentativa de chegar a um consenso para a liga de clubes no Brasil. Em assembleia realizada nesta terça-feira (28), na sede da FPF (Federação Paulista de Futebol), as equipes decidiram fazer mudanças na divisão do dinheiro a ser gerado pelo Campeonato Brasileiro a partir de 2025.

O grupo aceita colocar um limite máximo de 3,4 vezes para a diferença entre o time de maior e menor arrecadação. Também mudou o critério de engajamento (um dos itens de remuneração) para levar em consideração apenas a audiência média dos jogos.

São duas reivindicações feitas pela LFF e que, no entender dos cartolas da Libra, emperravam as negociações.

Depois de um período de transição de cinco anos, se chegaria também à fórmula 45-30-25, sendo 45% dos recursos repartidos em partes iguais, 30% pela classificação no campeonato e 25% pela média de audiência.

Antes desta terça, estes 25% seriam determinados por equação que consideraria uma pesquisa de torcida, pay-per-view, redes sociais e público nos estádios. Segundo presidentes de clubes da LFF, são dados que podem ser manipulados.

Até o momento, o projeto de uma liga administrada pelas equipes está dividido em dois blocos. A Libra reúne 18 clubes que atualmente disputam as séries A ou B. Estão nesta entidade os de maior torcida no país: Flamengo, Corinthians, Palmeiras e São Paulo. A LFF engloba outros 26 das três principais divisões. "São mais argumentos para outros clubes aderirem à Libra. Vamos voltar a discutir para chegar bem perto do que anseia a LFF", disse a presidente do Palmeiras, Leila Pereira.

Em novas discussões, os mandatários também prometem debater outra reivindicação do Furte Futebol: retirar a necessidade de uma votação unânime para alteração no estatuto da Libra. Leila Pereira disse ser contra o item e apoia a alteração.

"É uma oportunidade que talvez não teremos outra igual", concordou o presidente do São Paulo, Julio Casares.

As duas partes já têm investidores comprometidos a aportar dinheiro na liga a partir de 2025. Até 2024, os direitos de transmissão pertencem ao Grupo Globo. A Libra fechou acordo com a Mubadala, fundo dos Emirados Árabes, que colocaria R$ 4,8 bilhões nas duas principais divisões. A LFF fechou com a norte-americana Serengetti Asset Management por R$ 4,85 milhões.

Mas as duas empresas se comprometem a pagar tal quantia apenas se o acordo englobar os 40 times que compõem as séries A e B.

Além de divergências pessoais, existe o componente de que um grupo não confia no que o outro diz. A LFF desconfia das promessas da Libra que não estão escritas no estatuto. Segundo Casares, a distribuição do dinheiro e a questão das 3,4 vezes dependeriam "do mercado". Estaria atrelado ao valor arrecadado para os times.

A LFF quer a divisão garantida em qualquer circunstância.

Para a Libra, o contrato do Forte Futebol com a Seregentti deve ser visto com desconfiança porque teria várias cláusulas não vinculantes. O fundo estaria obrigado a investir apenas se de acordo com certas circunstâncias. O LFF descarta essa afirmação.

Uma próxima disputa pode acontecer quanto ao dinheiro a ser recebido por cada agremiação durante os cinco anos de transição. A LFF não aceita que o status quo seja mantido nesse período. Flamengo e Corinthians são os que mais arrecadam pelo serviço de pay-per-view, por exemplo.

A Libra propõe que entre 2025 e 2029 nenhum clube receba menos do que o valor previsto para 2024. Entre eles, a garantia mínima de pay-per-view. Os mesmos Flamengo e Corinthians, em 2024, podem embolsar R$ 200 milhões.

A LFF concorda com a não redução de ganhos durante esses anos de transição, mas quer excluir da conta a performance passada e a garantia mínima de pay-per-view.

"Eu acredito que a gente consiga colocar todo mundo debaixo do mesmo guarda-chuva", define o presidente do Grêmio, Alberto Guerra.

Ele é um dos cartolas de uma comissão da Libra que vai negociar com a LFF. Ele não descarta nem mesmo uma composição entre os dois investidores, algo que não é bem visto por outros presidentes.

Caso não haja acordo até 2024, a maior probabilidade é que existam dois blocos de negociação de direitos de TV, sem uma emissora com os direitos para todas as partidas.

Câmera de transmissão de TV durante partida do Corinthians na Neo Química Arena Eduardo Anizelli - 2.mar.16/Folhapress

> "Eu acredito que a gente consiga colocar todo mundo debaixo do mesmo guarda-chuva
>
> **Alberto Guerra**
> presidente do Grêmio e um dos chefes da comissão de negociação da Libra

+ Clubes estão divididos em dois blocos

INTEGRANTES DA LIBRA
Bahia, Botafogo, Corinthians, Cruzeiro, Flamengo, Grêmio, Guarani, Ituano, Mirassol, Novorizontino, Palmeiras, Ponte Preta, Red Bull Bragantino, Sampaio Corrêa, Santos, São Paulo, Vasco e Vitória

INTEGRANTES DA LFF
ABC (RN), Athletico, Atlético Mineiro, América-MG, Atlético Goianiense, Avaí (SC), Brusque (SC), Chapecoense (SC), Coritiba (PR), Ceará, Criciúma (SC), CRB (AL), CSA (AL), Cuiabá (MT), Figueirense (SC), Fluminense (RJ), Fortaleza (CE), Goiás (GO), Internacional (RS), Juventude (RS), Londrina (PR), Náutico (PE), Operário (PR), Sport (PE), Vila Nova (GO) e Tombense.

Achraf Hakimi, do PSG, é investigado por estupro; jogador nega acusação

PARIS | AFP A procuradoria de Nanterre, na periferia parisiense, abriu nesta segunda-feira (27) uma investigação por suposto estupro contra o jogador marroquino do PSG Achraf Hakimi, indicou uma fonte próxima do caso, confirmando uma informação antecipada pelo jornal Le Parisien.

A investigação foi aberta depois que uma jovem de 24 anos acusou o jogador de tê-la estuprado recentemente em sua casa, localizada na cidade de Boulogne-Billancourt.

Segundo o jornal espanhol Marca, o atleta nega e diz que as acusações são falsas.

Contatado pela agências de notícia AFP, o Ministério Público de Nanterre não quis comentar o caso, lamentando "as informações já publicadas" por alguns meios de comunicação, "que dificultam as investigações necessárias para o esclarecimento da verdade".

Segundo a mesma fonte próxima ao caso, a suposta vítima compareceu no domingo passado a uma delegacia de polícia de Val-de-Marne para denunciar o estupro, mas não apresentou queixa.

A promotoria de Créteil abriu uma investigação de ofício e transferiu o processo para Nanterre, à qual pertence Boulogne-Billancourt, cidade onde teria ocorrido a agressão. O Paris Saint-Germain não fez comentários sobre a acusação.

O jogador, por seu lado, esteve presente na cerimônia de gala de entrega dos prêmios The Best, organizada pela Fifa em Paris na noite desta segunda-feira.

Achraf Hakimi no prêmio Fifa The Best Sarah Meyssonnier/Reuters

Achraf Hakimi nasceu em Madri há 24 anos, filho de pais marroquinos. Ele foi revelado no Real Madrid e poderia ter sido jogador da seleção da Espanha, mas acabou decidindo competir pelo Marrocos, seleção com a qual conquistou um histórico quarto lugar na última Copa do Mundo no Catar.

Filho de uma empregada doméstica e de um vendedor ambulante que se estabeleceu na Espanha na década de 1980, Hakimi é casado com a atriz espanhola Hiba Abouk.

Ele estreou no Real Madrid sob o comando do técnico Zinedine Zidane e depois passou pelo Borussia Dortmund e pela Inter de Milão, antes de assinar com o PSG.

Os silêncios do craque

A hegemonia do Brasil, na América do Sul, é ilusão de que tudo está ótimo

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Em silêncio, Messi ganhou pela sétima vez o título de melhor do mundo. Em silêncio, Messi sonhou, obstinadamente e conquistou a Copa do Mundo pela Argentina. Em silêncio, Messi sempre foi um profissional sério, lúcido e discreto. Em silêncio, quando quiser, vai encerrar a carreira e seguir a vida, desconectado do mundo das estrelas.

Enquanto nos principais times do mundo os zagueiros e os meio-campistas avançam em bloco na marcação, no Brasil os defensores ficam desconectados do meio campo, deixando grandes espaços entre os dois setores, o que facilita troca de passes e finalizações do adversário.

Isso não significa que os zagueiros deveriam marcar muito na frente, deixando muitos espaços nas suas costas. A tendência mundial é de se posicionar em uma faixa intermediária, entre a linha de meio campo e a da grande área, o que diminui os espaços entre os dois setores e nas costas dos defensores.

Mesmo o Palmeiras, o time mais estruturado, consistente e com mais força mental do país, que joga cada partida como se fosse a decisiva, a última, tem deixado mais espaços que antes para os adversários. Neste ano o time tem feito e sofrido mais gols. Penso que seja possível melhorar o ataque sem piorar a defesa.

O Corinthians deixa também muitos espaços na intermediária. Palmeiras e Corinthians confiam demais nos seus excepcionais goleiros. No Flamengo é mais evidente a facilidade defensiva que o time oferece aos adversários. O mesmo ocorre com os outros times brasileiros.

O Atlético-MG, que joga nesta quarta (1º) pela Libertadores contra um fraquíssimo time da Venezuela, criou uma expectativa acima da realidade após as contratações de vários jogadores —bons, mas comuns—, além do técnico argentino Coudet. O Atlético-MG e o São Paulo se parecem. São dois times vibrantes, porém apressados para chegar ao gol.

A transição da bola passa muito rapidamente da defesa para o ataque. Nos dois times, há um bloco defensivo, formado por quatro defensores e um volante para iniciar a saída da bola, e outro ofensivo, com cinco jogadores adiantados (meias e atacantes). O meio campo, que deveria ser a alma e o cérebro da equipe, participa pouco do jogo.

Ao contrário do São Paulo e do Atlético-MG, o Fluminense gosta de agrupar vários jogadores no meio campo para ficar com a bola, trocar passes e envolver o adversário. Por outro lado, a repetição excessiva facilita a marcação do outro time.

Os estaduais são uma preparação para os campeonatos mais importantes. Imagino que haverá poucas surpresas no Brasileirão-23.

Equipes como Fluminense, Atlético-PR, Inter e Fortaleza devem repetir as boas campanhas do ano passado.

Dos quatros grandes clubes que retornaram à primeira divisão, Vasco e Grêmio são os que contrataram melhores jogadores. O Cruzeiro, pela força física e disciplina coletiva, será um adversário duríssimo para as principais equipes, mas terá dificuldades para se impor contra os times da turma de baixo. O Bahia preocupa após as duas recentes goleadas sofridas (6 a 0 contra o Sport pela Copa do Nordeste e 4 a 0 contra o Itabuna pelo Campeonato Baiano).

O futebol brasileiro precisa evoluir dentro e fora de campo: melhorar o calendário, os gramados, as arbitragens, o VAR e o desempenho das equipes. Treinadores, jogadores, dirigentes e a imprensa deveriam se preocupar mais com a qualidade do espetáculo.

A hegemonia do Brasil na América do Sul é uma ilusão de que tudo está ótimo

Brasil e Paraguai têm êxito na reintrodução de carnívoros na natureza

Reinaldo José Lopes

SÃO CARLOS(SP) Grande parte dos projetos de reintrodução de grandes carnívoros na natureza têm sido um sucesso nas últimas décadas, revela um estudo internacional.

Segundo o levantamento, que abrange dados de 22 países em todos os continentes habitados por esses bichos, 66% dessas iniciativas funcionaram. A taxa de êxito é ainda melhor na América do Sul, superando os 90% em reintroduções realizadas no Brasil e no Paraguai.

Os resultados animadores sobre o retorno à natureza de animais como onças, lobos-guarás e ursos-pretos acabam de ser publicados na revista científica Biological Conservation. A equipe usou como parâmetro de sucesso a sobrevivência dos bichos reintroduzidos em seu ambiente natural por mais de seis meses.

Segundo essa métrica, outra boa notícia é que a proporção de reintroduções bem-sucedidas está aumentando —era de 50% antes de 2007, ano em que começam as análises do grupo, as quais abrangem dados até 2021.

A equipe do trabalho foi coordenada por Seth Thomas, da Universidade de Oxford, e incluiu o brasileiro William Douglas Carvalho, pesquisador de pós-doutorado da Universidade Autônoma de Madri. Eles coletaram dados a respeito da soltura de quase 300 animais de diferentes espécies, que vão desde jaguatiricas (os menores a caberem na definição) até ursos-pardos.

O grupo também buscou mapear as características de cada projeto que parecem aumentar as chances de a reintrodução funcionar. O impacto das variáveis não parece ser avassalador, mas algumas coisas ajudam um pouco.

Animais nascidos em cativeiro, por exemplo, têm mais dificuldade para se virar após a reintrodução do que os que nasceram na natureza, por exemplo. Carnívoros mais jovens também se saem melhor nesses projetos, bem como os que passaram por um período de aclimatação antes de ficarem totalmente à mercê das condições naturais. Curiosamente, eles também verificaram que é pior cercar a área em que os animais reintroduzidos vão ser soltos —trechos não cercados de habitat parecem ser o ideal.

Os melhores resultados no processo de soltura aconteceram com lobos-guarás, jaguatiricas e onças-pardas, com 100% de sucesso (embora com um número relativamente pequeno de indivíduos). O processo parece ser mais difícil, por outro lado, com espécies como leões, linces e lobos.

A proporção de casos em que os pesquisadores verificaram diretamente que os bichos libertados conseguiram um parceiro sexual e/ou começaram a criar seus próprios filhotes são menos comuns —por volta de 40%. Essa, no entanto, pode ser uma estimativa bastante inferior ao número real, já que nem sempre é fácil detectar o comportamento reprodutivo dessas espécies.

"Nos últimos 15 anos, conseguimos mais sucesso na tarefa de reintroduzir carnívoros de grande porte. Isso permite que fiquemos otimistas com o futuro da reconstrução de ecossistemas danificados mundo afora", disse Seth Thomas em comunicado. "Mas precisamos lembrar que é sempre mais importante proteger grandes populações de carnívoros onde elas estão agora, antes que as percamos."

Os grandes predadores são fundamentais para a saúde dos ecossistemas. Sua presença impede a superpopulação de herbívoros e de predadores menores, permitindo que a vegetação seja mais diversa e saudável e afetando até a qualidade do solo e da água.

Lobos-guarás filhotes em local dedicado a reintrodução dos animais na natureza Rogério Cunha de Paula - 6.out.20

ONDAS FORMAM SILHUETA HUMANA EM FAROL NA COSTA DO REINO UNIDO

Nesta terça (28), uma fotografia captura o instante em que onda desenha a forma de um rosto humano; 'seria a deusa das águas Anfitrite ou nossa amada e finada Rainha Elizabeth?', disse o autor do registro, Ian Sproat, em seu Instagram Instagram/@mje_photography_ne

VOCÊ VIU?

Praia em Fernando de Noronha é eleita a melhor do mundo. A praia do Sancho foi escolhida pelo ranking da TripAdvisor como a melhor praia do mundo em 2023.

Anualmente o site de viagens divulga a sua lista com as melhores praias do mundo a partir das notas dadas pelos seus usuários. Esta, a mais recente, foi publicada na terça, 28.

No ano passado, o Sancho figurava em sétimo lugar.

Agora, surge à frente de lugares como a Eagle Beach, em Aruba, a praia de Varadero, em Cuba, e a praia da Falésia, em Portugal. Para chegar até a praia número 1 é necessário tomar um avião ou um barco, já que o arquipélago está situado a mais de 300 km da costa brasileira, mais especificamente do estado de Pernambuco, ao qual pertence. O acesso à praia se dá por meio de barco ou por uma longa escadaria.

+ Veja melhores praias segundo TripAdvisor

1. **Baía do Sancho** Fernando de Noronha, Brasil
2. **Eagle Beach** Aruba
3. **Cable Beach** Broome, Austrália
4. **Reynisfjara Beach** Vík, Islândia
5. **Grace Bay Beach** Turks e Caicos
6. **Praia da Falésia** Olhos de Água, Portugal
7. **Radhanagar Beach** Havelock, Índia
8. **Spiaggia dei Conigli** Sicília, Itália
9. **Varadero Beach** Cuba
10. **Ka'anapali Beach** Havaí, EUA

ACERVO FOLHA

Há 100 anos 1º.mar.1923

Municipal de SP receberá recital de Margarida Lopes de Almeida

Já consagrada na arte de declamar, Margarida Lopes de Almeida realizará no Theatro Municipal de São Paulo, nesta quinta-feira (1º), o seu anunciado recital.

O vivo entusiasmo com que o público paulistano vem esperando pela apresentação a ser feita nesta noite demonstra muito bem como essa talentosa artista brasileira é admirada.

Quem for ao Theatro Municipal terá a oportunidade de escutar versos dos mais aclamados poetas nacionais e portugueses recitados por Margarida Lopes de maneira peculiar —feita com uma dicção encantadora e com gestos suaves.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

O gato Gacek que vive na cidade de Szczecin, na Polônia Instagram/@kotgacekeveryday

VOCÊ VIU?

Gato vira atração com avaliação cinco estrelas. Na Polônia, um felino comunitário virou atração turística e recebeu elogios no Google Maps. Gacek vive em uma casinha na rua Kaszubska, na cidade de Szczecin, e é cuidado pelos moradores e comerciantes locais. O gato de pelagem preta e branca ficou famoso após aparecer em um documentário, em 2020. As pessoas que assistiram à gravação começaram a visitar Gacek e registraram o lugar como atração turística no serviço de pesquisa do Google.

Os fãs também fazem comentários positivos sobre o bichano. "Valeu a pena viajar três horas para me sentir ignorado por ele", escreveu um turista. "Há anos que passo por este local. Gacek gosta de seguir seus próprios caminhos, mas às vezes deixa ser acariciado", disse um morador.

O corpo roliço do gato, que recebeu o apelido de "rei da rua Kaszubska", tem preocupado seus admiradores. "O gatinho está em boas condições e é amado por todos. Ele só precisa perder peso", disse uma mulher. Para evitar que as pessoas deem muitos petiscos ao gato, os responsáveis colocaram uma placa ao lado de sua casa pedindo que os transeuntes deixem comida em pacotes fechados.

Silvia Haidar

Euler e o passeio do cavalo

Marcelo Viana

Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D., do Institut de France

"Me encontrei, um dia, num grupo em que, por ocasião de um jogo de xadrez, alguém propôs o seguinte desafio: percorrer com um cavalo as casas do tabuleiro de xadrez, sem passar nunca duas vezes pela mesma, e começando numa casa dada".

Desse modo, em trabalho escrito em 1759, mas publicado apenas sete anos depois, conta Leonhard Euler como tomou conhecimento de "um curioso problema que desafia qualquer tipo de análise".

Euler é o matemático mais prolífico da história: a recolha de suas obras completas teve início em 1908 e, mais de 80 volumes publicados depois, ainda não está concluída.

Assim mesmo, esse trabalho está entre os seus mais conhecidos, e por boas razões: como muitas vezes acontece com os problemas "curiosos" abordados por Euler, este aqui se desdobra numa miríade de questões que vão fundo na matemática, e muito além.

O problema não era novo: a primeira menção conhecida remonta ao século 9º e tem uma forma muito curiosa. Trata-se do poema "Arranjo nos Passos de um Cavalo", escrito em sânscrito pelo poeta Rudrata, da região da Caxemira. É um dos primeiros textos indianos a fazer referência ao xadrez. Ele tem a forma de um "meio tabuleiro" composto por quatro versos de oito sílabas cada e pode ser lido tanto de maneira sequencial, da esquerda para a direita, como pulando as sílabas conforme o movimento do cavalo no xadrez.

Esse formato foi cultivado por poetas indianos durante séculos, a tal ponto que não surpreende que uma das soluções mais interessantes para o problema do passeio do cavalo também esteja apresentada na forma de um poema. Ela aparece ao final do quinto volume da "Bhagavantabhaskara", uma espécie de enciclopédia sobre rituais, lei e política escrita por Bhatta Nilakant'ha em algum momento do século 17, pelo menos 60 anos antes de Euler.

Apesar de sua perplexidade inicial, Euler se debruçou sobre o problema de modo sistemático e descobriu um método engenhoso para encontrar diferentes soluções. Ele constatou que existem muitíssimas possibilidades para o passeio do cavalo, "embora o número de possibilidades não seja infinito, ele é tão grande que você nunca conseguirá exauri-lo", afirmou, de modo que parece um tanto contraditório.

Cálculos realizados ao final do século 20 usando vários computadores confirmaram a sua intuição. O número de passeios do cavalo fechados, ou seja, que voltam à casa de partida, está estimado em 13.267.364.410.532 (13 trilhões...). É mais do que o diâmetro do Sistema Solar medido em quilômetros.

Para passeios não fechados a estimativa atual é ainda mais colossal: 19.591.828.170.979.904 (19 quatrilhões...). Na semana que vem haverá mais histórias sobre o passeio do cavalo.

FOLHA DE S.PAULO ★★★
QUARTA-FEIRA, 1º DE MARÇO DE 2023 C1

Gogó de ouro

Samara Joy, que destronou Anitta no Grammy e vem ao Brasil, defende raiz jazzística

Lucas Brêda

SÃO PAULO Samara Joy não sabia quem era Anitta até ganhar dela o prêmio de artista revelação no Grammy. "Mas ela é uma mulher muito legal e foi interessante vê-la cantar na festa depois da cerimônia."

A vitória da americana sobre a brasileira, numa das categorias principais da premiação, marca o ápice de sua trajetória improvável. Aos 23 anos, ela é uma rara jovem estrela do jazz, que despontou com uma abordagem clássica e retrô do gênero, uma expressiva habilidade vocal e alguns vídeos virais no TikTok.

Com um show marcado no Brasil —no festival C6, que acontece entre 19 e 21 de maio, com Kraftwerk e Weyes Blood, entre outros, em São Paulo—, a cantora tem a oportunidade de se apresentar melhor ao público do país. Isso porque alguns fãs mais furiosos de Anitta foram até suas redes sociais atacá-la depois de sua vitória no Grammy.

"No começo, foi bem surpreendente", ela diz, economizando as palavras, sobre as reações dos brasileiros enfurecidos. "Mas, assim, eu entendo. Então, desculpa aí. Espero que vocês se divirtam no Carnaval. Continuo amando e respeitando todos os artistas. Não me afetou muito. As pessoas só a amam."

Continua na página C4

A cantora Samara Joy
Meredith Truax/Divulgação

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

DO FUNDO DO BAÚ

As contas de Luiza Erundina da época em que foi prefeita de São Paulo voltarão a ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Município (TCM) nesta quarta (1º). A análise será feita 31 anos depois que o órgão recomendou que elas fossem rejeitadas.

MURO O parecer do TCM mobilizou o universo político em 1992, quando foi emitido. Erundina estava no último ano de seu mandato e uma condenação poderia torná-la inelegível.

DEIXA ELA Na época, até mesmo adversários políticos da então prefeita saíram em defesa dela —especialmente lideranças do PSDB.

DEIXA ELA 2 Eles diziam que Erundina era honesta e que sofria uma perseguição de malufistas paulistas. O caso passou a ser cercado de simbolismo.

TUDO NULO Os advogados dela pediram a anulação do parecer do TCM por desvio de poder, argumentando que a decisão dos conselheiros tinha sido política. O caso chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), que deu razão à ex-prefeita. As contas dela acabaram aprovadas pela Câmara Municipal de SP.

FIO CONDUTOR Depois disso, Erundina já foi eleita para seis mandatos consecutivos como deputada federal.

MARTELO A Justiça condenou a advogada Bruna Mendes dos Santos Morato a pagar R$ 300 mil por danos morais à operadora de saúde Prevent Senior. A profissional se notabilizou em 2021 ao depor na CPI da Pandemia do Senado e fazer graves acusações à empresa. A advogada depôs também na Câmara de Vereadores de São Paulo e concedeu diversas entrevistas.

FICHA Na época, ela falava como representante de médicos que tinham se desligado da operadora, e afirmou, entre outras coisas, que os diretores da Prevent eram "criminosos" que atuavam como "milícias" e como "máfias".

CALMA, LÁ Em sua sentença, o juiz Gustavo Coube de Carvalho, da 5ª Vara Cível de São Paulo, disse que Bruna Morato não apresentou provas para sustentar suas acusações. Cabe recurso da decisão.

RESPOSTA Em sua defesa, a advogada afirmou que a Prevent Senior tentava "inverter a posição das partes na história" depois de ter atuado como "cúmplice do governo federal para difundir o uso da cloroquina".

CORRIDA A vereadora Maria Tereza Capra (PT) protocolou uma ação na Justiça para anular a cassação de seu mandato. Ela foi cassada no início de fevereiro por quebra de decoro parlamentar por ter criticado uma manifestação golpista ocorrida no ano passado em São Miguel do Oeste (SC).

IMAGENS No protesto, as pessoas erguiam o braço em riste acima do rosto —gesto que foi comparado por Maria Tereza e entidades judaicas a uma saudação nazista. Na ação, ela diz que sofreu perseguição política por ser a única vereadora do PT na Câmara Municipal da cidade.

TERCEIRO SINAL

1

Fotos Mathilde Missioneiro/Folhapress

2

3

A atriz Marisa Orth 1 prestigiou a apresentação única do espetáculo "Paris", no Theatro Municipal de São Paulo, na noite de segunda-feira (27). A obra, que mescla teatro e dança, tem direção assinada por Jorge Takla 2. O mastro João Carlos Martins 3 passou por lá

NA TV A CNN Brasil contratou a advogada Gabriela Araujo para atuar como comentarista no programa CNN Arena,apresentado por Felipe Moura Brasil.

AMIGOS Gabriela é autora do livro "Mulheres na Política Brasileira: Desafios Rumo à Democracia Paritária Participativa" (Arraes Editores). Ela é casada com o deputado estadual Emidio de Souza (PT-SP). Os dois são amigos pessoais do presidente Lula (PT) e da primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja.

SOM As cantoras Liniker, Duda Beat, Pabllo Vittar e Alice Caymmi estão na trilha sonora do filme "A Porta ao Lado", da diretora Julia Rezende, que estreia no dia 9 de março nos cinemas.

SOM 2 O longa é uma comédia sobre um casal com um relacionamento estável que vai morar perto de um outro, mais liberal, e que vive um casamento não monogâmico. Os atores Letícia Colin, Dan Ferreira, Bárbara Paz e Túlio Starling estão no elenco.

PETIT COMITÉ A consultora, palestrante e ex-consulesa francesa na capital paulista Alexandra Loras vai apresentar, na próxima segunda (6), a nova sede do Instituto do Protagonismo Feminismo, organização criada por ela para incentivar mulheres a alcançarem posições de lideranças no mercado de trabalho.

ENCONTRO O espaço, situado no Jardim Guedala, na zona sul de São Paulo, tem um projeto de decoração desenvolvido pela loja Westwing. No evento, que celebrará também o Dia Internacional da Mulher, Alexandra Loras vai conversar com o head de conteúdo e marca da Westwing, Adler Berbert.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Show de Chico Buarque reflete o Brasil nas fotos de Sebastião Salgado

Turnê 'Que Tal um Samba?', com Mônica Salmaso, chega a São Paulo esta semana com cenografia de Daniela Thomas

Leonardo Lichote

RIO DE JANEIRO A foto, projetada em escala enorme no fundo do palco, investiga uma revoada de pássaros reluzindo em um vermelho vivo.

Em segundo plano, a presença humana se manifesta acinzentada, numa instalação industrial emoldurada por uma nuvem de poluição.

A foto de Araquém Alcântara é a primeira a ocupar o palco no show "Que Tal um Samba?", que Chico Buarque apresenta ao lado de Mônica Salmaso. Ao longo do espetáculo, que chega a São Paulo nesta quinta-feira, dia 2, são exibidas 25 imagens de fotógrafos brasileiros, cada uma para uma canção.

Continua na pág. C3

Show da turnê 'Que Tal um Samba?', de Chico Buarque, no Rio de Janeiro, com a fotografia 'Tijolo da Portela', de autor desconhecido, ao fundo Leo Aversa/Divulgação

Quito Ribeiro, gravado por Gil e Gal, faz sua estreia literária com 'No Canto dos Ladinos'

RIO DE JANEIRO O garoto negro pede uma Coca-Cola ao rapaz negro que toma uma Coca-Cola. Frente à negativa, o menino rebate. "Por que não, playboy?" O vocativo desperta uma reflexão instantânea no sujeito que o recebe. Ele se achava mais parecido com seu interlocutor do que com a ideia que tinha de playboy.

Passam pela cabeça dele o tratamento supostamente carinhoso de "neguinho" que recebia desde criança, que o distinguia da classe média na qual cresceu; a adolescência na qual estreitou laços com os que o viam como "neguinho", consequentemente adotando seus padrões "brancos" de comportamento.

Vem a consciência da negritude a partir da leitura de "Raízes", sobre a vida de um africano escravizado, e o pensamento de que, comparado ao garoto pedinte, um "preto legítimo", ele era "meio Parmalat".

A cena do romance "No Canto dos Ladinos", estreia literária de Quito Ribeiro, publicado pela editora Todavia, sintetiza muito do tom do livro.

A trama traz personagens que estão no meio caminho do negro de classe média brasileiro. São figuras crivadas das contradições de quem não é branco o suficiente para ser tido como uma presença natural nos bons restaurantes e lojas caras e, por outro lado, não é negro o suficiente para ser confrontado diariamente com o peso do racismo como um morador da periferia.

"Esse momento do playboy, esse confrontamento com a própria identidade, a própria condição de negro, está espalhado pelo livro, em escalas diferentes, em outros personagens", diz Ribeiro, que lança o livro em São Paulo nesta quarta-feira, na livraria Drummond, no Conjunto Nacional.

Ele exemplifica, elencando os personagens. "Cristiane [escritora de sucesso que tem como tema central a figura do negro que ascende socialmente] está melada de dendê nessas contradições. Sua irmã Mariana [negra de pele clara, que vive num condomínio de luxo em Salvador e é pastora] intui isso tudo, mas não sabe nomear. E Érico, marido de Mariana, foge dessa consciência."

A expressão "ladino" era usada para se referir aos escravizados africanos que aprendiam português e, assim, passavam a ocupar um espaço de mediação entre o senhor branco e o africano que falava apenas sua língua-mãe, aqueles que eram chamados de boçais. O autor faz um paralelo entre esse personagem do Brasil escravocrata e os que povoam seu livro.

"Todos os personagens do livro vivem essa contradição", afirma Ribeiro. "Porque aprender outra língua é também um processo de afastamento do seu essencial, de sua origem. O livro tem essa coisa com o domínio de linguagens, como o cara que entende de linguagem de computador e a psicanalista."

Mas se afastar da origem, diz Ribeiro, não é necessariamente um projeto individualista.

Continua na pág. C3

Continuação da pág. C2
A escolha das fotos —e a forma como elas interagem com a música— é central na construção do show e também um dos elementos que mais chamam a atenção do público, que tem lotado casas de espetáculo Brasil afora desde a estreia da turnê, em setembro de 2022, em João Pessoa.

Responsável pela seleção das imagens e pela cenografia de "Que Tal um Samba?", Daniela Thomas diz que usou seu olhar de cineasta para compor o visual do espetáculo.

"Tenho uma teoria de boteco. A de que a música de Chico é um quadro de um filme", diz. "Pela forma como descreve personagens e situações, ele estimula você a criar esse filme. Foi isso que propus: pôr no palco, a cada canção, o quadro do filme que ele me provocava imaginar."

Para dar conta da diversidade de personagens, cenas e filmes sugeridos pelas canções de Chico, a cenógrafa se valeu de obras de artistas de diferentes estilos e gerações.

É o caso de Thereza Eugênia, de 82 anos, autora do retrato de Gal Costa que ilustra "Mil Perdões", que Chico canta em homenagem à baiana, e Marina Juppa, de 22 anos, que fez a imagem do morro Dois Irmãos, que aparece exatamente no momento em que "Dois Irmãos" é cantada.

A lista inclui ainda Paulo Vainer, Sebastião Salgado, Ricardo Teles, Fernando Costa Neto, Julio Bittencourt, Caio Reisewitz, Walter Carvalho, Marcelo Pallotta, Roberto Wagner, Renato de Cara, Rogério Reis, Luiz Braga, Mauro Fainguelernt, Cristiano Mascaro, Antonio Saggese e Bruno Veiga.

Uma das fotos não tem autoria identificada. É exatamente a que se refere à canção que dá título à turnê, "Que Tal um Samba?". Pertencente ao acervo do jornal Última Hora, é uma imagem de Tijolo da Portela —tido como o mítico primeiro passista— dançando na rua, observado pelas pessoas, ao que parece durante um desfile carnavalesco.

A cenógrafa explica, porém, que a cena, com toda sua carga de história, é uma fotomontagem. "A foto dele foi feita em estúdio, e depois o jornal recortou e botou como se estivesse naquele lugar. É interessante pensar a foto nesse lugar da construção de uma realidade para além de simplesmente um registro."

"Que Tal um Samba?", o show e a canção, são exatamente a proposição de um Brasil solar e capaz de superar o outro, sombrio, que também aparece ali em momentos como "As Caravanas".

Daniela quis refletir o país buarqueano nas fotos. Como em "Paratodos", uma cena clicada por Sebastião Salgado num casamento no interior do Brasil. "Tem rostos para não esquecer jamais. É o brasileiro de quem Chico fala."

Como as imagens de quilombolas feitas por Ricardo Telles, que aparecem em "O Velho Francisco" e "Sinhá". Ou a do adolescente negro olhando, imponente, de um ponto de vista alto, a Baía de Guanabara —imagem feita por Bruno Veiga que é usada em "Caravanas". Ou ainda a dos integrantes do MST em "Assentamento", outra de Salgado.

A cenógrafa destaca a foto de Paulo Vainer que ilustra "Beatriz". "É a imagem de uma sombra dupla de uma mulher sobre uma parede. Não queria dar um rosto à Beatriz. E essa foto é mágica e forte. Como na canção do Chico, o personagem nunca a alcança. Ela está sempre além da possibilidade de compreensão dele", diz.

> “A música de Chico Buarque é um quadro de um filme. A forma como ele descreve personagens e situações te estimula a criar o filme. Propus pôr no palco, a cada canção, o quadro do filme que ele me provocava imaginar
>
> **Daniela Thomas**
> cenógrafa

Uma das fotos à qual Chico reagiu com mais entusiasmo é a que ilustra "Tua Cantiga". A imagem clicada por Antonio Saggese revela uma casa de casal com os lençóis e travesseiros desarrumados.

"Você sabe que um casal esteve ali", diz a cenógrafa. "Uma cama desfeita é o quadro de uma relação, de um amor." Um exemplo nítido, portanto, do muito que cabe nos limites exíguos de uma foto. Ou de uma canção.

Turnê 'Que Tal um Samba'
Chico Buarque e Mônica Salmaso. Tokio Marine Hall - r. Bragança Paulista, 1.281. De 2/3 a 2/4. A partir de R$ 250, em tokiomarinehall.com.br/chico-buarque

O escritor Quito Ribeiro Caroline Bittencourt/Divulgação

Continuação da pág. C2
"Quem faz esse caminho é o capitão-do-mato, um ladino que escolhe avançar sozinho. Mas a negritude implica você avançar e trazer consigo seu bonde, fazer os seus ocuparem aquele espaço que não costumam ocupar."

Para Ribeiro, interessa à sociedade racista que o discurso do ladino seja lido como um discurso embranquecido, mesmo quando isso não se reflete na realidade. "Os personagens de Jorge Ben são pretos mesmo quando não são identificados assim. Mas não se pensa nisso. As mulheres que Djavan canta são do universo ficcional negro."

Compositor e montador de cinema, o próprio Ribeiro, negro soteropolitano, encarna esse arquétipo do ladino.

Uma obra que se iniciou numa parceria com Lucas Santtana, "Domingo no Candeal", sua primeira composição a ser gravada —por Daniela Mercury, em 1994. Já ali se manifestava o que ele chama de olhar ladino. Um trecho é "look de lupa e timbau/ Tênis Reebok e relógio Shock".

"O movimento negro me criou enquanto pessoa de rua. Sou filho do Carnaval de rua de Salvador", diz Ribeiro.

> “O momento do playboy, o confrontamento com a própria identidade, a condição de negro, está no livro. O movimento negro me criou enquanto pessoa de rua. Sou filho do Carnaval de rua de Salvador. A negritude implica você avançar e trazer consigo seu bonde, fazer os seus ocuparem aquele espaço que eles não costumam ocupar
>
> **Quito Ribeiro**
> escritor e compositor

Seu maior sucesso veio de uma encomenda para um grupo fictício, as Empreguetes, estrelas da novela "Cheias de Charme". "Era um momento em que estava muito em voga a chamada ascensão da classe C, e as Empreguetes eram uma maneira de retratar isso", afirma Ribeiro.

Ribeiro é personagem de "Também os Brancos Sabem Dançar", do angolano Kalaf Epalanga. Ribeiro o conheceu editando em Lisboa um documentário sobre kuduro —Epalanga ajudou a expandir os limites do gênero como integrante da banda portuguesa Buraka Som Sistema.

"Conheci uma Lisboa preta a partir dele", diz Ribeiro, que aparece no livro com seu nome real, como alguém que em suas falas traduz a música e a cultura brasileira com um olhar sagaz de ladino.

"Diáspora é espalhar, mas também é semear. A palavra 'canto' guarda também esse duplo sentido. De um lado, é o cantar. De outro, é o canto geográfico, onde você está." **LL**

No Canto dos Ladinos
Autor: Quito Ribeiro. Ed.: Todavia. R$ 54,90 (112 págs.); R$ 34,90 (ebook) Lançamento: 1º/3, às 19h. Livraria Drummond - av. Paulista, 2073, loja 153, São Paulo

Gogó de ouro

Continuação da pág. C1

A animosidade é um reflexo da frustração dos fãs de Anitta, especialmente devido à surpresa geral com a vitória de Joy. Nos anos anteriores, o prêmio de artista revelação no Grammy foi entregue a Billie Eilish, Olivia Rodrigo e Megan Thee Stallion, estrelas do pop ou do hip-hop que contam aos milhões as reproduções que suas músicas conquistam no streaming.

Em comparação com esses nomes, e até mesmo com Anitta, Joy é praticamente de outro planeta. Seu segundo e mais importante álbum, "Linger Awhile", lançado no ano passado e que também venceu o Grammy de melhor álbum de jazz vocal, dispensa qualquer produção ou textura eletrônica e é inteiramente orgânico, com instrumentos tradicionais, além de ter algumas composições antigas de jazz no repertório.

No Spotify, a plataforma de streaming de música mais acessada do planeta, apenas duas faixas do disco ultrapassam a marca de um milhão de plays —"Can't Get Out of This Mood" e "Sweet Pumpkin". Em comparação, a música menos acessada do único álbum de Olivia Rodrigo, "Hope ur Ok", do ano retrasado, tem mais de 240 milhões de reproduções.

Para Joy, sua vitória no Grammy de fato não é algo comum. "Talvez represente uma mudança na maneira como as pessoas veem a música e os artistas —de não ser necessariamente baseado na popularidade, mas na arte que é apresentada", ela diz. "Muitas vezes, você vê artistas que fazem trabalhos incríveis, mas não são reconhecidos."

Mas Joy não é totalmente alheia ao mundo da busca por cliques. Seu sucesso veio depois de ela começar a gravar vídeos no TikTok, impressionando pela voz, tanto ao cantar quanto ao falar sobre a sua carreira e a sua vida.

Trata-se de um movimento também pouco comum, já que o estilo de jazz mais tradicional que Joy segue costuma ser consumido por um público mais velho. Em dezembro do ano passado, quando ela já tinha sido indicada ao Grammy, o jornal The New York Times afirmou que a cantora, também graças à rede social, estava ajudando o gênero a conquistar novos ouvintes.

"Acho que ajudou muito a construir um público que gosta das músicas que eu também gosto e que me apoiam e apoiam o que faço", diz ela. "Sou muito grata por ter esse público que, de outra maneira, não teria. Posso conhecer várias pessoas pessoalmente —e isso é legal. Mas na rede social você se conecta com milhares e milhares de pessoas —o que é incrível."

Um vídeo seu reagindo a uma mensagem que recebeu do ator Lakeith Stanfield, que a encorajou a continuar fazendo música, foi um dos que fizeram sucesso no começo. Mas o que realmente viralizou foi um vídeo em que Joy reage, emocionada, à atriz Regina King a elogiando numa chamada de vídeo com os atores Spike Lee e George Clooney.

"Se fechar os olhos, você acha que está ouvindo Sarah Vaughan", ela diz, se derretendo e pedindo aos companheiros para que anotem o nome de Joy. Com cerca de 1,4 milhão de visualizações, o vídeo curto tem mais ou menos a mesma audiência das músicas mais famosas da cantora nas plataformas de streaming.

Regina King de fato tinha um ponto. Com um alcance abrangente, indo de graves profundos aos falsetes mais estridentes, Joy administra os vibratos com naturalidade e soa não só como Vaughan, mas como Ella Fitzgerald —suas duas principais referências.

Criada numa família de músicos, ela começou cedo a cantar, fã do programa "Soul Train", assim como de soul e R&B. Seus avós são o casal de cantores gospel Elder Goldwire e Ruth McLendon, do coral The Savettes, e seu pai, Antonio McLendon, viajou os Estados Unidos como baixista da banda do também gospel Andraé Crouch, além de ter um estúdio dentro de casa.

Nascida e criada no Bronx, em Nova York, Joy diz que o bairro é sua casa, mas conta que teve pouca convivência na rua, pois costumava passar seus dias em casa. Seus ídolos vêm do passado, como Stevie Wonder, o cantor com quem ela mais tem vontade de colaborar em um trabalho.

"Há muitas presunções, assim como há em relação ao Brasil, do tipo, 'não vá ao Bronx porque é perigoso', mas era uma comunidade tranquila onde fui criada", ela diz. "Não me deixavam sair muito quando pequena, então a cultura que tenho é a da escola e de casa. O resto era proibido."

Joy estudava em escola pública e morava na casa da avó. Essa experiência, de viver no Bronx com a família, ela diz, foi o que a formou. Mas a paixão pelo jazz veio há uns seis anos, quando ela estava terminando o ensino médio e o professor da banda da escola a chamou para cantar.

Mesmo com nenhum conhecimento de jazz, segundo ela mesma, Joy acabou sendo aprovada num programa de estudantes do gênero musical da Universidade do Estado de Nova York —e a partir daí só se aprofundou no estilo. "Tinha toda a música que cresci ouvindo e, de repente, há um novo jeito de se cantar que era clássico, mas algo que eu não estava familiarizada", diz.

Sua técnica de voz, ela diz, foi adquirida conforme se esforçava para colocar dentro do contexto de uma música os exercícios de canto que aprendia. "Foi ficando gradativamente mais fácil de equalizar meu cérebro e minha voz", diz. "Ouvia Sarah Vaughan e Ella Fitzgerald e tentava copiar, mas precisei de um tempo para processar antes de realmente conseguir cantar tão agilmente ou com a mesma precisão."

Tratada por críticos, após o Grammy, como uma artista que pouco acrescenta à música, apenas reproduzindo uma estética já há muito estabelecida, Joy diz que tem formação sólida para desenvolver seu trabalho. "Acho que tem muita gente cantando ou tocando jazz, mas que não sabe como ele soa", diz. "Ainda estou aprendendo sobre os sons e emergindo nessa música, mas acho que é o melhor lugar para se desenvolver."

Destacando como a liberdade de improvisação a ajudou a desenvolver o canto, Joy diz que, para fazer jazz, é necessário conhecer a história e saber como inserir sua individualidade. "Acho que foi isso o que todos os mestres fizeram —aprenderam dos mentores para depois criar, inovar, sem forçar, sendo orgânico, e é isso que espero fazer."

A voz de Joy é seu maior triunfo, e ela pretende usá-la para enaltecer a música brasileira. Diz que não conhece muito a produção artística do Brasil, mas admira Tom Jobim e Djavan e até aprendeu a cantar "Flor de Lis", sucesso do cantor e compositor alagoano, em português mesmo, para apresentá-la em seu show em São Paulo.

Quanto a Anitta, as duas ainda não se conheceram, mas já trocam até mensagens. "No Grammy, eu estava sentada em outra mesa, e os intervalos são muito curtos", diz Joy. "Mas nos mandamos mensagens no Instagram. Disse que ia ao Brasil. Ela disse 'me avise quando você for [ao Brasil] e vamos nos encontrar!'."

C6 Fest

Com Samara Joy, Kraftwerk, Weyes Blood e Tim Bernardes. Parque Ibirapuera - av. Pedro Álvares Cabral, Vila Mariana. 19 a 21/5

A cantora americana de jazz Samara Joy, que venceu Anitta no Grammy Meredith Truax/Divulgação

Gustavo Dudamel durante apresentação no Walt Disney Concert Hall, em Los Angeles, nos Estados Unidos Philip Cheung/The New York Times

Maestro Dudamel quer jovens e latinos em NY

Ícone da música clássica, venezuelano se prepara para assumir a Orquestra Filarmônica da cidade a partir de 2026

Javier C. Hernández

NOVA YORK | THE NEW YORK TIMES Gustavo Dudamel entrou em uma sala lotada de funcionários, dirigentes e doadores da Orquestra Filarmônica de Nova York, na segunda-feira retrasada, e abriu um sorriso.

"É assim que Mickey Mouse deve se sentir", ele disse, enquanto pessoas se aproximavam para cumprimentá-lo e posar para fotos ao seu lado.

Foi a primeira visita de Dudamel a Nova York desde que foi nomeado como o próximo diretor musical e artístico da Filarmônica, cargo que assumirá em 2026, depois da conclusão do contrato com a Filarmônica de Los Angeles. Ele já desempenhava o papel de maestro como convidado.

Em suas duas horas pelo David Geffen Hall, a sede da Filarmônica, Dudamel, de 42 anos, ofereceu poucos detalhes sobre a sua visão para a orquestra, dizendo que precisava de tempo para conhecer a cidade e a organização. Mas exibiu com toda intensidade algumas das qualidades que o fizeram a escolha da Filarmônica: carisma, charme e a capacidade de trazer uma nova empolgação à música clássica.

Ele participou, com entusiasmo quase infantil, de uma cerimônia de assinatura de contrato. "Estamos usando canetas presidenciais?", perguntou, enquanto se preparava para colocar o nome no contrato de cinco anos, que já tinha assinado eletronicamente no início do mês, quando a Filarmônica, em grande façanha, o roubou de Los Angeles.

Dudamel respondeu perguntas dos líderes da Filarmônica e da imprensa, discorrendo sobre o futuro da música clássica, a sua passagem pelo comando da Filarmônica de Los Angeles, da qual está à frente desde 2009, e as suas preferências esportivas.

Ele papeou com músicos da orquestra, elogiando seu som, discutiu a Sinfonia nº 9 de Gustav Mahler, que executarão em maio, e os agradeceu pelos presentes que enviaram quando a orquestra estava tentando cortejá-lo.

Dudamel disse que era cedo para expor seus planos com a orquestra, dizendo que não queria impor sua visão. Ele, no entanto, reiterou o interesse em criar um programa educativo em Nova York parecido com o da Orquestra Jovem de Los Angeles, conhecida como Yola, que tem de modelo El Sistema, movimento social e artístico venezuelano no qual se formou.

O maestro citou o poeta e filósofo espanhol Miguel de Unamuno ao descrever a necessidade de aproximar mais a orquestra dos moradores da cidade, particularmente em bairros pobres. "A liberdade do povo está em sua cultura." "Isso faz parte do meu DNA: trabalhar com jovens, trabalhar com comunidades, levar a orquestra à comunidade", ele disse. "A Filarmônica de Nova York, como centro da vida artística e musical da cidade, tem de desempenhar um papel importante, na educação."

Dudamel será o primeiro líder hispânico da Filarmônica, em cidade na qual os latinos são 29% da população. Quando repórter da Telemundo, a rede de TV americana que transmite programação em espanhol, perguntou o que Dudamel achava desse marco, ele respondeu que não tinha pensado muito sobre. Depois, disse que esperava que sua jornada de Barquisimeto a alguns dos palcos mais prestigiosos do planeta servisse como inspiração.

"Isto pode servir de exemplo para que jovens tenham a certeza de que é possível realizar seus sonhos", ele disse. "É preciso trabalhar profundamente, ter disciplina e amor pelo que se faz, mas é algo que pode ser realizado."

> […]
>
> Dudamel será o primeiro líder hispânico da Orquestra Filarmônica de Nova York, uma cidade na qual os latinos representam 29% da população
>
> Ele ofereceu poucos detalhes sobre a sua visão para a orquestra, mas exibiu com intensidade algumas das qualidades que o fizeram ser escolhido para o cargo: carisma, charme e a capacidade de trazer uma nova empolgação à música clássica

Aos jornalistas, Dudamel disse que já não era mais uma "jovem promessa", mas que ainda se sentia ligado à energia que a juventude tem.

"Quando tinha 23, 24, 25 anos, era uma loucura. Era um animal selvagem, e não só por causa do cabelo", ele disse. "E continuo a guardar aquele Gustavo animal selvagem. Ele está lá, com menos cabelo."

Dudamel em determinados momentos ainda parecia tentar se acostumar à ideia da futura mudança para Nova York, que descreveu como uma das decisões mais difíceis da vida.

Quando ele encontrou o ator e cineasta Bradley Cooper, de quem é amigo, antes da entrevista, ele disse que estar em Nova York parecia surreal.

No celular, mostrou a Cooper uma fotografia de Leonard Bernstein, um dos mais prestigiosos predecessores na Filarmônica e figura a quem Dudamel é frequentemente comparado.

Cooper está dirigindo um filme sobre Bernstein, no qual vive o maestro. Na foto, Bernstein está em pé em um elevador depois da apresentação, com olhos fechados.

"Isso diz tudo", disse Dudamel. "Aquele olhar exausto. Ele deu tudo pela música."

No final do evento, Borda conduziu Dudamel pelo Geffen Hall, reinaugurado no fim do ano passado depois de reforma que custou US$ 550 milhões, o equivalente a cerca de R$ 2,85 bilhões.

Ela mostrou ao maestro uma exposição digital sobre diretores musicais da Filarmônica no passado —Arturo Toscanini, Mahler, Pierre Boulez, Bernstein— e discutiu a duração da passagem de cada um deles pelo comando da orquestra que agora é sua.

Eles passaram pelo novo restaurante da sede, adjacente ao átrio, na saída, Dudamel, que gosta de uísque, se maravilhou com uma garrafa de Macallan 18 anos.

Em breve entrevista antes de deixar o Geffen Hall, Dudamel disse estar exausto, mas feliz por enfim estar celebrando sua indicação em companhia da orquestra, que já regeu 26 vezes desde a primeira apresentação com ela.

"Sinto que sou um homem abençoado por ter a oportunidade de vir para cá, por ter a oportunidade de expandir a família que construí em Los Angeles", ele afirmou. "Há uma conexão entre todas essas coisas. É um grande passo. É muito lindo."

Tradução Paulo Migliacci

Pixinguinha ganha novo disco com inéditas

Para homenagear o meio século da morte do artista, série de álbuns compila 50 composições garimpadas de seu acervo

Leonardo Lichote

RIO DE JANEIRO No dia 17 de fevereiro de 1973, Pixinguinha morreu durante uma cerimônia de batismo em Ipanema na qual era padrinho.

Agora, quando se completam 50 anos da despedida, o compositor segue se mostrando vivo e, mais do que isso, novo. A série de discos "Pixinguinha Como Nunca", da gravadora Deck, traz 50 composições inéditas do artista, garimpadas em seu acervo.

Algumas delas ganharam versos de letristas como Arnaldo Antunes, autor de "Poética (Chuvisco na Telha)".

"A certa altura, Pixinguinha foi passado da vanguarda para velha guarda sem escalas, e ali ficou. Uma imagem passadista que não condiz com a modernidade de sua música", afirma o cavaquinista e pesquisador Henrique Cazes, o diretor musical do projeto.

"Em 'Pixinguinha Como Nunca', buscamos olhar o artista com esse viés moderno. Pixinguinha inédito, mas não no passado e sim no século 21", completa. O próprio título "Pixinguinha Como Nunca" traz esse sentido, de uma perspectiva contemporânea. "Refere-se também ao fato de juntar um time de músicos que nunca tocou junto. E, claro, de ser de músicas que nunca foram editadas ou gravadas."

O time de músicos que o diretor menciona é formado por Carlos Malta (flauta e sax), Silvério Pontes (trompete), Marcelo Caldi (sanfona), Marcos Suzano (percussão), João Camarero (violão de 7 cordas) e o próprio Cazes (arranjos e cavaquinho).

Todos instrumentistas que, de diferentes formas, têm na tradição um ponto de partida, não de chegada —desde Silvério, um mestre afeito às rodas de choro, até Suzano, que reinventou o pandeiro brasileiro ao beber de fontes como a música eletrônica.

O ator e cantor Marcelo Vianna, neto de Pixinguinha e pesquisador da obra de seu avô, assina a curadoria do projeto, que desenhou ao lado de Cazes. "Pixinguinha Como Nunca" se divide em quatro álbuns. O primeiro deles, "Pixinguinha Virtuose", foi lançado no último dia 3, com obras que deixam evidente a maestria do compositor e seu domínio no terreno do choro.

No dia 17, chegou às plataformas "Pixinguinha na Roda", com peças de apelo mais direto, que Cazes aponta como fortes candidatas a serem abraçadas pelas rodas de choro. Em abril, no dia 6, é a vez de "Pixinguinha Internacional", no qual o maestro se aventura em gêneros estrangeiros como tango e ragtime. Por fim, no dia 24, "Pixinguinha Canção" inclui as melodias que ganharam letras de Arnaldo Antunes, Moacyr Luz, Elisa Lucinda, Nei Lopes, Paulinho Moska, Cecília Stanzione, Eduardo Gudin, Salgado Maranhão, Guinga, Paulo César Feital e Osvaldo Simões.

A origem de "Pixinguinha Como Nunca" remonta ao início da parceria de Vianna e Cazes, que há muito tempo desenvolvem projetos em separado sobre a obra do maestro. Em 2015, eles trabalharam juntos pela primeira vez em "Pixinguinha: As Cinco Estações", espetáculo que passeava pela vida do compositor. Dali para "Pixinguinha Como Nunca" foi um caminho natural. "Um dia", conta Vianna, "perguntei a ele: 'Henrique, você sabe que tem inéditas?'. Convidei-o para fazermos algo juntos com isso e ele disse: 'Estava apenas esperando você me chamar!'".

O levantamento das inéditas que aparecem em "Pixinguinha Como Nunca" foi iniciado por Alfredo da Rocha Vianna Neto, pai de Marcelo Vianna e filho de Pixinguinha. Era ele quem organizava o arquivo pessoal do músico antes de a família passar a guarda do acervo para o Instituto Moreira Salles, o IMS, onde está desde 2000. A equipe de pesquisa do IMS trabalhou para confirmar o ineditismo das obras, além de conseguir junto a outros pesquisadores mais material desconhecido.

"Ainda tem muita música dele perdida", diz Vianna. "Ele dava música de presente, coisas que compunha na hora", explica o diretor musical.

Para Cazes, a existência de um material inédito tão extenso tem a ver exatamente com a percepção de que Pixinguinha era algo do passado. "Nos seus últimos 20 anos de vida, ele praticamente não gravou suas músicas. Se ele tivesse gravado, teria sido maravilhoso. Mas não gravar também foi bom, porque deixou muita coisa para a gente fazer", brinca o cavaquinista.

Cazes lembra uma história que ilustra como a imagem de "velha guarda" de Pixinguinha não era fiel à música do maestro, muito mais inovadora do que museológica.

O cavaquinista identifica, entre outros elementos, a marca do racismo na compreensão que se criou sobre Pixinguinha. "Só a partir do centenário de Pixinguinha, em 1997, que se começou a ter o acerto de contas e a se entender que, acima do folclore de um mito da velha guarda, cristalizado de pijama na linda foto de Walter Firmo, estava ali um gênio que lançou as bases da música popular brasileira."

Pixinguinha Como Nunca
Autor: Pixinguinha. Gravadora: Deck. Disponível nas plataformas digitais

Pixinguinha tocando flauta em 1967 Divulgação

Documentário dedicado a Beth Carvalho mostra como o samba surge do encontro

CINEMA
Andança — Os Encontros e as Memórias de Beth Carvalho
★★★★★
Brasil, 2022. Direção: Pedro Bronz. Livre. Nos cinemas

Lucas Brêda

"E aquela do moinho, como é que é?", pergunta Beth Carvalho, morta em 2019, a Cartola em uma gravação de áudio, exibida no filme "Andança".

O registro revela a cantora, estrela do documentário, e o sambista, no qual ele apresenta novas composições que havia feito —"As Rosas Não Falam" e "O Mundo É um Moinho", dois clássicos. A primeira se tornaria sucesso na voz dela. Já a segunda, para o compositor, era lenta demais para se encaixar no repertório.

São cenas como essa, absolutamente espontâneas, captando momentos informais de criação artística e convivência entre gênios do samba, que constituem "Andança: Os Encontros e as Memórias de Beth Carvalho", dirigido por Pedro Bronz. O longa explora acervo de imagens amadoras, feitas em câmeras super 8, VHS, mini-dv, k7 e fotos.

Logo no começo, Beth Carvalho se apresenta como "um museu", ou seja, alguém que registra momentos de sua carreira. É através dessas gravações que a história da artista vai sendo contada.

O caminho da cantora começa quando ela conta sobre os encontros dos bossanovistas em apartamentos na zona sul do Rio de Janeiro. "Musicalmente era bom, mas o comportamento era muito elitista", ela diz. "E aquilo me preocupava, porque musicalmente eu estava em outra."

Foram Elizeth Cardoso e Clementina de Jesus que mais inspiraram a mudança estética de Beth Carvalho, que foi da música "Andança", apresentada no 3º Festival Internacional da Canção, em 1968, aos encontros com Cartola e Nelson Cavaquinho.

O filme examina o processo de construção do repertório que Beth Carvalho imortalizou em sua voz, todo ele resultado de encontros. Não fica dúvidas do quanto a cantora era apaixonada pela música brasileira, e principalmente pelos compositores, músicos e bambas com quem convivia.

É interessante perceber como as composições chegam até Beth porque ela tinha uma amizade com esses autores, o que também gera nela um compromisso de promover a cultura pela qual era apaixonada. A artista aparece levando ao seu palco Clementina de Jesus e cantando "Coisa de Pele", então inédita, com Jorge Aragão, por exemplo.

Ela também reconhece e exalta a importância central dos negros no samba, dizendo em uma entrevista que falta "brasilidade" e "negritude" para a música brasileira. Ainda parecia preocupada com o funcionamento das gravadoras e com a baixa remuneração dada aos compositores.

A certa altura do filme, Beth afirma que o Brasil não reconhece suas culturas populares, e que precisou surgir Alceu Valença e Elba Ramalho para que o baião deixasse de ser discriminado.

Grande parte da nata do samba divide com Beth o tempo de tela em "Andança", o que de certa forma diz muito sobre a importância da própria cantora para a música brasileira. Mais que uma intérprete talentosa, ela era aglutinadora de gênios, capaz de reunir em seu entorno os protagonistas de uma cultura que fervilhava no morro e no subúrbio, mas não tinha a mesma importância para as elites.

Dotada de compreensão refinada dos tambores e dos acordes, Beth notou as transformações estéticas do samba feito com banjo, repique de mão e tantã. Seu produtor, Rildo Hora, relutou em levar os músicos sem experiência ao estúdio, mas ela bateu o pé.

"Tenho certeza de que isso é uma revolução", ela diz.

Ao revelar a intimidade de Beth, "Andança" acaba mostrando os bastidores do próprio samba. O filme apresenta personagens apenas pelos nomes, sem se preocupar em dar explicações e capturando a espontaneidade que está no centro de sua criação artística.

Mesmo para quem não conhece os nomes, o documentário conta uma história feita de encontros e de uma paixão inesgotável pela cultura popular —que dura até os últimos momentos de vida de Beth, quando, debilitada, subia ao palco para cantar, nem que para isso fosse deitada.

Cena de 'Andança', documentário sobre Beth Carvalho Divulgação

Hmmfalemais

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | **QUI. Flávia Boggio** | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Série derivada de 'Star Wars' chega ao seu terceiro ano no sob demanda

The Mandalorian
Disney+, 14 anos
Muitos espectadores tiveram a sensação de que as aventuras do caçador de recompensas Din Djarin, vivido por Pedro Pascal, haviam terminado com a segunda temporada desta série do universo "Star Wars". Mas ele não só está de volta como conta com o retorno de Grogu, conhecido na internet como "Baby Yoda". Na nova safra, a dupla enfrentará o vilão Moff Gideon, papel de Giancarlo Esposito. Já Cara Dune não aparecerá mais. A atriz Gina Carano foi demitida da produção por ter feito comentários racistas.

A Nova Vida de Toby
Star+, 16 anos
Um homem recém-divorciado mergulha no mundo dos aplicativos de encontros e descobre que nunca fez tanto sucesso. Mas a diversão dura pouco. Sua ex-mulher deixa os dois filhos pequenos com ele e desaparece. Jesse Eisenberg e Claire Danes estrelam esta nova série cômica.

Esta Noite, Você Dorme Comigo
Netflix, 14 anos
Infeliz no casamento, uma jornalista se abala quando um ex-namorado mais jovem reaparece em sua vida. Drama polonês exclusivo da plataforma.

Intervenção
A&E, 20h20, 14 anos
O reality documental ganha nova temporada. A cada episódio, parentes e amigos confrontam um viciado em drogas. No final, é revelado se conseguiu ou não se recuperar.

Blue Bayou
Telecine Cult, 19h50, 16 anos
Acusado de diversos crimes, um homem de origem coreana luta para não ser deportado. Com Alicia Vikander.

Quantum Leap: Contratempos
Globo, 23h20, 14 anos
A sessão "Cinema do Líder" exibe os dois primeiros episódios da série, um remake contemporâneo de um sucesso da década de 1990. A temporada completa está disponível na plataforma Globoplay.

Desarquivando Alice Gonzaga
Curta, 22h25, livre
No documentário de Betse de Paula, Alice Gonzaga abre os arquivos da Cinédia, o primeiro estúdio de cinema do Brasil, fundado por seu pai, Adhemar Gonzaga, em 1930.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

		5		2			7	
7			4		6		8	5
		1					9	
2		4			8		1	
	6		1			7		8
	5					6		
9	1		3		5			2
	3			7		9		

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Anfíbio de pele rugosa / Fragmento de telha, ladrilho etc. **2.** A capital turca **3.** Narrar com os mínimos detalhes / Sem demora **4.** Umedecer o alimento ao mastigar **5.** Um dos mais famosos personagens folclóricos do Brasil **6.** O conjunto de 8 dígitos que indicam um endereço postal / O local onde funciona certo jogo de azar homônimo **7.** Representar com exatidão **8.** A capital dos barceloneses e valencianos / O sujeito de educa ou destrói **9.** Das cavidades do coração **10.** O apresentador de TV Marcos / O resultado de um trabalho artístico, literário etc. **11.** Um quinto de XX / Fazer um líquido correr devagar e em pequena quantidade **12.** Navegar a pouca distância do litoral **13.** Doce à base de mel e claras de ovos, amendoim e frutos secos.

VERTICAIS
1. Prefixo que tem o sentido de metade / (Pop.) Pequeno seio **2.** Em que há ação ou influência mútua, entre coisas ou pessoas **3.** O naipe preto do trevo / O cineasta Almodóvor, de "Má Educação" / Shirley Temple (1828-2014), atriz norte-americana **4.** As elevações que os surfistas descem / Um parente que poucos chegam a conhecer **5.** Região italiana cuja capital é Catanzaro / Ter qualidade, característica ou propriedade intrínseca **6.** Contato suave e afetuoso / Dar de arrendamento **7.** O espaço livre em direção ao céu / O número dos dedos / Elemento químico usado em semicondutores **8.** Fruto aromático, usado em doces, sorvetes etc. / (Pop.) Conjunto de amigos **9.** Paineira ou palmeira / Escultura, quadro ou música.

HORIZONTAIS: 1. Sapo, Caco, **2.** Ancara, **3.** Miudar, Já, **4.** Insalivar, **5.** Saci, **6.** Cep, Bingo, **7.** Retratar, **8.** Madri, Ele, **9.** Atrial, **10.** Mion, Obra, **11.** IV, Escoar, **12.** Costear, **13.** Torrone.
VERTICAIS: 1. Semi, Mamica, **2.** Interativo, **3.** Paus, Pedro, ST, **4.** Ondas, Trineto, **5.** Calábria, Ser, **6.** Carícia, Locar, **7.** Ar, Vinte, Boro, **8.** Caju, Galera, **9.** Árvore, Arte.

Ariel Severino

O impasse da regulação

Esfera pública digital pede por controle, mas processo é difícil

Wilson Gomes
Professor titular da UFBA (Universidade Federal da Bahia) e autor de 'Crônica de uma Tragédia Anunciada'

A julgar pelo número de iniciativas apresentadas pelo governo nos dois primeiros meses, as comunicações mediadas por plataformas e ambientes digitais são vistas como um dos grandes problemas sociais.

Por "comunicação" entendo, aqui, a conversa pública, a produção e disseminação de opiniões, interpretações e relatos sobre assuntos de interesse comum e o debate político em ambientes digitais.

A ascensão do trumpismo em 2016, a conquista do poder pelo bolsonarismo em 2018, o assombroso crescimento da extrema direita internacional desde 2015, a tragédia de vivermos uma pandemia global numa circunstância em que essa extrema direita, com absoluto domínio de técnicas e redes digitais, conseguiu politizar e manipular o combate à doença, com as consequências catastróficas que conhecemos, mostraram a todos a face sombria da nova esfera pública baseada em arenas digitais.

Ainda mais quando se constata que nos últimos anos a esquerda agora "empoderada" aprendeu a jogar o jogo do assédio, das fake news e dos linchamentos digitais.

De todo modo, quem poderá dizer que está errado o governo na percepção da gravidade da situação depois de avaliarmos o estrago que a disseminação de fake news e teorias da conspiração, a formação e atuação de milícias digitais, a difusão de comportamentos voltados para a perseguição, a difamação e o assassinato de reputações provocaram no mundo, incitando ao extremismo antidemocrático, impedindo eleitores e afetados pela pandemia de tomarem decisões informadas, além de atacar deslealmente a credibilidade da ciência, do jornalismo, da Justiça e das instituições republicanas?

As incertezas, portanto, não estão no reconhecimento da gravidade do problema, mas talvez nessa espécie de competição intragovernamental para a ele responder.

Os que concordam que a digitalização e a plataformização da comunicação pública política trouxeram consigo ameaças seríssimas à vida democrática e a valores importantes da democracia liberal —como a tolerância, o respeito a minorias, a condução da sociedade pela busca de consensos esclarecidos— não se sentem mais tranquilos sabendo que no governo federal estão ativos neste momento nada menos que um GT no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, um conselho no Ministério da Justiça e Segurança Pública, uma Procuradoria de Defesa da Democracia na AGU e uma subsecretaria de Políticas Digitais na Secom, todos sem exceção se ocupando do "enfrentamento da desinformação", como dizem.

Falta articulação? Na verdade, parece que são vários governos disputando uma gincana, mas o que realmente falta é um esforço para conquistar a benevolência dos principais implicados, pois se é fácil reconhecer o problema que se quer enfrentar, as alternativas à messa passam todas por mexer na liberdade de expressão. Isso em um universo como o das comunicações digitais, que é avesso a regulações e intervenções desde a sua origem.

As empresas ditas de plataformas não desejam, obviamente, serem reguladas como as empresas de mídia, das quais querem se distinguir.

A mídia, embora atada a normas desde o surgimento, não quer saber de controle de conteúdo porque é do seu DNA não só desconfiar do Estado como achar que, se governos regularem plataformas, o próximo passo seria simplesmente garrotear o jornalismo.

Os partidos e as organizações da sociedade civil, por sua vez, se dividem nos seus sentimentos acerca do que fazer com as comunicações digitais inescrupulosas.

Os usuários e beneficiários não querem nem ouvir falar em "absurdos" como remoção de conteúdo, banimento de perfis ou criminalização de publicações. Os que foram objeto de processos de satanização, destruição de imagem e radicalização do país por meio da disseminação de falsidades e de malfeitos que só o digital permite querem que alguma coisa seja feita "para ontem".

Os progressistas não partidarizados, horrorizados com a sociedade afogando em mentiras e a reboque das máquinas de propaganda suja digital, querem providências, mas não têm certeza se podem confiar a tarefa, que toca em uma das pedras angulares da democracia liberal, "aos que agora estão por cima" em sociedade partida ao meio, polarizada e onde a raiva e a vontade de revanche estão na ordem do dia.

Assim, apesar da gravidade do problema e dos muitos jogadores buscando soluções, estamos em um impasse que não é pequeno ou desimportante.

seg. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | **QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres** | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

Videobrasil faz 40 anos e mira arte produzida fora do centro

Bienal chega à 22ª edição com nomes do Sul Global e repensa a sua história a partir da poesia de Waly Salomão

João Perassolo

SÃO PAULO "A memória é uma ilha de edição." A frase de um poema de Waly Salomão funciona como mote central da próxima edição da Bienal Sesc Videobrasil, tradicional evento do calendário brasileiro das artes que completa este ano quatro décadas de existência olhando para a sua história.

Com a próxima edição programada para acontecer de 18 de outubro a 28 de abril de 2024, novamente no Sesc 24 de Maio, na região central de São Paulo, a bienal publicou nesta terça-feira a lista dos 60 artistas selecionados, escolhidos entre os mais de 2.300 inscritos numa chamada aberta divulgada por oito curadores em vários países do mundo.

Dos 60 escolhidos, cerca de 15 são brasileiros, nove representam a Europa e oito nomes vêm do continente africano. Há também participantes da Ásia e do Caribe. Em linhas gerais, a mostra buscou atrair artistas do chamado Sul Global, um espaço geopolítico historicamente marginalizado no circuito das artes, mas que vem ganhando protagonismo de uns anos para cá.

Leila Danziger vai apresentar uma banca de jornal móvel que estará em diferentes lugares do Sesc, reunindo trabalhos de várias fases da carreira da artista, que lida de maneira poética com a apropriação de reportagens de jornais de grande circulação.

Do Congo, uma cooperativa de trabalhadores de plantações mostrará um NFT de uma obra que está num museu americano —os artistas queriam que o trabalho fosse repatriado, mas a instituição se recusou— e também esculturas impressas em 3D.

O chinês Bo Wang trará uma obra sobre o cabelo "como uma espécie de produto de luxo em circulação entre a China e o Ocidente", conta um dos curadores, Raphael Fonseca. Já o mexicano Josué Mejía marca presença com uma série de desenhos relacionados com as indústrias do cinema e do petróleo no México.

Serão também mostrados trabalhos de Ali Cherri, libanês radicado na França que teve bastante destaque na Bienal de Veneza do ano passado, e do artista não binário chileno Seba Calfuqueo, participante da Bienal de São Paulo em 2022 e que tem um trabalho dedicado a pensar o lugar do povo mapuche nos países da América Latina.

A busca do festival é "tentar descentralizar as narrativas em torno da arte contemporânea", afirma a outra curadora, a queniana Renée Akitelek Mboya, enfatizando que os centros de poder na arte hoje ainda são espaços ocidentais e brancos. Para a diretora artística do Videobrasil, Solange Farkas, trata-se de forjar alianças entre os praticantes culturais de países do Sul Global, alguns dos quais têm semelhanças com o Brasil.

Como o festival está completando 40 anos em 2023, os artistas foram instados a enviarem produções sobre a memória. "As perspectivas com as quais vimos os artistas responderem a este tema são dinâmicas e diversas", afirma Mboya, acrescentando que há trabalhos que lidam com histórias familiares, comida, arquivos e até autorretratos.

Farkas comemora o fato de, durante as décadas de vida da mostra, o vídeo ter passado a ocupar posição central nas artes visuais, ou seja, ter saído do lugar de especificidade do suporte. Além disso, ela afirma, a bienal ocorre num momento no qual o vídeo se tornou onipresente no mundo contemporâneo, especialmente depois da pandemia.

A exposição teve a sua primeira edição em 1983 totalmente focada em videoarte, mas com o passar dos anos foi se abrindo para outras linguagens artísticas, embora a predominância ainda seja de trabalhos que lidam com o vídeo de uma forma ou de outra. Segundo Farkas, mais da metade dos inscritos enviaram produções neste formato para a comissão de seleção.

Os curadores Raphael Fonseca e Renée Mboya contaram com a ajuda de outros seis colegas —Amanda Carneiro (Brasil), Ana Sophie Salazar (Portugal), Nomaduma Masilela (Estados Unidos/Alemanha), Siddharta Perez (Singapura), Tereza Jindrová (Tchéquia) e Ying Kwok (Hong Kong)— para ampliar em suas redes o alcance da chamada de seleção de obras para a exposição, buscando artistas que estivessem situados nas "periferias do mundo, entre muitas aspas", afirma Farkas.

A ideia era sair da lógica das bienais de arte, nas quais os participantes são convidados pelos curadores a participar, ao invés de concorrerem.

De cima para baixo, imagens de obras de Seba Calfuqueo e Andro Eradze Divulgação